

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA

Silvia Elena Alegre

O TRÁFICO DE ANDALUZES PARA O CAFÉ

Cafeicultores paulistas no negócio de atração e transporte de imigrantes

(1886-1918)

MESTRADO EM HISTÓRIA

SÃO PAULO

2014

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA

Silvia Elena Alegre

O TRÁFICO DE ANDALUZES PARA O CAFÉ

Cafeicultores paulistas no negócio de atração e transporte de imigrantes

(1886-1918)

MESTRADO EM HISTÓRIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História sob a orientação da Prof^a. Dr.^a Maria Odila Leite da Silva Dias.

SÃO PAULO

2014

Banca Examinadora

DATA: _____/_____/_____

Prof. Dr. Paulo César Gonçalves – UNESP Assis

Prof^a. Dr.^a Carla Longhi – PUC-SP

Prof^a. Dr.^a Maria Odila Leite da Silva Dias (orientadora) – PUC-SP

***Ao André,
por todas nossas vitórias.***

***A María Elena e Florencio,
que teriam gostado de ler.***

RESUMO

Esta pesquisa trata dos imigrantes andaluzes, atraídos pelo oferecimento de passagens custeadas pelo governo de São Paulo, destinados ao trabalho nas fazendas de café do interior paulista. A imigração realizada por meio de passagens gratuitas foi altamente dependente da atividade de recrutamento, que era proibida pela legislação espanhola. Quando, em 1910, a emigração subsidiada para o Brasil foi proibida pelo governo espanhol, o embarque dos trabalhadores continuou a ser realizado a partir do porto inglês de Gibraltar, fora de sua jurisdição. Este trabalho procura mostrar como os cafeicultores paulistas, empenhados em manter ativo o fluxo de braços para a lavoura em quantidade suficiente para garantir um excedente que permitisse uma negociação favorável aos seus interesses, estiveram diretamente envolvidos com as agências encarregadas da atração e transporte oceânico de imigrantes mesmo quando a realização desta atividade implicou na transgressão das leis que a proibiam. A participação das elites cafeicultoras, e de seus representantes no governo do Estado de São Paulo, no tráfico de imigrantes para as fazendas, é reveladora da relação das classes dominantes brasileiras com a lei, relação marcada pela arbitrariedade e pela grande margem de manobra. A análise do caso que apresentamos, pesquisado a partir do cruzamento da documentação espanhola e brasileira, constitui uma tentativa de entender aspectos da paradoxal modernização do Brasil impregnada de permanências do passado colonial.

Palavras Chave:

Imigração, Cafeicultura, Capital cafeeiro, Andaluzia, Gibraltar.

ABSTRACT

This research deals with the Andalusian immigrants, attracted by the offer of tickets financed by the São Paulo government, aimed at working in the coffee plantations in the countryside of the São Paulo state. Immigration performed by free tickets was highly dependent on the recruitment activity, which was prohibited by the Spanish law. When, in 1910, the Spanish government banned subsidized emigration to Brazil, the boarding of workers continued to be carried out from the English port of Gibraltar, outside its jurisdiction. This paper seeks to show how the São Paulo coffee growers, committed to keeping active flow of labor to the plantations in sufficient quantity to provide a surplus that would allow a favorable negotiation to their interests, were directly involved with the agencies responsible for the attraction and overseas transportation of immigrants even when this activity involved breaking the law. The participation of the coffee growers elite and their representatives in the São Paulo state government in the trafficking of immigrants to the farms reveals the relationship of the Brazilian ruling classes with the law, a relationship marked by arbitrariness and wide maneuvering margin. The analysis of the case here presented, researched from crossing the Spanish and Brazilian documentation, is an attempt to understand the paradoxical aspects of the modernization of Brazil ingrained with remains from the colonial past.

Key words:

Immigration, Coffee growing, Coffee capital, Andalusia, Gibraltar.

AGRADECIMENTOS

Durante os últimos meses, algumas vezes me imaginei escrevendo estes agradecimentos, associando o momento ao fato de ser o derradeiro passo antes de colocar o ponto final na dissertação. Agora, que efetivamente os escrevo, penso que vou sentir saudades destes anos de elaboração do trabalho, que vivi, salvo uns poucos momentos de desânimo, com grande satisfação e felicidade.

Agradeço, em primeiro lugar, à professora Maria Odila Leite da Silva Dias. Foi conversando com ela que a ideia do trabalho se materializou. A sua generosidade acadêmica me permitiu encontrar e seguir o meu próprio caminho intelectual, sempre amparada pela segurança de seu apoio. Com seu grande conhecimento e autêntico interesse apaixonado pela história soube indicar as leituras certas, que acabaram me ajudando a encontrar o fio da meada para a elaboração da dissertação. Espero ter aproveitado as indicações bibliográficas precisas e os valiosos comentários.

Agradeço aos professores do Programa de Pós Graduação em História da PUC-SP. Os cursos e seminários realizados me ensinaram as especificidades da investigação histórica e foram fundamentais para meu amadurecimento enquanto pesquisadora. O ambiente de amizade e verdadeira proximidade entre professores e alunos, característico da PUC-SP, é uma qualidade rara e inestimável para o desenvolvimento do trabalho acadêmico. Na figura da querida professora Estefânia Knotz Fraga quero agradecer a todos os professores pelos anos de proveitosa e grata convivência. Meu agradecimento em particular ao professor Amílcar Torrão Filho, que sempre muito interessado, indicou bibliografia e apontou possíveis fontes.

Minha gratidão também aos professores Carla Longhi e Paulo César Gonçalves que aceitaram o convite para participar da minha banca de defesa e do exame de qualificação. Guardo deste último a lembrança de uma produtiva reunião, realizada com autêntico espírito universitário de compartilhamento do conhecimento. Empenhei-me em fazer bom uso de suas observações, realizadas com o intuito de melhorar o trabalho.

Agradeço ao professor Francisco Contreras-Pérez da Universidade de Huelva, pela ajuda no começo da pesquisa. Nosso contato foi estimulante e encorajador no

sentido de avançar na investigação. Seus conselhos e orientações foram de grande valia ao pesquisar em arquivos e bibliotecas da Espanha, na viagem que com tal objetivo realizei para aquele país em fevereiro de 2011.

Sou grata aos queridos colegas da Pós Graduação. No último semestre, a concentração na redação da dissertação me manteve afastada deles, mas tenho uma viva lembrança das nossas boas discussões durante os cursos do primeiro ano do Mestrado. Agradeço a meus amigos historiadores Mariana Dolci, Pedro Lotti e Henrique Herrera, que compartilharam angústias, informações e risadas.

A Angeles Navarro Dolci e Rosa Navarro da Silva agradeço pela bela entrevista concedida quando estava no começo da elaboração da pesquisa. As lembranças de infância das duas irmãs, filhas de pais imigrantes andaluzes, foram inspiradoras para o meu trabalho, além de termos passado uma tarde divertida e afetiva.

Agradeço à CAPES e ao CNPQ que deram apoio à pesquisa durante os dois anos de elaboração.

Sou grata aos queridos amigos dos domingos que, sabendo ou não da minha pesquisa, enriqueceram meu trabalho com interessantes discussões e comentários. Um agradecimento em particular a Maria Augusta Fonseca, que atenta e carinhosamente fez úteis indicações.

Meu agradecimento especial a Iná Camargo Costa pela leitura completa e cuidadosa do trabalho e pelas correções e dicas. Amiga querida, Iná soube ainda me indicar deliciosas leituras paralelas, partindo do seu princípio de vida de que sem prazer, nada vale a pena.

A Maria Laura Alegre agradeço a disposição com que, desde Buenos Aires, se encarregou de me enviar livros que precisava e que eram impossíveis de conseguir no Brasil.

Aos outros familiares e amigos na Argentina e no Brasil, irmãs, genros, cunhadas, cunhados, sobrinhos, sou grata pelo carinhoso interesse e por desculpar as ausências destes últimos meses. Meu agradecimento especial ao meu sogro Paulo Singer pelas conversas nos almoços de domingo. É um privilégio contar com seu estímulo e ser contagiada pelo seu otimismo e entusiasmo com a vida.

Agradeço a minhas filhas, Verônica e Marina, a presença próxima e cotidiana. Fazer parte da vida das duas é o meu maior motivo de orgulho, além de um aprendizado constante. Às duas e aos meus netos, Antônio e Francisco, agradeço pela enorme alegria de saber que existem e porque enchem a minha vida de significado. Amo muito vocês.

Finalmente, mas fundamentalmente, agradeço ao André Singer. Companheiro da vida e para a vida, leu, conversou, fez observações importantes, aguentou maus humores e ansiedades, mas, sobretudo comemorou o ânimo renovado de cada dia. André querido, pela sabedoria, pela paciência, pela coragem, pela ponderação e generosidade, obrigada.

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo 1	
Antecedentes: As condições para a expansão da economia do café	29
1.1 - Avanços e recuos combinados no caminho do café: questões em torno do abastecimento de trabalhadores, da propriedade da terra e da carência de transportes	33
1.2 - Avanços e recuos combinados na ação dos senhores: cálculos envolvendo a Abolição	47
Capítulo 2	
A demanda: “Para que queremos nós imigrantes com fortuna?”	68
2.1 - “O trabalho mais barato é o do colono; e igual a ele só a carpideira”. O regime de trabalho nas fazendas paulistas: de parceiros a proletários rurais	69
2.2 - “Deixar de financiar a imigração equivale a suprimi-la”. O custeio da imigração: da iniciativa individual ao financiamento público	87
2.3 - “O café dá para tudo”. A diversificação do capital: da fazenda ao capital cafeeiro	113
2.4 - “Pequena propriedade é por aqui fantasia”. O imigrante andaluz na crise da cafeicultura: de camponês na Espanha a operário agrícola em São Paulo	129
Capítulo 3	
A Oferta: “O indivíduo sem recursos, assaltado pela necessidade sob todas as formas”	144
3.1 – Breve panorama da Historiografia espanhola e andaluza sobre a emigração	146
3.2 – <i>Son hijos que reniegan de su patria que es madrastra</i> : o significado que a emigração teve para a Espanha	155
3.3 – <i>La Patria sorda, muda y ciega</i> : a necessidade de emigrar de espanhóis e andaluzes	163
3.4 – <i>Encadenamiento de explotaciones y amoralidades</i> : O trabalho dos <i>ganchos</i> e a rede montada para a captação dos trabalhadores	176

3.5 – <i>Pasajes gratis para los Estados Unidos del Brasil: O papel decisivo do oferecimento das passagens subvencionadas</i>	183
3.6 – <i>La suciedad y la miseria hacen que un día de viaje equivalga a un año de presidio: as condições nos portos e navios</i>	187
3.7 – (...) <i>hasta nueva orden, queda prohibida la emigración de los españoles al Brasil con billete gratuito: o relatório de D. Ángel Gamboa Navarro</i>	191
Capítulo 4	
A ilegalidade: O longo braço dos cafeicultores paulistas	202
4.1 – <i>Una dolorosa espina en el costado de España: A questão Gibraltar</i>	204
4.2 - As estatísticas: as cifras “aterradoras” de famílias camponesas que saiam por Gibraltar	206
4.3 - Os responsáveis pelo negócio: a rede de agências e concessionárias que atuava em Gibraltar	213
4.4 - Os que emigravam por Gibraltar: famílias camponesas tratadas como escravos.	220
4.5 - Os que ganhavam com Gibraltar: os ingleses, o capital cafeeiro e as companhias de navegação	226
4.6 - Os representantes dos interesses paulistas: o Comissário do Governo do Estado de São Paulo em Madri e o Fiscal de Emigração em Gibraltar	232
Considerações Finais	238
Fontes	245
Bibliografia	263
Anexos	281

INTRODUÇÃO

*A imigração subvencionada oficializava o que na realidade não passava de uma compra de trabalhadores, um processo de recrutar mão de obra que tem muitos pontos de semelhança com o antigo e extinto tráfico africano que ele viera substituir¹.*Caio Prado Jr.

A frase acima foi proferida por Caio Prado Jr. em conferência realizada em 1946. Ela faz referência à que foi, efetivamente, a marca da política imigratória praticada pelos dirigentes de São Paulo desde os últimos anos do Império: a subvenção, promovida à custa dos cofres públicos, utilizada para manter ativo o fluxo de trabalhadores para as fazendas de café. Na última década do século XIX, momento do auge desta política, o subsídio trouxe em torno de 80% dos imigrantes que entraram no Estado².

Desde as primeiras experiências com imigrantes conduzidas pelo Senador Nicolau Vergueiro em data próxima ao fim efetivo do tráfico de escravos para o Brasil, até a terceira década do século XX, momento em que o governo de São Paulo decretou o fim da política de subsídio, algumas modalidades de financiamento à imigração, definidas por leis elaboradas para regulá-las, foram colocadas em prática pelos interessados na entrada de trabalhadores europeus no Brasil ou por seus representantes. Muitas mudanças aconteceram entre o custeio realizado pelos próprios cafeicultores, nas primeiras tentativas realizadas a partir de 1840, até o total financiamento das passagens assumido pelo governo paulista já no período republicano. A política executada pelo governo de São Paulo foi, sob vários aspectos, diferente da preferida e praticada pelo governo central. Mas a ideia da contratação de intermediários para execução da missão de atrair e trazer os trabalhadores, fossem estas agências de imigração ou companhias de navegação, esteve presente na forma

¹ Prado Jr., Caio. “A imigração brasileira no passado e no futuro”. In Idem. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 255.

² “Dados para a História da Imigração e da Colonização em S. Paulo”. Boletim do Departamento Estadual do Trabalho. São Paulo, ano V, Nº 19, 1916, pp. 183 a 185. Apud Gonçalves, Paulo C. *Mercadores de Braços. Riqueza e Acumulação na Organização da Emigração Europeia para o Novo Mundo*. 518 f. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, São Paulo, 2008, p. 484.

como ambas instâncias de governo administraram a questão desde os primeiros tempos e o transporte de famílias de trabalhadores foi um negócio que proporcionou ganhos aos que nele estiveram envolvidos³.

A explosão do cultivo do café, que substituiu o açúcar na economia paulista em um movimento acelerado a partir da metade do século XIX, aconteceu em momento em que a lei que tornou efetiva a proibição do comércio de africanos no Brasil apontava para os fazendeiros a possibilidade de um futuro próximo onde o abastecimento de trabalhadores poderia passar por dificuldades. O escravo tinha sido a base do trabalho desde os tempos da colônia, e a sua carência, dada a inexistência de um mercado de mão de obra livre no país, se afigurava para as elites vinculadas à riqueza agrícola como um fantasma que ameaçava a produção.

Diferentes interesses de setores dominantes no Brasil foram contrapostos em discussões de projetos relacionados à nação em construção, implicando decisões sobre qual seria o imigrante mais apropriado para engrandecer o país. Se para uns, principalmente ligados ao poder central, tratava-se de atrair camponeses para o trabalho na agricultura que, transformados em pequenos proprietários, dariam forma ao “povo” brasileiro, para os fazendeiros do café tratava-se de não desviar a atenção do seu principal interesse, distorcido pela sua ótica de classe em interesse da nação: o abastecimento de braços para a lavoura. A almejada autonomia, que permitiria às elites paulistas a definição e execução da política de imigração desejada, foi alcançada com o sistema federalista, efetivado após a proclamação da República. O governo paulista, passando a financiar a “compra” de trabalhadores agrícolas, criava as condições necessárias para a formação de um mercado de trabalho livre, o qual, por sua vez, deveria assegurar aos fazendeiros a disponibilidade de mão de obra e garantiria a sua tranquilidade e os seus lucros. Ao assumir integralmente os gastos com a atração de trabalhadores, o Estado realizava, nas palavras de José de Souza Martins, uma “abolição no interior da abolição”, na medida em que removia o obstáculo representado pelo capital empatado pelo proprietário nas despesas com a vinda dos

³ Idem. op. cit., p. 157.

imigrantes. Os fazendeiros seriam abastecidos de trabalhadores sem ter que gastar nada⁴.

Fora alguma experiência com trabalhadores portugueses, os primeiros imigrantes que vieram para São Paulo, no século XIX, provinham da Europa setentrional, fundamentalmente da Confederação Germânica e da Suíça. A origem nacional predominante dos trabalhadores que chegavam às fazendas paulistas foi mudando ao longo do tempo devido, entre outros motivos, às sucessivas interdições à emigração para o Brasil por parte dos países fornecedores de trabalhadores, que atingiam, em especial, as passagens subsidiadas. Desde as primeiras experiências, as denúncias sobre as más condições em que se encontravam os trabalhadores imigrantes nas fazendas paulistas e os relatos de não cumprimento das regras e dos abusos cometidos pelos fazendeiros, tornadas públicas através da imprensa europeia, funcionaram como estopim para a legislação restritiva. Desta forma, após a proibição decretada pelo Império Alemão em 1871⁵, o mecanismo de captação de emigrantes se dirigiu para a Itália, que foi a principal fonte de abastecimento de braços para a lavoura nas últimas décadas do século XIX. Em 1902 foi a vez de a Itália proibir a emigração subsidiada para o Brasil. A necessidade de manter ativo o fluxo de imigrantes levou os cafeicultores a dirigirem sua energia captadora para a península ibérica fazendo com que, a partir dos primeiros anos do século XX, espanhóis e portugueses ultrapassassem os italianos em número de imigrantes ingressados pelo porto de Santos. Os imigrantes espanhóis, que tinham uma presença modesta em termos de participação no contingente de trabalhadores estrangeiros até a última década do século XIX, superaram os italianos, e também os portugueses, entre 1905 e 1919⁶. Estes imigrantes foram principalmente para o trabalho na zona rural. O censo de 1920 mostra que oito em cada dez espanhóis habitantes no Estado de São Paulo, residiam nas zonas cafeeiras⁷.

⁴ Martins, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 59.

⁵ Seyferth, Giralda. "A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica". In Mauch, Claudia (org.). *Os Alemães no Sul do Brasil*. Canoas: Editora ULBRA, 1994, p. 12.

⁶ A exceção foi o ano de 1907 em que o número de italianos foi superior. Os dados e a referência da fonte estão em Martins, José de Souza. "La inmigración española en Brasil y la formación de la fuerza de trabajo en la economía cafetalera, 1880-1930". In Sánchez-Albornoz, Nicolás (org.). *Espanhóis hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*. Madrid: Alianza Editorial, 1995, p. 250.

⁷ Martins, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 101.

Trabalhar com estatísticas referentes ao movimento de imigrantes/ emigrantes apresenta desafios para o pesquisador. Tanto nos países de origem como nos de destino, as informações, coletadas pelas instâncias encarregadas do controle do processo, são incompletas em termos quantitativos e qualitativos. Séries de dados apresentam lapsos de informação ou descontinuidade nos elementos relatados. Dados básicos, como a simples contabilidade de chegadas e saídas, apresentam dificuldades para serem determinados. No caso das estatísticas brasileiras de ingresso, por exemplo, têm que se lidar com a ausência de informação sobre movimento de fronteiras terrestres ou com a dificuldade de se obter informações cruzadas entre porto de embarque, nacionalidade de origem e existência de subsídio. Os registros eram motivo de insatisfação já em época coeva à imigração. Em 1898, um relatório da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo considerava deficiente o sistema que contabilizava apenas os imigrantes que passavam pela Hospedaria o que, pelo julgamento do secretário, deixaria de fora um montante não pequeno de indivíduos. O mesmo acontecia com o cômputo dos estrangeiros que partiam do Brasil, já que entravam na contagem apenas os que o faziam utilizando passagens de 3ª classe⁸.

No caso das informações disponíveis na Espanha, entre outras carências, não estão registradas nas estatísticas as saídas realizadas por portos estrangeiros. Um dos efeitos desta omissão é que, dado o grande volume de embarques em portos não nacionais, as cifras de emigração espanhola apresentam grandes diferenças quando comparadas com as da imigração nos países de destino. Quanto mais se exige dos números em termos de detalhe das informações, maiores são, evidentemente, as carências. Por este motivo, se encontramos dificuldade para trabalhar com a origem nacional dos e/imigrantes, mais árduo ainda é ter acesso a dados precisos em relação a sua origem regional.

Mesmo reconhecendo as limitações dos dados estatísticos, é possível aferir a importância da emigração espanhola para as fazendas paulistas tal como afirmar que,

⁸ Relatório da Agricultura. 1898. Arquivo do Estado de São Paulo. Consultado em 04/05/2013. <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/pageflip/prophp/main.php?MagID=771&MagNo=771>. Os critérios que determinaram a categoria *imigrante* passaram por mudanças ao longo do período. O governo central, ao contrário do de São Paulo, considerava “imigrantes” também os passageiros da 2ª classe. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Requerimentos à Secretaria da Agricultura. Diretoria Geral do Serviço de Povoamento. 1911. CO7376.

entre os espanhóis que foram trabalhar nas fazendas de café se destacam, em termos numéricos, aqueles provenientes da Andaluzia, região meridional da península ibérica⁹.

Os destinos preferenciais para os imigrantes andaluzes eram Argentina e Cuba, países aos quais os unia uma tradição cultural e linguística. Era o oferecimento da passagem gratuita financiada pelo governo paulista que os atraía para o Brasil. A captação de trabalhadores era realizada por meio do intenso trabalho de agentes e recrutadores que iam até as aldeias mais afastadas do interior das províncias andaluzas relatando as maravilhas do “Eldorado” brasileiro para atrair os interessados em melhorar de vida e rapidamente, antes que mudassem de ideia, conduzi-los a um porto onde uma companhia de navegação, também contratada pelos paulistas, os traria para o porto de Santos¹⁰.

As leis espanholas proibiam tanto a atividade de propaganda e de recrutamento de emigrantes como o seu embarque por porto estrangeiro. Entre 1910 e 1912 a proibição se estendeu a toda a emigração para o Brasil realizada utilizando passagem subsidiada. Mesmo estando proibido, o recrutamento de trabalhadores na Andaluzia continuou a ser efetuado e na impossibilidade de fazer o embarque dos emigrantes, aos quais se oferecia o custeio das passagens, por portos ali localizados, este foi transferido para o porto de Gibraltar, onde as leis espanholas não tinham vigência por tratar-se de protetorado inglês. A insistência dos cafeicultores na captação de trabalhadores, contrariando a legislação local, mostra a sua dificuldade em se adequar às regras do jogo exigidas pela moderna configuração do capitalismo, aceitando os limites impostos pela legislação nacional e a jurisdição desta legislação sobre seus cidadãos. Acostumados a serem abastecidos de trabalhadores pelos comerciantes de

⁹ Dados de 1916 mostram que 58,3% dos espanhóis desembarcados em Santos tinham começado a sua viagem no porto de Gibraltar, local característico de embarque irregular de andaluzes. Em 1917, a proporção de embarcados neste porto foi de 65,9%. Outros dados, provenientes de inventários econômicos, demográficos e culturais dos consulados espanhóis, indicam que, em 1932, 60% dos espanhóis residentes no Estado de São Paulo eram andaluzes. As estatísticas espanholas de emigração apontam para a estreita relação entre emigração andaluza e as passagens subsidiadas, sendo esta a política preponderante do Estado de São Paulo no período, o que reforça a afirmativa. Estes dados serão tratados, oportunamente, no capítulo correspondente. Martins, José de Souza. op. cit. 2010; Martínez, Elda E. González e Márquez, Rosario. “Andalucía y América: Las alternativas de una comunidad migrante”. In Vives, Pedro et alii. *Historia General de la Emigración. Española a Iberoamérica*. Madrid: Historia 16, 1992; Contreras-Pérez, Francisco. *Tierra de Ausencias. La moderna configuración migratoria de Andalucía (1880-1930)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2000.

¹⁰ Contreras-Pérez, Francisco. “El río revuelto de la emigración. El papel de las agencias gibraltareñas a principios de siglo”. *Almoraima. Revista de Estudios campogibraltareños*. Algeciras, Nº 16, 1996, p. 67.

escravos, cuja atividade oscilou entre a legalidade precária e a total ilegalidade desde o início do século XIX, o fornecimento de braços era um imperativo que passava por cima dos impedimentos impostos.

O período que mais precisamente nos ocupa é aquele em que, depois de séculos de um sistema produtivo assentado no trabalho escravo, no qual os trabalhadores livres ocupavam uma posição marginal, o capitalismo no Brasil incorporou algumas mudanças evidenciadas no processo de formação de um mercado de trabalho livre. No caso do Estado de São Paulo, onde localizamos nossa pesquisa, esse movimento dependeu de um trabalhador importado trazido para abastecer de braços as fazendas de café em um processo em que a participação estatal foi determinante.

Os fazendeiros de São Paulo, de forma geral, se beneficiaram dos subsídios pagos pelo Estado para manter contínuo o fluxo de imigrantes que abasteceria de braços as fazendas de café, sem para isso ter que imobilizar seu capital no financiamento dos trabalhadores. Mas as poderosas famílias paulistas, vinculadas ao capital cafeeiro, estiveram também diretamente envolvidas no negócio de atração de imigrantes da região da Andaluzia, já fosse através das atividades desenvolvidas pelos seus representantes na comissão comercial que mantinham em Madri, já fosse pela participação direta na principal agência encarregada do recrutamento na região ibérica, a Antunes dos Santos & Cia. Esta agência atuava no aliciamento de emigrantes na Espanha e em Portugal, e também em Gibraltar, sendo alvo de críticas e reclamações devido, entre outros motivos, às más condições oferecidas no transporte atlântico pela companhia de navegação *La France Amérique*, parceira nos translados desde este porto.

Na segunda metade do século passado, discussões voltadas à compreensão da formação do Brasil ganharam espaço no ambiente intelectual do país. Entre elas interessa para a nossa pesquisa a controvérsia em torno da produtividade e da vigência do trabalho escravo nas fazendas de café, particularmente as que surgiram com a expansão deste cultivo em direção ao oeste do Estado de São Paulo, a partir da

segunda metade do século XIX¹¹. Esta discussão está diretamente vinculada à questão das transformações do capitalismo naquela época e à maneira como os proprietários paulistas lidavam com as relações de trabalho.

Nessa discussão compete a nossa pesquisa em particular, a ideia de que haveria, entre os empresários paulistas e, particularmente, entre aqueles considerados representantes do já mencionado capital cafeeiro, um impulso modernizador e progressista que teria levado à decisão racional de introduzir o trabalho livre nas fazendas paulistas. Jacob Gorender, em adendo ao livro *O Escravismo Colonial*¹², em que trata dos fazendeiros do Oeste de São Paulo, contesta o que denomina de “concepção historiográfica tipicamente paulista”¹³. O autor considera equivocada a afirmação de que o trabalho escravo já não seria rentável para os fazendeiros do Oeste da Província. De acordo com a sua argumentação, foi precisamente nesta região que o braço cativo continuou altamente lucrativo e para comprová-lo relaciona comparativamente a produção de café e a quantidade de escravos entre as três regiões de maior produção na época: o Vale do Paraíba, região entre o Rio de Janeiro e São Paulo onde se originou o surto cafeeiro, o Oeste velho e o Oeste novo. Pelos dados apresentados por Gorender, o crescimento da população escrava no Oeste novo, entre 1854 e 1886, teria sido de 235% com o concomitante aumento da produção de café em volume muito superior ao apresentado na mesma época pelas fazendas do Vale do Paraíba e do Oeste velho¹⁴. Baseado em dados originados na

¹¹ Usaremos em algumas passagens, ao longo do trabalho, as denominações Vale do Paraíba, Oeste Velho e Oeste Novo, consagradas pela historiografia clássica do período para dividir o território paulista. Nas obras de Thomas Holloway e Joseph Love pode-se encontrar um minucioso detalhamento do avanço da cultura do café para o interior do Estado com a divisão das zonas que compõem as três grandes regiões. A divisão zonal adotada por ambos autores é muito similar e baseada fundamentalmente na cronologia do avanço da ocupação das terras e na expansão da rede ferroviária. Holloway, Thomas. *Imigrantes para o café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984; Love, Joseph. *São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937. A locomotiva*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. O geógrafo Pierre Monbeig sugere várias alternativas para a definição das zonas e regiões. Monbeig, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984. Ver mapa da localização do café no Estado de São Paulo, em 1910, nos Anexos.

¹² Gorender, Jacob. “Os fazendeiros do Oeste paulista” in Idem. *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

¹³ Gorender inclui neste grupo Sergio Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni, Paula Beiguelman e Boris Fausto, além de autores norte-americanos que aderiram a esta concepção: Warren Dean, Eugene Genovese e Richard Graham (o destaque na citação é nosso).

¹⁴ Para a comparação das três áreas o autor se baseia em dados extraídos de Lowrie, Samuel Harman, “O elemento negro na população de São Paulo”. *Revista do Arquivo Municipal*, v. 48, 1938 e Milliet, Sérgio, *Roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo: Bipa, 1946. Gorender, Jacob. op. cit., p. 603.

observação do biólogo francês Louis Couty, na província de São Paulo, o autor mostra o crescimento do número de escravos nas fazendas de café do Oeste paulista até 1883 e chama a atenção para o encaminhamento diferente que outras regiões, particularmente o Nordeste, deram à crise de abastecimento de força de trabalho¹⁵. Enquanto em São Paulo a carência de braços foi enfrentada pelo aumento do número de escravos, que tinha origem no tráfico interprovincial ou na liberação de trabalhadores cativos ocasionada pelas melhorias introduzidas nos transportes e no beneficiamento do grão, no Nordeste houve uma incorporação gradual do trabalhador livre nacional.

Desta forma, o autor considera, em linha interpretativa seguida por outros pesquisadores como Michael Hall e Flávio Saes, que as fazendas de café da região nova se desenvolveram com base no braço escravo até as vésperas da Abolição e que os imigrantes foram fonte *suplementar* de força de trabalho, sob a forma que ele denomina de “escravidão incompleta¹⁶”, até aquela data. Para Gorender, operavam no Oeste novos interesses mais poderosos no sentido de manter a escravidão do que em qualquer outra região, mesmo admitindo que a diferença destes proprietários em relação aos demais, estava em aceitar uma forma alternativa de abastecimento de trabalhadores representada pela imigração, o que não implicava em um conceito de trabalho diferente e inovador.

Nos trabalhos dos autores que compartilham a concepção criticada por Gorender estes cafeicultores são caracterizados como “um novo tipo de senhores rurais” ou “empresários capitalistas” promotores do “avanço da racionalização” econômica. Efetivamente, no prefácio às memórias do colono Thomas Davatz, Sergio Buarque de Holanda, um dos representantes do pensamento contestado por Gorender, comparando o desenvolvimento do latifúndio cafeeiro com o estereótipo do engenho de açúcar nordestino, se refere aos cafeicultores das regiões novas como “uma nova raça de senhores rurais” e à fazenda como “um (quase) centro de exploração industrial”¹⁷.

¹⁵ Couty estimava em 400 ou 500 mil a população de escravos nas fazendas de café em começos da década de 1880. Couty, Louis. *Le Brésil en 1884*. Rio de Janeiro: Faro & Lino Editores, 1884. Apud Gorender, Jacob. op. cit., p. 601.

¹⁶ Idem. op. cit., p. 606.

¹⁷ Holanda, Sérgio Buarque de. “Prefácio”. In Davatz, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p. 23.

Outro exemplo desta concepção que distingue as iniciativas dos cafeicultores do Oeste do Estado de São Paulo, mesmo que não mencionado no adendo *Os fazendeiros do Oeste Paulista*, pode ser encontrado no clássico trabalho de Emília Viotti *Da Senzala à Colônia*¹⁸. Há nestes autores uma indicação de que os empresários do Oeste paulista teriam percebido o atraso que significava a escravidão e partiram para a solução do trabalhador imigrante se colocando no lugar de vanguarda econômica na condução de um processo de modernização e progresso¹⁹.

Michael Hall também contesta esta ideia quando defende que a propriedade de escravos em São Paulo era muito lucrativa, e que essa lucratividade estava baseada na sua produtividade quando comparada à do trabalhador livre. O autor considera que

¹⁸ ... (os fazendeiros do Oeste paulista) “tinham ideias mais avançadas do que os do Vale do Paraíba. Representavam duas fases da economia brasileira, dois estilos de vida, duas mentalidades. Os primeiros distinguiram-se por um espírito empreendedor, introduziam máquinas em suas fazendas e voltavam suas esperanças para a imigração. Os outros abalados pela queda de produtividade dos cafezais apegavam-se ao trabalho servil e viam na indenização a única salvação para a crise que enfrentavam”. Costa, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998, pp. 528/529.

¹⁹ Um dos pontos que sustentam esta argumentação, é que estes proprietários teriam percebido a vantagem do trabalhador livre quando a sua produtividade era confrontada com a do trabalhador escravo. A discussão em torno da produtividade do escravo esteve focada no tempo de trabalho e no tempo de não-trabalho, relacionado à sazonalidade intrínseca ao trabalho agrícola. Pensando nestes termos, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso associou o trabalho escravo a um regime de desperdício. Na obra em que se ocupou do capitalismo no Brasil Meridional, e inspirado em observação realizada por Couty no sul do país (*Le Maté et les Conserves de Viande, rapport à son excellence monsieur le Ministre de l'Agriculture et du Commerce sur sa mission dans les provinces du Paraná, Rio Grande et les Etats du Sud*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880). Cardoso compara a produtividade dos charqueadores do Rio Grande do Sul com os saladeiros da vizinha região do Prata. Observava o autor que os custos do charque e do couro do Brasil não tinham condições de competir com os mesmos produtos originários da região vizinha. Os primeiros, utilizando trabalho escravo, apresentavam menor lucratividade. Cardoso considerou a economia escravista uma economia de desperdício pela sua própria natureza. De acordo com o autor, a mão de obra escrava não se adaptaria às sazonalidades do trabalho já que o escravo precisaria ser sustentado, mesmo nos momentos de menor intensidade das tarefas. Cardoso percebeu uma capacidade ociosa constante nos estabelecimentos gaúchos. A mão de obra contratada por empreitada permitiria aos produtores do Prata parar na entressafra e assim aliviar os gastos. Enquanto isso, os brasileiros continuavam trabalhando porque “era preciso ocupar os escravos”, para mantê-los ativos e disciplinados, mas também para que o produtor tivesse a ilusão do retorno do capital investido em sua manutenção. Nas palavras do sociólogo “A energia e os recursos dispendidos no regime escravo com a pura manutenção e funcionamento da escravidão pela escravidão impedem o aproveitamento racional das condições de trabalho e tornam o regime escravista um regime de desperdício”. Gorender argumenta no sentido contrário: a conta que estabelecia a quantidade de escravos necessária a uma fazenda era feita de acordo com a necessidade no pico de demanda, que coincidia com o momento de colheita e beneficiamento do grão. Ao mesmo tempo, esta conta era feita pela adequação às necessidades mínimas. A consequência era que o trabalho escravo era muito intenso nos momentos de pico de demanda e tornava-se menos intenso em momentos de queda. Cardoso, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp. 170 a 186. Gorender, Jacob. op. cit., pp. 597 a 614.

os gastos que os fazendeiros faziam com os colonos se aproximavam do custo do escravo, mas comparando o escravo ao imigrante, este último produzia um terço ou um quarto do que se obtinha do trabalho do primeiro. O retorno que o fazendeiro recebia do colono era inferior ao que recebia do seu investimento no escravo²⁰. Um dos motivos desta menor produtividade era que o imigrante não podia ser explorado com a mesma intensidade que o escravo que chegava a trabalhar 14 ou 15 horas por dia²¹.

O segredo da produtividade do trabalhador escravo estava, na opinião de Gorender e Hall, na superexploração de seu trabalho. O escravo representava capital imobilizado do proprietário: tratava-se de um investimento realizado de uma vez e recuperado de forma gradual ao longo de toda a vida útil dele. O proprietário adequava o ritmo de exploração do escravo para lidar com a falta de flexibilidade na disponibilidade de força de trabalho e ajustá-lo à sazonalidade do trabalho agrícola ou às “faces estacionais da produção²²”.

Para Gorender não era o escravismo que diferenciava os cafeicultores das zonas novas das antigas. Assim como não o era a introdução de inovações tecnológicas nos meios de produção, mesmo reconhecendo que, devido ao maior excedente, os cafeicultores do Oeste novo tivessem melhores condições para estes investimentos. Construção de ferrovias, aquisição de equipamentos para beneficiamento do café, assim como instalação de redes de telégrafo e iluminação a gás, estiveram presentes em todas as regiões alcançadas pela cafeicultura. A avaliação de Gorender de que a ênfase na diferença entre os cafeicultores das zonas antigas e das mais novas é exagerada foi compartilhada por outros autores. Warren

²⁰ Hall, Michael M. *The origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914*. 198 f. Tese de Doutorado. Faculty of Political Science, Columbia University, Nova York, 1969, pp. 22 a 24.

²¹ Taunay menciona inquérito realizado pelo holandês van Delden Leaerne nas fazendas fluminenses em 1883 no qual se relatava: “tão acostumados estavam os fazendeiros ao serviço escravo de, pelo menos, quatorze horas diárias, que chamavam preguiçosos os libertos escusando-se de trabalhar mais de 6 a 7 horas!”. Taunay, Afonso de E. *Pequena História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945, p. 161.

²² A rigor, o proprietário poderia vender os escravos em momento de exigência menor de trabalho, mas isto implicaria fazer um mau negócio já que, provavelmente, os venderia na baixa de preço, para ter que tornar a adquiri-los quando a demanda de trabalho tornasse a se elevar, o que também aconteceria com o preço do escravo. Ao mesmo tempo, a compra de africanos novos implicava na necessidade de aprendizado do trabalho além dos riscos de mortes prematuras ou doenças. Tessari, Claudia. *Braços para a colheita*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 286.

Dean reconhece que houve perda de fortunas tanto no Vale do Paraíba como nas regiões cafeeiras mais novas, assim como houve fazendeiros do Vale que transferiram suas riquezas para estas regiões, circunstância que foi também observada por Boris Fausto²³.

Não se formava uma nova classe de senhores rurais, supostamente dotados de racionalidade capitalista, mas se repetia o velho fenômeno das migrações de plantadores escravistas em busca de terras virgens. Tampouco se modificava, no Oeste novo, a orientação escravista dos fazendeiros migrantes, sob a influência de fatores situacionais. Ao contrário, os fatores situacionais reforçavam a precedente orientação escravista. A elevada rentabilidade, justamente, induzia a continuar comprando escravos²⁴.

Do nosso ponto de vista, o objetivo e a motivação principal para os fazendeiros do café era manter a produção e para isso garantir o abastecimento de mão de obra da forma que resultasse mais conveniente em termos da lucratividade de seus empreendimentos. Assim, enquanto isso foi possível, os fazendeiros do Oeste paulista continuaram dependentes do trabalho escravo, que sabiam tornar lucrativo, mesmo que uma parte deles aceitasse o trabalhador livre, receptividade que foi crescente na medida em que a dificuldade de reabastecimento do escravo se tornava uma realidade. Desta forma, foi apenas na segunda metade da década de 1880 que o número de imigrantes se tornou significativo em termos da demanda das fazendas, portanto muito perto da data de promulgação da lei que acabaria definitivamente com o trabalho servil²⁵. Também estava avançada a década de 1880 quando os fazendeiros paulistas aderiram ao abolicionismo, momento em que já estava garantido o financiamento estatal à imigração.

²³ Dean, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971, p. 48. Fausto, Boris. "Expansão do café e política cafeeira". In Idem (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. V. III *O Brasil Republicano. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1975, p. 197.

²⁴ Gorender, Jacob. op. cit., p. 604.

²⁵ "Entre 1875 e 1886 entraram na província de São Paulo quatro vezes mais imigrantes do que nos quarenta anos anteriores. Foi, no entanto, nos dois últimos anos anteriores à abolição que a imigração italiana realmente tomou impulso. Entre 1886 e 1887, mais de 100 mil imigrantes, em sua maioria italianos e portugueses, chegaram à província de São Paulo". Costa, Emília Viotti da. *A abolição*. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 71.

Colocados frente à necessidade de abastecer a produção com trabalhadores livres a partir do fim da escravidão, e na inexistência de um mercado que garantisse a livre negociação do preço do trabalho, disposições intermediárias foram colocadas em prática pelos fazendeiros. O caráter misto das relações de trabalho estabelecidas com os imigrantes parece corresponder à dificuldade da classe proprietária paulista de se adequar às novas relações com os trabalhadores.

A mencionada “mentalidade capitalista” dos fazendeiros paulistas foi se constituindo na relação com o trabalhador livre em um processo de antagonismo de interesses e de luta de classes inserido nas condições características da cultura cafeeira. Se em um primeiro momento, houve por parte dos proprietários uma tendência a dar aos imigrantes o mesmo trato que era dispensado aos escravos, a demanda por melhores condições de trabalho, o progressivo esgotamento das terras de cultivo, que reduzia a possibilidade de cultivo de gêneros para autoconsumo, e a necessidade de convencer os governos europeus das garantias oferecidas aos seus compatriotas, foram incorporando mudanças nas relações de trabalho nas fazendas. Durante o período estudado em nossa pesquisa houve uma diminuição das formas não monetárias de remuneração e concessões foram feitas no sentido de estabelecer condições contratuais explicitamente declaradas e formas de fiscalização de seu cumprimento, mesmo que com um alcance limitado. No fim do período analisado, depois de três décadas da abolição da escravidão, as relações de trabalho tinham se tornado mais adequadas a um capitalismo *tout court*.

A manutenção de um excedente de força de trabalho que garantisse aos proprietários condições favoráveis na negociação com os trabalhadores foi fundamental para este processo e é o que estabelece o vínculo com o caso tratado nesta pesquisa. Determinados a manter o mercado abastecido com largueza, em momento em que, por diferentes motivos, o fluxo de imigrantes tinha diminuído, as elites cafeeicultoras colocaram em execução uma forma de “tráfico de trabalhadores”, procedimento entranhado em práticas características do passado colonial.

A imigração para São Paulo foi, em grande parte, financiada pelos cofres do Estado constituindo-se em um exemplo de confusão entre interesses públicos e privados. As passagens subsidiadas dependiam da ação de recrutamento e atração de

imigrantes, operação proibida na Espanha, assim como em outros dos principais países fornecedores de trabalhadores para o Brasil. A possibilidade de emigrar dos andaluzes, cujo caso estudamos, dependeu do oferecimento das passagens gratuitas. O fato da captação e embarque destes trabalhadores contrariar a legislação espanhola, tornava ainda piores as difíceis condições de transporte até o porto de Santos, já que era realizada sem qualquer fiscalização por parte das autoridades. Enquanto publicamente a atividade de recrutamento ilegal de imigrantes era negada, ela ficou registrada em documentos que circulavam entre as instâncias do governo paulista, localizados por nossa pesquisa.

A proposta deste trabalho é, por meio da análise do envolvimento das elites cafeicultoras na atração de imigrantes da região da Andaluzia para as fazendas paulistas, realizada de forma irregular no sentido de desrespeito à legislação vigente na Espanha, conseguir avançar na compreensão do proceder da classe proprietária, relacionado à formação do mercado de trabalho livre em São Paulo. A nossa hipótese é que a determinação na realização de seus objetivos no abastecimento de trabalhadores levou os proprietários paulistas a desconhecer os limites das normas estabelecidas pelo Estado espanhol.

Usamos no nosso trabalho o termo elite para nos referir aos proprietários da riqueza representada pelo café em contraposição à massa de trabalhadores tanto estrangeiros quanto nacionais. Entretanto o nosso foco principal é a fração da classe dominante que se diferenciou de seus pares, no contexto da economia cafeeira, a partir da diversificação de investimentos e o avanço sobre o capital mercantil. Costuma-se adotar para este grupo de algumas famílias, que foram a vanguarda da burguesia paulista, a denominação de capital cafeeiro para diferenciá-lo do conjunto dos fazendeiros vinculados exclusivamente ao capital agrário²⁶.

A recuperação da trajetória percorrida pelos fazendeiros paulistas do café no processo que levou uma parte desta classe a transformar-se em representante do chamado capital cafeeiro, que realizamos basicamente de acordo com a bibliografia pertinente, abre uma brecha por onde olhar, historicamente, o uso do poder político

²⁶ Para as relações entre o capital cafeeiro e o Estado, ver Perissinoto, Renato Monseff. *Estado e Capital Cafeeiro em São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Fapesp; Campinas: Unicamp, 1999.

para favorecimento de seus interesses e a sua particular relação com a lei, herança do passado colonial, assim como a permanência de estruturas associadas ao tráfico e ao trabalho escravo nas formas que os substituíram. O caso dos imigrantes andaluzes permite observar as circunstâncias em que era realizada a atração e o transporte dos trabalhadores para as fazendas do Estado de São Paulo e assim estabelecer diferenças e continuidades entre um e outro sistema de abastecimento de força de trabalho.

Se o nosso objeto é a conduta das elites vinculadas à economia cafeeira em relação à formação de um mercado de trabalho livre em São Paulo e as políticas de Estado que viabilizaram seu desempenho econômico, a emigração/imigração se constitui no caso do qual procuraremos extrair elementos que sustentem a nossa análise.

Partimos da premissa de que as condições do emigrante no seu país de origem estão intimamente relacionadas com as condições de sua inserção no país de acolhida já que concebemos a migração como um processo integrado de saída e chegada. Desta forma nosso trabalho foi organizado de forma a articular a demanda de trabalhadores originada nas fazendas do Estado de São Paulo com as circunstâncias associadas à oferta de trabalhadores na Espanha em geral e na Andaluzia em particular.

O estudo deste processo nos leva a considerar o fenômeno migratório não do ponto de vista do país de saída ou o de chegada, mas como se ambos formassem parte de uma região integrada onde se produziram rearranjos dos fatores produtivos. Ocorreram modificações no uso do solo (...) e movimentos de mão de obra, de terras pouco produtivas para outras mais aptas²⁷.

A visão integrada da trajetória e/imigratória nos permitiu tirar o imigrante do lugar mítico do empreendedor e recolocar a dimensão do drama individual que significava emigrar. As circunstâncias sociais que engendravam a ideia de partir nestes

²⁷ Conde, Roberto Cortés. "Migración, cambio agrícola y políticas de protección. El caso argentino". In Sánchez-Albornoz, Nicolás (org.). *Espanoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*. Madrid: Alianza Editorial, 1995, p. 248. (Tradução nossa).

andaluzes nos induziram a abandonar a ideia de se tratar de um fenômeno voluntário, quando consideradas as condições de vida insustentáveis que se deixavam para trás. Ao mesmo tempo, o estudo do percurso destes imigrantes contribuiu para a derrubada do mito construído em torno da imagem do Brasil enquanto país de oportunidades. Neste sentido, as proibições estabelecidas pelos países europeus ajudaram a revelar a ambivalência do Brasil enquanto local de múltiplas possibilidades de progresso e ao mesmo tempo de inferno para o trabalhador, sendo que ambas imagens correspondiam a realidades diferentes: a do imigrante que chegava com posses e a do que trazia apenas seus braços para negociar.

As condições apresentadas pela Andaluzia a partir da expansão do capitalismo na região se vinculavam às necessidades colocadas pelo desenvolvimento do sistema do lado brasileiro do Atlântico, revelando uma articulação entre oferta e demanda que nos permitiu um olhar diferente da tradicional explicação das causas da emigração/imigração baseada na dialética expulsão/ atração dependendo da questão ser observada desde o país de origem ou de destino. O tráfico de trabalhadores nesta conexão atlântica está inserido no espaço econômico transcontinental do qual dependeu até bem avançado o século XX a formação do mercado de trabalho no Brasil²⁸.

Organizamos o trabalho em quatro capítulos cujo conteúdo foi concebido a partir de uma articulação entre as questões levantadas. Os dois primeiros tratam do Brasil enquanto país onde se originou a demanda que os cafeicultores paulistas foram realizar na Andaluzia. Optamos por fazer um recuo que nos permitiu observar os antecedentes do momento em estudo, pensando no caminho de formação do capital cafeeiro sob a ótica da particular relação das elites paulistas com a legalidade, fortemente vinculada ao passado colonial. O pano de fundo do nosso trabalho é a expansão e auge da cultura cafeeira. Sendo assim, o primeiro capítulo se ocupa das condições que possibilitaram o crescimento do café em direção ao interior do Estado de São Paulo. Consideramos como antecedentes o conjunto formado pelo trabalho escravo, pela lei que regulamentou a apropriação da terra, e pela implantação das

²⁸ Alencastro, Luiz Felipe. *O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 354.

linhas férreas. Sobre esta base, na qual o ilícito se apresentou sob diversas formas e com diferentes graus de intensidade, o café se expandiu.

Em termos cronológicos o primeiro e o segundo capítulo apresentam alguma superposição. Mas o segundo aborda mais especificamente o tema da imigração para as fazendas paulistas. Nele procuramos fazer uma análise do caminho que conduziu tanto ao subsídio total das passagens dos imigrantes por parte do Estado como ao estabelecimento do sistema de colonato, forma como se organizou a relação de trabalho no campo paulista até praticamente a década de 1950. Neste capítulo examinamos também a formação do capital cafeeiro, entendido como o complexo de capitais financeiro, mercantil e agrícola que deu origem à diferenciação de algumas famílias da elite paulista do conjunto dos fazendeiros, cujo processo de ampliação de capitais permitiu a ligação de alguns de seus membros com as empresas de recrutamento de imigrantes na Europa. Por último, o capítulo se debruça sobre o momento em que os trabalhadores andaluzes chegaram a São Paulo, quando já estava instaurada a crise na economia cafeeira iniciada na última década do século XIX, e as características de sua inserção sob estas condições²⁹.

O terceiro capítulo trata da emigração como fenômeno associado ao desenvolvimento do capitalismo na Espanha e particularmente na região da Andaluzia. Nele, além de traçar um panorama da historiografia espanhola sobre o tema da emigração, analisamos as condições em que se dá a saída dos andaluzes da sua região de origem com destino à América do Sul e particularmente ao Brasil. Questões como o papel dos *ganchos*, responsáveis pela atividade de recrutamento de trabalhadores considerada ilegal pelas leis espanholas, as causas da emigração irregular que deixava a Espanha por portos estrangeiros como Gibraltar, e as difíceis condições da espera nos portos de embarque e durante o transporte atlântico, são

²⁹ Dos trabalhos já produzidos que tratam da particular inserção do emigrante espanhol nas fazendas paulistas, é interessante destacar a proposição defendida por José de Souza Martins, que relaciona a possibilidade de acesso à propriedade, e a consequente integração social do imigrante, com o momento de sua chegada ao Brasil. Para o autor, diferentes oportunidades estiveram relacionadas a diferentes épocas. Para Martins o momento em que se deu a imigração explica mais do que a nacionalidade do imigrante, quando se procura esclarecer a sua inserção. O imigrante de uma mesma nacionalidade encontrou situações diferentes em diferentes momentos. De acordo com a sua análise, o imigrante espanhol destinou-se a repor a força de trabalho do italiano que não estava sendo repostada por si mesma e que estava deixando o Brasil desde finais do século XIX. Martins, José de Souza. op. cit. 2010, pp. 95 a 110.

temas desse capítulo. Por fim abordamos as denúncias que tomaram conta da imprensa espanhola na primeira década do século XX e que acabaram influenciando a proibição por decreto real – a partir de uma demanda do legislativo espanhol – da emigração subsidiada para o Brasil.

A emigração da região da Andaluzia para o Brasil esteve fortemente associada à oferta das passagens subsidiadas oferecidas pelo Estado de São Paulo. Na Andaluzia, os fazendeiros paulistas encontraram um trabalhador que se ajustava às necessidades de abastecimento de braços para a lavoura: pobre e, portanto, sem outra opção a não ser aceitar o trabalho nas fazendas, e transferido em grupo familiar, condição necessária para obtenção da passagem gratuita. É importante destacar que, ao contrário de outros estudos sobre a imigração espanhola, nosso foco é regional, o que acreditamos implica em um diferencial, em termos de possibilidades de análise, dada a importância da diversidade entre as regiões no caso espanhol. Um caminho para entender a tão falada “invisibilidade” do imigrante espanhol no Brasil poderia ser considerar a diferença na origem regional dos emigrantes que fez com que uns espanhóis fossem mais invisíveis do que outros. As características específicas dos imigrantes andaluzes, como o alto índice de analfabetismo quando comparado a outros grupos imigrantes, inclusive espanhóis, podem estar na origem, acreditamos, da sua “invisibilidade”³⁰.

³⁰ De uma ou outra forma, todos os pesquisadores que se dedicam à imigração espanhola no Brasil fazem referência à sua escassa presença na produção historiográfica e ao fato de que, quando comparados aos italianos, por exemplo, são poucas as marcas deixadas por estes imigrantes na cultura paulista.

A literatura sobre o assunto aponta para várias possibilidades de explicação para a menor quantidade de vestígios deixados pela presença do espanhol em São Paulo: o fato de não se organizarem enquanto nação no exterior, como fizeram os italianos (Martins, José de Souza, “La inmigración española en Brasil y la formación de la fuerza de trabajo en la economía cafetalera, 1880-1930”. In Sánchez-Albornoz, Nicolás (org.). *Espanoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*. Madrid: Alianza Editorial, 1995); a opção por ocupações que o transformaram em “micro empresário” - como coletores de ferro velho e sucata - atividades isoladas que os teriam afastado da classe proletária com protagonismo e visibilidade na época (Nascimento, José Leonardo de. “Trabalho e Prestígio Social: os Espanhóis em São Paulo”. In Silva, Sérgio S. e Szmrecsányi, Tamás (org.). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec, 2002); ou o fato de serem mais assimiláveis, dada a coincidência de religião e a similitude da língua, quando comparados a grupos como o formado pelos sírio-libaneses. Este último ponto de vista foi confirmado por um informe do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, publicado em 1920, no qual se afirmava que a assimilação dos espanhóis era favorável, ao contrário da apresentada por outros grupos como sírios, judeus ou japoneses. Em 1934, Alfredo Ellis publicou os resultados de outra pesquisa, realizada com base em princípios de antropometria, na qual se chegava à conclusão de ser, entre os espanhóis, mais frequente o cruzamento e mais fácil a hibridação com os

No quarto e último capítulo tratamos do caso da emigração irregular para o Brasil através do porto inglês de Gibraltar. Desde o começo do século XVIII quando a pequena península foi cedida à Grã-Bretanha no Tratado de Utrecht, Gibraltar foi ponto de fuga para aqueles que precisavam deixar a Andaluzia por perseguições políticas ou de outra índole. Enclave inglês ligado à Espanha por uma fronteira terrestre, sua situação geográfica e jurídica o tornava local privilegiado para o tráfico de emigrantes. As agências que realizavam o recrutamento ilegal em território espanhol operavam desde Gibraltar para arregimentar trabalhadores para os governos americanos que facilitavam a obtenção de passagens. Os representantes dos paulistas estavam entre eles e foram alvo de denúncias por parte da imprensa e das autoridades espanholas.

As principais fontes utilizadas na pesquisa consistem em documentação oficial recolhida em arquivos na Espanha e no Brasil. Trata-se de correspondências diplomáticas, relatórios oficiais e materiais produzidos pela imprensa de ambos países. Em arquivos brasileiros foram consultados ofícios e requerimentos da Secretaria da Agricultura, relatórios de autoridades, almanaques e outras publicações. Mesmo apresentando as limitações características deste tipo de fonte, o cruzamento dos documentos de um e outro país deixou a mostra contradições e divergências que ampliaram as possibilidades de informações e análises.

Propusemo-nos a não deixar os imigrantes serem, no nosso trabalho, representados exclusivamente por dados estatísticos. Desta forma, no decorrer da pesquisa, algumas descrições ou depoimentos associados a processos

paulistas. (Idem, op. cit., p. 371). A análise que incorpora a origem regional dos espanhóis, e as diferenças associadas a ela, abre uma outra perspectiva para estudar a carência de rastros da presença espanhola em São Paulo. Um bom exemplo da força da identificação regional na Espanha foi a importância que adquiriram na Argentina, país onde a presença espanhola é muito mais notável do que no Brasil, os clubes e associações regionais. Mesmo que exista o registro de entidades “pan-hispânicas”, as organizações de vascos, catalães e galegos tiveram uma significativa presença (Fernández, Alejandro. “El asociacionismo español en Argentina: una perspectiva de largo plazo”. In Rodríguez, Juan Andrés Blanco. *El asociacionismo en la emigración española a América*. Salamanca: Gráficas Varona, 2008). Em livro sobre os espanhóis na cidade de São Paulo, a historiadora Marília Cánovas chama a atenção para o fato de que a fração mais rica e instruída da colônia espanhola não conseguia se organizar em associações ou afins porque as brigas eram constantes. Evidentemente estas disputas eram um reflexo da realidade fragmentada da sociedade espanhola com seus regionalismos. Seria interessante analisar a comparação que a autora faz com o acontecido nas associações organizadas pela colônia italiana, à luz do momento político vivido por uma e outra nação em finais do século XIX, com relação aos processos de unificação ou de reforço dos regionalismos, em um e outro caso. Este tema requereria mais pesquisa. Cánovas, Marília D. Klaumann *Imigrantes espanhóis na Paulicéia*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2009, pp. 39/40.

individualizados, buscam nos aproximar do imigrante/ emigrante e sua vivência. Dado que os indivíduos em questão eram na sua grande maioria analfabetos, não temos testemunho escrito da sua experiência. Isto aumenta o desafio do historiador: trabalhar com fontes escritas que são indiretas e muitas vezes comprometidas com a ideologia das classes dominantes³¹. Procuramos trazer a experiência do imigrante para o nosso trabalho apoiados na ideia do sociólogo Abdelmalek Sayad de ser a emigração/ imigração ao mesmo tempo um fato coletivo e um itinerário individual³². A presença de dados individualizados, mesmo que no nosso caso restrito a algumas poucas passagens, amplia as possibilidades de conhecimento. Nas palavras da historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias “o interesse pelo particular não restringe a amplitude do tema, pois focalizar as experiências de vida de homens e mulheres, ainda que de ângulos particularizados, significa um espriar de olhares sobre a paisagem a perder de vista”³³.

Estabelecemos como recorte temporal para o trabalho o período entre 1886 e 1918. Apesar de ser necessário, em muitas oportunidades, recuar para além do limite estabelecido de modo a recuperar alguns processos relacionados à economia do café, consideramos o ano de 1886 como marco inicial levando em conta que neste ano foi fundada a Sociedade Promotora da Imigração pelos cafeicultores paulistas. Esta entidade foi fundamental para manter o fluxo de imigração sem interrupção na passagem da Monarquia à República. Foi também em torno desta data que o subsídio total às passagens dos imigrantes por parte dos cofres públicos de São Paulo se fez realidade.

A emigração de andaluzes para a cafeicultura, que começou a tomar volume na última década do século XIX, aconteceu tardiamente com relação à imigração de outras origens. A utilização do porto de Gibraltar para embarque destes emigrantes, a pesar de ocorrer desde o início da emigração massiva, teve um grande crescimento após a promulgação da lei de emigração espanhola em 1907 e o auge do tráfico de

³¹ Dias, Maria Odila L. da Silva. “Sociabilidade sem História: Votantes pobres no Império, 1824-1881”. In Freitas, Marcos C. de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 61.

³² Sayad, Abdelmalek. *A imigração*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1998, p. 13.

³³ Dias, Maria Odila L. da Silva. “Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea”. In *Revista Projeto História*. São Paulo. V. XVII, 1998, p. 237.

trabalhadores por este porto aconteceu nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial. Sendo assim, optamos por estender o nosso limite temporal até o final da guerra, em 1918, dado que muita documentação utilizada na pesquisa foi produzida nestes anos. O período delimitado para o nosso trabalho, de 1886 a 1918, foi o momento de maior afluxo de imigrantes andaluzes para o interior paulista, além de englobar as proibições italiana (1902) e espanhola (1910) da emigração subsidiada para o Brasil. Os vínculos das famílias paulistas com as empresas recrutadoras e a presença de seus representantes em Madri e Gibraltar são também deste período.

Finalmente, é importante destacar que entendemos o processo de transformação das relações de trabalho na cafeicultura paulista como produto do conflito entre os interesses dos proprietários de um lado e a luta por melhores condições de trabalho por parte dos trabalhadores. Se a emigração tinha significado uma atitude contra a proletarização forçada a que os empurrava a crise do capitalismo na Europa, formas de resistência foram implementadas pelos imigrantes contra a forçada proletarização nas fazendas brasileiras.

Os proprietários brasileiros estavam habituados, desde a colônia, a atuarem com uma enorme margem de manobra em relação às imposições legais. Nas palavras de José Murilo de Carvalho: “Em suas mãos, a justiça, (...) tornava-se simples instrumento de poder pessoal. O poder do governo terminava na porteira das grandes fazendas”³⁴. Todo o complexo cafeeiro, de certa forma, tinha se desenvolvido graças a uma força de trabalho mantida em cativeiro ilegalmente após a lei de proibição do tráfico de 1831: “A expansão da cultura cafeeira na atual região sudeste e a riqueza daí advinda tiveram origem nesse crime contra as leis do país e da própria humanidade”³⁵. A ilegalidade continuou na operação de tráfico de imigrantes.

³⁴ Carvalho, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 21.

³⁵ Cifras da ilegalidade: durante todo o período do tráfico negreiro entraram no Brasil mais de 4,8 milhões de africanos escravizados. Entre 1801 e 1825 entraram 1.012.762 e entre 1826 e 1850, 1.041.964 e ainda 6.800 após 1850. Ou seja, mais de 42% do total de africanos trazidos ao Brasil durante todo o período em que existiu o tráfico, entraram na primeira metade do século XIX. A enorme maioria dos que aqui chegaram entre 1826 e 1860 foi conduzida à região Sudeste já em momento em que o tráfico era ilegal pelas leis do Brasil. Chalhoub, Sidney. *A Força da Escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, pp. 30 e 35.

A maneira como as elites cafeicultoras participaram diretamente no negócio resultante da atração de imigrantes para o trabalho no Estado de São Paulo revela o caráter ambíguo do seu papel na formação do Brasil: partidários e promotores da modernização do país, acompanhando o desenvolvimento do capitalismo mundial, continuavam, ao mesmo tempo, agentes do atraso econômico e social.

CAPÍTULO 1 – ANTECEDENTES: AS CONDIÇÕES PARA A EXPANSÃO DA ECONOMIA DO CAFÉ

No dia 6 de abril de 1906, o espanhol Pedro Molina Blesa de 41 anos, sua esposa, Maria González Lara e seus três filhos de 13, 11 e 6 anos embarcaram com destino ao porto de Santos. Levavam na bagagem o atestado de pobreza e boa conduta, emitido pelas autoridades de sua cidade, Utrera, na província de Sevilha, que era o documento exigido pelas autoridades paulistas para a concessão da passagem subsidiada. Depois de aproximadamente vinte dias entraram na Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, de onde foram enviados para a lavoura na fazenda Santa Maria, no distrito de Guariba, comarca de Jaboticabal. No dia 7 de julho às 16 horas, estava Pedro com seu filho José de 11 anos, trabalhando no cafezal quando apareceu o fiscal da fazenda, Theodoro Leiba, que vinha de ter discutido com outro colono, um italiano. Theodoro ordenou a Pedro que apanhasse uns grãos de café que estavam no chão, e este desagradado com o tom da ordem, se negou. Theodoro sacou então uma arma de fogo e deu um tiro em Pedro que morreu na hora. Meses depois, a viúva com seus três filhos pediu para ser repatriada já que a lei previa esta possibilidade para aqueles casos em que o chefe de família falecesse ou sofresse um grave problema de saúde antes de um ano do seu engajamento na lavoura³⁶.

Em fevereiro do mesmo ano, Francisco Quevedo, de 32 anos, e sua esposa, Francisca Calero Criado tinham embarcado na Espanha também com destino ao porto de Santos. Vinham com o casal os quatro filhos, sendo o mais velho de 11 anos e a mais nova de 2 anos. Chegando à Hospedaria Francisco, ressentido da viagem, caiu doente, ficando impedido de partir para a fazenda. Nesses dias, a menor de suas filhas, Francisca, faleceu, o que contribuiu para a piora do estado de saúde do pai. A família pediu para ser repatriada, mas não teve direito a isso, já que não tinham chegado a se dirigir para a lavoura, condição para ver a solicitação atendida. Outro caso deste tipo foi o de Maria Soledad Gimenez Molina, de 23 anos e natural de

³⁶ Arquivo do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos Diversos. CO7219. Pedido de repatriamento de Maria González Lara e três filhos, 6 de novembro de 1906.

Almería, que embarcou em Málaga, com seu marido com destino ao porto de Santos. Aos doze dias de viagem o marido contraiu varíola e morreu. Dois dias depois, ainda no navio, Maria deu à luz uma menina. Chegando ao Brasil ela solicitou o repatriamento, que não pode ser concedido devido ao marido não ter se engajado na lavoura antes de morrer. Os certificados de óbito do marido e de nascimento da menina não lhe foram entregues pela agência que a trouxe para o Brasil, somando-se às dificuldades enfrentadas por Maria a falta de documentação³⁷.

Também em 1906, Domingos Gomes Carrasco, de 28 anos, natural de Múrcia na Espanha, trabalhava na fazenda São Pedro no município de Amparo quando uma pedra que removia caiu sobre ele provocando o esmagamento de sua mão esquerda. O resultado do acidente foi a perda total do polegar, a perda parcial do indicador e uma grave atrofia muscular que tornou a sua mão inútil para o trabalho. Naqueles dias, a sua esposa sofreu uma cirurgia para remoção do olho direito na Santa Casa de Misericórdia em São Paulo devido a uma doença infecciosa que afetou a sua vista³⁸.

Miguel Cabrera Teruel, de 46 anos e pai de 5 filhos entre 11 e 2 anos, natural de Almería, morreu na fazenda Figueira em Ribeirão Preto sem assistência médica. Este foi também o caso de Juan Sanchez Villegas, de 40 anos e um filho de 3 anos e de José Delgado Reyes, pai de quatro filhos. Os três morreram nas fazendas em que trabalhavam sem que tivessem sido assistidos por um médico³⁹.

José Ramón Fernandes, de 26 anos e natural de Granada, esteve internado na enfermaria da Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo onde foi diagnosticado um eczema crostoso no dorso de ambas mãos. Os médicos atribuíram a patologia apresentada por José à má alimentação, à exposição permanente aos raios solares, ao calor e à falta de proteção para realização de trabalhos grosseiros e afirmaram ser

³⁷ Arquivo do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos Diversos. CO7219. Pedidos de repatriamento de Francisco Mario Quevedo e família, 18 de maio de 1906, e da viúva Maria Soledad Gimenez Molina, 24 de janeiro de 1906.

³⁸ Arquivo do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos Diversos. CO7219. Pedido de repatriamento de Domingos Gomez Carrasco com mulher e um filho, 3 de setembro de 1906.

³⁹ Arquivo do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos Diversos. CO7219. Pedido de repatriamento de Maria Rodriguez Teruel e cinco filhos, 9 de maio de 1906, de Adela Carreño Robles e um filho, 17 de abril de 1906, e de Josefa Luque Girol com quatro filhos, 21 de fevereiro de 1906.

doença adquirida no trabalho na lavoura já que a complexão forte e sadia do trabalhador indicava não ter trazido o problema de seu país natal⁴⁰.

Os dados acima foram extraídos de documentos de imigrantes solicitando o seu repatriamento às autoridades encarregadas da imigração em São Paulo, fazendo apelo ao decreto 463 de 19 de julho de 1897 que previa este procedimento para aqueles que tivessem vindo à custa do Tesouro Estadual. Somente no ano de 1906 foram repatriadas pelo governo do Estado, por diversos motivos, 69 pessoas, das quais 59 tinham nacionalidade espanhola, e destes, a grande maioria era oriunda da região da Andaluzia. Muitos dos casos relatados acrescentavam à situação de falecimento ou doença do chefe de família, o fato de se encontrarem sem documentação, já que seus papéis tinham sido retidos na Hospedaria ou pela agência encarregada de seu transporte até Santos, o que era motivo de repetidas queixas por parte do consulado espanhol em São Paulo⁴¹. Outro relatório produzido pela Hospedaria dos Imigrantes deixava evidentes as dificuldades atravessadas pelos imigrantes espanhóis. Entre 1º de janeiro de 1908 e 19 de setembro de 1910, tinham sido repatriadas 210 pessoas divididas em 47 famílias. Deste total, 186 homens, mulheres e crianças, ou 42 famílias, eram espanhóis⁴². Esta alta incidência parece refletir o momento menos propício em que se deu a sua emigração para o Brasil.

No caso dos andaluzes reúnem-se diversas características próprias de sua situação, que acentuam o interesse em seu estudo: o papel decisivo das passagens subsidiadas para possibilitar a sua emigração; a grande dependência do trabalho das agências captadoras no oferecimento destas passagens e na propaganda para atraí-los para São Paulo; a ilegalidade desta atividade na Espanha, assim como o foi depois, de forma geral, a emigração com passagem subsidiada; o papel do porto inglês de Gibraltar para propiciar o embarque ilegal destes trabalhadores e as terríveis condições em que eram transportados, devido à reduzida possibilidade de fiscalização por parte

⁴⁰ Arquivo do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos Diversos. CO7219. Pedido de Repatriamento José Ramón Fernandes com mulher e uma filha, 17 de agosto de 1906.

⁴¹ Arquivo do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos diversos. 1906. CO7219.

⁴² As pessoas de outras nacionalidades que constam do relatório são duas famílias italianas e três russas. Arquivo do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos diversos. 1910. CO7318.

das autoridades espanholas em porto estrangeiro. Esta imigração se deu tardiamente se comparada à que representou o maior fluxo de imigrantes para o café, os italianos. E se deu em momento em que já estava configurada a crise na economia cafeeira.

Mas se o conjunto das características desta emigração de andaluzes para São Paulo constitui a sua especificidade, trata-se também de um exemplo do que poderíamos chamar de absurdos da modernização do Brasil: nos primeiros quinze anos do século XX, a formação do mercado de trabalho livre em São Paulo dependeu do tráfico de camponeses andaluzes. E esta atividade foi realizada desconhecendo as leis espanholas que proibiam a atividade de recrutamento, o embarque por porto estrangeiro e o subsídio das passagens.

O tráfico de imigrantes e a transgressão das leis em que implicou foram produto da necessidade constante de abastecimento de trabalhadores gerada pelas novas condições apresentadas pelas relações de produção no Brasil após o fim da escravidão. Mas um e outra são também vestígios do passado. O descrédito na aplicação da lei no Brasil tinha origens antigas e esteve associado ao grande poder e margem de manobra dos fazendeiros, à ausência de um Estado com seu aparato policial, às longas distâncias que separavam uma aglomeração humana da outra e à falta geral de informação⁴³. É para melhor entender o paradoxo do tráfico de andaluzes associado à formação do Brasil moderno, que propomos voltar uns anos até a metade do século XIX, momento de gestação do que viria a se denominar complexo cafeeiro: um período farto de “ilegalidades”.

⁴³ Lamounier, Maria Lúcia. *Da escravidão ao Trabalho livre*. Campinas: Papyrus, 1988, p. 13.

1.1 - Avanços e recuos combinados no caminho do café⁴⁴: questões em torno do abastecimento de trabalhadores, da propriedade da terra e da carência de transportes.

Este trabalho envolve uma tentativa de expor alguns aspectos particulares do capitalismo no Brasil. Embora seu marco temporal inicial nos remeta às décadas finais do século XIX, momento em que a entrada de imigrantes já se tornara uma realidade efetiva e, de forma geral, os cafeicultores já admitiam o fim da escravidão, acreditamos ser necessário recuar no tempo e trazer, a título de antecedentes, alguns aspectos que ajudem a retratar o ambiente em que o trabalho servil foi, em um lento e árduo percurso, caminhando para a sua extinção. Sem pretender entrar na discussão sobre o processo de formação de Estado e Nação no Brasil, é inegável que no século XIX aconteceram mudanças fundamentais na perspectiva de como se moldaria o Brasil moderno: a transferência da família real portuguesa e a transformação do Brasil em sede da Monarquia, a abertura dos portos e a “suspensão do estatuto colonial⁴⁵”, a Independência, a primeira Constituição, duas guerras, numerosas revoltas, o fim do tráfico, a Abolição e a República. Do ponto de vista do percurso político, foi um século em que o Brasil passou por três diferentes regimes: Colônia, Império, República. Mas as mudanças no sistema político não implicaram necessariamente alterações profundas nas estruturas econômicas e nas relações sociais estabelecidas. Desta forma, durante quase todo o século XIX o Brasil continuou a ser um país agroexportador, cuja economia estava baseada no cultivo de um produto principal explorado com mão de obra escrava⁴⁶. E mais do que isso, a ideologia que dava

⁴⁴ A frase foi inspirada em formulação de Roberto Schwarz no ensaio “Um Seminário de Marx”. Agradeço a André Singer que me fez notar o quanto a ideia das “regressões do progresso” tinha a ver com meu trabalho. Schwarz, Roberto. “Um Seminário de Marx” in Idem. *Sequências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

⁴⁵ Lisboa, José da Silva, *Memórias sobre os benefícios políticos do governo de El-Rey nosso senhor dom João VI*. Apud Novais, Fernando A., *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1717-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979, pp. 10/11, nota 18.

⁴⁶ Caio Prado Júnior refere-se às permanências estruturais ao longo do século XIX ao falar das limitações ao desenvolvimento da indústria no Brasil na segunda metade desse século: “Mantivera-se a estrutura legada pela colônia em que domina uma atividade produtiva assente no trabalho escravo e voltada inteiramente para uns poucos gêneros agrícolas destinados à exportação. Nisto se concentrava e disto dependia ainda a vida do país (...)”. Prado Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo. Editora Brasiliense. 1976, p. 198.

sustentáculo ao sistema escravista no Brasil e que tinha raízes na mentalidade portuguesa desde os primórdios da colonização, manteve-se em muitos casos inalterada e marcou as relações de trabalho e o próprio conceito de trabalho até depois de muito tempo de abolida a escravidão⁴⁷.

A questão de quem seria o imigrante ideal para o Brasil foi, nesse contexto, assunto de discussão no âmbito do governo brasileiro desde o começo do século XIX⁴⁸. Na esfera do grande tema da nova nacionalidade, durante décadas discutiu-se, nas instâncias governamentais e na imprensa (e também em manifestações de alguns membros das elites ilustradas, preocupadas com o atraso do Brasil em relação ao mundo moderno), qual seria a melhor maneira de levar adiante este empreendimento e quem seria o imigrante que ajudaria a engrandecer o Brasil⁴⁹. Desde a época da transferência da corte portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro, diferentes propostas foram defendidas e colocadas em prática e fracassaram por diversos motivos⁵⁰. Povoar o país apresentava-se como uma necessidade e a entrada de colonos estrangeiros como uma solução. Em 1835, Miguel Calmon du Pin e Almeida, futuro Marquês de Abrantes, escreveu um documento que realizava um preciso diagnóstico das necessidades do seu Estado, a Bahia, e apresentava recomendações e propostas para a sua solução, mais precisamente, a atração de imigrantes⁵¹. Em sua

⁴⁷ “Para compreender a escravidão latino-americana é preciso começar pela compreensão de que a escravatura era uma tradição tão bem estabelecida na Península Ibérica quanto o casamento (...) padrões muito antigos foram adaptados aos africanos em um cenário europeu, e todo o complexo foi transferido por atacado para a América...” Schwartz, Stuart e Lockhart, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2002, pp. 37/38.

⁴⁸ Luiz Felipe de Alencastro localiza o impulso às iniciativas oficiais de imigração para o Brasil no marco dos tratados anglo-portugueses de 1810 que já anteviam a extinção do comércio de escravos. Alencastro, Luiz Felipe “Escravos e proletários. Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872”. *Novos Estudos Cebrap*, Nº 21, julho de 1988, pp. 30 a 32.

⁴⁹ O pensamento pragmático das elites ilustradas brasileiras do século XVIII e XIX, em busca de soluções para a nacionalidade em formação, foi abordado em belo artigo da historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias. Dias, Maria Odila L. da Silva, “Aspectos da ilustração no Brasil” in *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

⁵⁰ Para uma explicação dos motivos do fracasso das várias tentativas de formação de colônias por parte do governo imperial na primeira metade do século XIX ver Costa, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998, pp. 109 a 112 e 157 a 162. Este tema será retomado adiante.

⁵¹ O primeiro Miguel Calmon du Pin e Almeida (1796-1865) – houve vários homônimos emparentados que ocuparam cargos no Império e na República – foi um político brasileiro que ocupou diversos cargos na sua terra natal, a Bahia, e também na corte. Foi Ministro de Dom Pedro I e de Dom Pedro II. Considerado uma das figuras mais proeminentes do Império, ocupou, em várias legislaturas, cadeiras no

Memória, oferecida aos baianos, o então ex-ministro indicava quais as nacionalidades que considerava mais favorável atrair para o Brasil: em primeiro lugar os originários de Portugal, por óbvios motivos de coincidência de língua e costumes, em segundo lugar os espanhóis e italianos, próximos dos primeiros em termos de familiaridade de hábitos e idioma, e em terceiro, suíços, alemães e franceses, que mesmo acostumados a práticas diferentes e a uma “estranheza absoluta da linguagem (...) podem ser utilíssimos ao país⁵²”. Em sua esclarecida observação, vislumbrava problemas que o convívio destas populações com os escravos africanos poderia acarretar e também previa a forte oposição que os encarregados do tráfico fariam à proposta de colonização. Reconhecendo que o governo estava ocupado com a Administração Pública, recomendava que a iniciativa imigratória fosse levada adiante por uma sociedade por ações, especialmente criada para esse fim e terminava o trabalho sugerindo um regulamento de funcionamento para aquilo que denominava Companhia de Colonização da Bahia. As sugestões do autor para o funcionamento da empresa, arroladas em um Prospecto na parte final da *Memória*, incluíam determinações sobre fiscalização do embarque, comprometimento do corpo consular do Império na missão, controle dos agentes recrutadores, hospedagem dos imigrantes na chegada ao Brasil e destino final destes, tanto para atender a demanda específica de fazendeiros, como para o estabelecimento em terras devolutas, que o Governo deveria disponibilizar, para quem quisesse se estabelecer por conta própria. Em todos os aspectos mencionados, o trabalho de Abrantes antecipava os assuntos que pautariam a questão de regulamentação da imigração até as primeiras décadas do século XX. No documento, o futuro Marquês chamava a escravidão africana de “funesta necessidade” e advertia sobre os efeitos ainda mais funestos da existência de tantos “bárbaros” no país, produto do “cancro africano”. Em uma passagem reveladora, o conselheiro antecipava um cálculo que seria grande motivo de polêmica entre os fazendeiros brasileiros:

Senado e na Câmara. Foi diplomata em Paris, Londres e Berlim e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Recebeu o título de Visconde de Abrantes em 1841 e o de Marquês em 1854.

⁵² Almeida, Miguel Calmon du Pin e. *Memória sobre o estabelecimento d'uma companhia de colonização nesta província*. Bahia: Typ.do Diário de G.J.Bizerra, e comp, 1835. Brasiliana. USP. Permanent link. <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00029700> , p. 6.

(...) a servidão doméstica, e o trabalho forçado não podem ser baratos em um país imenso, despovoado, e fértil como o nosso. Um homem livre, que pode ganhar a vida facilmente, não se sujeita a ser criado sem a equivalente compensação. (...) E por ventura não é também elevado o salário, que surdamente ganha o doméstico escravo? Calcule-se o preço deste, o juro do capital empatado, o risco iminente do mesmo capital, o vestiário, sustento, e curativo do indivíduo, e reconhecer-se-á, que não há criado mais caro do que um moleque boçal, que nos queima o sangue⁵³.

Durante toda a primeira metade do século XIX, independente de qualquer polêmica em torno da atração de novas populações e inclusive de algumas iniciativas nesse sentido, os fazendeiros continuaram a importar africanos para a lavoura fortalecendo o sistema de trabalho que vigorara no Brasil desde os primórdios da colônia. Foi em torno da metade do século que se deu a inflexão que marcaria as décadas seguintes. Em 4 de setembro de 1850 foi aprovada a lei Eusébio de Queirós que proibiu o tráfico de escravos, colocando em prática a frustrada legislação de 1831⁵⁴. A efetiva aplicação da lei, cuja execução foi levada adiante pelo governo brasileiro sob a vigilância da Inglaterra, e ainda que casos de contrabando tenham acontecido nos primeiros anos, significou a interrupção da principal fonte de renovação do braço cativo. Passou-se a perseguir os traficantes, mesmo que a lei tenha sido condescendente com os proprietários, inclusive com aqueles que estavam em posse de escravos “ilegais” entrados no país após a vigência da legislação de 1831. O efeito imediato da lei Eusébio de Queirós foi a elevação do preço dos escravos⁵⁵. A questão do abastecimento de mão de obra passou a ser motivo de preocupação para os fazendeiros de São Paulo à medida que o café avançava do Vale do Paraíba para o

⁵³ Idem. op. cit., p. 9.

⁵⁴ Em 1826, por ocasião da renovação dos tratados comerciais assinados em 1810 e no quadro de dependência agravado pela dívida que o Brasil assumira no processo de Independência, a Inglaterra conseguiu impor ao governo brasileiro uma cláusula pela qual este se comprometia a decretar a abolição do tráfico de escravos dentro de três anos a partir da retificação do tratado. Por meio da lei de 7 de novembro de 1831, o governo brasileiro cumpriu a promessa, considerando livres todos os africanos ingressados no Brasil a partir daquela data. A lei de 1831, no entanto, foi simplesmente ignorada. Costa, Emília Viotti da. *A abolição*. São Paulo: Editora UNESP, 2008, pp. 24 a 26.

⁵⁵ “Em 1850, pagava-se de quinhentos a seiscentos mil-réis por um escravo do sexo masculino, entre quinze e trinta anos de idade. Dez anos mais tarde, o preço subira a um conto e quinhentos e, no fim da década de 1870, chegou até dois e meio”. Costa, Emília Viotti da. op. cit. 2008, p. 33.

interior do Estado em um ritmo que exigia o permanente suprimento de trabalhadores. Teve quem, pensando em diminuir o efeito da falta de reabastecimento de escravos, sugerisse que, tratando-os melhor, seu tempo de vida útil poderia ser prolongado⁵⁶. Em função disso multiplicou-se, após 1850, o número de manuais de instruções para fazendeiros indicando o bom trato da escravaria⁵⁷. Teve quem pensasse na utilização do trabalhador nacional, que já cumpria um papel na realização de alguns trabalhos específicos nas fazendas⁵⁸. Outros proprietários pensaram que o problema seria resolvido pela importação de trabalhadores de outras partes do mundo. Enquanto isso, o tráfico interprovincial substituiu o tráfico africano, sendo a solução para muitos fazendeiros a atração de escravos antes ocupados em outros locais do Brasil.

O político conservador Joaquim Floriano de Godoy, senador do Império, preparou, em 1875, um relatório sob o título *A Província de São Paulo: trabalho estatístico histórico e noticioso* com o fim de ser apresentado no pavilhão brasileiro na exposição comemorativa do centenário dos Estados Unidos da América, que aconteceria na cidade de Filadélfia em 1876. Neste relatório, registro interessante do momento em que o café avançava para o interior do Estado de São Paulo, Godoy reconhecia o grande aumento da população escrava na província, indicando como responsáveis da intensificação deste comércio “os traficantes de carne humana” que, estimulados pela prosperidade paulista, “arrancaram milhares de infelizes” das províncias do Norte e de Minas Gerais, para serem “vendidos em São Paulo por preços elevadíssimos”. Os números apresentados eram reveladores: em 1866 a população de escravos da Província era de 80 mil indivíduos; o número tinha duplicado, passando para 162 mil em 1873 e chegando a 200 mil na data em que Godoy escrevia o

⁵⁶ Idem, *ibidem*.

⁵⁷ Manuais para fazendeiros já existiam desde a década de 1830. Sua função, era orientar o agricultor no bom tratamento de seus escravos, auxiliá-los em caso de apresentarem problemas de saúde e fornecer informações sobre qual a aparência de um escravo saudável na hora da compra, entre outras recomendações relacionadas ao trabalho agrícola em geral. A proposta dos manuais era “criar um hábito salutar da escravidão”. Rodrigues, Kassia. “Manuais de fazendeiros e saúde escrava em Vassouras, 1830-1870”. In: Simpósio Nacional de História, 25, 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009, p. 4.

⁵⁸ O trabalhador nacional esteve presente durante todo o período de abrangência da nossa pesquisa, compartilhando o trabalho nas fazendas, primeiro com os escravos e depois com os imigrantes. A abrangência e o tipo de sua inserção variaram conforme os diferentes momentos e regiões do Brasil e mesmo de São Paulo. Aprofundar no papel desenvolvido por este trabalhador está fora do escopo do nosso trabalho, mesmo assim, procuramos registrar a sua presença quando isto se fez necessário.

relatório⁵⁹. Eis aqui outro paradoxo: a região de maior dinamismo econômico era a que mais demandava a manutenção do trabalho escravo⁶⁰.

Também no ano de 1850, em 18 de setembro, entrou em vigor a lei Nº 601, que ficou conhecida como Lei de Terras. A lei tinha como principais objetivos organizar a propriedade da terra, inviabilizar o acesso àquela que não estivesse ocupada e estabelecer um cadastro para definir áreas devolutas. Em outros termos, a lei proibia o acesso à terra pública por outro meio que não fosse a compra, em teoria acabando com os sistemas de posse e de doação real que tinham vigorado desde a Colônia. Analisando os debates em torno da aprovação da lei, a historiadora Emília Viotti estabelece relações entre a questão da terra e do trabalho, que atribuem à nova lei a função de preparação das classes proprietárias do Império para a nova situação com que teriam que lidar, em termos de abastecimento de mão de obra⁶¹. Para Viotti, a função da lei de vetar o acesso à terra, antecipava o tipo de inserção que uma nova classe de trabalhadores teria no Brasil se fosse confirmado o quadro de carência de escravos que o fim do tráfico prognosticava.

A historiadora Ligia Osório Silva preocupada com a relação entre patrimônio público e propriedade territorial no Brasil tende a relativizar a ideia de que o objetivo fundamental da lei era impedir o acesso à terra por parte dos trabalhadores livres, e chama a atenção para o que considera um aspecto fundamental da lei Nº 601: a intenção de demarcar terras devolutas e normalizar o acesso a elas por particulares, configurando uma tentativa do Estado Imperial de intervir na grande desordem que os títulos de propriedade apresentavam no Brasil⁶². Colocar ordem no caos que era a propriedade territorial era um imperativo para possibilitar que a terra ocupasse o lugar

⁵⁹ Godoy, Joaquim Floriano de. *A Província de São Paulo* (edição fac-similar). 1875. São Paulo: Fundap: Imprensa Oficial, 2007, p. 136.

⁶⁰ Kowarick, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem. A origem do Trabalho Livre no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 15.

⁶¹ A historiadora mostra o confronto de interesses entre os fazendeiros que não admitiam outra forma de trabalho que não fosse o escravo e aqueles que reconheciam a necessidade de atrair trabalhadores imigrantes prevendo uma crise de abastecimento. Estes últimos, defensores da lei, “supondo que num país onde a terra era disponível em grandes quantidades o imigrante poderia se tornar proprietário rural em vez de trabalhar numa fazenda, (...) tentaram tornar mais difícil o acesso à terra, a fim de forçar os imigrantes a trabalharem nas fazendas”. Já os opositores à aprovação da lei, achavam sem sentido restringir o acesso à terra em um país em que ela era tão abundante. Com outras perspectivas em relação à imigração, consideravam a terra um elemento de atração de imigrantes que viriam civilizar o Brasil. Costa, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 183.

⁶² Silva, Ligia Osorio. *Terras devolutas e latifúndio*; Campinas: Editora da Unicamp, 2008, pp. 131 a 137.

até então representado pelo escravo em termos de bem econômico. A lei poderia produzir o efeito colateral de tornar a terra um ativo confiável como garantia para empréstimos⁶³. Transformar a terra em mercadoria capaz de substituir o escravo nas operações de crédito, e com isso criar um mercado para ela, atenderia aos interesses não apenas dos proprietários, mas também aos de banqueiros e comissários que passariam a ter uma mercadoria negociável nas mãos na hora de executar uma hipoteca. Outro aspecto relacionado à necessidade de colocar ordem na propriedade fundiária e na demarcação das terras públicas era a possibilidade de vincular o financiamento à imigração com a venda de terras devolutas.

Em termos de registro e legitimação das posses, a aplicação da Lei de Terras foi um fracasso⁶⁴. Pouquíssimas propriedades foram revalidadas ou legitimadas e finalmente a inspeção de terras públicas foi abandonada em 1878⁶⁵. A invasão de terras continuou e operações fraudulentas em cartórios tornaram-se garantia do registro das posses enquanto florescia em São Paulo uma indústria da grilagem de terra. O grileiro era um fabricante de títulos de propriedade cujo pagamento, que incluía despesas realizadas com subornos, demarcações, tocaias e jagunços, entrava na conta do preço da terra. Em troca o fazendeiro recebia o terreno livre e um título de propriedade que dificilmente seria contestado. O título de propriedade da terra, mesmo que obtido por meios não legais, era importante para evitar uma eventual contestação que colocasse em risco a riqueza representada pela plantação. Mesmo Monbeig, cuja visão dos “empreendedores” paulistas é, de forma geral, positiva, admite tratar-se de uma região onde “costumes políticos, e moral individual, nem sempre se inspiravam em condições desinteressadas (...), a colonização era uma questão de segundo plano, vindo antes o desejo de especular⁶⁶”. Grileiros falsificavam escrituras por meio das quais vendiam terras devolutas, ocupadas previamente ou não. Sua chegada se

⁶³ Apesar das desvantagens que apresentavam enquanto tais, dado o risco de fuga, morte ou venda sem conhecimento do credor, os escravos foram usados como garantia de empréstimo desde a Colônia, mesmo que o crédito em longo prazo para os fazendeiros fosse, de forma geral, difícil de conseguir no Brasil. Schultz, John. *A crise financeira da Abolição. 1875-1901*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo: 1996, p. 50.

⁶⁴ Holloway, Thomas. op. cit., p. 173.

⁶⁵ Ela foi retomada após a Constituição de 1891, quando a administração das terras públicas ficou a cargo dos governos estaduais.

⁶⁶ Monbeig, Pierre. op. cit., p. 143.

antecipava às ferrovias, contando com a futura valorização da terra ao ser alcançada por elas. Dispunham da cumplicidade de juízes e fiscais para fraudar os cofres públicos e expulsar os posseiros pobres. A apropriação da terra acontecia muitas vezes sob o uso de violência exercida por jagunços que trabalhavam para os fazendeiros e outras por meio de tramoias legais⁶⁷. À medida que as fazendas avançavam, colonos e caipiras se retiravam para mais longe em direção à fronteira ou para outras regiões. Poderosas famílias paulistas como os Almeida Prado, Toledo Piza ou Silva Prado se expandiram pela fronteira, tomando posse das terras férteis às quais posteriormente chegavam as linhas férreas. Na pesquisa de Antonio Candido, *Os parceiros do Rio Bonito*, realizada no município de Bofete na região da Alta Sorocabana, se registram as lembranças de épocas em que “fazendeiros ricos, como a caboclada era ignorante, foram comprando barato de uns, tomando à força de outros”⁶⁸. Os laços de parentesco estabelecidos por casamentos realizados entre membros das elites aumentavam e garantiam a posse da terra por gerações⁶⁹.

No caso da ampliação da fronteira oeste paulista, a atividade de abertura de novas fazendas, levou em algumas décadas à elevação do preço da terra ocasionada, em parte, pela especulação⁷⁰, mas por vários motivos o objetivo de torná-la o substituto dos escravos possuídos na concessão de crédito não foi alcançado⁷¹.

⁶⁷ Love menciona o testemunho do agrônomo Eugene Davenport sobre Luis de Queirós, fazendeiro de Piracicaba, que teria feito viagem ao Paraná em torno de 1890, na qual “assegurou a propriedade de alguns milhares de acres de terra simplesmente convencendo funcionários do governo a ‘registrá-las’ em seu nome”. Davenport, Eugene V. “What One Life Has Seen” Manuscript record series 8/1/21, Box 4. Archives, University of Illinois, Urbana-Champaign. Apud Love, Joseph. op. cit., p. 143.

⁶⁸ Candido, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971, p. 194.

⁶⁹ Love, Joseph, op. cit., p. 123.

⁷⁰ Para José de Souza Martins, a elevação do preço da terra no planalto paulista se deu no começo do século XX. “O que em 1880 era apenas especulação teórica, tendo em vista um substituto para as hipotecas feitas sobre os escravos, vinte anos depois era realidade: a terra havia alcançado alto preço, assumindo plenamente a equivalência de capital, sob a forma de renda territorial capitalizada”. Martins, José de Souza, *O Cativo da Terra*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 61. O mesmo movimento de elevação do preço da terra foi registrado por Joseph Love, com diferença de alguns anos: “A terra representava um fator de produção relativamente barato, exceto nos últimos anos da década de 1920, quando a especulação provocou rápida elevação dos preços: o valor da terra, em termos constantes, aumentou mais de 30 vezes entre 1912 e 1927, na região da Alta Paulista”. Love, Joseph. op. cit., p. 66.

⁷¹ A execução da hipoteca sobre a terra continuava a ser complicada. Em terras de fronteira porque, faltando mercado para compra e venda de terrenos, ela custava pouco, sendo o maior valor dentro do custo da terra a importância paga aos capangas empregados para expulsar os posseiros pobres. Mesmo nas terras ocupadas e produzindo, o valor do título de propriedade permanecia vago. O papel de ativo confiável foi transferido para a plantação e não diretamente para a terra. Schultz, John. op. cit., p. 50.

Fundamentado nas observações de Taunay e Van Delden Laerne, José de Souza Martins afirma que em 1882, a Associação Comercial de Santos estimava que, do valor de uma fazenda de café, uns 20% poderiam corresponder à avaliação da terra, sendo que este valor não tinha qualquer possibilidade de efetivação, já que nos inventários a terra recebia valores puramente nominais, que não eram realizáveis em um mercado inexistente⁷². A terra era para os cafeicultores paulistas um fator de produção. E foi, até o final da década de 1920, um fator de produção relativamente barato. O valor da terra estava relacionado à “facilidade” de sua aquisição por parte das elites. As diferentes variedades de terra do Estado de São Paulo se mostraram extremamente apropriadas para o cultivo do café, especialmente a denominada “terra roxa”. Mas o seu rápido esgotamento exigia a disponibilidade de novas extensões para serem exploradas. A particular relação dos cafeicultores paulistas com a terra permitia que ela fosse substituída por novas propriedades uma vez que estivesse esgotada e que tivesse perdido sua fertilidade⁷³. Assim, sempre novas fazendas eram adicionadas a partir das reservas de terras virgens nas fronteiras esperando para ser exploradas. Para Martins, no Oeste do Estado de São Paulo, a própria criação de fazendas tornou-se um negócio, ou seja, “além de produzir café, o fazendeiro produzia fazendas de café”⁷⁴. O processo de ocupação da terra para a formação de uma fazenda foi descrito por Thomas Holloway: “As pessoas das áreas mais povoadas simplesmente se mudavam para uma área desocupada na zona de fronteira, punham abaixo algumas árvores para marcar sua reivindicação, traziam bandos de trabalhadores para limpar uma porção de terra e nela plantar café – e uma fazenda passava a existir”⁷⁵. Outras vezes, a terra tinha sido adquirida por algum ancestral e concedida como adiantamento de herança para os que se dispunham a ampliar as fronteiras abrindo novas fazendas⁷⁶.

Todo o período em que o café dominou a economia paulista foi marcado por uma total ausência de fiscalização estatal sobre a propriedade da terra. Ela foi

⁷² Martins, José de Souza. op. cit. 2010, p. 40 e notas 33 e 34.

⁷³ É para isto que chama a atenção Joseph Love quando registra que “a maioria dos cafeicultores paulistas não viam a terra como um patrimônio ancestral, a ser conservado”. Love, Joseph. op. cit., p. 83.

⁷⁴ Martins, José de Souza. op. cit. 2010, p. 61.

⁷⁵ Holloway, Thomas. op. cit., p. 174/175.

⁷⁶ Maluf, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Editora Siciliano, 1995, p. 97.

“ocupada, comprada, subdividida, vendida, hipotecada e herdada”⁷⁷ pelo antigo sistema da posse, sendo que para adquirir um título de propriedade era suficiente o registro em livros de imóveis administrados por tabeliões privados, situados em cada comarca e autorizados por um decreto imperial de 1865. Estas escrituras funcionavam como último elo de uma extensa cadeia de corrupção utilizada pelos fazendeiros, combinada, ou não, com o uso de força, para a obtenção de terras de fronteira⁷⁸. Após a Constituição de 1891, o controle das terras devolutas passou para a alçada dos governos estaduais. Começou então uma nova tentativa de aplicação da lei de 1850, desta vez partindo das autoridades locais. Em 1892 foi criada a Repartição de Terras, Colonização e Imigração e em 1895 foi aprovada uma nova lei que veio a ser regulamentada somente em 1900. Esta nova legislação atualizava a de 1850, já que transferia a declaração de legitimidade das posses para as anteriores a 1878 e estabelecia os critérios para legitimação das que tivessem se estabelecido entre 1878 e 1895 sobre as mesmas bases da antiga lei, ou seja, “morada habitual e cultura efetiva”. Passaram-se a considerar ilegais apenas as posses posteriores a 1895. Mas a lei também fracassou e poucas propriedades foram registradas, sendo que “o registro de títulos e vendas de terra continuou sendo um negócio de cartórios particulares, em nível local⁷⁹”.

Como vimos, o ano de 1850 foi marcado por leis que teriam uma importante influência sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro a partir de então. Também em torno desse ano, o café superou por primeira vez o açúcar em volume de exportação pelo porto de Santos. O café já era cultivado extensivamente no Vale do Paraíba e era sua principal fonte de riqueza desde a década de 1830, mas essa região era subsidiária do porto do Rio de Janeiro. O porto de Santos tinha sido porto de exportação de açúcar durante toda a primeira metade do século XIX, recebendo a produção do Oeste do Estado de São Paulo. Em meados da década de 1850 o café tinha superado a tal ponto o açúcar que esta se retirou do mercado internacional e passou a ser um produto de abastecimento do mercado regional, já que a demanda

⁷⁷ Holloway, Thomas, op. cit., p. 183.

⁷⁸ Martins chama a atenção para o fato de que os recursos à legalização dos títulos da terra por meios fraudulentos eram inacessíveis para os libertos e os imigrantes por falta de dinheiro ou até por ignorância dos procedimentos. Martins, José de Souza. op. cit. 2010, p. 44.

⁷⁹ Holloway, Thomas. op. cit., p. 178.

interna tinha aumentado, inclusive como consequência da expansão do complexo cafeeiro⁸⁰.

A expansão cafeeira aconteceu em momento em que algumas transformações nas estruturas tradicionais estavam na pauta de discussão e execução. Outra grande mudança relacionada ao desenvolvimento da economia do café aconteceu na área dos transportes e significou a superação da antiga dificuldade da Província de São Paulo de comunicar o interior com a costa atlântica. A questão da modernização do transporte, aliás, estava amplamente vinculada à da força de trabalho, elo que, como veremos, ressalta o contraditório dos interesses em jogo no momento. Ao analisar esta relação, o economista João Manoel Cardoso de Mello concluiu que iniciativa modernizadora, representada pela implantação das estradas de ferro e pela introdução de máquinas beneficiadoras de café, teve a capacidade ambígua de reforçar a economia mercantil-escravista, já que removeu obstáculos a sua expansão, ao mesmo tempo em que impulsionou a atração de trabalhadores livres. Isto aconteceu não somente porque a ferrovia já empregava esse tipo de trabalhador, mas porque significou um incentivo à acumulação, o que recolocou e reforçou o problema da falta de braços⁸¹. Jacob Gorender, questionando os defensores da total incompatibilidade da escravidão com o avanço tecnológico dos meios de produção, concorda com esta visão considerando que, no caso do Brasil, a modernização dos transportes permitiu um prolongamento imediato do escravismo, embora preparasse a sua extinção em longo prazo⁸².

Em 1836 foi aprovada a primeira concessão para uma estrada de ferro em São Paulo. A Assembleia Legislativa estabeleceu o ponto inicial na vila de Santos e, nas

⁸⁰ “1846-1847 é, certamente, o ano mais importante, o ano decisivo para a cultura canavieira. Os agricultores do hinterland de Santos, a partir de então, resolvem abandonar o cultivo da cana-de-açúcar para se dedicarem ao café. O ‘quadrilátero do açúcar’ vai transformar-se em zona cafeeira. O café plantado em 1846-1847 produzirá, em 1850-1851, ano em que ultrapassa, em volume, a exportação de açúcar pela barreira de Cubatão. Estranha coincidência! No ano de maior exportação de açúcar também foram formados grandes cafezais, e daí a pouco produzirão tanto, que o açúcar passará para o segundo lugar nas exportações de Santos. O destino da lavoura canavieira já está decidido, portanto, a partir de 1846-1847, mas torna-se mais patente a começar a segunda metade do século. O ‘quadrilátero do açúcar’ deixou de sê-lo, para se dedicar com verdadeira obsessão à cultura do café”. Petrone, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro: 1962, pp. 162/163.

⁸¹ Cardoso de Mello, João Manoel. *O capitalismo tardio*. apud Saes, Flávio A. M. de. *A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 17.

⁸² Gorender, Jacob. op. cit., p. 606.

vilas de São Carlos (Campinas), Constituição (Piracicaba), Itu e Porto Feliz, os pontos finais. Tratava-se ainda de um momento em que a preocupação era o escoamento da produção de açúcar, e o empreendimento da ferrovia se propunha superar a dificuldade histórica que significava a travessia da Serra do Mar, obstáculo a ultrapassar desde que São Paulo era terra de tropeiros. Era no lombo das mulas que o transporte de mercadorias era feito até então, sendo a atividade dos tropeiros de peso para a economia paulista da época, além de ser, a julgar pela descrição que dela fez Afonso de Taunay, bastante lucrativa:

(...) era o comércio rendoso como raros. Não havia quase despesa a fazer por parte do tropeiro, pois a permanência nas terras dos grandes fazendeiros nada lhe custava. Não pagava a hospedagem própria e de seus escravos, nem a pastagem de seus animais. Comprava bestas novas nas regiões onde o numerário era muito escasso, pagava-as barato e revendia-as amansadas nas fazendas ricas de café e assim realizava enormes lucros⁸³.

O tropeiro não era somente um vendedor de gado e mulas. Ele transportava mercadorias, realizava trocas comerciais entre os lugares por onde andava, transmitia notícias e, sendo depositário da confiança dos fazendeiros, transportava valores e fazia as vezes de banqueiro⁸⁴. O comércio de gado e mueres foi, aliás, a origem da fortuna de algumas importantes famílias paulistas dedicadas ao cultivo do café. A atividade parece ter permitido uma acumulação de riqueza que deixou certa reserva monetária na região⁸⁵. Este volume de riqueza estava disponível em São Paulo para aquisição de escravos e engenhos quando a demanda externa impulsionou a exportação de açúcar.

⁸³ Taunay, Afonso de E. *História do Café no Brasil*. Apud Perissinotto, Renato Monseff. op. cit., p. 69.

⁸⁴ Perissinotto, Renato Monseff. *Estado e Capital Cafeeiro em São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Fapesp; Campinas: Unicamp, 1999, p. 68.

⁸⁵ Afonso de Taunay, no seu relato sobre a História do café, faz referência à relação entre a atividade dos tropeiros e a expansão do café, assim como ao prestígio destes na sociedade imperial: “O surto cafeeiro de princípios do século XIX não poderia tomar as dimensões que alcançou, sem o concurso de um ramo de negócios, que o amparou de modo eficiente, o do tropeiro”. Taunay, Afonso de E. *Pequena História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945, p. 95. “Tropear era carreira a que se dedicavam os membros das melhores famílias no Brasil. Nenhum desdouro atingia aqueles que se entregavam à rude faina de transportadores dos artigos de exportação e de importação. Tropeiros atingiram os mais altos postos na administração imperial, nos Conselhos do Império, no Senado, nos diversos graus da hierarquia e nobiliarquia do país”. Idem, op. cit., p. 98.

Da mesma forma foi a cultura açucareira que compôs o quadro que o café encontrou ao avançar do Vale do Paraíba para o interior da Província: grande quantidade de estabelecimentos produtivos funcionando na base de uma grande quantidade de mão de obra escrava⁸⁶.

Apesar de sua importância estratégica, a estrada de ferro aprovada em 1836 nunca saiu do papel. Mas, um artigo da regulamentação da concessão, deixava entrever o que já era uma preocupação com a falta de mão de obra em final da década de 1830 em São Paulo. O Artigo 17º explicitava que a companhia não poderia possuir escravos, nem empregar africanos livres, mas poderia alugá-los. Sergio Buarque de Holanda analisou o artigo entendendo o que poderia ser tomado por um gesto humanitário também como expressão dos interesses dos produtores⁸⁷. A necessidade de braços não comportava a possibilidade de enfrentar a concorrência da estrada de ferro. Os escravos eram necessários na lavoura, não estavam disponíveis para serem comprados (ou contratados no caso dos libertos) pela empresa ferroviária. O decreto introduzia também uma alternativa, o aluguel de escravos, que poderia se tornar uma fonte de lucro para os fazendeiros já que era uma forma de obter ganhos com a mão de obra parada em momentos de entressafra agrícola⁸⁸.

O observado acima assinala uma diferença importante introduzida pelas ferrovias que começaram a ser efetivamente instaladas em território paulista já avançada a década de 1860. O transporte no sistema de tropas era realizado empregando mão de obra servil, ao contrário das estradas de ferro, onde esta forma de trabalho podia até ser proibida, como vimos. Em 1870, quando a preocupação com a falta de braços estava no auge, a liberação da força de trabalho dos escravos comprometida no transporte de mercadorias produziu efeitos importantes na lavoura, mesmo que o seu efeito real não possa ser calculado⁸⁹.

⁸⁶ Perissinotto, Renato Monseff. op. cit., p. 70.

⁸⁷ Holanda, Sérgio Buarque de. "São Paulo", in Holanda, S.B. (org.): *História Geral da civilização brasileira, tomo II, O Brasil Monárquico, Vol. 2. Dispersão e Unidade*. Apud Saes, Flávio A. M. de. op. cit., p. 32.

⁸⁸ Saes, Flávio A. M. de. op. cit., p. 33.

⁸⁹ O efeito dependeu da organização das tropas de mulas, se estas eram de propriedade do fazendeiro ou tratava-se de fazendeiros que contratavam tropas independentes. Para o Vale do Paraíba, Stanley Stein apresenta uma estimativa: "no mínimo, os 20% da força de trabalho masculino da fazenda, ou seja, sete de cada trinta e cinco negros escravos, 'tirados sempre entre os melhores', eram subtraídos

A instalação das linhas férreas foi fundamental para a exportação de café e a inclusão da referência à sua implantação neste capítulo de antecedentes da grande imigração, se justifica por sua relevância. Por outro lado, o exemplo da instalação das ferrovias é útil para ilustrar o conflito de interesses entre setores das elites, e ajuda a apreender a complexidade do processo em estudo.

A rede ferroviária veio substituir o transporte feito no sistema de tropas, em prol do barateamento, agilidade, regularidade e significativa melhora em termos de segurança da carga. Os tropeiros eram empreendedores individuais e frequentemente independentes do fazendeiro. Mais uma vez é a descrição de Taunay que nos permite ter uma ideia do ambiente da época: o interior de Brasil era cruzado por “(...) manadas e manadas de muares e de cavalos [que] se encaminhavam do sul do Brasil e das paragens platinas para os mercados brasileiros mais próximos da zona da lavoura e de comércio mais intenso (...) ⁹⁰”. A mudança para o sistema de transporte realizado pelas empresas ferroviárias significou, ao contrário, a concentração da atividade em torno de algumas poucas empresas controladas pelos grandes fazendeiros⁹¹. Em trabalho já

ao trabalho da lavoura e desviados para as funções de tropeiro”. Stein, Stanley J. *Grandeza e decadência do café*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961, p. 109.

⁹⁰ Taunay, Afonso de E. op. cit., p. 95. A mesma impressão de grande dispersão do sistema de transportes representado pelos tropeiros era confirmada pelos dados do *Livro do Novo Imposto* no qual Antônio da Silva Prado, futuro Barão de Iguape, comerciante de gado e de açúcar além de coletor de impostos, registrava suas atividades. Trata-se de um exemplo limitado, já que o Barão registrou o número de tropas chegadas somente a Sorocaba entre 1820 e 1822, mas o dado é interessante em termos da magnitude dos números apresentados, que revelam a grande quantidade e a variedade de condutores de gado em atividade. Petrone, Maria Thereza Schorer. *O Barão de Iguape*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília, INL, 1976, p. 77.

⁹¹ As primeiras iniciativas de implantação de estradas de ferro em São Paulo não tiveram resultados efetivos, como foi o caso da já mencionada concessão de 1836. Estas tentativas, mesmo que malogradas, colocaram em discussão a questão do lucro do empreendimento e plantaram as sementes da legislação (1852) que vigorou até o começo do século XX. A legislação de 1852 assegurava a garantia de 5% de juros sobre o capital empregado na construção da estrada (frequentemente com mais 2% de garantia dos governos provinciais) e o privilégio da zona, ou seja, a proibição de outras companhias funcionarem a menos de 30 km de cada lado da linha. O traçado das ferrovias paulistas esteve diretamente associado aos interesses do café. Caio Prado Jr. retomou uma expressão de Teodoro Sampaio para descrever o traçado das linhas férreas paulistas como “uma vasta mão espalmada”. Efetivamente, as várias companhias que estenderam seus trilhos pelo território paulista entraram pelo interior do Estado com poucas conexões entre si. A direção de todas as linhas apontava para um centro de convergência, a Capital, de onde a produção tomava o rumo do porto exportador pela única via que fazia este trajeto até 1937, atravessando a Serra do Mar, a São Paulo Railway Co., mais conhecida como “A Inglesa”. A primeira estrada de ferro a cruzar território paulista foi a Dom Pedro II que ligava o Rio de Janeiro à cidade de Cachoeira em São Paulo. Sua construção foi iniciada em 1855 por conta do Tesouro Nacional. Mas ela era uma estrada mais do Rio que de São Paulo já que só atingia este último no Vale do Paraíba aonde chegou em 1875. A segunda estrada de ferro em território paulista foi a já mencionada São Paulo Railway, concessão feita inicialmente ao Barão de Mauá, em 1856. Esta

mencionado, o economista Flávio Saes, chama a atenção para o fato de que identificar a origem das empresas ferroviárias nacionais com um grupo de grandes fazendeiros de São Paulo não significa associar de forma imediata os interesses da agricultura com os da ferrovia. As empresas ferroviárias, enquanto empresas capitalistas, tinham como objetivo a obtenção de lucro e desta forma podiam, em determinados momentos, apresentar conflitos com outros setores do capital. Essas diferenças de interesses se manifestavam, por exemplo, em conflitos na hora de determinar algum trajeto de expansão das linhas férreas, o direcionamento dos investimentos ou até a fixação de tarifas⁹².

1.2 - Avanços e recuos combinados na ação dos senhores: cálculos envolvendo a Abolição

Fizemos referência, em parágrafos anteriores, ao pragmatismo dos cafeicultores paulistas revelado na postura assumida em relação ao abastecimento de braços para o trabalho nas fazendas. No período que mais diretamente nos ocupa, que inicia no último lustro da década de 1880, a imigração em São Paulo já tinha se tornado uma realidade como principal fonte de introdução de trabalhadores para a agricultura de

ferrovia unia o porto de Santos à capital da província, São Paulo, e também à cidade de Jundiaí. Este trecho ficou pronto em 1867, já com a concessão transferida para uma companhia inglesa. A terceira via férrea paulista foi a primeira que realmente serviu à região oeste do Estado em pleno desenvolvimento da cultura cafeeira. Foi fundada por um grupo dirigido pelo presidente de Província Saldanha Marinho (1867-1868) e sustentada por acionistas ligados ao capital cafeeiro de São Paulo. Recebeu o nome de Companhia Paulista de Estradas de Ferro e seu trajeto inicial unia a cidade de Jundiaí a Campinas. A Paulista foi a primeira companhia ferroviária nacional particular da área do café e começou a funcionar em 1872. Foi também na década de 1870, que outras companhias passaram a avançar em direção ao interior paulista. Surgiram assim as companhias Mogiana, Sorocabana, Ytuana, Araraquarense e Noroeste, entre outras, que se encarregaram do transporte de mercadorias e pessoas. Em termos de seu desenvolvimento associado ao avanço do café e a atração de população, a Mogiana e a Paulista chegaram a regiões onde o café já estava produzindo abundantemente, a Araraquarense foi andando junto com o café e no caso da Noroeste, a ferrovia chegou antes que o café e a população. Uma frase de Joseph Love ilustra bem o processo de instalação das ferrovias: “as ferrovias seguiram o café, a população e a prosperidade seguiram as ferrovias”. Holloway, Thomas, *Imigrantes para o café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984; Prado Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo. Editora Brasiliense. 1976; Saes, Flávio A. M. de. *As ferrovias de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1981; Love, Joseph. *São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937. A locomotiva*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁹² Saes, Flávio A. M. de. *A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 67. O tema das ferrovias será retomado ao falar do capital cafeeiro.

exportação e a escravidão se encontrava em fase terminal devido, em grande parte, às revoltas e fugas dos próprios escravos. Mas nas décadas anteriores, foi intensa a polêmica sobre qual seria a melhor solução para a carência de braços ocasionada pelo fim do tráfico. Alguns cafeicultores abraçaram à ideia do trabalhador imigrante antes que outros, mas, de forma geral, a adesão ao fim do sistema servil só se deu quando seu término era inevitável.

A preocupação dos proprietários com o abastecimento de mão de obra para as fazendas de café tinha motivos claros e poderosos: o café, sendo um cultivo mais duradouro do que as culturas anuais ou bianuais, representava um investimento de mais longo prazo e não podia ser colocado em risco de ser perdido, o que aconteceria se ficasse carente de cuidados. O cafezal representava a riqueza das fazendas uma vez que o escravo foi perdendo essa função à medida que a Abolição aparecia como uma possibilidade efetiva⁹³. Ao mesmo tempo, o gasto com mão de obra era muito significativo na composição dos custos do café enquanto o valor da terra representava uma fração menor até as primeiras décadas do século XX.

O fator persistentemente mais caro na economia cafeeira foi a mão de obra⁹⁴. O tema do abastecimento de braços era crucial para os fazendeiros e manter a lavoura funcionando com a segurança da constância de abastecimento, nas melhores condições de custo, favorecendo a obtenção de lucro, tornara-se um imperativo que justificava qualquer empenho por parte dos interessados⁹⁵.

⁹³ O Banco do Brasil aceitou os escravos como garantia de crédito até 1884. Depois dessa data passaram a ser aceitos como aval os cafezais, o maquinário e as propriedades urbanas. Iniciou-se com esta mudança um lento processo de valorização das terras.

⁹⁴ Outro elemento a considerar nos custos era o transporte. Para incidência das despesas com transporte no orçamento dos fazendeiros, ver Love, Joseph. op. cit., p. 68.

⁹⁵ Para Celso Furtado uma das características da primeira fase de desenvolvimento intenso do café foi ela ter se realizado aproveitando recursos que já existiam e que estavam subutilizados. Mesmo tratando-se de fase de baixa de preços a produção de café cresceu cinco vezes até 1850. A característica do café, diferentemente do açúcar foi que "(...) suas necessidades monetárias de reposição são muito menores, pois o equipamento é mais simples e quase sempre de fabricação local. Organizada com base no trabalho escravo, a empresa cafeeira se caracterizava por custos monetários ainda menores que os da empresa açucareira. Por conseguinte, somente uma forte alta nos preços da mão-de-obra poderia interromper o seu crescimento, no caso de haver abundância de terras. Como em sua primeira etapa a economia cafeeira dispôs do estoque de mão-de-obra escrava subutilizada da região da antiga mineração, explica-se que seu desenvolvimento haja sido tão intenso, não obstante a tendência pouco favorável dos preços". O texto mostra a dependência estrutural da cultura do café com relação à mão de obra. Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 170. No mesmo sentido, mas fazendo referência a um momento posterior, quando já estava instaurada a crise de superprodução do café, no final do século XIX, comentou Brasília Sallum Jr. (citando trabalho de

A movimentação em torno da aprovação da Lei de Terras, em 1850, evidenciava que uma parte dos fazendeiros estava preocupada com a possibilidade de virem a sentir carência de braços para trabalhar em suas propriedades⁹⁶. Enquanto garantiam a reposição da mão de obra escrava por meio do tráfico interno que trazia para o Sudeste do país escravos provenientes da economia do Nordeste, um grupo de cafeicultores passou a reclamar a unidade dos lavradores⁹⁷ para exigir o apoio do governo na empresa imigratória. A entrada de mão de obra estrangeira poderia lhes fornecer a abundância de braços que o trabalho nas fazendas requeria⁹⁸. Os fazendeiros paulistas se posicionavam contrariamente à proposta de colônias de povoamento do governo imperial, dado que a urgência de abastecimento de força de trabalho demandava que fossem trazidos trabalhadores pobres de qualquer raça e origem desde que fossem dirigidos para o trabalho nas fazendas⁹⁹. No mês de agosto de 1855, em sessão do Senado, o Sr. Manoel Felizardo, funcionário do Império, fez a defesa da colonização ao responder à demanda do Senador Vergueiro, importante representante dos cafeicultores:

João Manuel Cardoso de Mello): “Como os salários dos trabalhadores representavam a quase totalidade do ‘custeio’ das fazendas de café, cremos ser possível afirmar, sem temor de erro, que ‘a profundidade da crise na economia cafeeira dependia, antes de tudo, da flexibilidade dos salários monetários’”. Sallum Jr., Brasília. *Capitalismo e Cafeicultura. Oeste Paulista: 1888-1930*. São Paulo: Duas Cidades, 1982, p. 113.

⁹⁶ Quando falamos em antecipação de carência de braços nos referimos à consciência de que o fim do tráfico provocaria uma crise de abastecimento de escravos. Isto não é a mesma coisa que dizer que estes fazendeiros tinham consciência de que a escravidão iria acabar. Esta consciência, acreditamos, foi se formando ao longo do tempo.

⁹⁷ O termo “lavrador” era usado na época como sinônimo de fazendeiro.

⁹⁸ O historiador Robert Slenes construiu uma parábola notável: a decisão dos fazendeiros de inundar o mercado de trabalhadores estrangeiros repetia o movimento que tinha sido feito na primeira metade do século, só que neste caso os estrangeiros eram escravos africanos, importados em quantidade quando os agricultores se viram colocados frente à ameaça da iminente proibição do tráfico. Os dados que apresenta mostram que em 1829, em algumas localidades paulistas, entre elas Campinas, a taxa de “africanidade” atingia proporções entre 65 e 80%. Slenes, Robert W. “Senhores e Subalternos no Oeste Paulista” in Novais, Fernando (coord.) e Alencastro, Luiz Felipe (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 249.

⁹⁹ Em discurso de abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 1858, o Senador e Presidente de Província Fernando Torres, deixava clara esta posição: “Não é tanto pelo aumento de população, como pelo fornecimento de braços à nossa lavoura, que a colonização se torna uma questão de maior interesse. Inútil seria aumentar o número de habitantes do Império, se não curássemos de fazer prosperar a lavoura, de fecundar essa fonte de riqueza pública, que se assim não for, colocar-nos-á em sérios embarços. Por isso entendo que todos os esforços devem pela maior parte convergir para auxiliar os estabelecimentos, as fazendas já montadas, porque só desse modo poderão os colonos prestar desde logo alguma utilidade”. Beiguelman, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 90.

O nobre senador supõe que não emigram senão homens miseráveis, mas a nossa experiência mesmo prova que tanta disposição há para a emigração das pessoas como dos capitais. (...) tem colonos proprietários, um deles está estabelecendo uma fazenda em ponto grande, têm já montada uma máquina a vapor de 12 cavalos (...) são esses proprietários que proporcionam trabalho àqueles que não dispõem senão de seus braços; alguns poucos daqueles homens que emigram e que estão dispostos a emigrar bastam para atrair outros colonos, e fazer avultar seu número sem despesas dos cofres públicos. À medida que os colonos prosperarem se irão desenvolvendo, internando e se aumentará dando acréscimo cada vez mais à força de atração sobre novos colonos¹⁰⁰.

A resposta do Senhor Felizardo mostrava uma realidade que era exatamente o que os paulistas menos desejavam: a concorrência de colonos que se ocupariam da própria produção deixando sem atenção a demanda das fazendas.

Os cafeicultores que estavam convencidos das vantagens do ingresso do trabalhador imigrante nas fazendas defendiam a proposta apresentando argumentos racionais. As alegações, colocadas frequentemente na forma de cálculos envolvendo despesas e receitas ocasionadas por um e outro trabalhador, eram externadas com o objetivo de convencer seus pares a engrossar o grupo dos defensores da introdução de mudanças.

No número de janeiro de 1851, o periódico publicado pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional trazia um artigo com o título “Comparação entre o custo de trabalho escravo e do trabalho livre”¹⁰¹. O texto pretendia expor a prova numérica, para convencer os “incrédulos”, da grande vantagem existente na troca um trabalhador pelo outro. Após uma detalhada conta que incluía o valor de aquisição do escravo e os custos despendidos com sua manutenção, assim como o custo da

¹⁰⁰ Anais do Senado Federal. Anais do Império. 1855. Livro 3. Consultado em 12/02/2013
http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1855/1855%20Livro%203ok.pdf

¹⁰¹ A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi uma sociedade científica identificada com as ideias e interesses da ilustração que começou a funcionar em 1827. Em 1833 iniciou a publicação de seu periódico. O objetivo da instituição era “cooperar com o adiantamento nacional para evitar as misérias e perturbações políticas e aperfeiçoar o homem no seu moral e na sua atividade”. Dias, Maria Odila L. da Silva. op. cit. 2005, p. 117 a 126.

contratação do trabalhador livre, chegava-se a um valor de 734\$850 réis a favor deste último:

Assim em 12 anos um fazendeiro que empregasse 50 escravos no custeio de suas terras, economizaria pela substituição de braços livres uma soma de 14:356\$750 réis, que posta a juros de 6% se elevaria no fim de 25 anos, termo de sua vida (...) à não desprezível quantia de 61:619\$164 réis (...) Espanta a imaginação quando se consideram as riquezas que entre nós vão perdidas!¹⁰².

O cálculo era realizado levando em consideração todas as variáveis envolvidas, revelando objetividade e domínio dos elementos em jogo. A enorme elevação do preço dos escravos, após o fim do tráfico, colocava a questão mesmo para aqueles fazendeiros que não eram entusiastas do trabalho do imigrante. Luis Peixoto de Lacerda Werneck, grande fazendeiro fluminense que foi membro da comissão encarregada pelo governo imperial de definir a política imigratória, argumentava em 1855:

(...) o preço desses escravos é ruinoso. Não nos parece mesmo possível que o trabalho de um escravo seja bastante produtivo para cobrir todas as despesas de conservação de sua saúde e forças, os juros do capital e os lucros que devem ser grandes, porque o escravo importa um capital que de uma hora para outra desaparece. Isto a vista dos preços por que são hoje comprados¹⁰³.

¹⁰² O *Auxiliador da Indústria Nacional*. Janeiro de 1851, p. 324 a 326. Link Permanente consultado em 26/02/2013. <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=302295>, p. 324 a 326.

¹⁰³ Werneck, Luis Peixoto de Lacerda. "Breves Considerações sobre a Posição Atual da Lavoura do Café". *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro* para o ano de 1855. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1855, p. 93. Site permanente consultado em 26/02/2013. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1855/00000984.html>. Werneck era cético em relação à entrada de trabalhadores livres no Brasil. Para ele, tomando como exemplo o sul dos Estados Unidos, uma vez interrompido o tráfico, a solução para o abastecimento de mão de obra estava no crescimento vegetativo da população escrava. Assim, recomendava que "as medidas que o senhor deve tomar para assegurar-se da procriação de seus escravos [são] melhor vestuário, melhor habitação, melhor nutrição, cuidados nas enfermidades, e outros alvitres, que são em geral desprezados entre nós (...)". Idem. *Ideias sobre colonização precedida de uma sucinta exposição dos princípios geraes que regem a população*, Eduardo e Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1855.

A historiadora Sylvia Bassetto discutiu a opinião de Michael Hall de que os fazendeiros considerariam o escravo mais lucrativo que o trabalhador livre, mesmo quando os preços se elevaram em consequência do fim do tráfico, no mercado interprovincial. A autora, em nossa opinião acertadamente, colocou a dificuldade que significava avaliar qual o entendimento desta matéria para o conjunto dos fazendeiros, dada a quantidade de variáveis (nem todas de cunho econômico e passíveis de quantificação) envolvidas na questão. Os argumentos apresentados por Hall, assim como a discussão entre estudiosos do assunto já foi abordada na introdução deste trabalho¹⁰⁴. Bassetto conclui que, o que se pode afirmar, é que a questão das vantagens de um e outro trabalhador estava presente para os proprietários na forma de um preciso cálculo econômico, configurando o que Roberto Schwarz chama de “impasses cruéis da racionalização produtiva no escravismo”¹⁰⁵. Para exemplificar, na sua tese de doutorado, Bassetto resgatou um texto assinado por “Um amigo da Lavoura” publicado na *Gazeta de Campinas* em janeiro de 1870:

O colono chega ao fazendeiro (incluindo o lucro lícito do intermediário) por 45 ou 50 duros – hoje digamos réis 120\$000. O escravo custa-lhe, termo médio, réis 2:000\$000 (...) No primeiro caso o fazendeiro arrisca apenas réis 120\$000; no segundo, réis 2:000\$000 (...) que juro representa este capital de 2:000\$000? É nada menos de 20\$000 por mês; juntai-lhe os impostos, a depreciação produzida pelo tempo, o risco de perda total do capital por epidemia, e dizei-me – será mais barato o escravo que o colono?¹⁰⁶

Neste último documento, o defensor do trabalho livre baseava a sua argumentação no capital investido inicialmente em um e outro trabalhador. Os exemplos acima revelavam a preocupação dos cafeicultores com a produtividade e a obtenção de lucro, e deixavam transparecer uma postura racional que foi característica da perspectiva imigratória.

¹⁰⁴ Ver páginas 13 a 18.

¹⁰⁵ Schwarz se refere à análise de Fernando Henrique Cardoso em *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* (1962). Schwarz, Roberto. op. cit., p. 97.

¹⁰⁶ Um Amigo da Lavoura. “Ainda a Colonização”. *Gazeta de Campinas*, Campinas. 23 de janeiro de 1870. Apud Bassetto, Sylvia. *Política de Mão-de-obra na economia cafeeira do oeste paulista (período de Transição)*. Tese de doutoramento. FFLCH-USP. 1982, p. 68.

Enquanto para alguns cafeicultores a possibilidade do imigrante vir substituir o trabalho do escravo era admissível, outros se aferravam ao trabalho servil, mas para todos eles o imperativo era ter a segurança de abastecimento de braços para a lavoura. Ao mesmo tempo, como sugere Michael Hall, após a elevação dos preços internacionais ocorrida na segunda metade da década de 1880, a magnitude dos lucros obtidos com o café tornava a mão de obra vital para os fazendeiros¹⁰⁷. A preocupação central destes empresários era evitar a desorganização do trabalho nas fazendas preservando a melhor relação custo x benefício:

Os fazendeiros paulistas do chamado oeste novo eram empresários capitalistas não porque fossem simplesmente capazes de adotar relações mais modernas de trabalho do que as da escravidão (como se tem dito), mas porque foram capazes de adotar as relações mais atrasadas e mais baratas que podiam na circunstância do trabalho livre inevitável. Desse modo poderiam alcançar a maior acumulação de capital que calculadamente seria possível e, ao mesmo tempo, realizar um salto histórico em direção à modernidade do capitalismo industrial, que compensasse a lentidão do desenvolvimento econômico decorrente dos séculos de atraso representado pela escravidão e pela dominação colonial. Portanto, como estruturalmente já ocorrera com a escravidão, a junção do máximo atraso possível nas relações de trabalho com o máximo de adianto possível no emprego capitalista do capital delas extraído¹⁰⁸.

¹⁰⁷ “(...) Enquanto o lavrador encontrar facilidade na aquisição do braço escravo, emprega-lo-á de preferência pela facilidade na direção, de modo que, enquanto for possível a compra de escravos das províncias do norte por preço que lhe dê mais lucro que o colono, a colonização será uma vã quimera, própria para enfeite de relatórios ou um sorvedouro imenso de grande parte da renda pública, atirada a esmo para o pedestal do nome dos ministros, ou para proteção a afilhados”. Artigo de Rafael Pais de Barros, fazendeiro e empresário, que viria a ser um dos diretores da Sociedade Promotora da Imigração, publicado no jornal *A Província de São Paulo* em 24 de abril de 1878 apud Mello, Zélia Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza*. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 144. Joseph Love menciona trabalho de Michael Hall onde o historiador sugere que dadas as grandes possibilidades de lucro após a elevação dos preços do café em 1886 os fazendeiros queriam qualquer trabalhador, livre ou escravo, nacional ou estrangeiro. Einsenberg, Peter L. e Hall, Michael M. “Labor Supply and Immigration in Brazil: A Comparison of Pernambuco and São Paulo” Trabalho apresentado no encontro anual da Associação de Estudos Latino-americanos (Latin American Studies Association), Madison, Wis., 3 a 5 de maio de 1973, apud Love, Joseph. op. cit., p. 67.

¹⁰⁸ Martins, José de Souza. op. cit. 2010, p. 56.

Ao contrário do que o Marquês de Abrantes tinha aconselhado em 1836, com relação à preferência por um imigrante com língua e costumes mais próximos aos nacionais, até a década de 1870 a preferência era por imigrantes alemães ou suíços, considerados agricultores eficientes, embora esta opção recebesse críticas de setores nacionalistas preocupados com a introdução de indivíduos com costumes, língua e religião tão díspares das praticadas no país. Na medida em que a demanda aumentava o perfil do imigrante desejado foi se alargando. O pragmatismo revelado na preocupação com a provisão de trabalhadores para as fazendas paulistas contrastava com o projeto das elites imperiais, cuja perspectiva de povoamento, espelhava uma certa nação desejada, branca e civilizada, o que orientava as nítidas preferências em relação à origem de quem viria para o Brasil.

Um grande defensor da imigração, alinhado com os planos do governo imperial, e que considerava o imigrante como símbolo da união entre o novo e o velho mundo, que faria do Brasil um poderoso Império, foi João Cardoso de Menezes e Souza. Para o conselheiro, encarregado pelo Ministro da Agricultura, em 1875, de elaborar um plano para promover a imigração para o país, os alemães eram os que reuniam a maior quantidade e qualidade de atributos para corresponder às expectativas da imigração para o país. Mas europeus, de forma geral, mesmo que houvesse uma graduação nas virtudes apresentadas pelas diferentes nacionalidades, eram colonos desejáveis para Menezes e Souza. Sendo um determinado defensor da política de colônias agrícolas definida pelo governo central, manifestava preocupação com a falta de atração que o Brasil exercia sobre os emigrantes quando comparado a outras nações receptoras, tais como os Estados Unidos ou a Argentina¹⁰⁹.

O acompanhamento do debate ao longo desses anos permite perceber o vaivém das decisões em relação à proveniência dos imigrantes, discussão secundária, do ponto de vista dos cafeicultores, desde que o destino deles fosse o cafezal e não as colônias ou o trabalho urbano. Mesmo o preconceito contra os coolies ou chins, que Menezes e Souza considerava sinônimos de vícios, imoralidade e devassidão e que

¹⁰⁹ Menezes e Souza, João Cardoso. *Theses sobre Colonização do Brazil. Projecto de soluções às questões sociaes, que se prendem a este diffícil problema*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

classificava como a antítese da civilização moderna, não foi consensual, ocasionando muita controvérsia no Brasil¹¹⁰.

A polêmica sobre as características da imigração tomava conta do debate parlamentar, no qual movimentava os distintos interesses das províncias e tinha também a sua expressão local no enfrentamento dos cafeicultores das diferentes regiões dentro do Estado de São Paulo. Os defensores da entrada de imigrantes para as fazendas eram acusados de pretender que toda a Província arcasse com as despesas para atender a suas demandas¹¹¹.

Curiosamente, os fazendeiros demoraram a criar uma organização de classe que defendesse seus interesses imediatos. Desde o final da década de 1870 vinham sendo criadas instituições de representação municipal, os chamados Clubes da Lavoura, que estavam, de forma geral, subordinados aos legislativos locais. Seus principais objetivos eram a discussão de temas de relevância para os lavradores tais como inovações tecnológicas, questões relativas a crédito, jurisprudência e segurança rural assim como a organização de escolas e exposições agrícolas. Objetivamente foram a primeira tentativa de organização dos fazendeiros e estavam reunidos em

¹¹⁰ A importação de trabalhadores asiáticos foi tema de intensa polêmica, particularmente durante a década de 1870. Após uma tentativa frustrada de atração de trabalhadores desta origem, em 1855, a discussão sobre o assunto dividiu opiniões entre aqueles que os consideravam a salvação da lavoura e aqueles para os quais se tratava de ideia impraticável. Os argumentos de quem era favorável à entrada de coolies (chineses ou indianos) era que seriam uma solução intermediária entre a escravidão e o trabalho livre. Em palavras de Quintino Bocaiuva em 1868, tratava-se de solução que “sem alterar-lhe a forma e a essência” permitiria o desenvolvimento da propriedade rural. Seguindo esta linha de argumentação, a proposta paulista apresentada durante o Congresso Agrícola de 1878, admitia a imigração de asiáticos, percebidos como elementos apropriados para realizar a transição do trabalho escravo para o livre. O Ministro da Agricultura na época, o Visconde de Sinimbu, acreditava serem os únicos que se sujeitariam a receber os baixos salários e as condições de vida semelhantes às dos escravos, que a lavoura poderia oferecer. Os argumentos dos detratores da ideia eram de cunho racial havendo quem chegasse a falar nos perigos da “mongolização”. A entrada destes trabalhadores asiáticos nunca deu certo, e nesse sentido é revelador o número de chineses que ingressou no Brasil durante todo o século XIX: apenas 2.947. Costa, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998, pp. 184 a 188; Gonçalves, Paulo C. op. cit., pp. 164 a 167. Para fazer a defesa da importação de chineses, o ministro Sinimbu fez referência à dificuldade que os proprietários brasileiros teriam para se adaptar aos novos tempos: “Digamos a verdade, sejamos sinceros. A educação e o exemplo que recebemos de nossos antepassados, assim como o hábito que temos de mandar sobre escravos, nos tornarão bem difícil a direção de trabalhadores livres e no gozo dos mesmos direitos que nós”. *Apud* Miguel Lemos. *Imigração chinesa. Mensagem a S. Ex. o embaixador do Celeste Império junto aos governos de França e Inglaterra*. Rio de Janeiro. Centro Positivista Brasileiro; Typ. Central, 1881. (p. 13), citado em Gonçalves, Paulo C. op. cit., p. 165.

¹¹¹ Costa, Emília Viotti da. op. cit. p. 236.

torno de uma questão específica: a solução do problema de abastecimento de mão de obra colocado pelo fim do tráfico de escravos.

A primeira entidade formal que reuniu fazendeiros de todo o Estado, foi a Sociedade Paulista de Agricultura (SPA), fundada em 1902. A Sociedade desempenhou um papel importante no programa de valorização do café implementado a partir de 1906. A SPA foi perdendo legitimidade junto aos seus associados e ficou esvaziada na década de 1920 devido ao seu estreito vínculo com o partido no poder, o PRP¹¹².

Foi, precisamente, o Partido Republicano Paulista (PRP), desde a sua fundação na década de 1870 até a proclamação da República, o verdadeiro representante de uma parte importante dos interesses cafeeiros. No seu trabalho, Renato Perissinotto define o PRP, neste primeiro período, por oposição ao período republicano, como um verdadeiro partido de classe¹¹³. Na definição fornecida pelo autor, um partido de classe é: “uma organização criada para defender na luta política, explícita e diretamente, determinados interesses classistas”. Para ele, esta classificação se aplicava ao PRP pela origem social de seus membros, pelos temas aceitos e rejeitados pelo partido e pelas propostas de ação, reconhecendo que, mesmo não se tratando do partido de toda a elite dirigente paulista, era o representante de um setor de classe com características similares de inserção econômica. A defesa dos interesses dos proprietários era o principal compromisso do PRP colocado por cima de qualquer outro, inclusive do compromisso com o republicanismo, declarado no nome do partido. O PRP revelava-se dúctil ao tratar questões como separatismo, abolição ou mesmo o regime de governo¹¹⁴.

¹¹² Na década de 1920, tanto a Sociedade Rural Brasileira quanto a Liga Agrícola Brasileira, fundadas em épocas posteriores à SPA, tinham mais importância (em termos de números de sócios) e legitimidade. Perissinotto, Renato Monseff. op. cit., p. 264. O autor chama a atenção para o fato de que, desde a época da criação da Sociedade, seus diretores eram também nomes proeminentes do Partido Republicano Paulista.

¹¹³ Para efeito de uma discussão que está fora do escopo deste trabalho, Perissinotto acredita que, em uma segunda fase, que delimita entre os anos 1898 e 1930, o PRP transformou-se, devido em parte aos limites estabelecidos pela política dos governadores, em um “partido de administração”. Perissinotto, Renato Monseff. op. cit., p. 178.

¹¹⁴ Para Joseph Love, o oportunismo era característica não privativa dos republicanos. Na medida em que os interesses econômicos os aproximavam, as alianças entre os três partidos, o Conservador e o Liberal, os monarquistas e o Partido Republicano, se alternavam sobretudo em momentos eleitorais. Love, Joseph. op. cit., p. 152.

Na reunião de efetiva fundação da entidade, realizada em Itu em 1873, o partido assumiu uma postura ambígua em relação ao fim da escravidão, que só foi modificada pouco antes da Abolição, em 1888. No documento de 1873 a questão da emancipação dos escravos era tratada como “social e não política” considerando-se que “está no domínio da opinião nacional e é de todos os partidos, e dos monarquistas mais do que nossa, porque compete aos que estão na posse do poder, ou aos que pretendem apanhá-lo amanhã, estabelecer os meios de seu desfecho prático¹¹⁵”. Mesmo eludindo uma tomada de posição a respeito, duas condições dos fazendeiros para o encaminhamento da questão ficavam claras no texto: que o assunto deveria ser tratado permitindo independência às províncias para proceder de acordo com seus interesses específicos e que os proprietários deveriam ser indenizados.

A questão da Abolição talvez seja um dos aspectos em que era mais difícil diferenciar os cafeicultores do Oeste novo dos de outras regiões. Embora os primeiros admitissem o abastecimento de força de trabalho europeia como possibilidade de suprimento das fazendas, em relação à extinção do trabalho servil estes fazendeiros tiveram uma postura dilatória e condicionada a seus interesses econômicos, que não diferia dos interesses dos cafeicultores das áreas mais antigas. Com relação a este ponto, os Republicanos paulistas se aliaram, muitas vezes, aos fazendeiros de outras regiões do Estado, fossem estes liberais ou conservadores.

Um episódio revelador da ambiguidade com que foi tratada a questão do fim do trabalho servil foi a aprovação e a posterior revogação do imposto sobre os escravos trazidos para a Província de São Paulo, ambas encaminhadas pelo fazendeiro e também deputado pelo partido republicano, membro de uma das principais famílias da época, Martinho Prado Júnior¹¹⁶. Em fevereiro de 1878, na Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, Martinico Prado defendeu que fosse instituído um imposto sobre os escravos ingressados na província. Na argumentação, o deputado destacava tratar-se de projeto de grande interesse para a lavoura, deixando explícito não ser “um imposto que venha aumentar os recursos pecuniários da província e, portanto, que

¹¹⁵ Pessoa, Reynaldo Carneiro (org.). *A Ideia Republicana no Brasil através dos Documentos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.

¹¹⁶ Martinho Prado Júnior era chamado de Martinico para diferenciá-lo de seu pai homônimo. Adotaremos este nome daqui em diante.

venha auxiliar os cofres públicos (...); mas trata-se de levantar uma barreira à grande imigração de braços escravos para a nossa província (...)”¹¹⁷. O projeto foi aprovado somente em 1881, depois de resolvido o enfrentamento de interesses entre lavradores e abolicionistas, sendo associado à criação de um fundo para financiamento de passagens de imigrantes e à construção de uma hospedaria¹¹⁸.

Um ano mais tarde, em 1882, o próprio Martinico Prado defendeu, na mesma Assembleia Provincial uma modificação no imposto sobre escravos proposto por ele quatro anos antes. Sugeriu agora o deputado, que o imposto não fosse cobrado no caso dos proprietários que se transferissem para a Província de São Paulo junto com seus escravos. O discurso proferido em ocasião da defesa da exceção da lei, durante o qual, em várias oportunidades, o deputado reivindica a sua condição republicana, é uma pérola de ambiguidade eloquente e por isso está sujeito a várias interpretações quanto às suas verdadeiras motivações.

Flávio Saes enxerga no episódio um exemplo do oportunismo das elites em relação à questão da Abolição e associa as verdadeiras motivações do deputado republicano ao maior favorecimento à entrada de trabalhadores imigrantes e não à criação de obstáculos ao trabalho servil. A Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração da qual Antônio Prado, irmão de Martinico, era vice-presidente, era a principal encarregada da introdução de imigrantes até aquele momento, o que confere maior consistência ao argumento¹¹⁹. Para Saes, a exceção aberta para os proprietários que se transferissem com seus escravos para São Paulo estava inserida na defesa de interesses específicos dos cafeicultores do Oeste da Província, já que os proprietários de Minas, que passavam a fronteira junto com seus escravos, tinham a importante função de desbravar terra ainda não ocupada pelos cafeicultores de São Paulo. O

¹¹⁷ *In Memoriam Martinho Prado Júnior, 1843-1943*. São Paulo: Elvino Pocaí, 1944, p. 99. O livro Memória elaborado pela família Silva Prado no centenário de nascimento de Martinico Prado, não tem autor declarado, mas apresenta a vantagem de trazer, na íntegra, documentos vinculados à vida política do homenageado.

¹¹⁸ Beiguelman, Paula. op. cit., p. 64.

¹¹⁹ A Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração foi fundada por fazendeiros em agosto de 1871 e recebia auxílios pecuniários dos governos central e provincial para auxílio nas passagens dos imigrantes.

trabalho realizado pelos mineiros facilitava o avanço posterior dos paulistas e poderia ser prejudicado com a exigência do imposto sobre os escravos¹²⁰.

A família Prado é exemplar quando se trata de observar o pragmatismo¹²¹ em relação à questão da escravidão. Desde cedo, os irmãos Prado aderiram a formas alternativas de mão de obra mesmo mantendo a força de trabalho escrava até praticamente a sua extinção. Grandes produtores de café, proprietários de escravos e representantes do capital cafeeiro paulista, os irmãos Prado figuravam entre os principais defensores da importação de imigrantes, mesmo que, em ocasiões, divergindo entre eles quanto às táticas a serem adotadas até a sua real implantação. Os dois irmãos pertenciam a partidos diferentes, e tiveram sobre a Abolição pareceres por vezes opostos e por outras coincidentes, dependendo da conjuntura¹²². No caso da aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871, ambos foram contrários. Esta lei, que acabou sendo aprovada após intensas discussões no Parlamento, com a oposição dos estados cafeeiros e dos charqueadores do Sul do país, inaugurou uma concepção de emancipação gradual que marcaria a polêmica a partir desse momento e que cristalizaria um conceito a respeito desse processo, na historiografia brasileira, durante muito tempo. Os seus partidários defendiam a Lei apresentando-a como a melhor solução em termos de moderação e argumentavam a favor de sua aprovação como forma de acalmar os ânimos abolicionistas. Em resumo, a lei, na forma como foi aprovada, determinava que os filhos de escravos prestassem serviços aos proprietários de suas mães até cumprirem vinte e um anos, o que tornava práticos

¹²⁰ Saes, Flávio A. M. de. op. cit. 1986, p. 93. O livro de Saes tem trechos selecionados dos discursos de Martinico Prado sobre a questão do imposto. Para a íntegra ver *In Memoriam Martinho Prado Júnior*, 1843-1943. Um dado interessante para reforçar os argumentos de Saes com relação aos interesses de Martinico Prado é mencionado por Warren Dean. Em 1882, 80% dos habitantes de Ribeirão Preto, região onde estavam localizadas as fazendas de Martinico, eram mineiros. Dean, Warren. op. cit. 1971, p. 46. Joseph Love observa que as migrações de famílias mineiras nos séculos XVIII e XIX foram origem de abundantes vínculos entre as famílias das duas províncias. Love, Joseph. "Autonomia e Interdependência: São Paulo e a Federação Brasileira, 1889-1937" in Fausto, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. V. III *O Brasil Republicano. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. São Paulo, Difel, 1975, p. 63.

¹²¹ Usamos o termo "pragmatismo" no sentido que a ele confere José Murilo de Carvalho. Carvalho, José Murilo de. *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 318.

¹²² Antônio era monarquista e pertencia ao Partido Conservador enquanto Martinico era republicano e membro do PRP.

seus efeitos somente a partir de 1892 quando os ingênuos atingiriam esta idade¹²³. Mais de uma década depois, quando da aprovação da Lei dos Sexagenários, em 1885, Antônio Prado, na época Ministro da Agricultura do Império, negociou o apoio à mesma colocando como condição a transferência de uma terceira parte do fundo de emancipação dos escravos para a empresa imigratória. A aprovação da Lei dos Sexagenários foi novamente marcada pelo pragmatismo das elites que encaminharam a questão antes que os abolicionistas o fizessem¹²⁴.

Ao contrário do ponto de vista de muitos monarquistas, Antônio Prado foi contra a Abolição da escravidão até sua conversão em 1887, no momento em que a onda de deserção de escravos e a situação de desorganização do trabalho nas fazendas já se tornara insustentável. Quando ficou evidente a falência da passagem gradual à abolição, que os fazendeiros haviam defendido, e frente à profusão de fugas de escravos das plantações paulistas, os irmãos Prado ingressaram em uma entidade de fazendeiros, a Associação Libertadora, cujos principais objetivos eram a libertação dos escravos até 31 de dezembro de 1890 e a tomada de providências para não desorganizar o trabalho nas fazendas durante a transição para o trabalho livre¹²⁵.

As alianças entre liberais, conservadores e republicanos eram determinadas pelo pavor de que os abolicionistas chegassem ao poder e encaminhassem a questão do fim do trabalho escravo contra os interesses dos “defensores da lavoura”. Na sua gestão como Ministro da Agricultura a partir de 1885, Antônio Prado implementou o

¹²³ Anos mais tarde Rui Barbosa calcularia que se não houvesse outra lei que tratasse da emancipação existiriam ingênuos obrigados a prestar serviços aos donos de suas mães até 1932, calculando que uma escrava nascida antes da lei, em 1871, pudesse ter filhos até os 40 anos, em 1911. Costa, Emília Viotti da. *A abolição*. São Paulo: Editora UNESP, 2008, p. 54. A importância da Lei de 1871 reside em mudanças que vão além da emancipação dos ingênuos. Ela foi uma cunha introduzida pelo Estado na relação entre senhores e escravos, no sentido de exercer algum controle sobre as práticas de alforria. Por outro lado, ao admitir a possibilidade do escravo comprar a sua própria liberdade, de certa forma, inaugurava o compartilhamento dos custos da Abolição com a sociedade em geral. Grinberg, Keila. “Liberata: a lei da ambiguidade. As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX”. *Biblioteca virtual de Ciências Humanas*. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais [on line]. Rio de Janeiro, 2008. Disponível na internet: http://xa.yimg.com/kq/groups/21736577/2072437942/name/GRINBERG_Liberata.pdf_28_10_2008_14_01_19%5B1%5D.pdf

¹²⁴ Saba, Roberto. “A Lei dos Sexagenários no Debate Parlamentar (1884-1885)”. In: *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP. São Paulo, 2008, p. 7.

¹²⁵ Levi, Darrell. *A Família Prado*. São Paulo: Cultura 70 Livraria e Editora, 1977, op. cit., p. 204. Sobre os objetivos da Associação, ver Godoy, Joaquim Floriano de. *O Elemento Servil e as Câmaras Municipais da Província de São Paulo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

programa de imigração que convinha à sua Província. Na defesa dos interesses cafeeiros na questão da Abolição, mas também em outros assuntos como veremos adiante, a atuação política dos Prado foi considerada, por alguns autores, oportunista. É esta conduta política que, ironicamente, o próprio Antônio Prado parecia advertir na prática partidária da época conforme deixou claro em discurso proferido no Senado do Império em 1887: “A batalha pelo poder corrompeu todos os estados com negócios, ideias confusas, princípios falsificantes, caracteres enfraquecedores. Os partidos não têm mais divisas e, se as têm, são divisas sem princípios¹²⁶”. O escravocrata e monarquista Antônio Prado de 1871 se tornaria um abolicionista e profederalista em 1888-1889¹²⁷.

A fórmula defendida por Antônio Prado, “emancipação gradual e imigração intensiva”, revelava que, mesmo sendo os cafeicultores paulistas favoráveis à empresa imigratória, isto não significava que fossem obrigatoriamente a favor da abolição. O objetivo principal era evitar que o trabalho nas fazendas se desorganizasse e para isso a emancipação tinha que ser gradual, garantindo não só a indenização dos proprietários como também a permanência dos escravos nas fazendas mesmo após a sua libertação. Isto dá a medida da ameaça representada pelas fugas em massa e pela ação dos abolicionistas na última década do Império. Nas palavras de Flávio Saes: “Se por um lado a grande burguesia promove as condições para eliminar o trabalho escravo (especialmente a imigração), por outro ela tenta evitar a qualquer custo sua abolição imediata como forma de impedir a desorganização do quadro de trabalho¹²⁸”. Ou nas de Sylvia Bassetto “nem abolicionistas, nem necessariamente escravistas, mas reivindicadores de mão de obra a custos suficientemente baixos¹²⁹”.

A maioria dos fazendeiros continuaria até meados da década de 1880 a se opor à abolição. Quando ficou evidente que ela era inevitável, a luta se concentrou em evitar a desorganização do trabalho, preservando a ordem na produção e o direito à propriedade sobre o escravo, enquanto pressionavam o Estado para assumir os custos

¹²⁶ Discurso no Senado, 19 de setembro de 1887. Levi, Darrell. op. cit., p. 195.

¹²⁷ Para comentários sobre pragmatismo e oportunismo dos Prado (e também de outros representantes do capital cafeeiro) ver Love, Joseph. *São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937. A locomotiva*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, Darrell, Levi. op. cit. e Saes, Flávio A. M. de. *A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986.

¹²⁸ Saes, Flávio A. M. de. op. cit. 1986, p. 284.

¹²⁹ Bassetto, Sylvia. op. cit., p. 104.

da imigração. A resistência a resolver a questão servil com agilidade, mesmo de parte da “vanguarda dos cafeicultores”, correspondia às dificuldades de impor o projeto imigrantista ao Estado. A política classista sobre a questão da mão de obra se consolidou a partir de 1884 quando o governo de São Paulo começou a colocar mais dinheiro nas subvenções¹³⁰.

Por outro lado, do ponto de vista do patrimônio, para estes proprietários a Abolição tinha que ser gradual para permitir uma reacomodação da riqueza da qual o item escravos ia sendo expelido desde a metade do século¹³¹.

Assim, os fazendeiros mantiveram a sua conduta dúbia até o fim. Em reunião realizada em 15 de dezembro de 1887, em São Paulo, em que os proprietários discutiam como proceder à libertação dos escravos, um grupo de fazendeiros recusou-se a aceitar o prazo de três anos para decretar o fim da servidão e se retirou da reunião¹³². Uma parte destes fazendeiros era de imigrantistas declarados que participavam da Sociedade Promotora da Imigração, presidida por Martinico Prado, entidade fundada em julho de 1886¹³³.

À medida que o abolicionismo crescia, aumentava também a reação daqueles fazendeiros que não concebiam o fim da servidão e organizavam sociedades e milícias para se opor ao inevitável. A propaganda abolicionista estava presente por toda parte à medida que avançava a década de 1880. Discutia-se no parlamento, organizavam-se comícios e a opinião pública acompanhava e se agitava. Finalmente alguns cafeicultores passaram a aderir à Abolição, empurrados pelos próprios escravos cujas fugas em massa, a partir de 1887, não eram mais perseguidas pelas forças da ordem. Uma carta de outro importante fazendeiro, Antônio Francisco de Paula Souza, por sua vez membro de uma das principais famílias da elite paulista, é demonstrativa da relação estabelecida com os escravos por aqueles cafeicultores que, coagidos pela realidade de fugas e de revoltas da senzala, se viam na situação de liberá-los mesmo antes do fim legal da escravidão:

¹³⁰ Idem. op. cit., p. 106.

¹³¹ Zélia Cardoso de Mello observa esta substituição de riqueza na análise de inventários ao longo da primeira metade do século XIX. Mello, Zélia Cardoso de. op. cit., p. 139.

¹³² Tinha entre eles membros das famílias Sousa Queirós e Pais de Barros.

¹³³ Saes, Flávio A. M. de. op. cit., 1986, p. 97

*(...) tenho com os meus ex-escravos o mesmo contrato que tinha com os colonos. Nada lhes dou: tudo lhes vendo, inclusive um vintém de couve ou leite! Compreendes que só faço isto para moralizar o trabalho, e para que eles compreendam que só podem contar consigo e jamais por ganância (...). Pois bem: esse vintém de couve e de leite, o gado que mato, a fazenda que compro por atacado, e que lhes vendo a retalho, e mais barato que na cidade, dão quase para o pagamento do trabalhador. (...) Muita gente que vivia de quatro pés de feijão e de uma quarta de milho entra hoje no serviço do cafezal e do terreiro com satisfação, e os que tenho recebido acomodam-se perfeitamente nas antigas senzalas dos escravos. (...) É também preciso que os teus patrícios saibam que o trabalho livre não é tão caro, como a princípio parece. (...)*¹³⁴.

A carta, além de fornecer um panorama das “novas” relações com os ex-escravos, revelava a semelhança destas com as condições oferecidas aos colonos e também a clareza do empresário em relação ao custo dos trabalhadores. Para Florestan Fernandes, a carta ajudava a desmontar a ideia de que os escravos fugiam do trabalho e abria uma perspectiva da complexidade da composição da força de trabalho nesse período, onde escravos, libertos de direito ou de fato, ou ainda cativos, conviviam com imigrantes, engajados através de diferentes formas de contrato de trabalho, e com trabalhadores livres nacionais.

Finalmente, em 1888, “um simples ato legal extinguiu a escravidão, sem que houvesse convulsão social ou abalos profundos na economia”¹³⁵. Uma vez extinta a escravidão, todo o interesse dos fazendeiros se concentrou na atração dos imigrantes que manteriam a produção funcionando. Já com a garantia do abastecimento de trabalhadores europeus sendo financiado por verbas públicas, o ex-escravo foi deixado de lado para cuidar de sua vida como pudesse. Warren Dean, em trabalho sobre o processo de industrialização, esclareceu que não havia “necessariamente um enfoque mais racional nem mais humano” na utilização do trabalhador livre por parte dos

¹³⁴ Carta do Conselheiro Paula Souza ao Dr. César Zama, escrita em março de 1888 e publicada em *A Província de São Paulo* em abril de 1888. Apud Fernandes, Florestan. *A integração do negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Globo, 2008. No livro Florestan Fernandes reproduz a carta na íntegra, pp. 48 a 50. O Conselheiro era filho de Maria Raphaela de Barros, e neto de Antônio Paes de Barros, o primeiro Barão de Piracicaba.

¹³⁵ Costa, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998, p. 529.

paulistas¹³⁶. Condições presentes na escravidão foram mantidas, em um primeiro momento, com os imigrantes, sendo a relação específica com o trabalhador livre construída no caminho transcorrido entre o sistema de parceria e o assalariamento dos trabalhadores.

A principal bandeira política do PRP, fundamental para os interesses dos fazendeiros em relação à organização da imigração, tinha sido a descentralização, presente nas metas do partido desde a sua fundação em 1873. A combinação da grande prosperidade da economia cafeeira com a excessiva centralização monarquista tornou a demanda por autonomia a reivindicação característica do PRP e lhe conferiu unidade e força. O ideal federativo permitiria a São Paulo a administração de suas receitas e despesas, e a “maior coincidência entre administradores e administrados¹³⁷”. A insatisfação das elites paulistas com a administração imperial não era nova. Dados apresentados por Joseph Love mostram que, em 1870, mesmo que a receita da província não fosse suficiente para o financiamento de empreendimentos nas áreas de transportes, saúde e educação, que eram de responsabilidade do governo local, São Paulo era uma das três províncias do Império que nunca tinham recebido ajuda financeira direta do governo central¹³⁸. Significativamente a contribuição de São Paulo, em 1886/87, fora oito vezes maior que o valor destinado para gastos na província. Era uma situação difícil de reverter, dado o desequilíbrio entre o poder político e o poder econômico nas últimas décadas do Império, que ocasionava a sub-representação dos paulistas¹³⁹.

A insistência da monarquia em seu aspecto centralizador fez partidários do regime, como o já mencionado Antônio Prado, deixarem as fileiras do partido Conservador e aproximarem-se dos ideais republicanos. Uma vez proclamada a República, as modificações fiscais introduzidas pela Constituição de 1891

¹³⁶ Dean, Warren. op. cit. 1971, p. 49.

¹³⁷ Perissinotto, Renato Monseff. op. cit., p. 180.

¹³⁸ Love, Joseph. “Autonomia e Interdependência: São Paulo e a Federação Brasileira, 1889-1937” in Fausto, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. V. III *O Brasil Republicano. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. São Paulo, Difel, 1975, p. 150. As outras duas províncias eram o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro.

¹³⁹ De um total de 59 senadores, apenas três eram de São Paulo. Na Câmara de Deputados eram nove os representantes paulistas enquanto Pernambuco tinha treze, Bahia, quatorze e Minas Gerais, vinte. Também foram raros os representantes da província no Conselho de Estado e nos ministérios. Costa, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 474.

estabeleceram a diferença entre São Paulo e os outros estados ao determinar a administração autônoma da arrecadação do café. Isto permitiu ao Estado uma especificidade no que diz respeito à política de atração de imigrantes, como veremos adiante. O papel exercido por São Paulo – junto com Minas Gerais – neste período tem características que o diferenciam do resto dos estados. A dependência do governo central era restrita e se limitava ao aval para obtenção de empréstimos internacionais, ao controle da política monetária e à representação de interesses no exterior pelos canais diplomáticos. A autonomia permitiu a São Paulo a negociação de empréstimos com o estrangeiro, o que foi feito em diversas oportunidades a partir de 1905. Em torno de 1906 mais da metade de toda a dívida externa brasileira correspondia a São Paulo¹⁴⁰. Isto teve como consequência a grande influência dos capitais estrangeiros na economia do café. Quanto à excepcionalidade da classe política de São Paulo, é interessante mencionar reflexão de Celso Furtado:

A economia cafeeira formou-se em condições distintas. (...) A nova classe dirigente formou-se numa luta que se estende em uma frente ampla: (...). Desde cedo eles compreenderam a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica. Essa tendência à subordinação do instrumento aos interesses de um grupo econômico alcançará sua plenitude com a conquista da autonomia estadual, ao proclamar-se a República. (...) Mas não é o fato de terem controlado o governo o que singulariza os homens do café. E sim que tenham utilizado esse controle para alcançar objetivos perfeitamente definidos de uma política¹⁴¹.

Como dissemos, a adesão destes proprietários à abolição só aconteceu quando já tinham garantido que o Estado financiaria a entrada de trabalhadores europeus. O discurso de Antônio Prado, proferido em 1888 no Senado do Império, em momento posterior à abolição, mostra como, uma vez convencidos da possibilidade de manter a produção com mão de obra livre financiada pelo governo, e tendo deixado o trabalhador negro para trás a cuidar da sua vida por conta própria, passava-se para outra etapa:

¹⁴⁰ Love, Joseph. op. cit. 1975, p. 61.

¹⁴¹ Furtado, Celso. op. cit., pp. 171/172.

Braços para o trabalho? (...) Pretenderá, acaso, a honrada oposição, que o governo deva propor ao poder legislativo meios coercitivos que tenham a virtude de forçar os libertos ao trabalho? Quais poderiam ser estes meios? Não será, porventura, a liberdade a garantia mais eficaz para que a lei econômica da oferta e da procura regule convenientemente as condições de trabalho (...)? O imigrante não pode presentemente achar no Brasil colocação mais fácil, nem mais pronta, do que o serviço na lavoura particular, isto é incontestável e deve ser dito para honra da agricultura nacional. É matéria de fato e ninguém contestará que este destino da imigração é tanto mais útil quanto é sabido que a lei de 13 de maio determinou, nem podia deixar de determinar, temporária incerteza no trabalho dos libertos nos estabelecimentos agrícolas¹⁴².

O desejo e as necessidades dos fazendeiros eram apresentados por Antônio Prado no discurso como incontestáveis, distorção da realidade provocada pela ideologia que fazia parecer a melhor solução para a elite como a melhor solução para os trabalhadores e para toda a sociedade brasileira. Estes proprietários e suas atividades econômicas, expoentes da relação dialética entre o arcaico e o moderno, exemplos de ambiguidade, mostravam as contradições inerentes a seu papel de vanguarda progressista e modernizante ao mesmo tempo em que se empenhavam em conservar as “tradições brasileiras legítimas”, neste caso entendidas como a longa tradição escravista das elites nacionais¹⁴³.

A expansão da cafeicultura no território paulista na segunda metade do século XIX dependeu da abundância de terras, do fluxo constante de trabalhadores e do transporte para o porto exportador. A instalação deste complexo respondeu aos interesses dos fazendeiros que, confundindo o seu proveito com o do coletivo, traçaram vias férreas e obtiveram o financiamento público para a atração de imigrantes. Antigas estruturas de poder asseguraram às elites cafeicultoras o controle

¹⁴² Prado, Nazareth. *Antônio Prado no Império e na República*. Rio de Janeiro: Briguiet & Cia, 1929, p. 282/283 e 286. Apud Fernandes, Florestan. op. cit., p. 53.

¹⁴³ A ideia foi tomada de frase de Darrell Levi em livro sobre a família Prado. O sentido aqui adotado, vinculando a tradição escravista com a postura modernizante, é de nossa responsabilidade, admitindo que não ter sido essa a intenção do autor. Levi, Darrell E. op. cit., p. 147.

de uma longa cadeia de juizados e cartórios que garantiram títulos de propriedade a terras obtidas com frequência por métodos ilícitos que não excluíram o uso da força. Mas o grande momento de expansão do café dependeu sobretudo do trabalho escravo ilegalmente cativo no Brasil após a lei de 1831, que foi sendo substituído pelo trabalhador livre em época próxima à abolição da escravidão. Os cafeicultores paulistas, mesmo aqueles que viam na imigração de europeus a solução para o abastecimento de trabalhadores, dependeram basicamente do trabalho dos escravos até o final da década de 1880. A grande margem de manobra de que a classe proprietária gozava no Brasil desde os tempos coloniais em relação aos limites da lei, esteve na base da prosperidade da economia cafeeira assim como das novas relações estabelecidas com os imigrantes.

CAPÍTULO 2 – A DEMANDA – “PARA QUE QUEREMOS NÓS IMIGRANTES COM FORTUNA?¹⁴⁴”

Este capítulo se dedica a analisar alguns aspectos do processo de formação do mercado de trabalho livre no Brasil, mais especificamente em São Paulo. O período em foco é o que começa com a abolição do trabalho escravo, que tinha sido a base da criação da riqueza desde a colônia, para uma nova forma de produção baseada no trabalhador livre, no caso de São Paulo, fundamentalmente um trabalhador importado.

Trata-se de um momento de transformações. Desde a grande mudança que significou o fim do trabalho servil até as diferentes modificações acontecidas durante o próprio percurso de estabelecimento do trabalho livre. Mas foram mudanças e transformações que mantiveram inalterados os alicerces fundamentais da sociedade colonial e imperial. A estrutura de propriedade da terra, assim como o poder dos proprietários rurais sobre a força de trabalho no campo e a liderança destes atores no processo de modernização do país permaneceram invariáveis.

Dividimos o capítulo em quatro partes que abordam as mudanças ocorridas no processo de construção das novas relações de trabalho, no financiamento do projeto de formação do mercado de trabalhadores livres, na emergência de novos atores econômicos e no imigrante atraído durante o período de crise da cafeicultura. Os títulos que demos às quatro partes pretendem mostrar o acontecimento de uma transformação que entendemos permeada de permanências e continuidades.

No período estudado aconteceu em São Paulo uma modernização. Mas a que se estruturou foi uma modernidade conservadora assentada sobre a grande desigualdade característica do Brasil, e na qual a liberdade precisou se esgueirar por frestas deixadas livres pelo grande poder nas mãos das classes proprietárias. Os temas tratados no capítulo mostram outro paradoxo na formação do Brasil moderno: na medida em que o Estado cedia aos interesses das classes proprietárias agrárias no

¹⁴⁴ Frase proferida pelo deputado Martinico Prado em discurso na Assembleia Legislativa Provincial (17 de janeiro de 1888).

financiamento à imigração e na defesa do preço internacional do café, consolidou-se seu papel tutelar sobre a economia associando o processo modernizador a soluções protecionistas. Trata-se, em outras palavras, neste capítulo, de mostrar a notável capacidade de “mudar conservando” que caracterizou o processo histórico brasileiro¹⁴⁵.

2.1 – “O trabalho mais barato é o do colono; e igual ao dele só a carpideira¹⁴⁶”. O regime de trabalho nas fazendas paulistas: de parceiros a proletários rurais

A iminência do fim do tráfico de escravos colocou para as elites brasileiras o problema do abastecimento da força de trabalho. A utilização do trabalho escravo, sustentáculo do modelo de economia de exportação, tinha impedido a formação de um mercado de mão de obra com trabalhadores de origem nacional, fossem eles libertos ou agregados, que aparecesse para os proprietários como uma alternativa viável. A entrada de trabalhadores livres em uma sociedade onde o trabalho era, havia séculos, desempenhado por braços cativos, implicava uma atualização das estruturas econômicas do capitalismo e colocava questões centrais em termos da natureza do capital empregado na produção. Mesmo tendo que alimentar o escravo e ocupar-se dele se ficasse doente, ou ainda levando em consideração que uma parte conseguisse fugir, o lucro que o escravo proporcionava aos seus proprietários superava as despesas. O escravo valia pelo que produzia e valia também como objeto de compra e venda¹⁴⁷. Acostumados a ter um capital investido no trabalhador, foi necessário aos fazendeiros percorrer um caminho até incorporar o trabalho assalariado. Como lembra Alexandre de Freitas Barbosa, os fazendeiros não conheciam o trabalho livre, mesmo que, em outros aspectos da sua atividade econômica, já tivessem adotado uma lógica inteiramente capitalista¹⁴⁸.

¹⁴⁵ Reis, Elisa Maria Pereira. “Elites agrárias, *state building* e autoritarismo”. *Dados Revista de Ciências Sociais*. Vol. 25, Nº 3, 1982, pp 331 a 348.

¹⁴⁶ Botelho, Carlos. “Emprego de carpideiras na lavoura de café”. *Revista Agrícola*, Nº 43, 1899, pp. 47/48.

¹⁴⁷ Costa, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998, p. 72.

¹⁴⁸ “(...) eles tendiam a encarar a mão de obra estritamente como custo. Como não conheciam as potencialidades do trabalho livre ou duvidavam da sua disponibilidade efetiva, o escravo era considerado a melhor das opções, indicando um comportamento pragmático, aferrado aos costumes, por parte

As experiências pioneiras com o trabalho livre aconteceram na primeira metade do século XIX e foram levadas adiante pelo Senador Nicolau Vergueiro. Por conta própria o Senador trouxe para uma colônia na sua fazenda Ibicaba, na região de Limeira, em 1840, noventa trabalhadores portugueses. A tentativa não deu certo e os imigrantes se dispersaram pela província. A segunda experiência do Senador Vergueiro foi em 1847, desta vez trazendo, para a mesma fazenda, imigrantes alemães e suíços. A operação foi realizada por meio da companhia Vergueiro & Cia, fundada com o fim de trazer colonos para si e para outros fazendeiros. A Vergueiro & Cia., que tinha na capital do Império uma filial dedicada ao comércio e à introdução de imigrantes, com muita dificuldade obteve subvenções dos governos imperial e provincial para a empreitada. Na primeira metade da década de 1850, a tentativa de introduzir trabalhadores livres se expandiu pelas fazendas e, enquanto alguns fazendeiros eram abastecidos pela empresa do Senador Vergueiro, outros traziam seus trabalhadores por conta própria.

O sistema de trabalho utilizado naquela oportunidade foi a parceria e a iniciativa fracassou, entre outros motivos, por falta de confiança dos imigrantes nos cálculos que o fazendeiro realizava para os ajustes de contas do contrato. O imigrante, que tinha sido trazido com passagem paga pelo fazendeiro, além de receber o adiantamento do sustento do primeiro ano até que conseguisse se estabelecer, começava a sua vida na fazenda endividado. Corriam juros anuais de 6% sobre a dívida e o trabalhador só poderia ir embora quando essa dívida fosse amortizada ou estaria sujeito a ter que pagar multas de valor elevado. O sistema de parceria não funcionou e os trabalhadores se revoltaram contra os fazendeiros em 1857. É de se pensar o efeito que deve ter tido a revolta dos colonos para uns senhores acostumados a tratar com trabalhadores na base da chibata. O temor de que a revolta se espalhasse por outras fazendas foi grande entre os cafeicultores. Tratava-se de um momento em que ainda a principal

destes 'burgueses imperfeitos', haja visto que no restante de suas operações com terras, máquinas, crédito e transporte, a lógica capitalista já se impunha". Barbosa, Alexandre de Freitas. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 103.

fonte de força de trabalho era o braço cativo, o que aumentava o medo, quando se pensava na possibilidade do clima de revolta espalhar-se pela senzala¹⁴⁹.

Em Ibicaba, o colono recebia uma quantidade de cafeeiros para cultivo, colheita e melhoramento. O esquema da parceria supunha uma forma mista de remuneração em que o trabalhador recebia metade do lucro obtido com a venda do café, após a realização deste no mercado, e também metade do ganho conseguido com a venda de gêneros complementares, correspondendo o resto ao proprietário. Com a renda alcançada, o colono deveria amortizar a dívida contraída com o fazendeiro no que comprometia, no mínimo, metade de seus rendimentos. Como resultado, a quantia devida pelos trabalhadores ia crescendo a um ponto tal que se tornava impossível de pagar. Os imigrantes não tinham controle sobre o que ganhavam, e demoravam mais de um ano para receber, assim como não tinham controle dos descontos que o fazendeiro fazia por conta do pagamento das dívidas¹⁵⁰. O sistema dependia da confiança do colono, já que não existia a possibilidade de fiscalização de sua parte¹⁵¹. Já começava a trabalhar devendo para o fazendeiro, com poucas possibilidades de ganhos complementares e ficava descontente com a escassa receita que atribuía à fraude e ao contrato que lhe parecia inconveniente e que não tinha tido oportunidade de discutir com antecipação. O fazendeiro requeria do governo os meios para fazer os colonos cumprirem os acordos. E até que este se responsabilizasse pelo prejuízo ante qualquer circunstância que ameaçasse a possibilidade de recuperar as quantias devidas pelos colonos, intervenção que chegou a ser cogitada no final da década de 1850¹⁵². Uma mudança importante estava presente nesta demanda dos fazendeiros. As relações com o escravo, baseadas na coerção, estavam circunscritas

¹⁴⁹ Stolcke, Verena e Hall, Michael M. "A introdução do trabalho livre nas fazendas de São Paulo". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Nº 6, 1983, p. 87.

¹⁵⁰ Outra queixa dos colonos era que as seções mais produtivas do cafezal eram deixadas ao cuidado dos escravos, o que evitava ao fazendeiro ter que dividir o fruto maior com os trabalhadores. Sallum Jr, Brasília. op. cit., p. 78.

¹⁵¹ Thomas Davatz, que foi colono em Ibicaba e participou ativamente da revolta, relata que uma das dívidas dos colonos residia no fato de que a conta da venda do café era realizada com base em arrobas enquanto que o café colhido, e que o agricultor podia medir, já que o entregara ao fazendeiro, era contabilizado em alqueires. A relação entre alqueires colhidos e arrobas pagas era determinada pelo fazendeiro, que controlava o processo de beneficiamento, e o resultado contrariava a disposição contratual da divisão meio a meio. Os trabalhadores contestavam, a partir de experiências por eles mesmos realizadas, a relação alqueire/ arroba utilizada pelo proprietário e se sentiam roubados por este. Davatz, Thomas. op. cit., pp. 114 a 116.

¹⁵² Beiguelman, Paula. op. cit., p. 98.

exclusivamente ao âmbito privado. Era a percepção dos proprietários dos limites existentes na aplicação de medidas de força no trato com os trabalhadores livres, que os fazia pedir por uma intervenção da autoridade pública, já fosse na forma de regras estabelecidas, já fosse na forma de arcar com possíveis prejuízos.

Tem sido abundantemente registrado na historiografia quanto o proprietário reproduzia com o trabalhador livre as relações de trabalho estabelecidas com o trabalhador cativo. O escravo representava para o seu proprietário mais do que mão de obra a ser explorada. Ele era simultaneamente uma mercadoria e, enquanto tal, um capital empatado e sempre negociável nas mãos dos senhores. Esta característica do escravo - a acumulação de sua função enquanto mão de obra com a qualidade de mercadoria - foi reproduzida, em um primeiro momento, com o imigrante, fundamentalmente o subvencionado. O endividamento, produzido pelo adiantamento dos gastos derivados do transporte desde o seu país de origem até a sua instalação no Brasil, funcionou como capital possuído pelo fazendeiro e, em algumas circunstâncias, foi usado como garantia financeira, da mesma forma como era feito pelos senhores de escravos no sistema anterior¹⁵³. Por outro lado, é interessante considerar, como o fazem Verena Stolcke e Michael Hall, que isto não significa atribuir a causa do fracasso do sistema de parceria à permanência das relações escravistas no trato com os colonos¹⁵⁴. Em análise que nos parece acertada, Stolcke e Hall consideram que as iniciativas de parceria em torno dos anos 1850 foram adotadas por uma pequena parcela de fazendeiros mais previdentes que, conscientes do problema de abastecimento, fizeram experiências com outro tipo de trabalho em um ambiente em que ainda a maioria utilizava o trabalho escravo e no qual o escravo ainda não era

¹⁵³ Estudando documentos sobre hipotecas dos fazendeiros da região de Rio Claro, o historiador Warren Dean observa que as dívidas dos imigrantes eram utilizadas como garantia para obtenção de empréstimos. Entre os documentos analisados, o autor menciona um contrato de novembro de 1881 em que escravos e colonos eram igualados em termos de “posse” do empresário. Dean, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, pp. 115/116. Thomas Davatz também registra constatação semelhante nas suas memórias: “Os colonos que emigram, recebendo dinheiro adiantado tornam-se, pois, desde o começo, uma simples propriedade de Vergueiro & Cia. E em virtude do espírito de ganância, para não dizer mais, que anima numerosos senhores de escravos, e também da ausência de direitos em que costumam viver esses colonos na província de São Paulo, só lhes resta conformarem-se com a ideia de que são tratados como simples mercadorias, ou como escravos”. Davatz, Thomas. op. cit., p. 86.

¹⁵⁴ Stolcke, Verena e Hall, Michael M. op. cit., pp. 118 a 120. Stolcke e Hall polemizam neste caso com trabalhos de Warren Dean e Emília Viotti.

escasso. A hipótese da experiência nos parece apropriada, sabendo que outras possibilidades estavam sendo consideradas pelos cafeicultores como vimos no capítulo anterior, desde o crescimento vegetativo dos escravos até a introdução de chins, que pressupunham uma relação intermediária entre o escravo e o trabalhador livre¹⁵⁵.

As revoltas de colonos, das quais a de Ibicaba foi a de maiores proporções, causaram o desprestígio do sistema de parceria. O resultado foi a reafirmação do trabalho escravo que, aliás, nunca tinha sido substituído pelo trabalho livre, mas tinha convivido com ele. Como vimos, a expansão da cafeicultura aconteceu com base no escravo, cujo número aumentou no Sudeste graças ao tráfico interno e à transferência de outras atividades, ocasionada pelas mudanças no sistema de transporte e no beneficiamento do grão. Mas mesmo com o aumento da população de escravos, no final da década de 1860 e na década de 1870, foi retomada a ideia da imigração europeia. A esta altura, nas fazendas em que ainda havia colonos, algumas mudanças tinham sido introduzidas nos contratos de trabalho. Começava-se, em alguns casos, a pagar pelo café colhido uma quantia fixa e não mais se utilizava o sistema de divisão com o parceiro do preço obtido com a venda, enquanto que a exigência de que o trabalhador dividisse os ganhos que obtinha com a venda de gêneros por ele cultivados foi caindo em desuso. Outra inovação eram as multas cobradas por abandono da fazenda antes do pagamento da dívida ou mesmo pela não realização de tarefas, com base na Lei de Contratos de Trabalho de 1837. Também nestes anos, os fazendeiros começaram a exigir do governo o subsídio para o pagamento das passagens dos imigrantes.

Em 1878 reuniu-se o Congresso Agrícola, com a presença do Ministro da Agricultura, Cansanção de Sinimbu, congregando agricultores das províncias cafeeiras: São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Estavam presentes 279 agricultores que se dividiram em duas comissões, uma representando somente São Paulo e a outra, os outros três estados. Neste momento a região do Vale do Paraíba já

¹⁵⁵ Ver páginas 36/37 e 54/55.

se encontrava em declínio, em grande parte por estar seu terreno exaurido¹⁵⁶. As regiões novas ofereciam melhores condições e atraíam os colonos, enquanto as áreas mais antigas precisavam oferecer incentivos para conseguir trabalhadores ou usar de mais coerção para fixá-los nas fazendas. Para a sua vantagem o Oeste paulista, nesta época, tinha já superado o problema do transporte e da travessia da Serra do Mar. O enfrentamento de interesses entre as diferentes áreas cafeeiras apresentava a cultura do café como um ambiente de competição entre regiões, competição por vantagens na exportação e também na atração de trabalhadores¹⁵⁷.

No Congresso Agrícola, enquanto a comissão formada pelos outros estados se opôs à imigração em grande escala defendendo a criação de incentivos para o trabalho da população local formada por agregados e ingênuos, os paulistas defenderam a imigração massiva. Os primeiros foram derrotados. Os paulistas pediam modificações como a facilidade de naturalização, o casamento civil e a liberdade religiosa que favorecessem a entrada e instalação de imigrantes dos países protestantes. O governo tentou uma série de incentivos para que os fazendeiros se encarregassem mais uma vez deste processo concedendo-lhes mais poderes legais para o controle do trabalho. A lei de Contratos de Trabalho de 1837 foi substituída por uma nova lei, que sob certos aspectos se apresentava como mais dura, na medida em que incorporava novas situações passíveis de prisão do trabalhador, e sob outros, mais benigna. A nova legislação expressava a intenção de tornar as condições de trabalho mais atrativas para o imigrante, dado que assegurava algumas garantias e pretendia mostrar que locação de serviços no Brasil era diferente de servidão¹⁵⁸. Esta foi, aliás, a única lei

¹⁵⁶ O tempo de produtividade plena do cafezal depende da qualidade da terra. Em média, após vinte anos o café reduz seu rendimento e, por se tratar de cultura muito exigente, produz um importante empobrecimento da terra. Monbeig, Pierre. op. cit., pp. 90/91.

¹⁵⁷ As regiões em decadência e as que estavam em plena produção foram mudando ao longo do período, na medida em que a fronteira se expandia. Se ainda em finais do século XIX a zona de Campinas, de forma geral, atraía mais imigrantes que a região do Vale do Paraíba, já no século XX, aquela região era considerada em declínio. De acordo com Maria Thereza Petrone, no início do século passado os italianos preferiam Jaú e Ribeirão Preto a Campinas. Petrone, Maria Thereza Schöerer. "Imigração" in Fausto, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 2006, p. 120.

¹⁵⁸ Para Brasília Sallum Jr. a lei significou um avanço em relação à situação anterior, já que determinava limites e regulava relações antes sem parâmetros estabelecidos. A nova lei fixou o montante da dívida passível de ser cobrada aos imigrantes à sua chegada em 50% do valor gasto além de desautorizar a cobrança de juros sobre ela. Os contratos passaram a ter uma validade máxima de 5 anos, sendo o

que resultou diretamente do Congresso expondo a necessidade de assegurar meios de coerção aos fazendeiros que viam limitado o uso do chicote no trabalhador livre. A Lei de 1879, que ficou conhecida como Lei Sinimbu, foi mais uma lei “letra morta” já que nunca saiu do papel. Apenas promulgada o governo enviou um aviso aos presidentes de província proibindo a aplicação de alguns de seus artigos mais importantes, sofrendo, na sequencia, uma rápida e forte oposição que acabou levando a sua revogação em 1890¹⁵⁹. Mesmo assim, tal como tinha sido com seu antecedente, a lei do Ventre Livre de 1871, que significou uma interferência do Estado nas relações entre escravos, libertos e senhores, a lei Sinimbu mostrou a intenção de estabelecer algum controle do Estado nas relações entre patrões e trabalhadores livres. A ideia era que uma lei regularia as relações entre escravos e senhores, mesmo com o paradoxo conceitual que significava a existência de uma lei para regular uma relação determinada basicamente pela vontade do senhor, e a outra entre trabalhadores livres e empregadores, em mais um exemplo de rupturas e continuidades¹⁶⁰. Não pode deixar de ser destacado o fato da lei de 1879 prever sanções, pela primeira vez no Brasil, para greves e movimentos de protesto dos trabalhadores, mostrando mais um sinal das transformações da época refletidas nas preocupações dos senhores¹⁶¹.

De forma geral, todos os proprietários presentes ao Congresso Agrícola de 1878 deploraram o déficit público, sugerindo que uma forma de diminuí-lo seria não mais garantir os fundos investidos em ferrovias, explicitando divisões entre os setores econômicos das elites¹⁶². Os paulistas mais uma vez condenaram a iniciativa do governo imperial de colocar trabalhadores nas colônias agrícolas. A administração de São Paulo nunca se interessou pelos núcleos coloniais que quando instalados fracassaram, sendo sempre localizados em locais pouco férteis e à margem do sistema de transportes. Quem mandava em São Paulo era o latifúndio e por isso a pequena

tempo de prisão por quebra de contrato também sujeito a limites pré-estabelecidos. Sallum Jr., Brasília. op. cit., p. 86.

¹⁵⁹ Lamounier, Maria Lúcia. op. cit., p. 13.

¹⁶⁰ Gebara, Ademir. *O Mercado de Trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 33.

¹⁶¹ Gebara, Ademir. op. cit., pp. 77 a 90.

¹⁶² Schultz, John. op. cit., pp. 51 a 54.

propriedade nunca foi incentivada e, quando existiu, transformou-se em reservatório de braços para a lavoura¹⁶³.

Enquanto isso, nas fazendas, após o fracasso do sistema de parceria, começou-se a implantar uma nova forma de relacionamento: sistema misto de remuneração por tarefas e por peças, chamado colonato, que seria a forma básica, variando as proporções e os valores, que prevaleceria em São Paulo desde a década de 1880 até metade do século XX. Nesta modalidade, a carpa era paga segundo taxa fixa pelo número de pés de café cuidados pelo trabalhador e sua família, e a colheita estabelecendo-se um preço fixo pelo volume apanhado. Pagar um preço fixo pela carpa (“uma espécie de salário mínimo¹⁶⁴”) fazia com que os trabalhadores não descuidassem do café fora da época de colheita e garantia-lhes uma renda mínima mesmo que a safra não acontecesse. O pagamento passava a depender também do número de cafeeiros cuidados e não mais da sua produção, estimulando o trabalhador a se encarregar de um maior número de plantas. O sistema de pagamento por unidade na colheita permitia a adaptação do pago às flutuações da produção além de propiciar ao fazendeiro deslocar os grupos de trabalhadores pela fazenda de acordo com as suas necessidades¹⁶⁵. Por outro lado, a possibilidade do colono plantar gêneros de subsistência continuava em vigor e esta possibilidade se apresentava de forma muito diferente quando se tratava de cafezais em momento de formação ou já formados¹⁶⁶.

¹⁶³ A situação dos imigrantes que vinham para São Paulo com a promessa de instalação em colônias agrícolas foi muitas vezes penosa. O relato de um imigrante russo chegado ao Brasil espontaneamente aguardando terra na colônia Pariquerá-açu, situada no vale do Ribeira, mostra a dificuldade da trajetória desses trabalhadores: “(...) dispendemos com as passagens, para nove pessoas, cerca de 550 rublos. Na Hospedaria de Imigrantes tomaram-nos ainda 100\$000, para pagamento de terreno que ainda não tínhamos visto. Durante um mês e meio de estadia no Núcleo, dispendemos com nosso sustento 200\$000. Atualmente não temos mais víveres. Não recebemos até agora nem o lote nem o trabalho...”. Requerimentos à Secretaria da Agricultura. Diretoria de Terras, Colonização e Imigração. 1911. Arquivo do Estado de São Paulo. CO7376.

¹⁶⁴ Stolcke, Verena e Hall, Michael M. op. cit., p. 100.

¹⁶⁵ É bom lembrar que *colonato* em São Paulo designava a relação com as características especificadas acima e que era diferente do colonato que definia o agricultor instalado por conta do governo central em diversos locais pelo Brasil. Como mostra Martins, em São Paulo, colono foi sinônimo de empregado, entrando na produção de café por oposição ao escravo “pela valorização do trabalho, não só porque o trabalho fosse uma virtude da liberdade, mas porque era condição de propriedade”, já que era o trabalho na fazenda que eventualmente permitiria ao imigrante juntar o pecúlio que abriria o caminho para a sua autonomia. Martins, José de Souza. op. cit., 2010, p. 52.

¹⁶⁶ Um fazendeiro entrevistado pelo agrônomo Lalière dá uma ideia detalhada da complexa combinação de remunerações que podiam constituir um contrato de colonato: “Na fazenda Boa Vista, em São Manuel, paga-se a este trabalhador 100\$000 pelo tratamento de 1.000 pés de café; fora desta

O trabalho de formação da fazenda de café implicava a derrubada da mata virgem e a limpeza e preparação do terreno. Na sequência era realizado o plantio, que podia ser através de sementes ou mudas e, em qualquer caso, o arbusto do café levava um tempo até se tornar maduro. Em um período que variava entre quatro e seis anos, dependendo da forma de plantio, o cafezal estava formado e começava a dar em pequena quantidade, sendo relativamente frequente o fazendeiro deixar para o formador o resultado da venda das duas primeiras colheitas. Durante o período de expansão o fazendeiro pagava, na entrega do cafezal, uma quantidade por planta recebida. Para o trabalhador, o melhor do contrato de formação era a possibilidade de plantar entre as fileiras de café, o milho, o feijão e outros gêneros alimentícios de que cuidava simultaneamente com os cafeeiros, e dos quais vendia uma parte nos mercados locais. A formação era uma aposta com certo risco, mas abria mais possibilidades de ganho pela venda de seus produtos além da maior independência em relação ao fazendeiro. A vantagem do fazendeiro na atividade de formação de novos cafezais era evidente, já que em troca de permitir ao imigrante plantar cultivos de subsistência entre os pés novos de café, sem praticamente nenhum desembolso, recebia depois de quatro ou cinco anos um cafezal já produzindo¹⁶⁷. Depois da década de 1890, a taxa em queda da expansão do café, os preços baixos e a competição entre os trabalhadores para obter contratos de formação, eliminaram este tipo de acordo.

A cultura intercalar, muito necessária aos colonos, só era possível entre as plantas jovens. A partir do quinto ano de crescimento do cafeeiro, as culturas de subsistência podiam competir com o desenvolvimento das raízes do café, drenando o solo de nutrientes e umidade, mas nos primeiros anos os cultivos intercalares protegiam o arbusto de café do sol excessivo, trazendo vantagens também para o produtor¹⁶⁸. Onde os cafeeiros estavam crescidos, a possibilidade de plantar outras

remuneração lhe é permitido plantar feijão e milho numa parte do cafezal; sem este direito de plantação, lhe é pago 120\$000. Neste salário não é compreendida a colheita. Esta é paga separadamente à razão de 400 réis por alqueire de 50 litros de cerejas colhidas. Além disso, cada trabalhador recebe 2\$000 por dia, cada vez que é requisitado para um trabalho qualquer na fazenda". Lalière, Amour. *Le Café dans l'État de Saint Paul (Brésil)*. Paris: Augustin Challamel, 1909, pp. 266/267.

¹⁶⁷ Brasília Sallum Jr., em trabalho já mencionado, analisa a dupla condição do futuro fazendeiro enquanto proprietário da terra e capitalista. Na fase de formação do cafezal, o proprietário de terra reduzia "a um mínimo os investimentos que tinha que fazer enquanto capitalista". Sallum Jr., Brasília. op. cit., p. 26.

¹⁶⁸ Stein, Stanley J. op. cit. 1990, p. 41.

espécies foi deslocada para áreas ainda não utilizadas para o cultivo principal, em locais distantes do cafezal. Thomas Holloway acredita que a expansão para novas terras, que acabou levando à crise de superprodução já na década de 1890, teve origem mais na necessidade de manter o colono nas fazendas utilizando-se o atrativo das culturas de subsistência do que propriamente em uma demanda do mercado: “o café era dependência, subserviência, fonte de conflitos justificados mas desagradáveis, desconfiança e medidas disciplinares; o milho era a liberdade de ação e autonomia econômica¹⁶⁹”. A importância que o imigrante dava ao cultivo de gêneros alimentícios está bem representada pela frase, mesmo que a consideração do autor em relação às causas da crise do final de século nos pareça exagerada.

Mas, como lembram Stolcke e Hall: “A questão não era meramente a de resolver problemas potenciais na oferta de mão de obra, mas fazê-lo de um modo lucrativo¹⁷⁰”. Quais as implicações, neste sentido, do método misto de remuneração do trabalhador que combinava uma parte monetária com uma parte retribuída na forma de cultivo de gêneros de subsistência ou de outros benefícios, como habitação e tratamento eventual de problemas de saúde? Para o fazendeiro, que sem muito custo adicional cedia terras marginais, impróprias para o café ou que ainda não tinham sido utilizadas para este fim, em contrapartida significava uma redução no custo da reprodução da mão de obra, ou seja, implicava salários mais baixos. Warren Dean registra na região de Rio Claro pagamentos monetários entre 25 e 30% inferiores para a carpa com plantio de gêneros intermediários¹⁷¹. O imigrante trabalhava mais, somando à jornada realizada no café o esforço dispendido no cuidado da colheita de gêneros, já que disso dependia uma parte de sua remuneração, sendo por outro lado menor a necessidade de vigiá-lo, já que ele vigiava a si próprio e à sua família¹⁷². As

¹⁶⁹ Holloway, Thomas. op. cit., p. 135. Holloway apoia a sua argumentação no artigo “Questões Agrícolas” do engenheiro Augusto Ramos, publicado em 1902.

¹⁷⁰ Stolcke, Verena e Hall, Michael M. op. cit., p. 90.

¹⁷¹ Em alguns casos eventuais cuidados com saúde eram oferecidos pelo fazendeiro sem exigência de retribuição monetária por parte dos trabalhadores. Em outras situações, como as registradas por Warren Dean a partir da documentação de fazendas da região de Rio Claro, despesas médicas, que eram pagas pelos próprios imigrantes, podiam significar um desastre para as famílias já que se tratava de um gasto elevado. Dean, Warren. op. cit., 1977, p. 170.

¹⁷² Claudia Tessari se refere ao colonato como “(...) um regime de trabalho que mesclava formas capitalistas e pré-capitalistas de produção, isto é, num misto de trabalho assalariado mais trabalho para

famílias, por outro lado, serviam como reserva de mão de obra para momentos de pico de demanda como o da colheita, sendo a sua remuneração menor da que o fazendeiro dispenderia com a contratação de trabalhadores avulsos.

Para o trabalhador, o sistema misto oferecia mais incentivos do que o de exclusivo assalariamento: a possibilidade de acumulação de algum pecúlio, considerando o trabalho da família inteira, somando o salário fixo pago a todos os membros, mais o que se conseguisse pela quantidade de café colhido, acrescido da possibilidade de obter mais ganhos com a venda dos produtos plantados entre os pés de café que ainda ajudariam na subsistência. É importante lembrar também que o trabalho familiar tinha ecos nos costumes, ainda em parte feudais, característicos de certas regiões da Europa que alguns imigrantes tinham deixado para trás¹⁷³. Pensando em outros termos, a produção de alimentos criava para estas famílias a ilusão da condição camponesa da qual tinham sido expropriados pelo avanço do capitalismo no campo europeu¹⁷⁴. Se a vinda para América tinha o sentido da recusa à proletarização no seu país, era essa condição à qual eram reduzidos nas fazendas e não à almejada posição de proprietário de sua terra. A permissão de plantar gêneros para sua subsistência em terra do fazendeiro criava a ilusão da condição de propriedade desejada.

No regime de colonato, a existência ou não de contrato escrito entre os fazendeiros e os imigrantes foi motivo de polêmica ainda no final do século XIX. Em debate, mantido em 1889, entre o fazendeiro Antônio Prado e a Sociedade Central de Imigração, feroz crítica da política imigratória posta em prática em São Paulo, o Conselheiro Prado, defensor da ideia de ser a fazenda o melhor destino para os imigrantes, assegurava não existirem contratos, mas apenas ajustes por empreitada realizados com liberdade e sem prejuízo por parte do trabalhador¹⁷⁵. De acordo com

si, num misto de trabalho individual e de trabalho familiar (...). Tessari, Cláudia Alessandra. op. cit., p. 287.

¹⁷³ O trabalho familiar implicava também trabalho infantil, tema que retomaremos adiante.

¹⁷⁴ Martins, José de Souza. op. cit., 2010, p. 76. O autor faz também alusão a uma “impressão de fatura” criada pela produção de alimentos por oposição à fome no país de origem.

¹⁷⁵ A Sociedade Central de Imigração funcionou entre 1883 e 1891 atuando na promoção da imigração europeia para o Brasil. Ao contrário do tipo de imigração defendida pelos fazendeiros paulistas, a Sociedade apoiava a vinda de uma “classe de agricultores profissionais bem sucedidos”, o que seria conseguido fazendo com que o governo pagasse uma parte do valor das passagens ficando a outra parte a cargo do próprio interessado. Na visão dos membros da entidade, o subsídio completo das

seu argumento, se a colheita não fosse boa o colono ficava amparado já que o preço pago por outras empreitadas (a limpa, por exemplo) tinha valores diferenciados e, além disso, o trabalhador era compensado por outras culturas nas quais se investia em anos de baixa de café¹⁷⁶. Contradizendo as palavras de Antônio Prado, no ano seguinte, um jornalista francês realizou uma observação na fazenda Santa Veridiana de propriedade da família Prado, e registrou que “os imigrantes estavam ligados às fazendas pelas dívidas de sua condição econômica de peões” e mencionava como exemplo que, de oitenta famílias, apenas vinte e oito se encontravam livres delas¹⁷⁷.

Acostumados ao confinamento do escravo na fazenda, para os cafeicultores, a mobilidade do trabalhador imigrante aparecia como um problema. A exigência de pagamento das dívidas contraídas por conta das passagens e da manutenção durante os primeiros tempos, ou ainda a utilização de outros métodos coercitivos foram a forma de reter o trabalhador e fixá-lo à fazenda. Desde o começo era grande a circulação dos trabalhadores no universo do café. A política de imigração fomentada pelo Estado de São Paulo privilegiava a vinda de imigrantes em grupos familiares, precisamente porque era entendida como uma maior garantia de sua fixação na fazenda¹⁷⁸. Um discurso proferido pelo então deputado na Assembleia Legislativa Provincial paulista e fundador da Sociedade Promotora da Imigração, Martinico Prado, deixava perceber

passagens atrairia um imigrante muito pobre, desesperado para emigrar, que acabaria abastecendo a grande lavoura, o sistema agrícola combatido por eles. Os participantes mais célebres da Sociedade Central foram Alfredo d'Escragolle Taunay e o engenheiro abolicionista André Rebouças. Hall, Michael M. “Reformadores de Classe Média no Império Brasileiro: A Sociedade Central de Imigração”. *Revista de História*. V. LIII. Nº 105, 1976. p. 147-172.

¹⁷⁶ Com base nestas afirmações, nos discursos proferidos por conta da polêmica sobre os contratos, Antônio Prado assegurava que “em geral, os imigrantes preferem o sistema condenado pela Sociedade Central”. Hall, Michael M. op. cit., 1976, p. 167.

¹⁷⁷ A opinião do jornalista francês Max Leclerc é relatada por Darrell Levi, que acrescenta que, fora o problema das dívidas, o tratamento dado aos imigrantes na fazenda era uma exceção parcial ao conjunto dos fazendeiros cuja conduta era “perpetrar o antigo sistema colonial com pequenas modificações”. Levi, Darrell. op. cit., p. 179.

¹⁷⁸ Um ofício dirigido ao Diretor Geral da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo pelo Diretor de Imigração em 9/05/1910 mostra esta preferência por famílias, em um exercício de retórica que transforma a menor mobilidade em vantagem para os imigrantes: “(...) a composição das famílias da lavoura, com 3 pessoas aptas, entre 12 e 45 anos, veio: (...) ao encontro do interesse econômico do próprio imigrante, que, tendo pequena família, partilha mais facilmente da notória instabilidade que demonstram, mudando frequentemente de umas fazendas para outras, por vantagens ou concessões às vezes insignificantes (...)”. Arquivo do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos diversos. 1909. CO 7299.

qual era a preferência das elites cafeeiras em termos do tipo de imigrante que interessava ao Brasil:

Tive ocasião de assistir por vezes no porto de Gênova a partida de imigrantes que procuravam a província de S. Paulo, e de imigrantes que se destinavam à República Argentina; os últimos eram solteiros, e despediam-se dos amigos e parentes do convés do navio, cheios de alegria e contentamento, dizendo – até à volta, até breve, logo estaremos aqui; ao passo que aqueles, os que vinham para S. Paulo, estavam acompanhados de mulheres e crianças e, alegres também, dizendo um eterno adeus aos amigos e parentes, à sua pátria!¹⁷⁹.

A característica básica desta imigração familiar do ponto de vista do interesse do país de destino era, além da maior garantia de fixação na lavoura, como já foi mencionado, a possibilidade de aproveitamento do trabalho de toda a parentela. Ademais, quem vinha com a família tinha menos motivação e sobretudo menos possibilidades de retornar, dado o custo das passagens e, ao mesmo tempo, mantendo-se imigrante junto com seus dependentes, evitava-se a saída de divisas originada no reenvio dos ganhos obtidos pelos trabalhadores como produto de seu trabalho¹⁸⁰.

Se do ponto de vista da situação familiar os cafeicultores tinham sua preferência pelo imigrante acompanhado por mulher e filhos, do ponto de vista da sua condição econômica a escolha privilegiava também certa situação:

Tive também ocasião de ouvir o inspetor do porto dizer (...) a República Argentina leva braços que vão buscar dinheiro para a nossa terra. Esses são comerciantes, são homens que dispõem de capitais; é gente que não nos serve. Para que queremos nós imigrantes com fortuna na atualidade, em que se ocuparão eles na província? (...) o que vem fazer aqui imigrantes com capitais? Negociar exclusivamente; para a lavoura (...) o imigrante que tem fortuna não serve, a ela

¹⁷⁹ *In Memoriam Martinho Prado Júnior*. 1943, p. 234.

¹⁸⁰ Para as diferenças entre a emigração individual e em grupo familiar e os conflitos de interesses entre o país de origem e de destino com relação ao tipo de emigração/ imigração ver Sayad, Abdelmalek. *La doble ausencia. De las ilusiones del emigrado a los padecimientos del inmigrado*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2010.

*não se aplica, não vai comprar terras para cultivar o gênero que constitui a nossa riqueza, o café, porque isso seria para ele uma desgraça*¹⁸¹.

Os discursos do deputado deixavam claro que o imigrante que interessava aos cafeicultores paulistas, ao contrário do que se dirigia para a Argentina, era o que vinha acompanhado da família e custeado pela subvenção do Estado, na impossibilidade de financiar a própria passagem. Mesmo que alguns trabalhos sobre o tema indiquem a natureza dos contratos de trabalho estabelecidos nas fazendas como a causa da primazia dada às famílias imigrantes¹⁸², é possível perceber que ambas características apontavam para a preferência brasileira por um trabalhador com vínculos mais estreitos de dependência.

Com o passar do tempo a parte de pagamento representada pelo dinheiro aumentou de proporção. Michael Hall e Verena Stolcke indicam que, para desestimular o cultivo de gêneros de subsistência, passou-se a fazer constar em contrato o tamanho da terra cedida ao trabalhador e, em alguns casos, a cobrar aluguel pelo lote¹⁸³. Na última década do século XIX, começou a se configurar a situação de crise na cafeicultura que perdurou, com altos e baixos, até o fim da primeira década do século XX, e que implicou a limitação à abertura de novos cafezais, restringindo ainda mais a possibilidade de cessão de terras para plantações adicionais. Com a restrição ao cultivo de gêneros de subsistência, as relações foram se tornando mais puramente capitalistas. Até a década de 1890, mesmo convivendo com formas de tratamento violentas “as condições de remuneração (...) eram relativamente favoráveis e permitiam sob certas condições (...) a acumulação, por colonos e formadores, de algum pecúlio. Tal pecúlio servia para que o imigrante se estabelecesse por conta própria, quer nas cidades (...) quer no campo (...)”¹⁸⁴. A estratégia de acenar com o acesso à propriedade para atrair o trabalhador, condicionando isto ao fato de precisar primeiro trabalhar na grande lavoura para juntar algumas economias, tinha funcionado. Com a crise do café, o sistema foi apresentando limitações e reduziu-se o número de

¹⁸¹ *In Memoriam Martinho Prado Júnior*. 1943, p. 235.

¹⁸² Klein, Herbert S. “Migração internacional na história das Américas”. In Fausto, Boris. *Fazer a América*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 25.

¹⁸³ Stolcke, Verena e Hall, Michael M. op. cit., p. 96.

¹⁸⁴ Sallum Jr. Brasília. op. cit., p. 108.

imigrantes que se viam em condições de acúmulo do pecúlio que lhes permitiria uma condição de autonomia. Sobretudo, o fim das formas mistas de remuneração foi pouco a pouco transformando as relações de trabalho entre fazendeiros e colonos, que tomaram um caráter mais exclusivamente econômico. Quando o café não dava mais para tudo, relações paternalistas ficavam mais difíceis e restringiam-se os cuidados com a vida do trabalhador e sua família¹⁸⁵.

A possibilidade dos colonos conseguirem juntar um pecúlio que lhes permitisse comprar sua própria terra foi valorizada na obra de alguns pesquisadores do assunto, mas ela deve ser relativizada. Do mais de um milhão e duzentos mil imigrantes que tinha ingressado em São Paulo até 1904/1905 apenas 8.392 tinham se tornado proprietários de terra (menos de 1%)¹⁸⁶. Outro dado que mostra a dificuldade que os trabalhadores na cafeicultura paulista tinham para acumular algum excedente, além do que lhes era indispensável para o seu sustento, é o volume de remessas de dinheiro que conseguiam enviar para seus países de origem. As remessas enviadas do Brasil pelos italianos para o seu país representavam apenas entre 10 e 20% dos volumes remetidos dos Estados Unidos. Comparando com a Argentina, por exemplo, no ano de 1905, as remessas enviadas daquele país para a Itália foram quase o dobro das enviadas do Brasil no mesmo ano¹⁸⁷.

Dessa forma, a crise implicou condições mais severas de exploração dos trabalhadores. Se nas primeiras tentativas de imigração, a parceria se mostrou desfavorável do ponto de vista do imigrante que não tinha como controlar a contabilidade da fazenda e ao mesmo tempo não podia deixá-la enquanto não pagasse o adiantamento realizado para as passagens e outros gastos, o sistema de colonato penalizou ainda mais o trabalhador. Da parceria para o colonato foi um processo de crescente exploração do trabalho que se intensificou na medida em que a crise colocava em risco os lucros obtidos pelos fazendeiros. “Na virada do século, os trabalhadores imigrantes constituíam-se em uma massa homogênea, sujeita a

¹⁸⁵ “O café dá para tudo” foi um slogan representativo da importância do café, que foi usado desde a época do Império até a década de 1920.

¹⁸⁶ Martins, Jose de Souza. op. cit., 2010, p. 81.

¹⁸⁷ Idem. op. cit., 2010, pp. 81 e 93. Os dados apresentados por Martins sobre envio de divisas, tem origem na pesquisa de Luigi De Rosa, *Emigranti, capitali e Banche (1896-1906)*. Deve-se levar em consideração o fato de que a composição basicamente familiar da emigração para o Brasil tivesse alguma influência no montante menor de remessas enviadas pelos trabalhadores.

condições em geral bastante duras¹⁸⁸. Com o século XX, o trabalho foi se tornando mais caracteristicamente proletário. O trabalhador era formalmente livre, os contratos tinham validade de um ano e podiam ser rescindidos por ambas partes ao final deste período, com aviso prévio de um mês. Pierre Monbeig considera o colono um “operário rural” que por oposição ao significado de colono na Europa – uma “classe pujante” - constituía um “proletariado desorganizado¹⁸⁹”.

O sistema de colonato utilizado nas fazendas paulistas com sua forma mista de remuneração deixava o trabalhador em uma situação intermediária entre o operário e o camponês¹⁹⁰. Na medida em que a crise avançava e se tornava cada vez mais raro o acesso do imigrante ao cultivo de gêneros alimentícios, o colono se tornava mais operário e menos camponês, o que, na observação de um jornalista italiano citado por Monbeig, deixava os imigrantes “reduzidos a uma condição deplorável¹⁹¹”.

A condições mais duras correspondeu maior resistência do trabalhador, resistência que foi expressa, precisamente, na circulação entre as fazendas, movimento no qual o imigrante buscava tirar vantagens das diferenças entre as regiões dentro da economia do café; na transferência para as cidades em processo de industrialização; ou na opção pela saída do Brasil, preferindo a mudança para a vizinha região do Prata ou o retorno ao seu país de origem. Efetivamente, durante o período da crise cresceram muito as saídas de imigrantes. Entre 1902 e 1910 entraram em Santos 330 mil imigrantes, mas o grande número de retornos fez com que o saldo final de trabalhadores ingressados no período ficasse em apenas 16.667 pessoas¹⁹². Deixar as fazendas – para procurar outras cujas condições de trabalho fossem mais favoráveis, produzindo a circulação que tanto desapontava os fazendeiros, ou mesmo retornar a seu país – foi uma forma de resistência mais comum entre os colonos do que as greves.

Holloway considerou que, além das divisões originadas pelas diferenças de língua e nacionalidade, o paternalismo dos proprietários foi um fator que influenciou a

¹⁸⁸ Stolcke, Verena e Hall, Michael M. op. cit., p. 116.

¹⁸⁹ Monbeig, Pierre. op. cit., p. 156.

¹⁹⁰ “Se o operário se situa no mundo através de seu trabalho e o camponês através de seu produto, o colono aparecia como um quase-operário, travestido de camponês, pois a subordinação ao capital, mesmo que indireta, definia a sua existência social “. Barbosa, Alexandre de Freitas. op. cit., p. 166.

¹⁹¹ Monbeig, Pierre. op. cit., pp. 156 a 158.

¹⁹² Dean, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971, p. 13.

falta de disposição para a greve por parte dos colonos. Pequenas concessões feitas pelos patrões deixavam os imigrantes gratos sem esquecer que qualquer manifestação que sugerisse protesto era prontamente reprimida pelos capangas que expulsavam os revoltosos. Mesmo assim, houve greves organizadas pelos trabalhadores nas fazendas com alguma frequência. Warren Dean registrou duas greves em Rio Claro, em 1902 e 1905, que atingiram várias propriedades e fez também referência a uma onda de paralizações que atingiu o oeste do Estado em 1911, mas não forneceu detalhes sobre ela¹⁹³. Já Holloway contou o acontecido em 1913 na região de Ribeirão Preto. Em meio a oscilações na cotação do café no mercado internacional, o descontentamento foi provocado pelo descompasso entre o aumento do preço dos produtos que os trabalhadores precisavam adquirir para seu sustento e o reajuste dos seus salários. Em abril de 1913, quando a colheita ia começar, os trabalhadores da fazenda Dumont se declararam em greve¹⁹⁴. O movimento se alastrou de uma fazenda para outra e em pouco tempo milhares de colonos estavam em greve. Os fazendeiros resolveram resistir e enviaram a polícia para reprimir os trabalhadores. A tensão foi desfeita graças à intervenção do cônsul italiano, mas mesmo assim, os fazendeiros mandaram trazer imigrantes da Hospedaria ou de outras fazendas e estes trabalhadores, na maior parte japoneses recém chegados, acabaram substituindo os grevistas e o movimento foi derrotado. Na caderneta dos colonos que tinham participado do movimento ficou grafada a palavra grevista, o que era uma garantia de nunca mais conseguir emprego nas fazendas do Oeste paulista. A solução foi o consulado italiano se encarregar do repatriamento das famílias¹⁹⁵.

As relações de trabalho estabelecidas na cultura cafeeira paulista, desde a parceria até o assalariamento, foram produto do enfrentamento de duas forças. De um lado a busca de ganhos por parte dos fazendeiros, e do outro a resistência dos trabalhadores. Diversas modalidades de acordo foram sendo implantadas ao longo dos anos e elas motivaram diferentes graus de insatisfação, tendo-se chegado à revolta de

¹⁹³ Dean, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 171.

¹⁹⁴ A fazenda tinha pertencido a Henrique Dumont, pai do aviador Alberto Santos Dumont. Na época da greve tinha sido adquirida por um grupo inglês.

¹⁹⁵ Holloway, Thomas H. op. cit., pp. 163/164.

trabalhadores em mais de uma oportunidade¹⁹⁶. Os imigrantes, com suas reações, mesmo que dispersas, tiveram um papel importante na definição das relações de trabalho e “na demolição das concepções escravistas escondidas por trás do poder pessoal do fazendeiro e do endividamento do trabalhador¹⁹⁷”.

Quanto aos fazendeiros que tinham iniciado o processo de atração de imigrantes para as fazendas na metade do século XIX, outra geração estava no comando em começos do século XX. Como chama a atenção Martins, muita coisa tinha se transformado entre 1870 e 1888: a liberação dos empréstimos bancários, a introdução de modernos equipamentos de beneficiamento de café, a substituição do escravo como garantia de hipotecas e o início da imigração subvencionada, tudo acontecido em dezoito anos “são indicações de mudanças objetivas nas condições de produção de café, que deram um significativo suporte à transformação da mentalidade do fazendeiro¹⁹⁸”. Esta mudança foi ainda mais sensível na primeira década do século XX.

A variedade de situações que podiam ser encontradas na cafeicultura paulista, tanto em termos dos contratos de trabalho estabelecidos, quanto na situação das fazendas relativamente ao endividamento de seus proprietários, a idade do cafezal e a sua produtividade, tornava difícil calcular o efeito mais preciso da crise na cafeicultura nas relações entre trabalhadores e fazendeiros. Em princípio parece ser que os fazendeiros das zonas novas, como Ribeirão Preto, sofreram menos, dada a produtividade maior de suas fazendas, do que aqueles cafeicultores das zonas antigas, como Campinas ou Limeira¹⁹⁹. Para os fazendeiros que tinham pedido créditos ou que dependiam de capital de terceiros para custear a produção, a situação era muito mais difícil. Para as fazendas com maior produtividade, sobretudo aquelas bem administradas, mesmo que a queda de preços resultasse em uma diminuição de lucratividade, ainda assim era possível manter uma boa margem de lucro. Warren Dean cita um “relatório bem informado” para afirmar que, mesmo nos piores anos da

¹⁹⁶ Stolcke, Verena e Hall, Michael M. op. cit., p. 82.

¹⁹⁷ Martins, José de Souza. “La inmigración española en Brasil y la formación de la fuerza de trabajo en la economía cafetalera, 1880-1930”. In Sánchez-Albornoz, Nicolás (org.). *Españoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*. Madrid: Alianza Editorial, 1995, p. 252.

¹⁹⁸ Idem. op. cit., 2010, p. 50.

¹⁹⁹ Holloway, Thomas. op. cit., p. 137.

década de 1890 o rendimento dos cafeicultores bem sucedidos era de 80% sobre o capital²⁰⁰.

2.2 – “Deixar de financiar a imigração equivale a suprimi-la²⁰¹”. O custeio da imigração: da iniciativa individual ao financiamento público.

Durante os anos que se seguiram ao fracasso do sistema de parceria, foram sendo incorporadas mudanças nas relações de trabalho estabelecidas com os trabalhadores, mas em todos os casos o problema continuava a ser a dívida com que o imigrante começava a sua relação com o fazendeiro. Se estava no horizonte dos capitalistas brasileiros a formação de um mercado de trabalhadores livres, com excedente suficiente para permitir-lhes uma margem de negociação da remuneração, enquanto o trabalhador mantivesse esta condição de endividamento que o ligava ao proprietário da terra até que as suas contas fossem saldadas, isso não seria possível. A Lei de Terras de 1850 garantia uma das condições necessárias para formação do mercado de trabalho, vedando o caminho dos trabalhadores rurais ao seu principal meio de produção: a terra. A outra condição, a liberdade para vender livremente sua força de trabalho, só se tornou possível quando o governo paulista passou a custear a viagem dos imigrantes, liberando-os assim do endividamento inicial²⁰².

O subsídio às passagens teve uma importância crucial no processo de captação de trabalhadores para São Paulo. A imigração espontânea para o Brasil era pequena e não teria como atender a demanda constante de mais “braços para a lavoura”. No caso dos andaluzes de que nos ocupamos, o subsídio foi central para o próprio acontecimento desta imigração, como veremos. Mas aqui nos propusemos a acompanhar a importância da transformação que significou o subsídio público do recrutamento e transporte de imigrantes para São Paulo.

²⁰⁰ Dean, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971. O autor não menciona a fonte, p. 12.

²⁰¹ Mensagem do Presidente do Estado de São Paulo, Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles, ao Congresso Legislativo, 1897.

²⁰² Sallum Jr, Brasília. op. cit., pp. 89/90.

Até os primeiros anos da década de 1880, mesmo recebendo ajuda dos governos, o fazendeiro ainda desembolsava dinheiro para pagar os introdutores de imigrantes e fazer adiantamentos aos colonos. Para tornar rentável o trabalho livre do ponto de vista do cafeicultor, era necessário garantir uma relativa estabilidade do imigrante na fazenda para que estes gastos não tivessem que ser renovados. Finalmente, em 1884 o governo de São Paulo ofereceu uma verba para a introdução de trabalhadores. Foi o começo de uma nova etapa. As palavras de Antônio da Silva Prado proferidas em 1888 revelam a importância que o financiamento público da imigração teve para os cafeicultores:

Braços para o trabalho? Mas não conheço outro meio para acorrer a esta exigência senão aquele que o governo tem se esforçado para empregar em larga escala, isto é, a introdução de imigrantes, e pelo modo como pretende dirigi-la, fornecendo trabalhadores idôneos à lavoura sem que os lavradores tenham necessidade de, para este fim, dispender capitais²⁰³.

Era este o único meio de atender à demanda dos fazendeiros. Trocava-se a propriedade sobre o trabalhador, pela propriedade sobre o trabalho, criador de riqueza. Os fazendeiros pretendiam uma indenização pela perda do capital empatado no escravo e finalmente receberam algo muito mais significativo: um fluxo contínuo de trabalhadores sem fazer nenhuma despesa²⁰⁴. Assim, o capital empatado nos trabalhadores não teria mais origem privada, mas sairia dos cofres do Estado, fazendo com que a imigração fosse paga por toda a sociedade, inclusive, após a Abolição, pelos recém libertos escravos, mesmo que indiretamente.

Após a Proclamação da República, São Paulo conseguiu sua desejada autonomia que foi referendada pela Constituição de 1891. A independência permitiu aos paulistas estabelecer as bases de sua política migratória, que teve características diferentes da que foi praticada pelo governo central no resto do Brasil. Devido a sua

²⁰³ Prado, Nazareth. *Antônio Prado no Império e na República*. Rio de Janeiro: Briguiet & Cia, 1929, pp. 282/283 e 286. Apud Fernandes, Florestan. op. cit., p. 53.

²⁰⁴ Martins, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 59.

situação econômica, São Paulo era o único Estado capaz de sustentar sua própria política de atração de braços e assim o fez.

Vamos retomar o caminho que conduziu ao financiamento da imigração pelos cofres públicos. Mencionamos anteriormente que as primeiras experiências com trabalhadores imigrantes nas fazendas foram iniciativa do Senador Nicolau Vergueiro que trouxe as primeiras levas, por sua própria conta, para trabalhar na colônia estabelecida na fazenda Ibicaba. Vergueiro foi uma figura emblemática já que, de acordo com algumas informações, tratava-se de um fazendeiro envolvido com o tráfico de escravos²⁰⁵. Em meados do século XIX era já um negociante de café e proprietário da empresa Vergueiro & Cia. Em suas iniciativas de atração de imigrantes de Alemanha, Suíça e Portugal, a Vergueiro & Cia teve a colaboração do governo provincial sob a forma de um empréstimo para adiantamento das passagens, com o prazo de três anos para a sua devolução. Também alguns governos europeus, o da Suíça, por exemplo, contribuíram com adiantamento das passagens dos trabalhadores que quisessem emigrar para o Brasil, muitas vezes acrescentando um valor por emigrante colocado no país. Mesmo com o empréstimo dos cofres provinciais, que de acordo com as autoridades era de pequeno volume, naquele momento o fomento à imigração era uma iniciativa privada que podia acontecer com ou sem a colaboração do orçamento público²⁰⁶. Em 1856, pela lei provincial 551, no artigo 6º das suas disposições transitórias, o governo reconheceu um compromisso com a empreitada imigrantista, ao assumir a garantia dos gastos realizados pelos fazendeiros da

²⁰⁵ Um artigo de Luis Felipe de Alencastro traz informações interessantes sobre Vergueiro. Em 1843, a empresa Vergueiro & Cia teria comprado três navios norte-americanos, sendo dois deles utilizados para o tráfico negreiro, na mesma época em que a empresa já se ocupava de trazer imigrantes para o trabalho nas fazendas. O filho e sócio do Senador, José Vergueiro, teria sido fichado como traficante de escravos em 1839 e 1840. Vergueiro não era o único cafeicultor envolvido simultaneamente com o “infame comércio” e com a importação de imigrantes. Era também o caso, por exemplo, de Joaquim José de Souza Breves, outro grande fazendeiro da época. Alencastro, Luis Felipe. “Escravos e proletários. Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872”. *Novos Estudos Cebrap*, Nº 21, julho de 1988, p. 36.

²⁰⁶ Dados sobre a renovação dos contratos do Senador Vergueiro com a província de São Paulo podem ser encontrados no relatório produzido pelo presidente de Província Dr. José Antônio Saraiva, apresentado à Assembleia Legislativa no dia 15 de fevereiro de 1855. O relatório contém também um balanço bastante detalhado sobre as colônias agrícolas instaladas na Província até essa data. Egas, Eugênio. *Galeria dos Presidentes de São Paulo. Período Monárquico. 1822-1889*. São Paulo: Seção de Obras d' O Estado de S.Paulo, 1926, p. 239.

província no transporte de trabalhadores europeus²⁰⁷. Uns anos mais tarde, o relatório de prestação de contas elaborado, para o ano de 1860, por José Joaquim Fernandes Torres, presidente da Província de São Paulo (1857/1860), reconhecia que o retorno da colonização não tinha compensado o investimento. Apresentando dados comparativos entre a emigração por portos do norte da Europa para os Estados Unidos e para o Brasil, Fernandes Torres chegava à conclusão de que a solução para o Brasil era o subsídio à imigração:

Noto que a emigração havendo diminuído quanto aos Estados Unidos e outros países no ano de 1858 (...) avultou em referência ao Brasil em comparação ao ano antecedente. Este fato explica-se facilmente por haver sido subvencionada entre nós a emigração em 1858. Esta reflexão corrobora a minha opinião; e é que não teremos colonização estrangeira sem subvenções e que enquanto a emigração subvencionada não tomar notável importância nada devemos esperar da emigração espontânea²⁰⁸.

Em torno desses anos começaram a aparecer denúncias na imprensa europeia sobre as condições dos colonos no Brasil que desembocariam na proibição da emigração por parte da Prússia, em 1859, expressa no Rescrito Heydt, e que foi assumida pelo Império Alemão depois da unificação em 1871²⁰⁹.

Relacionado à revolta em Ibicaba, o insucesso da empresa imigratória acarretou a falta de confiança nesta forma de abastecimento por parte de significativa parcela de cafeicultores que continuou a investir no aumento da escravaria, atraindo para a província, cativos de outras regiões do país. Mas no começo da década de 1870, em um novo impulso colonizador, foi criada em São Paulo a Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração, cujos cargos de direção eram ocupados por representantes

²⁰⁷ O artigo 6 se comprometia com a presença do Estado na busca por informações sobre possíveis colonos a serem procurados na então Confederação de Estados alemães. Site permanente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo consultado em 04/04/2013.

<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1856/lei%20n.31.%20de%2007.05.1856.pdf>.

²⁰⁸ Fernandes Torres faz a seguir um chamado de atenção aos fazendeiros para não deixar de lado a força de trabalho nacional. Egas, Eugênio. op. cit., p. 250.

²⁰⁹ A restrição alemã ficou em vigência até 1896 e, quando suspensa, permitiu a emigração exclusivamente para os estados do sul do Brasil. Seyferth, Giralda. "A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica". In Mauch, Claudia (org.). *Os Alemães no Sul do Brasil*. Canoas: Editora ULBRA, 1994.

dos fazendeiros²¹⁰. A expectativa inicial de que Associação conseguisse a introdução de 15.000 imigrantes em cinco anos ficou longe de ser atingida. Em circular publicada na *Gazeta de Campinas* a Associação declarava como objetivo: “desenvolver os meios práticos de prover a organização do trabalho livre: ‘colonização’ e imigração”²¹¹. No documento entende-se por “colonização” a vinda de trabalhadores para formar colônias nas fazendas. A função da Associação seria a de mediar a relação entre o colono e o fazendeiro, e seria cumprida pela atuação de representantes na Europa que procurariam os trabalhadores apropriados, para depois conduzi-los ao porto de Santos de onde seriam agilmente enviados para o interior do Estado. Já “imigração” era entendida como a vinda de estrangeiros, com ou sem pecúlio, para trabalhar nas fazendas ou estabelecer-se como proprietários e artesãos. Neste caso a Associação se encarregaria de facilitar o acesso à terra, que seria oferecida ao imigrante a preços acessíveis, assim como se ocuparia da colocação dos que tivessem um ofício. O esquema previa o subsídio por parte dos governos provincial e imperial. Este último, por meio de um contrato assinado em novembro de 1871, se comprometia a pagar uma quantia por imigrante ingressado no Brasil, privilegiando nestes pagamentos o valor correspondente àqueles imigrantes que optassem pelo sistema de propriedade da terra. O contrato previa também o pagamento de uma quantia (menor) pela instalação de trabalhadores nacionais nos núcleos coloniais²¹².

A contradição estava inserida nos objetivos da Associação. Como já vimos, os fazendeiros estavam interessados em um único destino para os imigrantes atraídos para São Paulo: o abastecimento de braços para a lavoura. Assim, a captação era realizada conforme a demanda dos cafeicultores e dentro do esquema de colocação na grande propriedade. Os trabalhadores atraídos pelos representantes da Associação na Europa com promessas de vir a se tornar proprietários de terra no Brasil, não queriam aceitar o trabalho na fazenda, com o agravante de que este ainda era compartilhado com a mão de obra escrava. Foram não pouco frequentes as situações de abandono de trabalhadores estrangeiros na chegada a São Paulo que foram denunciadas pela

²¹⁰ Seu presidente era Francisco Antônio de Sousa Queirós e seu vice-presidente Antônio da Silva Prado, ambos membros de duas das principais famílias ligadas à economia do café.

²¹¹ Bassetto, Sylvania. op. cit., p. 79.

²¹² Idem. op. cit., p. 81.

imprensa local, em matérias que descreviam um quadro de ausência de controle sobre o engajamento dos imigrantes que “chegavam ao extremo de depender da caridade pública ou da intervenção de cônsules estrangeiros²¹³”.

O fracasso da Associação deixou clara, mais uma vez, a divergência de interesses entre a colonização desejada pelo governo central e aquela que convinha aos cafeicultores paulistas, assim como a falta de coesão dos interesses dos próprios fazendeiros em relação à questão da introdução de trabalhadores livres. Mesmo assim, a província de São Paulo aprovou pelo decreto 44, em 16 de abril de 1874, a autorização para o governo subvencionar a Associação na introdução de colonos e imigrantes, com o voto contrário dos representantes dos fazendeiros do Vale do Paraíba. Ao Congresso Agrícola de 1878 os fazendeiros paulistas levaram a sua clara proposta: o governo devia ajudá-los na empresa imigratória, mostrando mais uma vez a confusão entre os interesses da lavoura paulista e os do país. Nas palavras de Pierre Monbeig:

Até a década de 30 [do século XX], foram os grandes fazendeiros, de algum modo, os dirigentes de São Paulo. Confundia-se o interesse coletivo com seu interesse de classe. (...) Os problemas de mão de obra e, conseqüentemente, o povoamento, os das vias de comunicação, os dos preços foram considerados e tratados, acima de tudo, em função dos interesses dos fazendeiros²¹⁴.

São Paulo queria a sua própria política de imigração e a partir do final da década de 1870, com a arrecadação em alta devido à grande exportação de café, haveria condições para levá-la adiante. À medida que crescia o movimento abolicionista na década de 1880, a pressão dos fazendeiros pelo auxílio do Estado foi aumentando e acabou provocando uma mudança na política migratória da província, que adotou o financiamento de forma sistemática²¹⁵.

²¹³ Trechos das matérias publicadas pela *Gazeta de Campinas* podem ser encontrados na tese de Sylvia Bassetto, na qual baseamos grande parte do exposto sobre a Associação Auxiliadora de Imigração e Colonização. Bassetto, Sylvia. *Política de Mão-de-obra na economia cafeeira do oeste paulista (período de Transição)*. Tese de doutoramento. FFLCH-USP. 1982.

²¹⁴ Monbeig, Pierre. op. cit., p. 141.

²¹⁵ Gonçalves, Paulo C. op. cit., pp. 177/178.

Em 1884 o Estado imperial se encontrava em uma situação difícil ao ter que reconhecer o desequilíbrio entre o investimento realizado e os resultados da imigração. Em relatório dirigido aos parlamentares, o então Ministro de Agricultura advertia sobre as suas restrições em relação ao subsídio:

Tenho recebido diversas propostas de companhias de navegação, e até de particulares, oferecendo-se para introduzir imigrantes mediante subvenção anual ou tanto por cabeça, e as tenho repellido, porque a imigração por captação não tem dado bons resultados e presta-se a muitos abusos²¹⁶.

Na mesma época em que o Ministro imperial fazia este discurso, o governo da província de São Paulo começou a liberar somas importantes para pagar o serviço de empresas encarregadas da introdução de imigrantes. Todos os esforços eram feitos com o objetivo de atrair os trabalhadores para São Paulo. Uma frase de Caio Prado exprime o vigor dispendido nesta empresa: “A imigração europeia não foi assim entre nós fato espontâneo e natural, como aquela que na mesma época se verificou nos Estados Unidos. Aqui ela foi provocada, estimulada, planificada e deliberadamente promovida²¹⁷”.

A atração de imigrantes para as fazendas de café não era uma tarefa fácil. A permanência do sistema escravista no Brasil fazia com que os imigrantes parecessem muito semelhantes aos escravos devido à convivência forçada ou aos locais de trabalho serem aqueles onde pouco tempo antes escravos tinham sido a maioria. Para atrair os imigrantes, o Brasil fez campanhas na Europa e desenvolveu um programa de subsídios à imigração que perdurou até a década de 1920. Este programa reforçava a vinda do tipo de imigrante – sem posses e acompanhado pela família – que interessava aos fazendeiros paulistas²¹⁸.

²¹⁶ Relatório do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1884, p. 358. Apud Gonçalves, Paulo C. op. cit., p. 149.

²¹⁷ Prado Jr., Caio. *História e Desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 101.

²¹⁸ Na mesma época, na Argentina se levava adiante uma polêmica entre os defensores da imigração natural (ou espontânea) e a artificial (ou subsidiada), da qual saiu vitoriosa a corrente que defendia a primeira. A imigração foi subsidiada na Argentina somente no ano de 1889, segundo alguns autores, para fazer frente à concorrência das passagens gratuitas oferecidas pelo Estado de São Paulo. Os discursos do deputado Martinico Prado na Assembleia paulista e os do presidente argentino Bartolomeu

Na metade da década de 1880, ficou evidente que os cafeicultores tinham conseguido impor seu projeto de imigração para São Paulo. A atuação do Ministro da Agricultura, Antônio Prado, importante fazendeiro da província, que ocupou o cargo em dois períodos, entre 1885 e 1887 e entre 1888 e 1889, foi fundamental para isso. O Ministro paulista favoreceu a implantação da política que seria praticada pelos seus patrícios desse momento em diante, inclusive permitindo após a Abolição que a terceira parte do Fundo reservado para a emancipação dos escravos fosse utilizada nas despesas com a atração de imigrantes. Em São Paulo, os diferentes setores das elites se solidarizaram com a empresa imigratória. As empresas ferroviárias forneceram passagens gratuitas aos imigrantes a partir de 1882. O exemplo inicial foi dado pela Companhia Paulista, pertencente à família Prado, que transportou entre 1882 e 1917 mais de setecentos mil imigrantes²¹⁹.

O investimento do dinheiro de São Paulo a partir da década de 1880 começou a dar resultados e o número de imigrantes aumentou sensivelmente. A necessidade de organizar e canalizar a grande quantidade de trabalhadores desembocou na criação, em 1882, da primeira Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, localizada no bairro de Bom Retiro e anos depois, entre 1886 e 1888 na do Brás, que funcionaria até os anos 1950. Além destas duas, houve outras hospedarias em São Paulo que foram menos estudadas, mas em todos os casos, os dados indicam que os encarregados de sua administração, pelo menos nos primeiros tempos, foram todos membros das principais

Mitre (1862-1868), fornecem um bom exemplo de como os dois países se colocavam, de forma recíproca e espelhada, em um papel exemplar. Este assunto, que justificaria uma pesquisa mais aprofundada, tem interesse na medida em que o projeto imigratório de ambos países revela aspectos das respectivas classes dominantes e de seu projeto nacional. A imigração em massa de trabalhadores europeus a partir da segunda metade do século XIX foi fundamental para a constituição moderna tanto da Argentina como do Brasil, mas as diferenças nas políticas de imigração implementadas por um e outro país constituem assunto que precisa ser mais pesquisado. Existe uma grande produção sobre a emigração que se dirigiu para um e outro país, mas poucos trabalhos investem em uma análise comparativa. Mitre, Bartolomé. *Arengas*. Buenos Aires: Biblioteca de la Nación, 1902; Alsina, Juan A. *La Inmigración europea en la República Argentina*. Buenos Aires: Imprenta México 1422, 1900; *In Memoriam Martinho Prado Júnior*. 1943.

²¹⁹ Documentos da própria companhia mostram que teriam sido formadas, inclusive, composições com a finalidade exclusiva de transportar os imigrantes: “Como é sabido, foi a Companhia Paulista que iniciou, em 1882, o transporte gratuito de imigrantes e suas bagagens. Nos trinta e cinco anos decorridos dessa época até 31 de dezembro de 1917, tem ela dado passagem em seus trens, muitos dos quais formados exclusivamente para esse fim, a 700.765 indivíduos, cujo transporte teria custado 3.445.334\$170 réis”. Relatório da Companhia Paulista de Estradas de Ferro para a sessão de Assembleia Geral. 30/06/1918. Saes, Flávio A. M. de. *As ferrovias de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1981, p. 42.

famílias ligadas ao café²²⁰. As referências à Hospedaria, muitas delas originadas em relatos feitos pelos próprios imigrantes, dão conta de um local onde se ficava isolado do movimento da cidade de São Paulo para evitar qualquer desvio no caminho até a fazenda. Uma carta reproduzida por Chiara Vangelista mostra a visão que os imigrantes tinham do local:

Entrados, se veem misturados italianos, austríacos, espanhóis, alemães e os portugueses e outras nações, todos esperam um patrão qualquer, que, para dizer a verdade, não se faz esperar demais. (...) Eles nos pegam pelas mãos (os agentes de tais senhores) e ali mesmo dizem: quer meter-se de acordo com este senhor? Que dá casa nova, cômoda, lhes sustenta por um ano, garante água e ar bom, dinheiro à vontade, trabalho suportável, lugar na igreja e escola para as crianças (...) nisso enquanto um pobre imigrante escuta o palavrório desse bom agente, um outro o segura por detrás, puxa para um lado e lhe assegura que aquilo que diz, o outro, é tudo mentira (...) ²²¹.

A Hospedaria foi alvo de repetidas denúncias por parte da imprensa e das autoridades consulares europeias. Thomas Holloway fez uma detalhada descrição da vida dos imigrantes no local que permite formar uma boa idéia dos motivos que os imigrantes tinham para as suas reclamações: superlotação, filas enormes para conseguir um prato de comida, necessidade de dormir no chão sobre esteiras e precárias instalações sanitárias. De acordo com dados apresentados por este autor, foi realizada uma reforma em 1906, que trouxe alguma melhoria às condições do local, mas mesmo assim as denúncias em jornais da Europa continuaram²²².

Em julho de 1886 foi fundado o que seria o maior instrumento de classe que permitiria aos fazendeiros paulistas se encarregarem inteiramente da empresa de atração e transporte de imigrantes: a Sociedade Promotora da Imigração. A Sociedade

²²⁰ Udaeta, Rosa Guadalupe Soares. "As Hospedarias de Imigrantes em São Paulo. O caso da Macan d'oro". Anais do XX Encontro Regional de História. ANPUH/ SP – UNESP-Franca. 6 a 10 de setembro de 2010.

²²¹ Carta de Constantin, F. in Franzina E. *Mérica! Mérica! Emigrazione e Colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti in America Latina 1876-1902*. Milano: Feltrinelli, 1979. Apud Vangelista, Chiara. *Os Braços da Lavoura*. São Paulo: Hucitec, 1991, pp. 56/57.

²²² Holloway, Thomas. op. cit., pp. 86 a 89.

foi fundada por fazendeiros em reunião com o presidente da Província, o Conde de Parnaíba, Antônio de Queirós Telles. O seu primeiro diretor foi Martinico Prado, deputado na Assembleia paulista. Aliás, a família Prado esteve muito ligada à Promotora, sendo que o jovem Paulo Prado, filho do Conselheiro Antônio Prado, então com 18 anos, participou da fundação da entidade²²³. Membros das grandes famílias de fazendeiros, tais como Sousa Queirós, Paes de Barros, Cunha Bueno, Pacheco Chaves e Aguiar de Barros, assinaram a ata de fundação da Promotora que, mesmo se declarando uma sociedade privada, utilizava exclusivamente recursos públicos para seus projetos²²⁴. A Sociedade Promotora teve um papel fundamental na garantia de manutenção do fluxo de imigrantes para as fazendas na passagem da Monarquia para a República e durante seu período de existência trouxe da Europa mais de 260 mil imigrantes²²⁵.

Consta da escritura de fundação da Promotora que a instituição “não tem fim algum de especulação lucrosa, mas empenha-se por civismo, na obra que se propõe”, assim como a sua declarada preferência por imigrantes que fossem agricultores e que se transportassem com o grupo familiar²²⁶. Um relatório em que a Diretoria da Sociedade prestava contas ao presidente da província sobre o ano de 1886, escrito pelo seu diretor Martinico Prado, fornece uma grande quantidade de informações sobre a atuação da Promotora que, naquele momento, se defendia de acusações por parte de jornais italianos sobre seus métodos de captação de trabalhadores²²⁷.

No documento, mais uma vez fazendo brasileiros os interesses provinciais, declarava que “receosa de comprometer a causa que mais interessa ao Brasil de entre todas as outras” não tinha recrutado gente a esmo. Naquele momento, a introdução de imigrantes era feita, basicamente, por duas agências, Angelo Fiorita e José Antunes

²²³ Na época da fundação da Sociedade Promotora da Imigração, Antônio Prado era Senador e Ministro da Agricultura. Berriel, Carlos Eduardo Ornelas. *Tietê, Tejo, Sena. A obra de Paulo Prado*. Campinas: Papyrus, 2000, p. 23.

²²⁴ Santos, Ivison Poletto. *A Sociedade Promotora de Imigração e o financiamento público do serviço de imigração (1886-1895)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP – Departamento de História, 2007, p. 110.

²²⁵ Santos, Ivison Poletto. “A Sociedade Promotora da Imigração: formação e influência, 1886-1895”. *Histórica. Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*. Nº 25, 2007. Permanent link: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao25/materia02/>

²²⁶ *In Memoriam Martinho Prado Júnior*, pp. 369/370.

²²⁷ Diretoria da Sociedade Promotora de Imigração em S.Paulo. “Relatório apresentado por Martinho Prado Jr. em 18 de novembro de 1887”. *In Memoriam Martinho Prado Júnior*, pp. 351 a 357.

dos Santos, encarregados e pagos pela Sociedade, com dinheiro público, para a realização do trabalho²²⁸. A Sociedade defendia-se das acusações declarando que seu único método de captação de trabalhadores era a propaganda feita junto àqueles que tinham parentes ou amigos na Província, aos quais convidava a procurar a Diretoria da entidade para que lhes fosse fornecida a passagem gratuita. Esta propaganda, realizada através de anúncios em jornais italianos, tinha resultado de tal maneira exitosa que milhares de pessoas se apresentaram para serem trazidas. Sendo assim, defendia-se a Promotora, para que haveria necessidade da utilização de agentes recrutadores?

*Assim, é completamente falso, constitui uma verdadeira calúnia o que propalam e escrevem alguns jornais italianos, sobre sedutores, recrutadores de gente para esta Província, dispersos em vários pontos da Itália. Que vantagem e necessidade pode ter a Promotora de recorrer a esses meios, quando o número das pessoas chamadas excede em muito aquele que deve introduzir?*²²⁹

Além disso, a quantidade de famílias que se apresentavam era uma prova de que o imigrante era feliz em São Paulo, e por isso seus conhecidos queriam segui-lo. O relatório continuava dizendo que a Província de São Paulo era já tão conhecida nas regiões de onde saíam os imigrantes que não haveria mais necessidade sequer de propaganda. Linhas adiante, entrava em contradição com esta afirmação tendo que admitir que os imigrantes dirigiam-se a “algo” que chamavam de América “sem o menor conhecimento de nenhuma das suas partes, confundindo-as entre si”²³⁰.

Uma das conclusões do documento era que os únicos imigrantes que viviam felizes e em harmonia eram aqueles introduzidos pela Promotora e que, portanto, a Sociedade Promotora,

²²⁸ Pelos números apresentados no relatório, no ano de 1886, Fiorita teria sido responsável pela introdução de cerca de quinze mil imigrantes enquanto que José Antunes dos Santos seria responsável pela introdução de aproximadamente dois mil e quinhentos. Idem, pp. 356/357.

²²⁹ Idem, p. 353.

²³⁰ Idem. Ibidem.

*(...) não encontra outro meio, senão na reforma da atual legislação provincial, de modo a gozarem da gratuidade das passagens, somente os que forem introduzidos por ela*²³¹

O auxílio a qualquer outro imigrante estaria sujeito à sua passagem pela Hospedaria, que passou a ser administrada pela Sociedade a partir de 22 de fevereiro de 1888²³². Os imigrantes que tinham chegado em época anterior à existência da Promotora, os trazidos pelo governo central ou os que se apresentavam de forma espontânea, estes sim, vítimas de recrutadores, viriam aumentar uma corrente de insatisfeitos que alimentavam as denúncias daqueles inimigos da imigração. O documento mostra uma Sociedade decidida na defesa dos interesses da cafeicultura paulista ao ponto de enfrentar o governo central e seus projetos de colonização:

*É, para auxiliar nossos esforços, nossa ação, que o governo geral deve emendar-se de todos os vícios do passado com relação à imigração, e tomar por modelo São Paulo: romper todos os contratos, para conceder favores somente a imigrantes constituindo famílias, das quais 90% deverão ser agricultores, fazendo o pagamento integral das passagens, ou redução das mesmas (...)*²³³

E prosseguia com uma ameaça:

*A não proceder deste modo, continuará a desmoralizar-se a causa da imigração, e São Paulo ver-se-á na dura contingência de fazer propaganda sua, exclusivamente, hostilizando a do governo geral, para escapar do seguro naufrágio (...)*²³⁴

A Sociedade, como também consta no relatório, assinou contrato com o Governo Imperial para a introdução de imigrantes naquele ano, sendo o trâmite

²³¹ Idem, p. 354.

²³² Em fevereiro de 1888 a administração da Hospedaria foi transferida para a Sociedade Promotora, enquanto as despesas com a manutenção dos imigrantes hospedados e do próprio edifício continuavam a cargo do Estado. Gonçalves, Paulo C. "A cidade de São Paulo: um entreposto de braços para a lavoura cafeeira". *Revista Cordis. Revista Eletrônica de História Social da Cidade*. Nº 2. 2009. Permanent link: http://www4.pucsp.br/revistacordis/downloads/numero2/artigos/revistacordis2_paulo.pdf

²³³ In Memoriam Martinho Prado Júnior, p. 355.

²³⁴ Idem. Ibidem.

intermediado pelo Ministro da Agricultura, Antônio Prado, que teria prestado com isto um grande serviço a sua província natal, província que não estava “de há muito acostumada a ser considerada na partilha dos dinheiros públicos, como pertencente à comunhão brasileira²³⁵”.

Estava claro para a Diretoria da Sociedade que o imigrante vindo para São Paulo era “o indivíduo sem recursos, assaltado pela necessidade sob todas as formas e o faz encontrando passagem gratuita ou reduzida” ao contrário da imigração que procura a Argentina, aonde os homens solteiros chegam para trabalhar mas regressam depois para a sua pátria, sendo em São Paulo estes casos “raríssimos²³⁶”.

O documento é revelador dos diferentes projetos de imigração da Sociedade Promotora, defensora dos interesses dos cafeicultores paulistas, e do governo central. Todo o programa de atração de trabalhadores estrangeiros para o Estado estava a cargo da Sociedade que afirmava ser a imigração para São Paulo a melhor de todas já que se compunha de quem vinha para se assentar definitivamente no país, dados contestados pelo grande número de retornos em épocas posteriores, como veremos adiante.

O próprio Martinico Prado viajou para Gênova em 1887 para verificar a possibilidade de instalação, na Europa, de um escritório de representação da Sociedade que se encarregaria da propaganda e da seleção dos candidatos à emigração que demandassem a passagem subsidiada. Aparentemente o primeiro escritório de representação do Estado de São Paulo foi criado em Gênova em 1895 e na sequência foram instalados vários outros em diversas cidades da Europa. O responsável pelo escritório recebia o título de comissário e tinha funções e responsabilidades equivalentes às de um cônsul. Em 1896, foi aberta uma representação em Málaga para cuidar da emigração desde Espanha e Portugal. Anos depois uma outra foi criada na Bélgica, destinada a cuidar da emigração da Europa do Norte, mas dada a baixa afluência de emigrantes desta região acabou se ocupando

²³⁵ Diretoria da Sociedade Promotora de Imigração em S.Paulo. “Relatório apresentado por Martinho Prado Jr. em 18 de novembro de 1887”. In *Memoriã Martinho Prado Júnior*, p. 356.

²³⁶ O trecho (o destaque é nosso) é representativo do tipo de imigrante considerado apropriado para a lavoura paulista e da dependência que o programa de imigração colocado em prática no Estado tinha com as passagens subsidiadas pelo orçamento público. Idem, p. 358.

mais da comercialização do café, que dos assuntos vinculados à imigração²³⁷. Estes escritórios de representação de São Paulo tiveram um papel importante sempre que entraram em vigor as proibições dos países de origem dos imigrantes²³⁸.

Com o excedente da verba destinada à Sociedade pela província de São Paulo e uma parte conseguida do governo central por intermediação do Ministro Antônio Prado, a Sociedade, preocupada em se contrapor à propaganda negativa realizada por órgãos da imprensa europeia, elaborou uma brochura denominada “A província de São Paulo” da qual produziu oitenta mil exemplares em italiano, português e alemão. Tinha uma capa chamativa, para atrair a atenção, e concluía com um mapa desdobrável da região. No interior, elogios a São Paulo eram feitos comparando com Argentina, Estados Unidos e alguns países europeus. Não se mencionava a escravidão e descrevia-se a capital paulista como uma cidade com costumes europeus. Ao imigrante, relatava, era oferecido transporte do porto de chegada até seu destino, alojamento e alimentação nos oito primeiros dias na Hospedaria e atendimento médico, se necessário²³⁹.

A verba empenhada pelo governo provincial na empresa migratória era muito significativa e em diversas ocasiões foi necessário apelar a empréstimos de instituições bancárias. No exercício 1888/1889, por exemplo, o montante de gastos com a imigração representou 25% da receita provincial²⁴⁰. Uma declaração do secretário de Agricultura de São Paulo em 1893, na qual a prosperidade coletiva se alia à privada, mostrava o significado que adquiria a participação do Estado no financiamento à imigração:

²³⁷ Holloway, Thomas. op. cit., pp. 66 e 81. Escritórios de representação do governo central tinham sido instalados na Itália, em Gênova e Milão, em 1885, quando Antônio Prado era Ministro da Agricultura. Estes escritórios deveriam se ocupar de prestar informações sobre a emigração para o Brasil. Em 1894, os escritórios foram desativados pelo então Ministro da Agricultura, Antônio Olyntho dos Santos Pires, alegando problemas burocráticos e gastos excessivos. Gonçalves, Paulo C. *Mercadores de Braços. Riqueza e Acumulação na Organização da Emigração Europeia para o Novo Mundo*. 2008. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, São Paulo, 2008, p. 151.

²³⁸ A Comissária do Governo do Estado de São Paulo em Madri teve um papel importante no episódio das denúncias de recrutamento ilegal de emigrantes, como veremos no Capítulo 4.

²³⁹ Holloway, Thomas. op. cit., p. 65.

²⁴⁰ Gonçalves, Paulo C. op. cit. 2008, p. 195. Outros dados mostram a progressão do gasto com o subsídio: em 1881 o governo provincial gastou 45:848\$476, dois anos depois o montante subiu para 374.287\$670 e em 1886 foi para 1.132.394\$691. Kowarick, Lúcio. op. cit., p. 90.

(...) [a Promotora] apresentou-se apenas como um poderoso auxiliar do governo, com o qual ele se propunha a contratar a introdução do número de imigrantes autorizados por lei. (...) Da ação combinada desses dois poderosos elementos [o governo e a Promotora] tem resultado o extraordinário aumento da riqueza pública e particular do Estado²⁴¹.

A década de 1880 foi muito significativa em termos de mudanças no mercado de mão de obra na província de São Paulo, transformada em Estado após a Proclamação da República. Entre 1880 e 1889 a política de subsídio à imigração, financiada pelos cofres públicos, se tornou uma realidade e mudou o quadro apresentado até então. Ao final desta década, a Abolição foi precipitada pelas constantes fugas e rebeliões de escravos que até a força policial se recusava a perseguir. Quando aconteceu a Abolição, a política de introdução de imigrantes por meio do financiamento público era já uma completa realidade. A comparação dos números de ingresso de imigrantes por décadas revela o salto quantitativo ocorrido no período:

Tabela 1 - Número de Imigrantes ingressados pelo porto de Santos (1840-1900)

Magnitude do crescimento

Anos	Total Imigrantes	Incremento
De 1840 a 1870	8.799	-
De 1871 a 1880	11.784	+2.985
De 1881 a 1890	221.183	+209.399
De 1891 a 1900	719.496	+498.313

Fonte: "Dados para a História da Imigração e da Colonização em S.Paulo". Boletim do Departamento Estadual do Trabalho. São Paulo, ano V, Nº 19, 1916, pp. 183 a 185. Apud Gonçalves, P.C. *Mercadores de Braços. Riqueza e Acumulação na Organização da Emigração Europeia para o Novo Mundo*. 2008. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, São Paulo, 2008, p. 484.

Além do fim do trabalho servil, contribuiu para o grande incremento do número de imigrantes a crise que atravessava a Argentina, grande concorrente da imigração

²⁴¹ Relatório da Secretaria da Agricultura de São Paulo, 1893. Apud Holloway, Thomas. op. cit., pp. 67/68.

para o Brasil. Conhecida como crise de Baring, o colapso que afetou a economia argentina, e que chegou a ter efeitos mundiais, teve seu ponto máximo em 1890 quando o Estado argentino declarou falência, situação da qual sairia somente quatro anos depois²⁴².

A Promotora encerrou suas atividades em 1895, quando estava já definida a política de subsídio e o problema de abastecimento de mão de obra parecia encaminhado. Uma vez reorganizados os poderes e a administração na passagem para o regime republicano, a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo assumiu as tarefas até então sob a responsabilidade da Sociedade. A passagem da monarquia para a república tinha sido efetuada sem interrupção do fluxo de trabalhadores para abastecer a grande lavoura²⁴³. Em suma, o controle político da Província e depois do Estado permitiu aos fazendeiros comprometer o orçamento público no projeto de abastecer as fazendas de mão de obra. Outro aspecto que deve ser levado em consideração em relação ao desempenho da Sociedade Promotora é que, além de atender às necessidades dos fazendeiros, serviu como canal para repassar dinheiro público para as agências e companhias de navegação encarregadas de atrair os imigrantes para São Paulo²⁴⁴.

Uma vez instalada a República, São Paulo conseguiu a ansiada autonomia para cuidar dos negócios da imigração. Isto significava o total subsídio às passagens dos imigrantes pelos cofres públicos. José de Souza Martins entende o subsídio como um incentivo à expansão das fazendas. Através dele o cafeicultor recebia capital, já que os custos antes empatados no trabalhador ficavam liberados ao ser o Estado quem assumia as despesas. Este capital era recolocado no processo de produção por meio da abertura de novas fazendas²⁴⁵. O argumento de Martins relaciona o subsídio com a crise de superprodução, que se fez sentir a partir da metade da última década do século XIX.

Após a Proclamação da República foram introduzidas mudanças na política migratória praticada pelo governo central. Se em um primeiro momento a preferência

²⁴² Filomeno, Felipe Amin. "A crise de Baring e a crise do Encilhamento nos quadros da economia-mundo capitalista". *Economia e Sociedade*. Campinas. Vol. 19. Nº 1. 2010. pp. 135 a 171.

²⁴³ Holloway, Thomas. op. cit., p. 66.

²⁴⁴ Gonçalves, Paulo C. op. cit. 2008, p. 204.

²⁴⁵ Martins, José de Souza. op. cit., 2010, p. 60.

era pelos colonos de origem caucasiana, em 28 de junho de 1890, o então Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Publicas, Francisco Glicério, assinou o decreto Nº 528 que regulamentava a introdução e localização de imigrantes, no qual se admitia a entrada no Brasil de todos os indivíduos “válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal do seu país, excetuados indígenas da Ásia, ou da África” para os quais seria necessária uma autorização especial do Congresso Nacional²⁴⁶. O efeito da medida para o Estado de São Paulo foi relativo já que para os cafeicultores paulistas a questão do branqueamento e a preferência pelos povos do norte da Europa tinha sido uma questão subordinada à premência do abastecimento de braços.

Mas as mudanças mais significativas apontavam à atualização da legislação em termos da nova situação de autonomia dos Estados. A Constituição de 1891 – que entre outras medidas passou o domínio das terras devolutas para as unidades da Federação – e outras leis subsequentes aumentaram cada vez mais a autonomia e a descentralização em relação aos negócios da imigração. A lei orçamentária de 1894 transferiu definitivamente a responsabilidade para os Estados que, a partir desse momento, com algumas exceções, São Paulo a mais notável, não conseguiram manter a política de subsídios²⁴⁷. Muitos contratos para a criação de núcleos coloniais foram rescindidos e, entre 1902 e 1907, não houve mais entrada de imigrantes subsidiados pela União. Neste último ano, o governo federal retomou seu papel na política de colonização e a partir de 1908 um número crescente de imigrantes foi instalado nos núcleos criados pelo governo em um movimento ascendente que atingiu seu ponto mais alto no ano de 1913²⁴⁸.

As agências Angelo Fiorita e José Antunes dos Santos, que tinham contratos com a Sociedade Promotora, continuaram sendo as duas principais encarregadas de

²⁴⁶ Senado Federal. Decreto Nº 528 de 28/06/1890. <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1890-06-28;528> consultado em 16/02/2013. Em 1907, em outro decreto federal que restabelece e atualiza as disposições em relação à imigração, não constavam mais restrições à origem nacional dos imigrantes admitidos no Brasil. Senado Federal. Decreto 6.455 de 19/04/1907. <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1907-04-19;6455> consultado em 16/02/2013.

²⁴⁷ Esta medida causou a interrupção do levantamento de dados estatísticos que apresentam uma lacuna em termos de dados nacionais entre 1896 e 1906, período em que só se contabilizam dados do DF. Gonçalves, Paulo C. op. cit. 2008, p. 156.

²⁴⁸ Petrone, Maria Thereza Schöerer. op. cit. 2006, p. 108.

trazer imigrantes, a primeira da Itália e a segunda da Espanha e Portugal, quando a administração da imigração passou para a Secretaria da Agricultura do Estado. A imigração para São Paulo continuou sendo sinônimo de emigração subsidiada. Em 1897, o presidente do Estado, Campos Salles, reconheceu esta relação entre subsídio e imigração no caso do abastecimento de trabalhadores para a lavoura de café: “(...) deixar de subsidiar a imigração, equivale a suprimi-la²⁴⁹”. Finalmente, a lei estadual N° 673 de 9 de setembro de 1899, em vigor a partir do ano seguinte, trouxe novas mudanças no subsídio que podem ser acompanhadas pela leitura dos relatórios produzidos pela Secretaria da Agricultura do Estado. Estes documentos dão conta do movimento de imigrantes, dos contratos estabelecidos com as agências, da articulação da política imigratória com a situação da produção de café e das preocupações em relação ao fluxo de trabalhadores.

O relatório de prestação contas do ano de 1895 registrava a entrada de 114.769 imigrantes no Estado, sendo 74% originários da Itália. O registro de imigrantes retornados foi ainda muito inferior ao das entradas, registrando-se 18.916 saídas²⁵⁰. O relatório revelava alarme em relação à grande concentração de imigrantes provenientes de uma mesma nação, alertando para o fato de que questões de segurança deviam ser colocadas par a par com as necessidades econômicas na hora da distribuição do benefício das passagens gratuitas oferecidas pelo Estado para atrair os imigrantes. Da mesma forma, não devia ser descuidada a qualidade dos imigrantes subsidiados porque a quantidade dos que se declaravam agricultores sem o ser aumentava significativamente a indesejada aglomeração de “população proletária das cidades, principalmente da Capital”. O relatório sugeria mudanças na política migratória, introduzidas no sentido de melhorar a fiscalização dos imigrantes embarcados e também o fim do ingresso, em número tão elevado, de trabalhadores italianos em detrimento de outras nacionalidades. Recomendava-se que, paralelamente à introdução de imigrantes por contrato, se estimulasse outro sistema que “não se preste como aquele a tornar-se aos poucos um monopólio de facto” e que

²⁴⁹ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo pelo Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles, 1897. Apud Beiguelman, Paula. op. cit., p. 122.

²⁵⁰ Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de S. Paulo. Relatório apresentado ao cidadão Dr. Presidente do Estado pelo Dr. Theodoro Dias de Carvalho Júnior. 1895. São Paulo: Typ. a vap.- Espíndola, Siqueira & Comp., 1896. Arquivo do Estado de São Paulo.

permitisse ao governo maiores possibilidades de fiscalização. A proposta do novo sistema visava basicamente estabelecer a livre concorrência na missão de atrair e transportar imigrantes de determinados países e por preço estabelecido previamente, e permitir ao Estado “maior liberdade de ação na aceitação dos imigrantes admitidos nas hospedarias”. A fim de evitar qualquer interrupção no fluxo de trabalhadores que colocasse em risco o abastecimento da lavoura, o sistema de livre concorrência devia ser gradualmente incorporado sem que se interrompesse o utilizado até esse momento de contrato único e que deveria “de agora por diante ser exclusivamente usado para introdução de imigrantes de outras procedências que não da Itália”.

O Secretário da Agricultura, Theodoro Dias de Carvalho, autor do relatório, tinha experiência direta com o movimento de imigrantes no porto, já que tinha exercido, em época anterior, o cargo de Chefe de Polícia, e era com base nesta experiência que afirmava ter verificado como eram embarcados, junto a trabalhadores, “imigrantes de péssima qualidade, turbulentos, vadios e mendigos”. A solução para evitar esse tipo de problema, afirmava, era a fiscalização dos embarques em portos europeus por parte do Estado. Constava do relatório uma revisão de contrato realizado com a agência A. Fiorita & Cia, em agosto de 1894, que incluiu uma cláusula estabelecendo este serviço de inspeção ao qual se destinava um valor de 2.500 francos. Além disso, em todos os navios que transportassem imigrantes por conta do Estado deveriam ser disponibilizadas passagens para os encarregados deste serviço. No regulamento, instruído por decreto número 299 A de 16 de agosto de 1895, que estabelecia as regras para a boa fiscalização, atribuía-se aos comissários nomeados a função de observar a qualidade dos imigrantes embarcados e o cumprimento das determinações estabelecidas nos contratos, de verificar as condições de higiene dos navios e de conferir a documentação apresentada pelos candidatos a imigração. O artigo número 2 da regulamentação acrescentava outra função: os comissários do governo deveriam “promover, pelos meios ao seu alcance, o desenvolvimento da corrente migratória para o Estado”, transformando, de certa forma, inspetores em agentes recrutadores²⁵¹.

²⁵¹ Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de S.Paulo. Relatório apresentado ao cidadão Dr. Presidente do Estado pelo Dr. Theodoro Dias de Carvalho Júnior. 1895. São Paulo: Typ. a vap.- Espíndola, Siqueira & Comp., 1896. Arquivo do Estado de São Paulo.

No relatório de 1899, produzido já em momento de crise da economia cafeeira, é perceptível a diminuição da entrada de trabalhadores e o aumento dos que decidiam deixar o país. Mesmo não admitindo a afirmação “que foi feita de ter havido êxodo de trabalhadores neste Estado”, o relatório reconhecia a queda no fluxo de imigrantes e a atribuía à crise pela que passava o mercado. O relatório se esforçava por mostrar os melhores resultados de uma situação que deixava transparecer uma queda no cômputo de entradas e um aumento no de saídas quando comparado a anos anteriores²⁵². No ano seguinte a situação descrita era ainda pior. Por primeira vez o número de saídas superava o de entradas. O número de imigrantes ingressados assumia uma dimensão alarmante quando comparado ao de 1895, já que representava uma quinta parte deste²⁵³. A lavoura tinha sentido falta de braços, de acordo com a Secretaria, o que a tinha levado a afrouxar as condições dos contratos ainda não cumpridos com os introdutores de imigrantes. Desta forma, foi readmitida a entrada de imigrantes que tivessem já estado anteriormente no Brasil, assim como a de homens solteiros e foram também removidos obstáculos ocasionados pela aplicação rigorosa da fiscalização. Mesmo estando em vigor a lei 673 de 9 de setembro de 1899 regulamentada pelo decreto 823 de 20 de setembro de 1900, que estabelecia o sistema alternativo de livre concorrência, abrindo a possibilidade de trazer imigrantes com uma subvenção por cabeça paga pelo Estado a qualquer companhia de navegação que estivesse disposta a fazê-lo²⁵⁴, o Congresso concedeu, através de outra lei, de número 710, de 28 de agosto de 1900, ao governo do Estado, os meios para realizar contratos para a introdução de 50.000 imigrantes. Pela lei 673 foi autorizada, em 1900, a entrada de 4.000 imigrantes que ficou no papel, já que, a pesar

²⁵² Relatório da Agricultura. 1899. Arquivo do Estado de São Paulo. Apresentado pelo Dr. Alfredo Guedes. Secretário da Agricultura. São Paulo: Typographia do Diário Oficial. 1900.

²⁵³ Relatório da Agricultura. 1900. Apresentado pelo Dr. Antonio Candido Rodrigues. Secretário da Agricultura. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1901.

²⁵⁴ Esta mudança na política imigratória provocou descontentamento na Itália. Ao Ministério de Relações Exteriores daquele país parecia que o governo brasileiro fugia às suas responsabilidades ao substituir o sistema de contratos controlados pelo Estado pela livre concorrência, que permitiria a qualquer companhia de navegação ou agência, à qual se pagaria um valor por cabeça embarcada, o recrutamento dos imigrantes. Isto se somou às denúncias sobre as condições dos italianos nas fazendas e à repercussão do caso Lungaretti, o italiano que matou o irmão do presidente Campos Salles, para gerar o clima que desembocou na proibição da emigração subsidiada para o Brasil por parte do governo italiano. Dean, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, pp. 173/174.

de terem se apresentado durante o ano algumas companhias interessadas em realizar a tarefa, não teve nenhum resultado concreto. O número fixado pelo Congresso para entrada de imigrantes por essa lei, para o ano seguinte, foi de 20.000, esperando-se bons resultados deste sistema de introdução de imigrantes sem contrato, já que até a data de elaboração do relatório algumas empresas já tinham começado a trazê-los. Cabe ressaltar que, além das empresas de navegação, as agências Fiorita e Antunes, destacadas pela quantidade de contratos realizados com os governos central e estadual, também estavam entre as que se ocupariam da introdução de imigrantes pela nova legislação. O relatório considerava este novo sistema uma “experiência” da qual se esperavam resultados satisfatórios, mas isto não aconteceu. Pela lei 710, foi aberta nova concorrência pública para contratar a introdução de mais 30.000 imigrantes, contratos que seriam executados por Antunes dos Santos e Fiorita.

Mais uma vez a causa apontada para o insucesso das políticas de incremento à imigração foi a crise atravessada pela economia cafeeira. A situação da imigração era considerada, no relatório de 1900, “gravíssima”, a ponto de demandar “medidas enérgicas, sabiamente combinadas e firmemente executadas”. O relatório defendia a política imigratória levada adiante pelo Estado de São Paulo de várias acusações, entre elas a de que, ao contrário do que acontecia na República Argentina, no Brasil, o imigrante não se fixava, devido às características do sistema implementado. O relatório mostrava um quadro comparativo com números que indicavam entradas e saídas de imigrantes nos dois países na tentativa de demonstrar como a acusação era falsa²⁵⁵. Dada a gravidade da situação, o relatório apontava, entre as soluções para o abastecimento de trabalhadores, a possibilidade de poderem se estabelecer por conta própria mantendo, simultaneamente, à condição de assalariados das fazendas, o que conciliaria as necessidades dos fazendeiros com as aspirações dos imigrantes. Os núcleos coloniais em que estes trabalhadores se estabelecessem funcionariam como “viveiros de trabalhadores para a grande lavoura”. O relatório deixa entrever a grande

²⁵⁵ Os quadros mostrados no relatório, além de tendenciosos em relação aos anos arrolados em um e outro caso, omite a informação de que na Argentina a imigração “artificial” ou subsidiada aconteceu somente no ano de 1899, sendo no resto do período uma imigração fundamentalmente “natural” ou espontânea.

dificuldade de atrair imigrantes para as fazendas de café, mesmo com o oferecimento das passagens pagas²⁵⁶.

No ano seguinte, o relatório de 1901, apresentava, finalmente, um resultado positivo quando comparado aos anos anteriores²⁵⁷. Mas os três anos seguintes foram novamente de queda no número de imigrantes ingressados. A crise na cafeicultura era vista como principal responsável pela diminuição do fluxo migratório. A época dos grandes contratos para introdução de imigrantes estava aparentemente encerrada. Pela leitura dos sucessivos relatórios produzidos pela Secretaria conclui-se que, mesmo perdurando durante anos contratos, que sofreram sucessivas prorrogações até seu cumprimento ou cancelamento, vai cada vez mais assumindo importância o número de imigrantes introduzidos pelo novo sistema de subvenção, sem contrato. Outra constatação é que as empresas que em épocas anteriores foram as principais escolhidas para realizar o serviço de recrutamento de trabalhadores, sobretudo a Antunes dos Santos & Cia, após o estabelecimento do novo sistema, continuaram muito ativas.

Mesmo apresentando um pico em 1901, o número de italianos estava em diminuição enquanto, sobretudo a partir de 1904, percebe-se um aumento do ingresso de espanhóis, que acabaram por assumir o primeiro lugar em volume de imigrantes a partir de 1905, ano em que há uma nova recuperação do número geral de imigrantes ingressados²⁵⁸. Outra grande mudança no movimento imigratório em torno da virada do século foi o grande aumento do número de saídas, tanto pela volta aos países de origem na Europa, quanto pela partida para os países do Rio da Prata. Para justificar o número ascendente de retornados e a sensível diminuição dos imigrantes vindos com passagem paga pelo Estado, a causa apontada era sempre a situação de crise na lavoura.

Em agosto de 1906, o governo do Estado suspendeu a imigração subsidiada “por estar ultimado, nesta ocasião, o suprimento de braços para a colheita de café”.

²⁵⁶ Relatório da Agricultura. 1900. Apresentado pelo Dr. Antonio Candido Rodrigues. Secretário da Agricultura. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1901.

²⁵⁷ Relatório da Agricultura. 1901. Apresentado pelo Dr. Antonio Candido Rodrigues. Secretário da Agricultura. São Paulo Typographia do Diário oficial, 1902.

²⁵⁸ “Dados para a História da Imigração e da Colonização em S. Paulo”. Boletim do Departamento Estadual do Trabalho. São Paulo, ano V, Nº 19, 1916, pp. 183 a 185. Apud Gonçalves, Paulo C. op. cit. 2008, p. 484.

Mesmo assim, as entradas foram maiores que no ano anterior dado que a imigração espontânea tinha compensado a subsidiada. O aumento tinha acontecido em todas as nacionalidades “com exceção dos espanhóis e portugueses, por efeito da suspensão da imigração subsidiada”. Estas duas nacionalidades, mais dependentes das passagens gratuitas, tinham mostrado uma diminuição sensível no total de ingressos. No relatório de 1906 mostrava-se preocupação com o grande número de imigrantes que trocavam as fazendas paulistas pela Argentina e o Uruguai. As causas encontradas para o grande êxodo para a região do Prata eram a previsão de uma colheita fraca, após a enorme safra do ano anterior, a lei que estabelecia multas para as novas plantações e limitava a abertura de novos cafezais, e a propaganda movida “pelo espírito de lucro” das agências e das companhias de navegação que trabalhavam naquela região. Somava-se a estes fatores outra propaganda, praticada “por meio de panfletos e outros impressos, saídos de tipografias de folhas anarquistas, no qual o êxodo era aconselhado aos colonos como um remédio contra os pretendidos maus tratos e a falta de garantias nas fazendas de café²⁵⁹”.

A suspensão da imigração subsidiada por parte do governo se refletiu no número de imigrantes ingressados através deste tipo de passagem nos anos de 1907 e 1908. A partir de 1907, o trabalhador nacional começou a aparecer nos relatórios com mais relevância, ocupando funções de apanhador de café ou mesmo como assalariado. A partir de 1910 e até 1913 percebe-se um movimento ascendente na entrada de imigrantes, tanto dos que vinham espontaneamente quanto dos subsidiados pelo Estado²⁶⁰. A Secretaria considerou, em 1910, o fluxo “normalizado”, sendo neste momento o grupo mais numeroso que chegava a São Paulo o que tinha origem na Espanha, mesmo coincidindo com a época da proibição da emigração com subsídio naquele país. Assim como, anteriormente, a queda no número de trabalhadores ingressados no Estado tinha sido atribuída à crise, responsabilizava-se agora a melhora nos preços do café pelo aumento no contingente de imigrantes. O relatório

²⁵⁹ Relatório da Agricultura. 1906. Apresentado pelo Dr. Carlos Botelho. Secretário da Agricultura. São Paulo Typographia Brazil de Rothschild & Co. 1907.

²⁶⁰ A lei previa o reembolso do valor da passagem para aqueles imigrantes espontâneos que o solicitassem às autoridades e que apresentassem a documentação exigida: comprovação de que se encontravam trabalhando em uma fazenda, passaporte e bilhete da passagem. Documentos de solicitação de reembolso solicitados por imigrantes espanhóis entre 1911 e 1914 podem ser encontrados no Arquivo do Estado de São Paulo. CO7376 e CO7496.

reconhecia que o aumento do preço das passagens repassado às companhias de navegação e a permissão de recrutar outras profissões além de agricultores tinham influenciado o melhor desempenho da imigração. No relatório de 1910/1911 há o registro de diversas ações de propaganda conduzidas pelo Estado no sentido de relatar os benefícios à disposição dos imigrantes, que revelavam a preocupação em sustentar o fluxo atingido²⁶¹. A recuperação no movimento de imigrantes se manteve em 1912 e 1913 e voltou a cair a partir de 1914.

A política de suspensão dos subsídios provocou queixas dos cafeicultores, sobretudo daqueles que, por causa da diversificação de atividades, se ressentiam menos da situação crítica apresentada pelo café e continuavam com a produção em alta. Em 1905, Antônio Prado, em entrevista ao *Jornal do Comércio* declarava quais eram, no seu entender, as políticas que ajudariam na revalorização do café: a redução do frete nas estradas de ferro, a redução dos salários dos colonos por meio do aumento da imigração e a elaboração de uma lei de locação de serviços²⁶².

Durante todo o período da imigração para as fazendas paulistas, desde o tempo em que os trabalhadores livres conviviam com os escravos, as reclamações dos cafeicultores por falta de mão de obra foram constantes e refletiram muito mais do que somente a preocupação com a manutenção da produção. Um mercado de trabalho onde não houvesse excesso de trabalhadores implicaria menor margem de manobra na negociação e em consequência salários mais elevados. Importar trabalhadores ao ponto de saturar as fazendas era um método mais eficiente e prático do que o uso da força, como foi reconhecido pelo Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo em discurso realizado no Congresso Agrícola de 1896 para quem a coerção “além de contrária à liberdade individual poderia levar os governos de Europa a proibir a vinda de seus cidadãos²⁶³”. Para Verena Stolke e Michael Hall, as reclamações por falta de braços, a partir de 1880 eram estratégias para que o governo continuasse

²⁶¹ Relatório apresentado ao Dr. M.J. de Albuquerque Lins Presidente do Estado pelo Dr. Antonio de Pádua Salles Secretario da Agricultura. Anos de 1910-1911. São Paulo: Typographia Brasil de Rothschild & Cia, 1912.

²⁶² A declaração de Antônio Prado gerou uma polêmica com outro cafeicultor, o Conde Siciliano, de origem italiana e um dos idealizadores do Convênio de Taubaté, que contra argumentava que a queda nos salários não só não atrairia novos trabalhadores como afugentaria os que ainda restavam. Sallum Jr., Brasília. op. cit., p. 131.

²⁶³ Hall, Michael. op. cit. 1969, p. 118 (tradução nossa).

financiando a vinda de mais trabalhadores. Os pesquisadores apoiam a sua argumentação no fato de que a mão de obra nacional, que poderia ter sido chamada em auxílio da lavoura em momentos de queda do fluxo imigratório, só se fez presente de forma mais consistente a partir de 1914²⁶⁴. As reclamações por parte dos fazendeiros ocorriam mesmo em época de baixa dos preços internacionais. A oferta estava coberta, mas não a ponto de permitir rebaixar quanto desejavam os salários dos colonos²⁶⁵. Para Michael Hall, considerada a proporção real de braços necessários para a lavoura de café, a quantidade de trabalhadores ingressados no país, até 1914, foi o dobro da necessária²⁶⁶. Um exemplo das demandas é a carta que, em 1911, os fazendeiros, organizados na Comissão de Agricultura do município de Descalvado, enviaram ao Secretário de Agricultura para reclamar da falta de braços na região, utilizando uma dramática metáfora:

Os clamores de falta de colonos acentuam-se com probabilidade de agravar-se, cuja crise virá causar grandes prejuízos aos laboriosos agricultores de café (...) Os abaixo assinados (...) vem respeitosamente depor em suas mãos estas queixas confiantes no seu espírito esclarecido e patriótico (...) para que em breve desapareça esse polvo que ameaça tragar a prosperidade pública e particular deste grande território da confederação Brasileira²⁶⁷.

Em termos de legislação, de políticas efetivas e de investimento na empreitada, a política praticada por São Paulo se diferenciou da do governo central do Brasil. Já vimos como os interesses dos fazendeiros paulistas não eram os mesmos que orientavam a política imigratória nacional. Nos documentos produzidos pelos órgãos do governo federal encarregados de cuidar da imigração e colonização ficava clara a vocação de formação do povo da nação que tinha a chegada dos imigrantes:

²⁶⁴ Stolcke, Verena e Hall, Michael M. op. cit., pp. 108/109.

²⁶⁵ Sallum Jr., Brasília. op. cit., p. 128.

²⁶⁶ Hall, Michael M. *Trabalhadores Imigrantes*. Série trabalhadores. Campinas: Secretaria da Cultura, Esporte e Turismo de Campinas, 1989. Apud Dezem, Rogério. "Um exemplo de política imigratória: o processo de formação dos principais núcleos coloniais japoneses no Estado de São Paulo no primeiro período imigratório (1908 - 1941)". XV Encontro Regional de História - História no Ano 2000: Perspectivas - ANPUH. São Paulo, 2000.

²⁶⁷ Arquivo do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos diversos. 1911. CO7376.

*(...) a Diretoria de Povoamento tem se interessado com esforço, solicitude e capacidade no desempenho dos seus encargos, podendo-se augurar que a colonização estrangeira constituirá, em breve tempo, nas diversas zonas em que se vai estabelecendo, centros de pequenos proprietários agrícolas, de cultivadores inteligentes, perfeitamente identificados com o país em que se radicaram*²⁶⁸.

Enquanto o governo central se ocupava da política imigratória para todos os outros estados do Brasil, São Paulo fazia e financiava sua própria política, cuja motivação e objetivos eram outros:

*É preciso fixar o imigrante ao solo, mas é preciso fazê-lo de modo que ele esteja à mão da grande lavoura, quando seus braços sejam necessários, e de modo que os núcleos fundados, pela sua posição, sejam reservas de trabalhadores.*²⁶⁹

As diferentes e variadas situações não podiam deixar de causar confusão entre aqueles interessados em obter um pedaço de terra para cultivar. Uma carta dirigida em 1909 ao Secretário de Agricultura de São Paulo por um brasileiro morador da capital do país, solicitando terras para cultivo nas mesmas condições em que elas eram oferecidas aos imigrantes, ilustra este tipo de dúvida. O cidadão em questão requer para os brasileiros os mesmos “favores” concedidos aos estrangeiros reclamando “primeiramente proteção aos seus filhos e depois aos estrangeiros como se faz nos Estados Unidos da América do Norte (...)”²⁷⁰.

Estado e governo central praticaram políticas e executaram uma legislação diferente, mas que teve pontos em comum, como chama a atenção Paulo César Gonçalves, em trecho de seu trabalho:

²⁶⁸ Relatório do Ministro da Agricultura. Diretoria Geral do Serviço de Povoamento. 1910, p. 49.

²⁶⁹ Boletim de Agricultura, 1901, No 11, p. 691. Apud Vangelista, Chiara. *Os Braços da Lavoura*. São Paulo: Hucitec, 1991, p. 178.

²⁷⁰ Arquivo do Estado de São Paulo. Requerimentos à Secretaria da Agricultura. Diretoria de Terras, Colonização e Imigração. 1909. CO7299. “Ora, quem observa estas formas de exploração, constata facilmente sua extrema complexidade. Articulavam-se aí, como é sabido, emprego de trabalho individual e de trabalho familiar, pagamento de salários, trabalho gratuito e concessão de terras aos trabalhadores, monopólio da propriedade pelos fazendeiros e propriedade de boa parte das ferramentas agrícolas pelos trabalhadores”. Sallum Jr., Brasília. op. cit., p. 10.

[é possível] compreender que essas leis favorecem financeiramente determinados grupos ou indivíduos ligados à execução dos serviços de imigração e colonização, pois (...) percebe-se que agências e companhias privadas sempre estiveram presentes, associando-se aos governos (imperial/ federal e provincial/ estadual) em empreendimentos onerosos ao Estado que, em contrapartida, além de favoráveis aos fazendeiros, eram bastante lucrativos a elas²⁷¹

O subsídio às passagens é uma peça fundamental para entender o tipo de imigração que abasteceu de trabalhadores as fazendas e a relação dos proprietários com os trabalhadores livres. A maior parte dos emigrantes andaluzes que veio para as fazendas do interior do Estado no período estudado o fez com passagem subsidiada. Em 1911, 71,8% dos espanhóis que entraram em São Paulo eram subvencionados e em 1912, 74,2%²⁷². Outro dado que aponta no mesmo sentido é que entre 1908 e 1926 83% dos espanhóis que entraram no Brasil o fizeram em grupo familiar, condição necessária para ser outorgada a passagem gratuita.

2.3 – “O café dá para tudo²⁷³”. A diversificação do capital: da fazenda ao capital cafeeiro

A advertência já tinha sido feita pelo Marquês de Abrantes desde 1846. Era um perigo deixar o recrutamento de imigrantes a cargo de agências e companhias de navegação que ganhassem por cabeça e carecia, portanto, nomear agentes reconhecidos e de confiança do governo que recebessem uma remuneração fixa²⁷⁴.

²⁷¹ Gonçalves, Paulo C. op. cit. 2008, p. 157.

²⁷² A título de comparação, a porcentagem de italianos que veio com passagem subsidiada em 1911 foi de 37% e em 1912 de 33,8%. Martínez, Elda E. González e Márquez, Rosario. “Andalucía y América: las alternativas de una comunidad migrante”. In VIVES, Pedro A. et alii (org.), *Historia General de la Emigración Española a Iberoamérica*. V.I. Madrid: Historia 16, 1992, p. 16.

²⁷³ Slogan originário da época da escravidão, ainda usado pelos fazendeiros na década de 1920.

²⁷⁴ “Nenhum proveito, porém, se tirará (...) para a boa escolha dos colonos, enquanto o engajamento for incumbido como até agora a empresários ou armadores de navios, os quais, bem como os traficantes que empregam no interior das terras, não tendo em vista senão angariar o maior número de emigrados, donde provém maior frete para uns, e maior comissão para outros, engajam sem exame e à rebatinha quantos encontram nos mercados e feiras, e até nos lupanares”. *Missão especial do Visconde de*

Mesmo assim, optou-se no Brasil pela contratação de agências encarregadas desta missão, sendo os primeiros contratos realizados com o governo provincial para, depois de 1886, passarem para a alçada da Sociedade Promotora de Imigração. Depois do fim da Sociedade, a Secretaria da Agricultura manteve o mesmo sistema de intermediação de agências ou companhias de navegação até o fim da imigração subsidiada²⁷⁵. Durante todo o período de vigência dos subsídios, as principais agências, em número e constância dos contratos, foram a Angelo Fiorita & C. e a José Antunes dos Santos, que após 1903 passou a se denominar Antunes dos Santos & Cia²⁷⁶.

Como vimos, após a legislação de 1899/1900, o sistema de contratos foi sendo substituído pelo pagamento de um valor fixo por imigrante. Mesmo após as mudanças introduzidas por esta lei, a presença de Antunes dos Santos permaneceu constante como mostram os ofícios dirigidos por esta agência à Secretaria da Agricultura durante todo nosso período de estudo²⁷⁷. Em documento da Secretaria de Obras Públicas de 12 de maio de 1908, era mencionada como uma das três empresas encarregadas do transporte de imigrantes em São Paulo²⁷⁸. Durante todo o período pesquisado, diversos documentos testemunham a intensa atividade da Antunes dos Santos & Cia., comunicando desembarque de passageiros, solicitando informações sobre imigrantes desembarcados, declarando transporte de bagagens ou dando fé de que não tinha sido cobrada nenhuma quantia dos emigrantes embarcados por conta do Estado. Um documento de 15 de janeiro de 1909 dava mostra da boa saúde da empresa, ao comunicar que acrescentava, às outras companhias representadas, a agência em Santos e São Paulo da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro²⁷⁹.

Abrantes de outubro de 1844 a outubro de 1846. Rio de Janeiro: Emp. Typ. Dois de Dezembro de P. Brito, 1853, p. 142.

²⁷⁵ O governo do Estado de São Paulo suspendeu a política de subsídio à imigração em 1927.

²⁷⁶ Lloyd, Reginald et alii. *Impressões do Brasil no Século XX: Sua história, seu povo, comércio, indústrias e recursos*. Lloyds Greater Britain Publishing Company Ltd. 1913, p. 601.

²⁷⁷ De acordo com Paulo César Gonçalves, a partir de 1904 não mais aparece nas Listas Gerais de Desembarque de Passageiros nenhuma agência com o nome Fiorita, mesmo que outros documentos localizados pelo pesquisador comprovem que esta empresa ainda mantinha contatos com o governo paulista até a década de 1910. Gonçalves, Paulo C. op. cit., 2008, pp. 425/426.

²⁷⁸ Arquivo do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos diversos. 1908/1909. CO9854. As outras empresas citadas são a Companhia de Imigração e Colonização de São Paulo e a Companhia Mala Real Ingleza.

²⁷⁹ Arquivo do Estado. Secretaria da Agricultura. Requerimentos diversos. 1908/1909. CO9854.

Que tipo de empresa era esta que se encarregava de recrutar e transportar os imigrantes para o trabalho nas fazendas do interior paulista? Caio Prado Jr. chama atenção para uma característica que a imigração subsidiada adotou em São Paulo na década de 1880, sobretudo após a Proclamação da República, e que a diferencia daquela imigração da época do senador Vergueiro. A imigração subsidiada se tornou em São Paulo “um serviço público, regulado por lei e executado pela administração²⁸⁰”. Portanto, de um ponto de vista, assim como as estradas de ferro, as empresas de comunicação e as portuárias, as empresas que trabalhavam na atração de imigrantes podiam ser consideradas empresas de serviços públicos. Mas, sob outro aspecto, assim como os bancos e as casas exportadoras, e também as estradas de ferro, podiam ser consideradas empresas do grande capital cafeeiro. Todas estas empresas se formaram dentro da economia cafeeira e são fundamentais para a sua compreensão²⁸¹.

Foi a emergência do capital cafeeiro, por sua vez, resultado de um processo de diversificação de capitais de algumas famílias originalmente vinculadas ao cultivo do café, que deu lugar ao desenvolvimento destes negócios. O processo de formação da riqueza destas famílias começou nas fazendas de açúcar da região de Campinas e seu entorno. A grande exportação de açúcar permitiu uma reserva de capitais que esteve na base da expansão cafeeira²⁸².

A história da família Silva Prado é emblemática para entender como funcionou o processo de formação das fortunas que compunham o capital cafeeiro. O primeiro antecedente familiar de que se têm notícias foi o sargento-mor, Antonio da Silva do Prado, oriundo da cidade com este nome, em Portugal, que chegou a São Paulo nos primeiros anos do século XVIII. O sargento, do qual se sabe que teria tentado fortuna procurando ouro na região de Goiás, estabeleceu vínculos com antigas famílias da região por meio de seus dois casamentos. Os primeiros Silva Prado nascidos no Brasil, ainda no século XVIII, já eram possuidores de terras, inicialmente na região de Jundiá, ocupavam cargos políticos e administrativos no governo local e continuaram a política

²⁸⁰ Prado Jr., Caio. “A imigração brasileira no passado e no futuro”. In Idem, *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 263.

²⁸¹ Saes, Flávio A M. de. *A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 14.

²⁸² Idem. op. cit. 1986, pp. 55 a 58.

de aproximação com as famílias de prestígio da sociedade paulista da época, com as quais estabeleceram alianças por meio de relações comerciais ou pelo casamento²⁸³. O bisneto do antepassado português, Antônio Prado, que receberia em 1848 o título de Barão de Iguape, fez fortuna no comércio de mulas entre São Paulo, Bahia e Goiás. Fixou residência por um tempo no sul baiano e voltou para se instalar em São Paulo em 1816. Mesmo tendo adquirido uma fazenda na região de Jundiaí, a sua principal atividade foi a de coletor de impostos do Império e comerciante de animais, açúcar e escravos. Nessa época os escravos não vinham diretamente para São Paulo, passando antes pelo mercado da Bahia ou da Capital Federal. Provavelmente uma das primeiras tentativas de tráfico de escravos direto da África para São Paulo tenha sido iniciativa de uma sociedade formada por Antônio Prado, que em 1820, enviou um navio a Moçambique levando 16:000\$000 réis para comprar escravos. Dos 461 viventes que embarcaram na costa africana apenas 264 chegaram a Santos²⁸⁴. O Barão era uma personalidade interessante e contraditória, já que antecipando futuras incursões de seus descendentes na cultura paulista, na década de 1860, contribuiu financeiramente com uma companhia de teatro em São Paulo, dirigida por Castro Alves, o poeta dos escravos²⁸⁵. A filha do Barão, Veridiana casou-se com o meio irmão deste, Martinho e o casal foi origem de três dos Prados mais famosos no século XIX, os irmãos Antônio, Martinho Júnior ou Martinico, e Eduardo. A partir das primeiras fazendas adquiridas pelo avô e pelo pai, Antônio e Martinico expandiram suas atividades. A atuação do Barão de Iguape como principal acionista da sucursal paulista do Banco do Brasil teve um importante papel ao permitir o acesso ao crédito que a família precisou para expandir seus negócios. Em 1858, praticamente a metade das ações do banco estavam em mãos de membros diretos ou indiretos da família Prado²⁸⁶. Novas fazendas foram sendo adquiridas, enquanto os capitais da família eram dirigidos para novos ramos de negócio. Os Prado foram acionistas e ocuparam cargos de direção na Companhia Paulista de Estradas de Ferro desde a sua fundação em 1868. A Paulista foi a primeira companhia ferroviária nacional diretamente ligada aos interesses da

²⁸³ Levi, Darrell. op. cit., pp. 49 a 52.

²⁸⁴ Petrone, Maria Thereza Schörer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo. Difusão Europeia do Livro: 1962, pp. 114/115.

²⁸⁵ Levi, Darell. op. cit., p. 81.

²⁸⁶ Idem. op. cit., p. 160.

lavoura cafeeira²⁸⁷. Tiveram também participação em outra importante empresa ferroviária da região do café, a Companhia Mogiana. Nos últimos anos do Império, a família entrou no ramo bancário, primeiramente na Casa Bancária da Província de São Paulo, que deu origem, a partir de 1889, ao Banco de Comércio e Indústria de São Paulo. Este banco foi, durante as primeiras décadas do século XX, a mais importante empresa privada na área de crédito em São Paulo e serviu aos interesses comerciais da família no financiamento de seus empreendimentos. Também no final da década de 1880, outra empresa ligada à família viria completar o elo que faltava no caminho do café, da plantação até o mercado exterior. Em 1887, foi fundada a Prado Chaves e Companhia, que se tornaria a mais importante casa exportadora de café em mãos brasileiras, ocupando fatia considerável do mercado exportador com filiais em Londres, Hamburgo e Estocolmo²⁸⁸. Além de participação em outros ramos de negócio, como os transportes urbanos, os membros da família Prado tiveram ampla participação política, já fosse ocupando cargos públicos na administração central ou paulista, já fosse em associações como a Sociedade Promotora de Imigração. Antonio Prado foi deputado, senador e prefeito da cidade de São Paulo por longo período (1899-1911). Durante o Império foi, em duas oportunidades, Ministro da Agricultura e durante um curto período Ministro das Relações Exteriores. Quando exercia o cargo de Ministro foi alvo de denúncias de favorecer, não só sua província de origem como os negócios da sua família, ao canalizar fundos públicos para o subsídio à imigração através da Sociedade Promotora dirigida por seu irmão²⁸⁹. Também enquanto Ministro das Relações Exteriores foi objeto de mais denúncias, desta vez para obtenção de empréstimos para São Paulo, negociados por seu irmão Eduardo na Europa, contrariando os interesses do governo central²⁹⁰. Darrell Levi, que escreveu um dos poucos livros existentes sobre

²⁸⁷ Antônio Prado foi presidente da Companhia Paulista por mais de 30 anos. Idem. op. cit., p. 184.

²⁸⁸ Idem. op. cit., p. 255.

²⁸⁹ As denúncias foram feitas por Rui Barbosa em maio de 1889. Marcovitch, Jacques. *Pioneiros e Empreendedores. A saga do desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, p. 50.

²⁹⁰ O caso é um bom exemplo da influência da família e de como era praticada. Em 1888, Eduardo Prado, irmão mais novo de Antônio e Martinico, foi encarregado de negociar o primeiro empréstimo estrangeiro para a província de São Paulo, no valor de mais de 700.000 libras, com a firma inglesa Louis Cohen and Sons. Argumentando problemas com esta empresa insistiu por todos os meios para que o governo fechasse um acordo comercial com a casa Rothschild. Como o embaixador brasileiro em Londres era contra este acordo foi afastado do cargo por Antônio Prado, que exercia naquele momento

a família Silva Prado, usa expressões como “característica flexibilidade para tirar vantagens” ou “cinismo característico”, para definir traços que atribui à família:

*O alheamento combinado a uma quarta característica, a curiosidade intelectual, levou os Prado, em muitas ocasiões a criticar a sociedade, a mesma classe da qual eles eram membros proeminentes; pareciam frequentemente possuir o misterioso artifício de estar simultaneamente no centro dos acontecimentos e acima deles*²⁹¹

Um comentário feito por Antônio Prado, grande fazendeiro e proprietário de escravos, em 1863, por ocasião de sua visita à Escócia é exemplo deste alheamento na forma de ver o mundo:

*O viajante vê a miséria da grande parte de seus habitantes, representada por essas figuras ambulantes de crianças quase nuas e de mulheres descalças (...) debaixo deste ponto de vista não há talvez país mais miserável na Europa – entretanto ao lado do pauperismo, elevam-se fortunas colossais que baseiam-se sobretudo na agricultura de grande propriedade*²⁹²

O Conselheiro observava na sociedade escocesa um quadro sugestivo da realidade do seu próprio país. A ideia da duplicidade e das contradições da família está sintetizada em frase escrita por Gilberto Freyre após a morte de Paulo Prado:

*Quem daqui a meio século estudar a personalidade de Paulo Prado se espantará decerto ao ver seu nome associado ao mesmo tempo ao ‘movimento modernista’ e ao Departamento Nacional do Café. É que Paulo Prado foi realmente um dos casos mais curiosos do Dr. Jekyll e Mr. Hyde que já houve no Brasil (...)*²⁹³

como Ministro das Relações Exteriores. O embaixador acusou a existência de uma conspiração. O acordo foi realizado e com a comissão recebida pela intermediação, Eduardo Prado e José Carlos Rodrigues, também intermediário da operação, adquiriram o Jornal do Comércio do Rio de Janeiro. Levi, Darrell. op. cit., p. 185.

²⁹¹ Idem. op. cit., pp. 118/119.

²⁹² Idem. op. cit., p. 146.

²⁹³ Freyre, Gilberto. *Pessoas, coisas e animais*. Rio de Janeiro: Editora Globo. 1981, p. 92.

Os negócios relacionados à captação e transporte de imigrantes também atraíram o interesse da família Prado. Em torno de 1903, Paulo Prado, que teria, anos mais tarde, importante papel na vida cultural da cidade de São Paulo²⁹⁴, associou-se à José Antunes dos Santos que, como vimos, era uma das duas principais empresas contratadas pelas autoridades paulistas para fazer a intermediação no recrutamento de trabalhadores para as fazendas²⁹⁵. A nova sociedade, que adotou o nome de Antunes dos Santos & Cia, era vinculada a outra empresa que atuava em Lisboa com o nome de D'Orey Antunes & Cia. Em almanaques do Rio de Janeiro e de São Paulo consultados, a firma aparece associada a negócios de importação de automóveis, pneus, e vinho português e também como agente da *Compagnie des Messageries Maritimes de Bordeaux* e da *Société Générale de Transports Maritimes à Vapeur de Marseille*. Esta última companhia de navegação passou a operar no transporte de emigrantes, a partir de 1907, sob o nome de *Compagnie de Navigation France-Amérique*, após problemas com a fiscalização espanhola, assunto ao qual voltaremos no decorrer do trabalho. Entre os anos de 1903 e 1914, os almanaques consultados registravam entre os sócios da Antunes dos Santos & Cia, além do próprio José Antunes dos Santos, no Rio de Janeiro e de José D'Orey, em Lisboa, a Paulo Prado, filho mais velho do Conselheiro Antonio Prado, representando a empresa em São Paulo²⁹⁶. Em 1914, a Antunes dos Santos & Cia separou-se dos seus sócios da D'Orey

²⁹⁴ Paulo Prado foi uma figura central na vida artística e cultural de São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Esteve diretamente envolvido na organização da semana de Arte Moderna de 1922. Sem ele (...) “não teria havido Semana de Arte Moderna: ele foi o espírito aristocrático que deu substância e identidade de classe ao Modernismo. Foi o autor verdadeiro”. Como ensaísta foi autor de dois livros: *Paulística e Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. Berriel, Carlos Eduardo Ornelas. *Tietê, Tejo, Sena. A obra de Paulo Prado*. Campinas: Papyrus, 2000, p. 84.

²⁹⁵ Lloyd, Reginald et alii. *Impressões do Brazil no Século XX: Sua história, seu povo, comércio, indústrias e recursos*. Lloyds Greater Britain Publishing Company Ltd. 1913, p. 601.

²⁹⁶ O primo de Paulo Prado, Plínio, filho de Martinico, também aparece como sócio apenas em alguns desses anos. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Eduardo Von Laemmert. 1901 a 1914. *Almanak Henault. Anuario Brasileiro Commercial Ilustrado. Guia do Commercio e da Industria Brasileira*. Rio de Janeiro, RJ. 1909, 1912 e 1913. No item Notabilidades Comerciais, do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro* do ano de 1901, constava um anúncio da empresa Orey Antunes & Cia de Lisboa, Rio de Janeiro e Santos. O subtítulo do anúncio informava que a empresa era “Sucessora de José Antunes dos Santos & Cia de Lisboa”. Entre os nomes dos sócios da empresa constava o de José Antunes dos Santos e o de vários membros da família D'Orey. A empresa anunciava ser agente no Brasil da companhia de navegação *Compagnie de Navigation Transports Maritimes de Marseille* e da *Messageries Maritimes de Bordeaux*. A firma tinha sedes no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Santos. A partir de 1903, não consta mais a D'Orey Antunes & Cia e no seu lugar aparece a Antunes dos Santos & Cia, representando as mesmas companhias de navegação e

que formaram uma nova empresa sob o nome de D'Orey & Cia. Já Antunes dos Santos constituiu também uma nova sociedade, que manteve a razão social Antunes dos Santos & Cia, e da qual faziam parte os sócios solidários José Antunes dos Santos, Lúcio Antunes dos Santos e Gabriel Corbisier e o sócio comanditário Paulo da Silva Prado²⁹⁷.

O vínculo de Paulo Prado com a agência de recrutamento de emigrantes Antunes dos Santos & Cia. aponta para novas perspectivas em termos da participação das elites cafeicultoras no negócio de atração de imigrantes para o trabalho nas fazendas paulistas. De forma geral, a historiografia sobre o tema considera que os fazendeiros se beneficiaram indiretamente da empresa migratória pelo fornecimento contínuo de trabalhadores, mas não pela participação direta no seu agenciamento enquanto negócio.

A associação de Paulo Prado com José Antunes dos Santos fez parte da corrente associativista que tomou conta do ambiente empresarial do Rio de Janeiro e em menor medida também de São Paulo, relacionada à nova lei sobre sociedades anônimas, que permitia a formação de empresas sem a autorização do governo. As sociedades anônimas formadas nesse período funcionaram frequentemente pela incorporação de uma companhia em torno de uma empresa individual pré-existente, cuja característica era a associação de um elemento, em geral estrangeiro, já dedicado ao comércio de importação, com o grande capital cafeeiro. Muitas vezes a presidência cabia ao representante do capital cafeeiro enquanto a gerência ficava com o antigo comerciante²⁹⁸.

Os Silva Prado são um bom exemplo do percurso realizado pelo capital da fazenda para os negócios diversificados, mas, de forma geral, esta foi a história de outras importantes famílias paulistas da época. Flávio Saes menciona oito famílias que

com sedes nos mesmos endereços da antiga D'Orey. Eram sócios desta empresa, além do próprio José Antunes dos Santos, Paulo Prado, Plínio Prado e a empresa D'Orey Antunes & Cia de Lisboa. Estas informações permanecem estáveis até 1914. A partir de 1915 o *Almanak* mudou a forma de fornecer os dados das empresas e não foi mais possível saber o nome dos sócios que as constituíam. Mas a empresa Antunes dos Santos & Cia manteve-se em funcionamento, vinculada ao ramo de navegação (e outros, como automóveis e importação de bebidas), até a década de 1930. Os dados do *Almanak Henault* confirmam as informações.

²⁹⁷ Arquivo do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos diversos. 1914/1915. CO9858.

²⁹⁸ Saes, Flávio A. M. de. op. cit. 1986, pp. 104 a 108.

representariam este tipo de capitalista possuidor, além de grande número de fazendas, de ligações com empresas ferroviárias, bancos, casas exportadoras e importadoras, sociedades de imigração e empresas urbanas: Silva Prado, Sousa Queirós, Vergueiro, Sousa Aranha, Pais de Barros, Melo de Oliveira, Pacheco Jordão e Queirós Telles.

*Estas oito, e talvez mais algumas famílias, haviam não só acumulado grande capital ao longo do século XIX, como também espalhado esse capital por setores tão diversos, mas todos eles dependentes do café, que qualquer abalo na produção fatalmente afetaria seus lucros em todos os setores*²⁹⁹

A fortuna da família Pais de Barros, por exemplo, teve origem similar à dos Silva Prado. Zélia Cardoso de Mello, em estudo sobre a riqueza na província paulista, parte do inventário do Barão de Itu, Bento Pais de Barros, declarado como “capitalista” e “proprietário”, para refazer o percurso da formação da riqueza da família. O Barão foi explorador do sertão da província e fazendeiro em Vila de Constituição³⁰⁰. Seu irmão, o Barão de Piracicaba, Antonio Pais de Barros, era considerado um dos introdutores do café no Oeste do Estado e tinha fazendas de café na região de Rio Claro e ações da companhia Ituana de estradas de ferro, sendo também proprietário de uma fábrica de tecidos, a Anhaia Fabril. A trajetória dos filhos de Bento Pais de Barros, Rafael e Francisco, lembra a dos irmãos Prado. O primeiro, além de ter atuação política como vereador e de ter sido membro da Sociedade Promotora, da Companhia Cantareira e da Ituana, era fazendeiro de café na região de Pirassununga. Era acionista da Mogiana, Ituana, Cantareira e da Estrada de ferro São Paulo- Rio. Tinha ações da fábrica de tecidos Anhaia Fabril e era sócio de uma casa de comissão de café e algodão. Seu irmão foi também fazendeiro de café, possuidor de ações da companhia Paulista, da Companhia Cantareira de Águas e Esgotos, do Banco de São Paulo e do Banco União. Casou-se com sua prima, filha do Barão de Sousa Queirós, que também era diretor e acionista da Companhia Paulista³⁰¹.

²⁹⁹ Saes, Flávio A. M. de. op. cit. 1986, p. 98.

³⁰⁰ Hoje Piracicaba.

³⁰¹ Cardoso de Mello, op. cit., p. 132.

As famílias estavam todas relacionadas entre si por vínculos particulares ou comerciais. “Casamentos, camaradagem entre colegas de escola, relações de negócios apertavam os laços entre elas. (...) Tinham todos os mesmos interesses profundos e estavam de acordo quanto às grandes linhas que a administração devia seguir³⁰²”. Esta é uma importante característica do capital cafeeiro: se tratava de uma realidade “familiar” e não individual. Mesmo que pudessem surgir divergências de opiniões políticas, como aconteceu no caso dos irmãos Antônio e Martinico Prado, a confluência de interesses e a proteção da família em termos econômicos estava acima delas³⁰³.

Portanto o capital cafeeiro se diferenciava daquele exclusivamente dedicado à agricultura. Em uma economia dependente do mercado exterior este capital, fundamentalmente bancário e exportador³⁰⁴, se destacava. A frase de Monbeig ilustra bem esta diferença:

Longe estava o fazendeiro médio de possuir a fortuna de um Prado, de um Queirós Telles, de um Toledo Piza, de um Alves de Lima (...) não gozava o fazendeiro médio da mesma independência econômica do grande plantador; dependiam muito mais dos intermediários que lhes compravam o café e o revendiam aos exportadores. Não tinha a resistência financeira que lhe permitia suportar as dificuldades, em caso de crise econômica. Enquanto as grandes fazendas, que representavam o investimento de considerável capital, aguentavam as depressões, devia a média lavoura ser hipotecada e vendida³⁰⁵.

Zélia Cardoso de Mello, analisando os inventários, percebeu a frequência na repetição dos nomes das principais famílias já mencionadas nas diretorias das companhias e na lista de acionistas. Os donos de banco eram os mesmos que, da produção de açúcar, tinham passado para o café e deste para as ferrovias. Os bancos, por sua vez, lhes propiciavam créditos que permitiam mais expansão para outros

³⁰² Monbeig, Pierre. op. cit., p. 141.

³⁰³ Levi, Darrell. op. cit., p. 205.

³⁰⁴ Perissinotto, Renato Monseff. op. cit., p. 61.

³⁰⁵ Monbeig, Pierre. op. cit., pp. 141/142.

setores ou o crescimento naqueles em que já tinham investimentos³⁰⁶. Fez parte do movimento de otimizar os ganhos obtidos na agricultura a entrada de capitalistas brasileiros no negócio de exportação, até então constituído, predominantemente, por capitais estrangeiros. Ocupar o lugar destes na exportação do café foi sinônimo de um ganho maior. Os comissários, que tinham tido um papel significativo nos primeiros tempos do café, sobretudo ligados à praça do Rio de Janeiro, eram já em 1909, considerados representantes de uma forma antiga de relacionamento comercial, sendo substituídos pelas casas exportadoras enquanto mantinham sua função de banqueiros apenas para os fazendeiros menores³⁰⁷. Eles tinham feito a ligação entre o fazendeiro e o sistema financeiro. As necessidades da lavoura eram supridas antecipadamente, para serem liquidadas quando fosse realizada a venda do café. Os comissários cobravam comissões sobre as compras e as vendas dos fazendeiros e o fato dos bancos preferirem emprestar a eles e não diretamente aos plantadores, os dotava de uma grande força junto aos agricultores³⁰⁸. Mas, a partir da Abolição, houve um aumento da demanda por capital de giro por parte dos fazendeiros e os comissários, não conseguindo dar conta, foram abrindo espaço para as casas importadoras e exportadoras e para os bancos, setor no qual a presença de capitais estrangeiros era grande³⁰⁹. A participação estrangeira neste setor foi aumentando em coincidência com a baixa dos preços do café no mercado internacional. Durante o período da crise, a pressão das dívidas assumidas forçava muitos cafeicultores a aceitar os termos de negociação impostos pelas casas exportadoras. Nos primeiros anos do século XX, o capital cafeeiro avançou, em São Paulo, sobre as casas comissárias, deixando em uma situação ainda mais difícil as empresas deste tipo que ainda funcionavam no porto de Santos.

A mais famosa e poderosa casa exportadora, ligada a grupos de São Paulo, foi a Casa Prado Chaves, “grande investimento da família Prado no negócio de exportação³¹⁰”. Martinho Prado, pai de Antônio e Martinico, já estava nesse negócio, dado que tinha sido sócio de uma casa comissária que funcionava em Santos desde

³⁰⁶ Mello, Zélia Cardoso de. op. cit., p. 138.

³⁰⁷ Perissinotto, Renato Monseff. op. cit., p. 73.

³⁰⁸ Schultz, John. op. cit., p. 49.

³⁰⁹ Fausto, Boris. op. cit. 1975, p. 213.

³¹⁰ Perissinotto, Renato Monseff. op. cit., p. 83.

1873, a Martinho Prado & Wright³¹¹. Nos primeiros tempos, a Prado Chaves atendia fundamentalmente os negócios da família, mas conduzida pelos primos Paulo e Plínio Prado chegou a ser a maior casa exportadora de capital brasileiro. Durante a época de crise de superprodução do café, a partir dos últimos anos do século XIX, a casa Prado Chaves cresceu muito e teve um papel importante relacionado às políticas de valorização do café. Mesmo sendo o Conselheiro Antônio Prado, em um primeiro momento, contrário às políticas de valorização, a Casa intermediou empréstimos para este fim entre o Estado de São Paulo e bancos estrangeiros³¹². O Banco Comércio e Indústria, pertencente à família, teve também um papel importante nas operações de valorização³¹³. Nesta época a casa cresceu muito lucrando com a falência de fazendeiros que não aguentaram o endividamento e, em 1909, era possuidora de 17 fazendas cujos donos tinham falido, principalmente na região de Valinhos, Rocinha e Louveira³¹⁴.

Mesmo se tratando de poucas famílias, aparentadas entre si e cujos interesses fundamentais confluíam na mesma direção, existiam conflitos entre frações da classe dominante, tanto entre os interesses do grande capital cafeeiro e os do setor exclusivamente agrário, quanto divergências entre setores do próprio capital cafeeiro. Um exemplo disto é a relação entre ferrovias e cafeicultores. Mesmo que os nomes na direção das empresas ferroviárias e dos grandes cafeicultores fossem os mesmos, enquanto empresas capitalistas, as empresas ferroviárias defendiam seus próprios interesses, sobretudo em períodos de crise, ou de elevação do preço das tarifas³¹⁵. Ao mesmo tempo, as ferrovias tiveram um papel fundamental no desenvolvimento econômico da região, muitas vezes favorecendo interesses diretos dos fazendeiros. A Companhia Paulista, por exemplo, estendeu suas linhas visando alcançar a localização

³¹¹ O sócio de Martinho Prado, J. Ricardo Wright era comissário do Banco Mercantil de Santos. Seu filho, Edmundo Wright teve um papel importante no negócio de atração de trabalhadores espanhóis para as fazendas quando era representante do escritório de São Paulo em Madri, no início do século XX. Voltaremos a ele no último capítulo.

³¹² Já Paulo Prado, que foi importante dirigente da Casa Prado Chaves e sócio da Antunes dos Santos & Cia, era favorável à política de valorização. De acordo com Darrell Levi, Paulo “tornou-se um defensor da classe fazendeira, apesar do ressentimento com sua apatia política”. Levi, Darrell. op. cit., p. 266.

³¹³ Fausto, Boris. op. cit. 1975, pp. 225/226.

³¹⁴ Levi, Darrell. op. cit., p. 256.

³¹⁵ Saes, Flávio A. M. de. op. cit. 1986, pp. 67 a 71.

das terras da família Prado. O ramal até Lage chegou à fazenda Dona Veridiana, de propriedade da família, quando Antônio era presidente da empresa³¹⁶.

A abertura das linhas férreas foi tornando lucrativo o cultivo na região oeste do Estado. Existe certa polêmica sobre se, além de viabilizarem a economia de São Paulo, as linhas férreas foram em si mesmas um negócio rentável. Para Flavio Saes, que dedicou uma pesquisa a este assunto, elas deram bons resultados até 1890. Após este ano, a queda do câmbio, que era benéfica em termos de garantia para os rendimentos da lavoura, produziu uma redução do lucro operacional das ferrovias. Somente após o Convênio de Taubaté que resultou no programa de valorização do café, a situação das empresas ferroviárias voltou para um patamar de bons resultados, devido à estabilidade do câmbio e à melhora no preço internacional do produto. Esta situação durou até a eclosão da Primeira Guerra quando começou um novo e definitivo período de declínio. Mesmo assim, a empresa Paulista, de propriedade da família Prado era considerada uma das únicas a manter a sua lucratividade. A outra foi a São Paulo Railway, denominada “a Inglesa”, devido à origem do seu capital³¹⁷.

Na época do câmbio em baixa se desencadeou uma polêmica em torno do aumento das tarifas ferroviárias. A elevação dos preços praticados pelas companhias não convinha aos fazendeiros produtores de café já que o aumento do custo do transporte diminuía a margem de lucro de seu produto. Ao mesmo tempo o interesse da ferrovia era aumentar o seu ganho e isto dependia do aumento tarifário. Os acionistas das empresas de transporte ferroviário, que em grande parte eram as mesmas famílias do capital cafeeiro, acabaram por arcar com as perdas já que o reajuste de tarifas, quando aconteceu, foi abaixo da flutuação do câmbio e da elevação do custo de vida.

É incontestável que a viação férrea no Estado tem progredido bastante; mas o estudo minucioso dos fatos mostra bem que ela podia estar mais desenvolvida, se houvesse orientação mais patriótica das respectivas empresas, que se limitam a acompanhar o processo da agricultura – buscando a produção onde já existe, e negando sempre com oposição inaudita quaisquer vantagens aos produtores,

³¹⁶ Levi, Darrell. op. cit., p. 184.

³¹⁷ Saes, Flávio A. M. de. *As ferrovias de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1981, pp. 185/186.

*mesmo com iniquidade manifesta, e exercendo prepotência e poder das riquezas que acumularam, até por meio de fretes ilegais e proveitos extorquidos ao público*³¹⁸

O texto de Pereira da Silva, engenheiro especializado em transportes, que foi consultor técnico da Secretaria da Agricultura, reflete as disputas em torno do traçado das linhas, e as queixas, neste caso dos lavradores, em relação aos favorecimentos na operação e nos investimentos realizados³¹⁹. Na crise de superprodução de final de século a situação de conflito de interesses se agravou. Mas a crise não parou a expansão das linhas ferroviárias. Entre 1910 e 1920 a Paulista se dirigiu para a região de Barretos, cujas condições eram mais apropriadas para o desenvolvimento da pecuária que para o café. A família Prado fundou em Barretos um frigorífico cuja exportação de carne provocaria a ira do escritor Lima Barreto durante a Primeira Guerra Mundial³²⁰.

Em todo caso, em relação às ferrovias, é bom não perder de vista a importância de seu papel enquanto “trampolim” para outros investimentos. A participação nas empresas ferroviárias fez “dos grandes fazendeiros algo mais que proprietários rurais”, já que incentivou seus negócios e os aproximou da cidade permitindo o movimento de deixar as fazendas mesmo que continuassem mantendo estreito vínculo com elas³²¹.

Na mesma linha de conflito de interesses inerentes à economia do café, é possível perceber contradições entre as agências recrutadoras de imigrantes e os fazendeiros. A estes últimos interessava um trabalhador sadio e em condições de aguentar o árduo trabalho na fazenda. A necessidade de abastecer de imigrantes a lavoura sem interromper o fluxo de trabalhadores, assim como a pressão pelo cumprimento dos contratos, levou as agências, em diversas ocasiões, a trazer

³¹⁸ Pereira da Silva, Clodomiro. *Política e Legislação de Estradas de Ferro*. Primeira Parte. Volume I. Tip. Laemmert & Comp., São Paulo, 1904, p. 585. Apud Saes, Flávio A. M. de. op. cit. 1981, p. 55.

³¹⁹ Idem. Ibidem.

³²⁰ Reclamando da carestia durante a Guerra, Lima Barreto escreveu, em 1917, denunciando o preço abusivo com que alguns gêneros eram vendidos no mercado interno. No caso da carne, a responsabilidade era atribuída ao “açougueiro Antonio Prado e seu caixeiro viajante Graça Aranha, ambos à testa da especulação indecente de carnes frigorificadas, fornecidas a baixo preço aos estrangeiros, enquanto aqui nós pagamos o dobro pela mesma mercadoria”. Barreto, Lima. *Marginália. Artigos e Crônicas*. São Paulo: Brasiliense, 1961. Apud Levi, Darrell. op. cit., p. 258.

³²¹ Saes, Flávio Azevedo Marques de. *A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 74.

imigrantes em condições que não eram as ideais para o duro trabalho que os esperava.

Desde os primeiros imigrantes trazidos ainda no século XIX, as agências eram responsabilizadas por introduzir em São Paulo qualquer tipo de indivíduo, mesmo aqueles que não eram úteis para o trabalho no café. Paula Beiguelman reproduz um artigo do *Correio Paulistano* abordando o assunto, publicado em 1874: “(...) o agente que percebe uma contribuição pecuniária por colono que ajusta, movido pela ganância só busca aumentar o número sem curar da moralidade e aptidão do colono (...) ³²²”. No caso desta divergência entrava também em jogo a função das instâncias de fiscalização do Estado, chamadas a cumprir um papel na preservação dos interesses dos cafeicultores. Um bom exemplo nos é fornecido por uma troca de ofícios entre a Secretaria da Agricultura e os comissariados dos portos de Santos e Gibraltar, em setembro de 1913, expondo as dificuldades de se exercer a revista médica dos imigrantes no embarque e no desembarque. Dispondo de poucos profissionais médicos para fazer a revista no porto de Santos, o comissário reclamava da impossibilidade de realizá-la. Demandava, portanto, que esta fosse efetuada no embarque dos imigrantes. A inspeção das condições de saúde era fundamental para evitar o envio, para o interior do Estado, de trabalhadores ineptos para a lida ou em condições de saúde que não permitissem a sua incorporação ao trabalho. A resposta da Secretaria deixava claras as limitações na realização da fiscalização das condições de saúde dos trabalhadores embarcados já que reconhecia que somente existia controle médico no porto de Gibraltar e que “mesmo para os imigrantes subvencionados, procedentes de dito porto, não pode ser dispensada a fiscalização médica no porto de Santos (...) porquanto convêm também verificar, com respeito a estes, as condições de saúde à chegada, as quais podem não ser as mesmas da ocasião do embarque (...) ³²³”.

Ao responder à pressão do comissário santista para acelerar o procedimento de desembarque, em novembro do mesmo ano, outro ofício da Secretaria dispunha que fossem feitas apenas revistas superficiais e “indagando o estado de saúde a bordo”

³²² Beiguelman, Paula. op. cit., p. 103.

³²³ Arquivo do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos diversos. 1913. CO9857

dos navios chegados ao porto de Santos, partindo para uma revista mais aprofundada somente no caso da presença de enfermidades infecciosas³²⁴. A necessidade de agilizar o processo entrava em contradição com a necessidade de uma fiscalização mais rigorosa que assegurasse aos fazendeiros as condições destes imigrantes para o trabalho.

O negócio da emigração/imigração envolveu uma extensa rede de intermediários de ambos lados do Atlântico e mobilizou um importante volume de dinheiro. A motivação do grande capital cafeeiro para participar diretamente deste empreendimento estava, como já tinha sido desde a época do Senador Vergueiro e durante toda a existência da Sociedade Promotora, em manter o controle sobre o processo de abastecimento de mão de obra para as fazendas, necessidade considerada vital para a manutenção da produção. Mas a imigração foi também um negócio lucrativo para os que dela participaram nas diferentes etapas de sua realização e dele se beneficiou também o capital cafeeiro, como mostra a prolongada sociedade entre Paulo Prado e Antunes dos Santos.

O caso da imigração para o Estado de São Paulo, em grande parte realizada através de subsídio de passagens, teve a característica de envolver recursos públicos e a direta administração e fiscalização realizada pelo Estado. Um documento de 1913 revela que a imigração de forma geral, mas fundamentalmente a subsidiada, foi um assunto nem sempre tratado às claras pelas instâncias da administração. Em junho de 1913, um ofício do Diretor Geral da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo dirigido ao Inspetor de Imigração em Santos, recomendava “novamente que não deve ser dada publicidade aos atos que têm por fim promover ou desenvolver a imigração, especialmente a subsidiada”³²⁵.

Finalmente, é importante considerar que a imigração foi uma empreitada dos membros do capital cafeeiro, tanto em 1840-50 quando era uma iniciativa de alguns grandes fazendeiros quanto a partir de 1870 quando se transformou em um negócio³²⁶.

³²⁴ Idem. Ibidem.

³²⁵ Arquivo do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos diversos. 1913. CO9857.

³²⁶ Perissinotto, Renato Monseff. op. cit., p. 74.

2.4 – “Pequena propriedade é por aqui fantasia³²⁷”. O imigrante andaluz na crise da cafeicultura: de camponês na Espanha a operário agrícola em São Paulo

Os imigrantes espanhóis chegaram a São Paulo quando a crise na economia do café já estava instaurada. Tinha ficado no passado a época de auge da cafeicultura. Entre 1885 e 1896 os lucros obtidos com a produção foram elevados e o número de novos cafezais cresceu em proporções que nunca mais, depois desta década, foram alcançadas. Em 1898, quando a produção de café dobrou a safra de 1885, os preços da saca tinham caído para um terço do valor médio de começo da década de 1890³²⁸. A enorme expansão das plantações, associada à queda dos preços internacionais, delineou a crise na cafeicultura que, com altos e baixos, se prolongou até a década de 1910.

A crise foi motivo, em época coeva, de não pouca polêmica sobre as suas causas e suas possíveis soluções. A versão oficial, e de uma parte da imprensa, apontava a superprodução como o principal motivo da queda dos preços internacionais e, assim sendo, era no sentido de controle do excedente que deveriam ser pensadas as soluções³²⁹. Os agricultores rejeitavam a ideia do excesso de produção como causador da crise e localizavam a origem dos problemas na falta de crédito, que os obrigava a aceitar condições desfavoráveis nos financiamentos e os ameaçava de falência e quebra pela hipoteca de suas terras. Se o lavrador tivesse como obter recursos, acreditavam, não seria obrigado a vender sua produção em más condições e poderia esperar o momento de alta de preços para fazê-lo³³⁰.

O excesso de produção tinha, por sua vez, origens diversas. O café demorava entre quatro e seis anos para começar a produzir; desta forma, aquele que tinha sido plantado durante os últimos anos de grande expansão cafeeira começou a produzir já em uma época em que os preços estavam em queda. Holloway acrescenta que a diminuição dos lucros provocada pela queda dos preços, sobretudo para aqueles

³²⁷ *La Tribuna Española*. 9/1/1904, p. 1.

³²⁸ Holloway, Thomas. op. cit., p. 27.

³²⁹ Grandes cafeicultores, como Antônio Prado, eram também associados a esta posição pelo conjunto dos lavradores. Saes Flávio A.M. de. *A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 134.

³³⁰ Saes, Flávio. op. cit. pp. 132 a 134.

fazendeiros que estavam endividados e pagando juros entre 12 a 24 %, só podia ser compensada pelo aumento da produção, o que contribuía para o excesso de produto brasileiro no mercado³³¹.

O quadro abaixo mostra, entre 1880 e 1905, a relação entre a produção brasileira de café e os preços internos e externos praticados para o produto, mostrando a tendência inversa entre um e outro dado, especialmente a partir de 1890:

**Tabela 2 – Relação entre a produção de café e os preços praticados
(internos e externos)
São Paulo – 1880 a 1905**

ANOS	PRODUÇÃO (em milhões de sacas)	PREÇO INTERNO (para 10 kg)	PREÇO EXTERNO (em francos)
1880-1890	1,9	4\$950	70
1890-1895	3,1	12\$200	97
1895-1900	5,1	9\$700	52
1900-1905	8,1	4\$950	39,5

Fonte: Michael M. Hall. *The Origins of mass immigration in Brazil, 1871-1917*. 1969. 198 f. Tese de Doutorado. Faculty of Political Science, Columbia University, Nova York, 1969. Anexo III, p. 187.

Em 1903, um decreto do governo de São Paulo estabeleceu uma taxa de dois contos de réis para cada novo alqueire de terra plantado com café, o que representava um valor elevado a ser pago pelos fazendeiros. Somente a substituição de cafezais mortos ou velhos poderia ser realizada sem pagamento do imposto. Mesmo provocando protestos por parte dos cafeicultores, a medida ficou em vigor até 1912. Ainda assim, entre 1909 e 1916, o número de pés de café em produção aumentou 18% em todo o Oeste paulista. Na região Noroeste, cuja expansão coincidiu com a crise e as medidas para a sua contenção, o número de cafeeiros aumentou em 280%³³², e este crescimento ocorreu, na maior parte dos casos, desobedecendo a lei que obrigava ao pagamento do imposto.

³³¹ Holloway, Thomas H. op. cit., p. 137.

³³² Holloway, Thomas H. op. cit., pp. 144/145.

Se a lei que limitava a abertura de novos cafezais pretendia impor certo controle sobre o excesso de produção, ela tinha também o objetivo de uniformizar as condições de trabalho oferecidas aos imigrantes. A abertura de novas fazendas era um motivo de atração de trabalhadores interessados na plantação de gêneros de subsistência em torno aos pés jovens de café. Esta atração pelas plantações novas tinha provocado um desequilíbrio no fornecimento de mão de obra entre as regiões antigas e as mais recentes. Não havendo novos cafezais, poderia ser reduzida a circulação de trabalhadores entre as fazendas à procura de condições que lhes fossem mais favoráveis. Augusto Ramos, grande conhecedor da cultura de café, escrevia em 1902:

O móvel de toda esta desarmonia, está se vendo, é a fascinação exercida pelas culturas novas. Pois bem, suprimam-se as culturas novas e a ordem voltará a todo este labutar desordenado. (...) Cada um ficará onde estiver, na certeza de que maiores vantagens não encontrará no vizinho. Ver-se-á então que o Estado possui braços de sobra porque esses braços cuidarão melhor de trabalhar (...) Continuará, certamente, a cultura do milho, mas esta se fará nos cafezais já formados, ou nas terras baixas, determinando quando muito, talvez, uma pequena diminuição na colheita do café – o que seria verdadeiramente providencial. É possível até que baixe o salário, pela abundância de trabalhadores, em refluxo do antigo e habitual derivativo. Quanto aos pagamentos atrasados – esses continuarão naturalmente atrasados, persistindo as consequências desse estado de coisas, até que melhorem os preços do café³³³.

A perda de lucro por parte do fazendeiro seria menor se este pudesse diminuir os custos de produção o que, no caso do café, significava basicamente reduzir o montante de salários, que representavam a fração mais significativa na composição dos gastos das fazendas. Assim, a crise levou a uma piora geral das condições de remuneração e de trabalho dos imigrantes: os salários caíram, houve um aumento do número de multas cobradas dos trabalhadores e atrasos nos pagamentos, isto somado

³³³ Ramos, Augusto. *Valorização do Café* (Coletânea de artigos publicados no *Jornal do Comércio* e *O Estado de S.Paulo*), São Paulo, 1902, p. 56. Apud Sallum Jr., Brasília. op. cit., pp. 125/126.

a maior dificuldade na plantação de gêneros de subsistência devido à redução da expansão dos cafezais.

No caso daqueles fazendeiros que não aguentavam a pressão e acabavam quebrando, os trabalhadores também eram prejudicados já que, na maioria das vezes, não conseguiam resgatar aquilo que lhes era devido da massa falida das fazendas. Um quadro comparativo apresentado por Michael Hall mostra a correspondência entre o valor de 50 litros de café e a quantidade de arroz que este valor poderia comprar, destacando claramente a queda no poder de compra dos trabalhadores durante o período de crise:

Tabela 3 – Quantidade de arroz adquirida com o equivalente a 50 litros de café³³⁴
São Paulo – 1886 a 1912

Anos	Arroz (em litros)
1886	2,20
1889	1,45
1892	1,00
1896	1,10
1907	1,10
1912	0,80

Fonte: Michael M. Hall. *The Origins of mass immigration in Brazil, 1871-1917*. 1969. 198 f. Tese de Doutorado. Faculty of Political Science, Columbia University, Nova York, 1969, p. 145.

Hall reforça os seus cálculos apresentando uma pesquisa realizada em 1912 pela Legação Italiana sobre o preço de 13 produtos. Os dados da pesquisa, realizada durante a crise, apontavam para um aumento de 22,3% no custo de vida, enquanto os salários agrícolas mostravam um aumento de apenas 15%³³⁵.

³³⁴ O autor apresenta o quadro fazendo algumas advertências sobre as suas limitações, fundamentalmente, a dificuldade de se estabelecer o preço do arroz. Dado que o valor praticado não era o mesmo na cidade e nas fazendas, ele nem sempre é exatamente comparável com o preço praticado no café. De qualquer forma, o autor acredita que nenhuma destas limitações invalida a conclusão geral de que a renda real “diminuiu drasticamente entre 1884 e 1914”. Hall, Michael M. op. cit., p. 145. Mantivemos a unidade de medida do volume de arroz em litros, utilizada pelo autor.

³³⁵ Hall, Michael M. op. cit. 1969, p. 147.

A retenção ou atraso no pagamento dos salários tinha também a função de pressionar os colonos a refazerem seus contratos em melhores condições para o empregador e era ainda uma forma de prender o trabalhador à fazenda, sobretudo se este tivesse o benefício do cultivo de gêneros já que, ao deixar a plantação, perderia aquilo que ainda não tinha sido colhido³³⁶. Em 1902, o governo italiano enviou um observador para fazer um informe sobre as condições dos trabalhadores nas fazendas. O relatório de Adolfo Rossi, que teria um grande efeito sobre a proibição italiana em relação à emigração subsidiada para São Paulo em 1902, fazia referência tanto aos atrasos nos salários como à piora das relações com os proprietários:

(...) (13 de outubro de 1901) (...), empreiteiros de café na fazenda S.E., declaram que tendo terminado o seu contrato de quatro anos, se apresentaram ao patrão para entregar-lhe o trabalho. Mas este com mil cavilações não os pagou. Não passa dia em que o patrão citado não faça espancar um colono. Ele não permite aos colonos vender um grão de milho e, em caso de doença, os deixa morrer sem médico nem remédios' (...) ³³⁷.

Em relação às multas, comentava o mesmo Adolfo Rossi que elas não tinham “outro propósito a não ser diminuir a quantia que o fazendeiro deve ao colono³³⁸”.

Tradicionalmente, a época da colheita tinha sido a de maior disputa por trabalhadores, dada a maior necessidade de mão de obra para a realização desta tarefa. No período de crise, a concorrência por trabalhadores ficou mais acirrada. A possibilidade de conseguir uma melhor negociação de salários estava associada à existência de uma reserva de braços. Este exército de reserva tinha sido formado logo nos primeiros anos da emigração em massa, quando a oferta de imigrantes começou a exceder a demanda³³⁹. O retorno dos trabalhadores europeus para seus países de

³³⁶ Sallum Jr. Brasília. op. cit., p. 117.

³³⁷ Rossi, Adolfo. “Condizioni dei coloni italiani nello Stato di San Paolo”, *Bolletino dell’Emigrazione*, Nº 7, 1902, pp. 78 a 85 (BN, Roma) in Pinheiro, Paulo Sérgio e Hall, Michael M. *A classe operária no Brasil. Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. 1889-1930. Documentos*. Vol. II. São Paulo: Brasiliense, 1981, pp. 32 a 39.

³³⁸ Rossi, Adolfo. “Condizioni dei coloni italiani nello Stato di San Paolo”, *Bolletino dell’Emigrazione*, Nº 7, 1902, pp 34/35 (BN, Roma) in Hall, Michael M. op. cit. 1969, p. 129.

³³⁹ Holloway, Thomas H. op. cit., p. 102.

origem, favorecido pelo câmbio elevado da época da crise, a sua mudança para outras regiões ou para as cidades, ameaçava a existência da reserva de trabalhadores. O quadro a seguir mostra a relação entre a queda do preço da saca de café e o aumento das saídas dos imigrantes pelo porto de Santos:

**Tabela 4 - Relação entre o preço da saca de café e o movimento migratório
São Paulo – 1893 a 1902**

Anos	Preço médio da saca de café		Movimento de migrantes	
	em Réis	em Libras	Entrada	Saída
1893	85\$231	4,09	81.755	11.814
1894	89\$504	3,74	44.740	18.192
1895	80\$853	3,33	136.142	18.916
1896	77\$748	2,91	94.987	23.157
1897	55\$551	1,74	94.540	24.608
1898	50\$249	1,49	42.678	23.007
1899	48\$203	1,48	28.367	24.182
1900	52\$904	2,06	21.038	27.917
1901	34\$525	1,62	70.348	36.099
1902	31\$150	1,54	37.831	31.437

Fonte: Tessari, Cláudia Alessandra. *Braços para a colheita. Sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915)*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 224. No livro a sequência de anos é mais longa. Optamos por fazer um recorte para facilitar a leitura.

Entre 1900 e 1902 inspetores distritais da Secretaria da Agricultura registraram o descontentamento dos fazendeiros com a falta de trabalhadores. Acostumados ao excesso de mão de obra ressentiam-se das limitações impostas pelas novas circunstâncias. Reclamavam que fosse mantido um fluxo de entrada de trabalhadores que permitisse, pelo menos, a não elevação dos salários já que não se conseguia abaixá-los³⁴⁰. Enquanto isso, um jornal da época registrava a saída dos

³⁴⁰ Holloway, Thomas. op. cit., p. 142.

italianos: “É fatal o êxodo dos italianos. Voltam para seu país pobres e desiludidos (...) ³⁴¹”.

As denúncias sobre as condições de trabalho nas fazendas paulistas tinham origem antiga. Tanto o Visconde de Abrantes, na *Memória* de sua missão especial em 1846³⁴², quanto Joaquim Floriano de Godoy, na obra sobre a província de São Paulo escrita em 1875³⁴³, registravam a existência, na imprensa europeia, de artigos e editoriais que desaconselhavam a emigração para o Brasil e para São Paulo. Na última década do século XIX, os relatos sobre abusos sofridos e as más condições de trabalho nas fazendas, alimentaram as acusações da imprensa. Em 1902, baseado no relatório do observador Adolfo Rossi, e desgostoso com as difíceis negociações comerciais com o Brasil, o governo italiano proibiu a emigração com passagem subsidiada³⁴⁴.

Mesmo que houvesse algum exagero por parte da imprensa italiana e europeia em geral, tem-se que reconhecer que as denúncias eram um reflexo da situação dos trabalhadores. Thomas Holloway que, de forma geral, tem uma visão positiva de todo o processo imigratório, reconhece que “com o êxito da política de importação de mão-de-obra para a expansão cafeeira e a substituição de trabalhadores que se mudavam, havia pouca motivação para que os fazendeiros abandonassem as atitudes arbitrárias e autoritárias que muitos conservavam desde a época da escravidão³⁴⁵”.

Os trabalhadores não tinham nenhum amparo na legislação e nem sequer da opinião pública, dado o afastamento em que se encontravam as fazendas. Denúncias sobre espancamentos, arbitrariedades cometidas pelos fazendeiros, ameaças, maus tratos, abusos com as mulheres e trabalho infantil eram frequentes e, na maior parte dos casos, registradas pelas autoridades consulares desde os primeiros tempos da imigração.

A proibição da Itália, que poderia ser seguida por outros países como a Espanha, preocupava os cafeicultores. Durante o período da crise aumentou o número de denúncias sobre maus tratos e arbitrariedades, somando-se a elas as queixas pela

³⁴¹ Gil Vidal. *A Política*, p. 1. Apud Holloway, Thomas H. op. cit., p. 140.

³⁴² Visconde de Abrantes. op. cit. 1846, p. 57.

³⁴³ Godoy, Joaquim Floriano de. op. cit. 2007, p. 131.

³⁴⁴ Gonçalves, Paulo C. op. cit. 2008, p. 299.

³⁴⁵ Holloway, Thomas. op. cit., p. 150.

ausência de proteção legal para os imigrantes em geral e particularmente para aqueles trabalhadores que ficavam sem receber o que lhes era devido no caso de falência de seus empregadores. Assim, entre 1904 e 1907 foram discutidas e sancionadas leis federais que visavam aumentar a proteção ao trabalhador neste tipo de situação³⁴⁶. Estas leis, uma delas de autoria do Senador Bernardino de Campos e a outra de Cardoso de Almeida, eram de muito difícil aplicação já que, ao falir o fazendeiro, a sua propriedade e também a futura colheita, já se encontravam nas mãos do comissário ou da instituição financeira que lhe tivesse emprestado dinheiro. Brasília Sallum observa que, mesmo não estando a propriedade penhorada, o acesso à justiça por parte do trabalhador imigrante era muito difícil. Este autor conclui que as leis visavam muito mais causar boa impressão aos países europeus fornecedores de imigrantes do que propriamente ter algum efeito sobre a situação dos trabalhadores³⁴⁷.

Em termos de legislação estadual, em 1906 criou-se a Agência Oficial de Colonização e Trabalho. Assim como tinha acontecido em duas outras oportunidades, a primeira vez com a lei do Ventre Livre em 1871 e depois em 1879 com a lei de Contratos de Trabalho, a criação da agência implicava a intervenção do governo na relação entre patrões e empregados. A legislação que criava a Agência determinava a adoção de um contrato padrão que teria as regras acordadas registradas em uma caderneta que cada trabalhador deveria portar consigo. Nesta caderneta, fornecida pela Agência, constaria uma cópia do contrato, que se constituiria em prova judicial, caso fosse necessário ao trabalhador demandar direitos negados pelo seu empregador.

Os decretos paulistas também apresentavam limitações importantes na sua aplicação: só eram válidos para o primeiro contrato celebrado pelo imigrante ao chegar

³⁴⁶ Efetivamente, as leis acabaram sendo aplicadas somente quando as condições da economia melhoraram, no começo da década de 1910.

³⁴⁷ Sallum Jr., Brasília. op. cit., pp. 132 a 134. O autor cita o discurso de Cardoso de Almeida no momento de apresentação da lei, que deixava clara esta expectativa com relação ao seu efeito sobre os países europeus: “É preciso (...) por todos os meios, fomentar e desenvolver a imigração para o nosso país. Mas, Sr. Presidente, há uma grande dificuldade na realização deste ideal: o salário do colono ou do trabalhador rural não se acha convenientemente garantido pelas leis brasileiras. É por isso que a Itália e outras nações impedem umas e dificultam outras a imigração para o Brasil, porque seus súditos não encontram nas leis brasileiras a garantia eficaz para seus salários (...) Nós que já temos uma crise terrível pela baixa do preço do nosso produto, vamos ter crise maior, a da falta de braços, pela elevação do preço do salário, determinando ainda maiores males para a nossa Pátria”. *Anais da Câmara dos Deputados*, Ano 1906, vol. VI, sessão de 26 de outubro de 1906.

ao Estado. Assim, ficavam fora do alcance da lei os contratos posteriores realizados pelo trabalhador e todos aqueles contratos praticados antes da existência da lei. No caso de demanda, se o fazendeiro se recusasse a reconhecer a autoridade da Agência para arbitrar sobre os problemas com seus empregados ou se decidisse não acatar a decisão desta, deveria se recorrer à justiça comum. A mesma lei determinava que as despesas do imigrante na justiça correriam por conta do Estado, sempre limitando-se ao período dos dois primeiros anos desde sua chegada ao Brasil.

Desta forma, durante a crise, a legislação tanto federal quanto estadual, quer por suas próprias limitações quer pelas dificuldades práticas que a sua execução oferecia, foi quase que totalmente ineficaz como instrumento de proteção aos direitos da grande maioria dos trabalhadores das fazendas de café. Não foi este, aliás, o sentido de sua elaboração. A legislação criada durante a crise, tanto quanto a política de imigração executada pelo governo estadual depois de 1902, objetivou basicamente a manutenção de uma corrente imigratória grande o suficiente para que a lavoura de café pudesse substituir com novos trabalhadores os que abandonavam as fazendas em busca de melhores condições de vida³⁴⁸.

Mesmo com as limitações que apresentavam, estas leis tiveram o mérito de colocar alguns limites à arbitrariedade reinante já que em um ambiente em que primava a informalidade, em caso de litígio sobrava ao trabalhador somente o peso de sua palavra contra a do cafeicultor.

No final da década de 1910, a recuperação do preço internacional do café, somada à intervenção do governo federal a partir do Convênio de Taubaté, em 1906, que minimizou as perdas dos fazendeiros por meio da compra de excedentes e a manutenção do câmbio, abriu novas perspectivas para a economia cafeeira³⁴⁹. Na mesma época, à proibição do governo italiano em relação à emigração subsidiada para o Brasil, somou-se a proibição espanhola. Neste ambiente, foram tomadas mais medidas efetivas com a intenção de manter ativo o fluxo de imigrantes. Em 1912 foi criado o Patronato Agrícola cuja função era executar as leis federais e estaduais

³⁴⁸ Sallum Jr, Brasília. op. cit., p. 138.

³⁴⁹ Saes, Flávio A. M. de. op. cit. 1986, p. 186.

referentes aos contratos de trabalho, fazer o controle das condições declaradas nas cadernetas e dar encaminhamento às queixas dos trabalhadores. Esperava-se, por efeito da lei, reduzir a afluência de denúncias realizadas às autoridades consulares e com isso refrear as campanhas destes e da imprensa contra o trabalho em São Paulo. Holloway cita uma declaração do Secretário da Agricultura em 1914 reconhecendo a efetividade do trabalho realizado pela instituição neste sentido:

As queixas dos colonos estrangeiros, que logicamente iam ter aos respectivos consulados, encaminham-se agora quase todas ao Patronato, reduzindo assim os arquivos consulares de queixas contra o país, com proveito evidente para o nosso prestígio de Estado, que procura braços para a lavoura e elementos adequados para povoar seu solo³⁵⁰.

Em termos de benefícios para os trabalhadores o efeito foi restrito no sentido de limitar o arbítrio dos fazendeiros na imposição dos termos contratuais e na direção do processo de trabalho. Assim “no final da década de 20 deste século, a contratação da grande maioria dos trabalhadores das fazendas de café continuava a ser efetuada por meio de contratos cujo padrão já fora definido, basicamente, nos anos 80 do século XIX³⁵¹”.

Do que reclamavam os trabalhadores? Após a travessia atlântica, nas penosas condições oferecidas pelos navios para os passageiros na terceira classe, as queixas começavam pela impressão de insalubridade causada pelo porto de Santos na chegada dos barcos. Continuavam no transporte até a Hospedaria, na passagem por esta instituição, no caminho até as fazendas e nas condições de trabalho e habitação, uma vez instalados no interior.

O trabalho de crianças era comum. Muitas trabalhavam descalças, o que provocava com frequência verminoses e outras doenças. Em muitas fazendas não existia a possibilidade de fazer com que as crianças frequentassem a escola. Em setembro de 1908, o jornal *El País* de Madri trazia matéria assinada onde se lia:

³⁵⁰ Holloway, Thomas. op. cit., p. 166.

³⁵¹ Sallum Jr, Brasília. op. cit., p. 141.

(...) o trabalho é extenuante e mortífero, sem um minuto de trégua nem repouso. Às quatro da manhã, ao toque de um sino, os colonos devem estar dispostos para partir em grupos para as plantações e trabalhar até a noite, sob o olhar vigilante do administrador, do capataz e dos capangas. Normalmente tem um único alimento, arroz e feijão com algum copo de aguardente. À noite, quando regressam para casa estão fatigados, moídos, embrutecidos. A maior parte, mesmo trabalhando infinitamente, não consegue ganhar o suficiente para fazer frente às mais básicas necessidades (...) ³⁵².

Os andaluzes, cuja incorporação foi tardia com relação a outros imigrantes que foram trabalhar na lavoura paulista chegaram quando a crise piorara, de forma geral, as condições de trabalho. Foi entre os anos de 1905 e 1919 que a emigração andaluza foi mais numerosa para São Paulo. José de Souza Martins um dos poucos a estudar, até época relativamente recente, a imigração da Espanha para este Estado, considera que as diferenças apresentadas entre a imigração espanhola e italiana podem ser explicadas pelas mudanças ocorridas na sociedade brasileira ao longo do tempo, resultando em modos diferentes de absorção do imigrante. Para o autor isto é mais esclarecedor do que a nacionalidade de origem: mesmo o imigrante de uma mesma nacionalidade encontrou situações diferentes em diferentes momentos. O imigrante espanhol que se destinou a repor a força de trabalho do imigrante italiano que deixava o Brasil desde finais do XIX, chegou em época de poucas oportunidades ³⁵³.

O quadro a seguir apresenta os dados de entrada de imigrantes em São Paulo, com informações sobre a nacionalidade de origem para os grupos mais representativos no total da imigração para o Estado:

³⁵² *El País*. Madri. 25/09/1908, p. 3. (tradução nossa).

³⁵³ Martins, José de Souza. "La inmigración española en Brasil y la formación de la fuerza de trabajo en la economía cafetalera, 1880-1930". In Sánchez-Albornoz, Nicolás (org.). *Espanoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*. Madrid: Alianza Editorial, 1995, pp. 249 a 253. Para Martins, a possibilidade de acesso à propriedade e a consequente integração social do imigrante está relacionada com o momento de sua chegada ao Brasil. Ver também do mesmo autor *O Cativo da Terra*. São Paulo: Contexto, 2010.

**Tabela 5 - Ingresso de imigrantes no Estado de São Paulo
1885 a 1919 (em %)**

Período	Italianos	Espanhóis	Portugueses	Diversos
1885-1889	16,2	1,5	6,9	4,7
1890-1894	24,9	13,4	11,5	14,1
1895-1899	25,9	14,2	10,6	7,6
1900-1904	13,1	6,0	6,9	7,6
1905-1909	7,5	22,1	14,4	16,7
1910-1914	10,5	34,3	41,7	36,9
1915-1919	2,0	8,6	7,9	12,3
Total	848.078	315.687	267.276	147.798
	100%	100%	100%	100%

Fonte: Hospedaria dos Imigrantes. Apud Cánovas, Marília D. Klaumann. *Hambre de Tierra. Imigrantes espanhóis na cafeicultura paulista. 1880-1930*. São Paulo: Lazuli Editora, 2005. Na tabela optamos por incluir os imigrantes japoneses na coluna “Diversos” dado que, apesar de sua importância posterior na imigração para o Estado de São Paulo, até 1919 ela tinha ainda proporções reduzidas.

De acordo com os números mostrados na tabela, que abrange o período entre 1885 e 1919, 67% dos italianos tinham ingressado no Estado até 1899, havendo após esta data, uma diminuição significativa dos percentuais. Já os espanhóis que entraram até este ano representam apenas 29% do total, sendo que o seu número aumentou, após 1905, quando ingressaram 65% dos que chegaram até 1919. Thomas Holloway, mesmo sem fornecer a fonte, informa que entre 1887 e 1900, 11% dos imigrantes em São Paulo eram espanhóis e entre 1901 e 1930, passaram a representar 22% dos estrangeiros que viviam no Estado³⁵⁴.

Ao contrário do resto do Brasil onde se verifica uma tendência dos italianos irem para o trabalho no campo e os espanhóis para a cidade, em São Paulo o espanhol foi para o campo. De acordo com o Recenseamento de 1920, oito de cada dez espanhóis que residiam no Estado de São Paulo, estavam nas zonas cafeeiras do interior³⁵⁵. Elda

³⁵⁴ Holloway, Thomas H. op. cit., p. 73.

³⁵⁵ Os informes do consulado da Espanha em São Paulo mostravam que os espanhóis estavam disseminados por diversas cidades do interior paulista. O *Inventário de Interesses Demográficos* de 1933 informa que a região com maior concentração de espanhóis era a Araraquarense, com 108 mil

González Martínez se baseia nos inventários econômicos, demográficos e culturais elaborados pelos consulados espanhóis a partir de 1932, para afirmar que os espanhóis que vieram para São Paulo eram oriundos, em sua grande maioria, da Andaluzia. Estes informes mostram que 60% dos espanhóis residentes no Estado vinham desta região, 20% da Galícia, 10% de Castilha e o restante de outras províncias. Da mesma fonte, a autora obteve a informação de que residiam em São Paulo, em 1932, 400.000 espanhóis, o que, aplicadas as proporções, significa que 240.000 seriam andaluzes³⁵⁶. Em outros estados brasileiros em que houve imigração espanhola, o número de andaluzes foi insignificante. Na Bahia, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, a presença numericamente mais importante foi a dos galegos. Em nenhum outro país sul-americano os andaluzes foram a maioria entre os espanhóis imigrados, como o foram em São Paulo. A explicação para a atração dos andaluzes por este Estado pode ser encontrada na política de subsídio às passagens.

A observação dos dados coletados na Espanha corrobora o fenômeno dos andaluzes se dirigirem para São Paulo. Francisco Contreras-Pérez constatou com as informações disponíveis, a grande correlação entre passagens subsidiadas e emigração da Andaluzia. A partir de 1889, quando se inicia a política de subsídio às passagens na região³⁵⁷, verifica-se uma corrente ascendente na emigração exterior. Entre 1885 e 1895, 28,4% dos espanhóis embarcados para o Brasil eram andaluzes. Este número está muito acima do peso da população da Andaluzia sobre o total espanhol e também acima da participação andaluza nas correntes migratórias para outros países. Informações sobre o período de maior afluência de andaluzes para São Paulo não podem ser obtidas a partir de estatísticas espanholas já que não existem, entre 1889 e 1910, dados desagregados por província. Após este ano, quando as informações voltam a estar disponíveis “em maior proporção que para outros destinos,

imigrantes desta origem. Em seguida a região Noroeste com 45 mil e depois a Central com 28 mil. Só a cidade de São Carlos tinha oito mil espanhóis residentes. Martínez. Elda E. González. “O Brasil como país de destino para os migrantes espanhóis”. In Fausto, Boris (org.) *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 253.

³⁵⁶ Martínez, Elda E. González e Márquez, Rosario. “Andalucía y América: las alternativas de una comunidad migrante”. In VIVES, Pedro A. et alii (org.), *Historia General de la Emigración Española a Iberoamérica*. V.I. Madrid: Historia 16, 1992, p. 14.

³⁵⁷ Neste dado tem grande influência a emigração subsidiada para a Argentina, que mesmo sendo praticada apenas durante o ano de 1889, teve grande impacto na população da Andaluzia.

uma boa parte dos embarques para Brasil se executaram clandestinamente via Gibraltar”, fazendo com que mesmo muito volumosa, a emigração para o Brasil ficasse subestimada nas estatísticas oficiais³⁵⁸.

Ainda que recrutados em todas as províncias andaluzas, os emigrantes que vieram para São Paulo provinham, em 88,2% dos casos, de Granada, Málaga e Almería, na parte oriental da região. Como veremos no próximo capítulo, pesquisas realizadas na Espanha indicam que os imigrantes provenientes desta região tinham sido empurrados para o êxodo por um processo de crise na agricultura que provocou a redução da pequena propriedade. Eram camponeses que vinham para o Brasil com a esperança de retomar a sua condição de pequenos proprietários, sendo aqui transformados em proletários rurais.

Em janeiro de 1904, o jornal *La tribuna Española*, publicado em espanhol na cidade de São Paulo, visando alcançar a comunidade letrada que habitava na cidade, publicou um editorial titulado “A emigração da Espanha”. Neste editorial o êxodo dos espanhóis para o Brasil era considerado inoportuno. A possibilidade do imigrante espanhol se tornar proprietário de um pedaço de terra era vista como remota já que “o estabelecimento e desenvolvimento da pequena propriedade é por aqui fantasia” o que frustraria as expectativas dos “trabalhadores agricultores espanhóis muitos dos quais vendem mal suas propriedades para vir ao Brasil procurando melhorias que somente existem nos mentirosos lábios dos recrutadores a um valor por cabeça (...)”³⁵⁹.

O abastecimento de força de trabalho para as lavouras era um imperativo para os fazendeiros. Uma vez resolvido que o processo seria pago com dinheiro público, a questão era manter um fluxo contínuo de fornecimento de imigrantes que possibilitasse uma negociação de condições e salários que os favorecesse. Na crise da cafeicultura, com a piora das relações de trabalho e de remuneração, os trabalhadores iniciaram um movimento de abandono da lavoura colocando em risco o esquema de abastecimento de braços que tinha sido posto em prática em longo processo iniciado na metade do século XIX. A isto se somou a interdição, determinada pelo governo italiano, da vinda

³⁵⁸ Contreras-Pérez, Francisco. *Tierra de Ausencias. La moderna configuración migratoria de Andalucía (1880-1930)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2000, p. 99.

³⁵⁹ *La Tribuna Española*. 9/1/1904, p. 1. (tradução nossa).

de trabalhadores por meio de passagens subsidiadas pelo governo paulista. A energia captadora dos cafeicultores concentrou-se então na Espanha, de onde veio o maior número de imigrantes nos primeiros anos do século XX. Os andaluzes, empobrecidos e dependentes do auxílio para a passagem, foram trazidos pelas agências e companhias de navegação, dado que cumpriam as condições exigidas para satisfazer a demanda pelo tipo de imigrante desejado pelos cafeicultores. Além de usufruir do benefício de manter as fazendas abastecidas de mão de obra, a elite cafeicultora participou diretamente do tráfico de imigrantes para o Brasil em atividade que concentra em si a ambiguidade da ideia de progresso associada a práticas enraizadas no passado colonial.

CAPÍTULO 3 – A OFERTA – “O INDIVÍDUO SEM RECURSOS, ASSALTADO PELA NECESSIDADE SOB TODAS AS FORMAS³⁶⁰”

Neste capítulo examinaremos como ocorreu a oferta de trabalhadores, que veio atender a demanda dos fazendeiros paulistas, por meio do estudo das condições de vida dos imigrantes espanhóis em sua terra natal.

Os andaluzes que foram para São Paulo eram os emigrantes mais pobres, de uma região pobre de um país empobrecido que tinha sido um grande império colonial. O convulsionado século XIX espanhol resultou em um processo de transformação das suas estruturas sociais, econômicas e políticas que teve grande efeito sobre a população de maneira geral, mas que, em algumas regiões, teve uma consequência devastadora sobre as classes mais carentes.

Os camponeses empobrecidos da região da Andaluzia, que tinham sido afetados pela perda de suas propriedades, cumpriam as condições requeridas pelo Estado de São Paulo para a obtenção das passagens subsidiadas. Estes emigrantes, cuja chegada ao porto de embarque era muitas vezes a sua primeira experiência urbana, não tinham muita clareza do destino que os esperava na América. O Brasil, os Estados Unidos e a Argentina faziam parte de um mundo desconhecido e tão distante da sua vida no interior da Andaluzia, que São Paulo, Buenos Aires ou Nova York significavam simplesmente *ir para lejos*.

O recrutamento dos que iriam para as fazendas, com passagem subsidiada pelo Estado, aqueles imigrantes “que não tinham dinheiro para comprar uma passagem que lhes permitisse emigrar para a Argentina, o Uruguai ou Cuba”³⁶¹ ficou a cargo da agência Antunes dos Santos & Cia. Os recrutadores, contratados pela agência, percorriam o interior das províncias andaluzas em busca de candidatos a emigrar para São Paulo, os quais eram encaminhados para os portos de embarque. Quando a legislação sobre emigração complicou a saída pelos portos espanhóis, a partir da primeira década do século XX, grande parte destes camponeses foi encaminhada para

³⁶⁰ Do relatório de prestação de contas da Sociedade Promotora da Emigração ao presidente da província de São Paulo em 1886.

³⁶¹ Martínez, Elda E. González. “O Brasil como país de destino para os migrantes espanhóis”. In Fausto, Boris (org.) *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 251.

Gibraltar tanto porque “ali atracava maior número de navios como porque ao ser um porto estrangeiro, podia-se burlar a legislação que, sobre a saída de emigrantes, regia na Espanha³⁶²”.

Chegados majoritariamente em época tardia com relação ao auge da cafeicultura, a frustração de suas expectativas somada às condições impostas pela crise, motivaram denúncias divulgadas pela imprensa, pelas autoridades consulares ou pelos próprios afetados. Assim como tinha acontecido com os italianos, espanhóis retornados a seu país foram veículo de reclamações contra a vida nas fazendas paulistas:

*Espanhóis chegados a Sevilha, repatriados do Brasil, narraram que a vida neste país especialmente no interior era angustiada, pelos maus tratos que recebiam dos patrões, pelos castigos corporais que sofriam e pelos serviços rudíssimos a que estavam submetidos (...)*³⁶³

Muitos colonos, segundo narrativas dos jornais, padeciam de fome e eram obrigados a aceitar a situação, pois “se protestam, desaparecem”³⁶⁴.

Este descontentamento acabou por levar o governo espanhol a enviar um representante para verificar a situação dos seus emigrados no Brasil. O resultado da viagem do emissário do *Consejo Superior de Emigración de España*, Sr. Angel Gamboa Navarro, foi um relatório que descrevia como “trágicas” as condições dos trabalhadores no café. Como veremos, este relatório foi peça chave para que a Espanha decretasse a proibição da emigração subsidiada para o Brasil em 1910, da mesma forma como a Itália determinara em 1902.

³⁶² Martínez, Elda E. González e Márquez, Rosario. op. cit. 1992, p. 14.

³⁶³ Jornal *O Alpha de Rio Claro*, 1911. Apud Cánovas, Marília D. Klaumann. op. cit., p. 144

³⁶⁴ Idem. Ibidem.

3.1 - Breve panorama da Historiografia espanhola e andaluza sobre a emigração

Em 18 de julho de 1881, o Ministro de Fomento da Espanha submeteu à aprovação do rei Afonso XII um Decreto Real que propunha a formação de um grupo de “pessoas entendidas”, que estudasse o fenômeno da emigração no país, sugerindo também formas de remediá-la. O texto de introdução da *Memoria* produzida pela *Comisión especial para estudiar los medios de contener en lo posible la emigración por medio del desarrollo del trabajo*³⁶⁵, cujo extenso e significativo nome era explícito quanto à sua função, vinculava a sua criação à matança de colonos espanhóis ocorrida em Saida, na Argélia em 1881³⁶⁶. Mas a sua verdadeira importância residia no fato de ser uma das primeiras iniciativas em matéria social tomada pelo governo da Segunda Restauração, preocupado com as condições de vida e trabalho no país³⁶⁷.

O resultado da investigação da *Comisión Especial*, que incluiu a iniciativa de enviar um questionário às autoridades e corporações locais, indagando dados e opiniões sobre a emigração em suas comarcas, estabeleceu algumas premissas sobre o assunto que permaneceram invariáveis por muito tempo³⁶⁸. Já estavam presentes na *Memoria* produzida pela *Comisión* as significativas diferenças regionais que a Espanha apresentava com relação à emigração, já que constatava se tratar de *un país en el cual las causas (da emigração) se diversifican segun las regiones en que*

³⁶⁵ A partir de agora chamada neste trabalho de *Comisión Especial*.

³⁶⁶ Em junho de 1881, um grupo de imigrantes espanhóis que trabalhava nas plantações de esparto na região de Saida, ao sul de Orã em Argélia, foi massacrado por tropas anti-francesas. Estes trabalhadores tinham sido recrutados pela *Compagnie Franco-Argelienne* que percorria as terras da região mediterrânea agenciando trabalhadores como fariam, anos mais tarde, as agências recrutadoras dos países sul-americanos. Ofereciam passagem gratuita para os trabalhadores e suas famílias. As mortes foram consequência do enfrentamento de tropas argelinas rebeldes, comandadas por Bou-Amama, com tropas dos invasores franceses. O resultado foi 190 espanhóis mortos por esfaqueamento, o estupro de suas mulheres, o incêndio das plantações, e o aprisionamento de uns 600 reféns. Bernárdez, Ricardo M. “La matanza de Almeirenses, Murcianos y Alicantinos en Khalfalah (Saida, Argelia), em 1881”. In *MVRGETANA*. Número 124, Ano LXII, 2011, pp. 119 a 132.

³⁶⁷ Segunda Restauração Bourbônica é o nome que se dá ao período, entre 1874 e 1931, em que a coroa espanhola foi retomada pela dinastia dos Bourbons, representada pelo rei Afonso XII, após o período conhecido como Sexênio Democrático.

³⁶⁸ As perguntas enviadas às autoridades e entidades provinciais incluíam uma tentativa de computo de emigrantes por sexo e idade que caracterizou um primeiro esforço de elaboração de uma estatística sobre a emigração.

*obran*³⁶⁹. Acorde com esta proposição, as respostas recebidas dos diferentes informantes foram divididas no relatório em quatro regiões percebidas como diferentes com relação ao êxodo: a região do Levante, próxima da costa mediterrânea, a região cantábrica, ao norte, as ilhas Baleares e Canárias e o resto da Espanha, onde não havia registro de emigração sistemática,

Excluído o excesso de população como causa de expulsão, já que *España es un país generalmente despoblado (...) y aun esta población, escasa para el territorio, está concentrada hacia el litoral, dejando casi desierto el centro*, a *Comisión Especial* passava a refletir sobre os motivos que levavam seus trabalhadores a deixar a pátria para dirigir-se a terra estrangeira³⁷⁰. O estudo foi realizado focando duas grandes regiões estudadas separadamente. A região do Levante, que incluía a província andaluza de Almería, era considerada região de emigração basicamente para a costa africana. No norte da África, convertido em uma sorte de extensão do território espanhol, segundo a *Comisión Especial*, o trabalhador encontrava não somente variedade de ocupações, mas também diversos compatriotas e o amparo de autoridades consulares em caso de necessidade. Reconhecidos estes fatores de atração da costa africana, restava entender quais eram os motivos de expulsão da terra natal. Na opinião da *Comisión*, na região do Levante, eles podiam ser encontrados nas *desamortizaciones*³⁷¹, que tinham transformado terra de uso comum em propriedade privada forçando os camponeses a mudanças indesejadas nas formas de cultivo. Em outras províncias do Levante a causa era a seca que castigava os campos trazendo a fome e a miséria.

No extremo oposto da península, a região Cantábrica exigia estudo em separado. A economia florescente da região não justificava o êxodo de seus trabalhadores para a América do Sul, principal destino dos que saíam dessa parte da Espanha. Diferentemente do que motivava os habitantes da região meridional, no norte, *un espíritu aventurero, tradiciones fantásticas, esperanzas inverosímiles (...) son*

³⁶⁹ *Comisión Especial para Estudiar los Medios de Contener en lo posible la Emigración por medio del Desarrollo del Trabajo. Memoria presentada por la Comisión al Excmo. Sr. Ministro de Fomento. Actas, Dictámenes, Interrogatorios y Documentos. Madrid, 1882, p. 31.*

³⁷⁰ *Idem*, p. 33.

³⁷¹ Desamortização: Ação legal realizada com o fim de liberar bens pertencentes à Igreja, à nobreza ou ao município, para possibilitar a sua venda. Este procedimento privatizava o uso de terras até então de uso coletivo.

*las principales causas de la emigración, al menos en una parte de este territorio*³⁷². A exceção ficava por conta da Galícia, onde o desequilíbrio entre o crescimento da riqueza e o da população era considerado a causa principal do êxodo. Mesmo assim, uma parte dos galegos migrava para o interior do seu próprio país e talvez não fosse mais longe do que isso se não fosse o trabalho das agências enganosas, que recrutavam emigrantes desde os portos portugueses.

O extenso nome da *Comisión* previa que entre seus resultados deveria constar o apontamento de meios para conter a emigração. Assim, após o exame do fenômeno migratório em si, a *Comisión Especial* se empenhava em indicar algumas medidas que poderiam agir no sentido de reverter o movimento de saída dos trabalhadores espanhóis. Além de indicar a criação de um Centro ligado ao Instituto Geográfico e Estatístico que se ocupasse especificamente de colher dados sobre os fluxos migratórios e outro, ligado ao Ministério de Fomento, que articulasse a oferta de trabalhadores em determinadas regiões espanholas com a demanda de mão de obra em outras, a *Memoria*, produzida pela *Comisión Especial*, indicava medidas que poderiam levar ao incremento de população no interior do país e ao incentivo ao progresso econômico de algumas regiões por meio de obras destinadas ao desenvolvimento agrícola. No fim de suas recomendações a comissão demandava do Governo a ação contra as agências de emigração acusadas de *engañar y atraer con falaces promesas a los pobres trabajadores*. Concluía-se que a emigração era, de forma geral *un gran mal para España* e desta forma requeria atenção e ação concreta das autoridades³⁷³.

As conclusões da *Comisión Especial*, publicadas em 1882, tiveram muita influência sobre as obras produzidas posteriormente, tanto pela sua visão do efeito negativo que a emigração trazia para a Espanha, como pela caracterização de algumas regiões como tipicamente emigratórias em detrimento de outras e pela associação de determinados destinos como vocação do êxodo de algumas províncias³⁷⁴.

³⁷² *Comisión Especial*, p. 37.

³⁷³ *Idem*, p. 43.

³⁷⁴ A emigração da Andaluzia ficaria por muito tempo associada à região do Magreb e a das províncias setentrionais – a Galícia e a Cantábria – ao continente americano.

Nos anos seguintes algumas obras foram produzidas sobre o assunto da emigração. Nessa época a Espanha atravessava um período conhecido como crise *finisecular*, que marcou a reflexão sobre o fenômeno. Nos trabalhos, de forma geral, percebem-se duas posturas principais. Uma delas estava associada a uma linha populacionista, que tanto procurava as causas do êxodo na má distribuição da população na Espanha quanto relacionava a perda de habitantes à decadência e declínio da nação. A outra linha estava voltada para a consideração das causas sociais do problema e sendo assim, defendia uma intervenção protecionista do Estado para evitar a emigração. As duas correntes, “excetuando a postura oficial em que aparece mais clara a questão social”, se confundiam, e a ênfase passava de um ponto de vista ao outro sem muitos critérios de diferenciação ou isolamento do fenômeno³⁷⁵.

A adesão à mentalidade populacionista que vinculava maior quantidade de população com a capacidade de produção e o poderio militar da nação, fez com que a grande emigração espanhola ficasse associada ao fracasso nacional, enfoque que dificultou uma reflexão mais desanuviada sobre o assunto. Ao se estudar as migrações se deu preferência aos primeiros tempos, àqueles em que os peninsulares se dirigiam para as suas colônias americanas na condição de metropolitanos. De certa forma as migrações contemporâneas acabaram sendo encaradas como uma continuidade das primeiras, retirando-lhes a sua especificidade e excepcionalidade³⁷⁶.

Após a guerra civil em que a II República espanhola foi derrotada (1936-1939), se instalou na Espanha um longo período ditatorial que não favoreceu a livre reflexão. Entre 1939 e 1975, durante o período franquista, a investigação sobre a história recente foi praticamente vetada. Os historiadores se voltaram para a história mais remota, mais facilmente afastada de qualquer conotação política. Mesmo assim, algumas obras se ocuparam das grandes emigrações. São deste período os trabalhos de González-Rothvoss, A. Garcia Barbancho, Garcia Fernandez e J.B. Vilar que foram produzidos entre os anos 1949 e 1975³⁷⁷. A obra de González-Rothvoss, ele próprio

³⁷⁵ Alonso, Blanca Sánchez. “La visión contemporánea de la emigración española”. *Estudios Migratorios latinoamericanos*. Nº 13, 1989, p. 441.

³⁷⁶ Sánchez-Albornoz, Nicolás. “Prólogo”. In Idem (org.). *Espanoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*. Madrid: Alianza editorial, 1995, p. 10.

³⁷⁷ García Barbancho, A. *Las emigraciones interiores españolas. Un estudio cuantitativo desde 1900*. Madrid: Instituto de desarrollo Económico, 1967; González-Rothvoss y Gil, M. “La Emigración española a

funcionário do Estado franquista, é um bom exemplo da produção e da abordagem dada ao assunto durante a ditadura. Sobre ela escreveu Pierre Chaunu na *Revista dos Annales* em 1951:

*(...) tem o mérito de trazer alguma luz sobre um assunto desprovido de qualquer bibliografia recente: a emigração espanhola. Entretanto não comemoremos antecipadamente. O autor, jurista e administrador, chefe dos serviços de emigração do governo de Madri, garante sem dúvida uma documentação preciosa ao seu livro, seu conteúdo é em grande parte inédito, mas o tom é sem dúvida oficial*³⁷⁸

Em 1966, o historiador e economista Jordi Nadal publicou *La Población española (siglos XVI al XX)*. A obra tinha um enfoque demográfico e econômico baseado em metodologia estatística e apresentava dados importantes que foram sendo atualizados em edições sucessivas até 1984. O autor deixava clara a dificuldade de trabalhar com informações consideradas insuficientes e que apresentavam grandes disparidades regionais em termos de abrangência e possibilidade de acesso³⁷⁹. A pouca precisão dos dados estatísticos se revestia de circunstâncias mais graves em regiões onde a maior parte das saídas tinha se dado por portos estrangeiros, sendo o caso de Navarra por portos franceses, de Extremadura por Portugal ou da Andaluzia por Gibraltar. Nestas regiões o uso das já pouco esclarecedoras estatísticas era considerado pelo autor ainda mais restrito dado que os registros se ocupavam exclusivamente dos emigrantes saídos por portos espanhóis. Esta percepção do caráter incompleto e a pouca fiabilidade das informações sobre a emigração funcionou

Iberoamérica”. *Revista de Investigaciones Sociológicas*, Nº 25. Madrid, 1949 e “Influencia de la emigración en el crecimiento de la población española en los últimos cien años (1850-1950)”. Idem, Nº 41. Madrid, 1957 entre outros artigos; García Fernández, J. *Emigración Exterior de España*. Barcelona: Ariel, 1965; Vilar, J. B. *Emigración Española a Argelia (1830-1900)*. Madrid: Instituto de Estudios Africanos, 1975.

³⁷⁸ Chaunu, Pierre. “Mariano González-Rothvoss y Gil. Los problemas actuales de la emigración española”. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisation*, 6ème année, 1951. (Tradução nossa). Site permanente: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_1951_num_6_2_1965_t1_0275_0000_3.

³⁷⁹ Nadal, Jordi. *La Población Española (siglos XVI al XX)*. Barcelona: Ariel, 1976.

também como um fator de desencorajamento da pesquisa, dado que não se possuíam “bases sólidas” que se pensava fossem necessárias à investigação histórica³⁸⁰.

Com a morte de Franco (1975) e a volta da democracia à Espanha, temas relacionados aos anos negros, que iam da Guerra Civil ao longo período franquista, foram preferidos e desta forma, poucos trabalhos se voltaram para a história da grande onda migratória, acontecida entre finais do século XIX e começos do século XX. O interesse pelo assunto retomou importância já no final da década de 1980, relacionado à proximidade do marco dos 500 anos da chegada de Colombo à América. Tratava-se de época bastante tardia se comparada à produção sobre o tema em outros países também afetados pelo fenômeno migratório, tanto como países de expulsão quanto de acolhida.

Em 1988, em torno do aniversário colombino, com o assunto das relações ibero-americanas em voga, e em momento de oferta de diversos financiamentos de pesquisa por parte de entidades públicas e privadas, foi publicada a primeira coletânea de trabalhos sobre o assunto, *Espanhóis hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*, organizada por Nicolás Sánchez-Albornoz. Tratava-se de um trabalho coletivo, que contava com quatorze ensaios, oito deles com foco em distintas regiões espanholas de emigração e seis desde o ponto de vista dos países americanos de recepção. A conjuntura nacional espanhola propiciava os estudos regionais devido à recente legislação que criava as novas comunidades autônomas e a proximidade de 1992 tornava a América o centro de interesse do momento³⁸¹. No livro, as regiões de Astúrias, Galícia, país Vasco, Catalunha, as Ilhas Canárias e a Andaluzia tinham artigos com dados e análises específicas e a Argentina, Cuba, Porto Rico, México e

³⁸⁰ No segundo artigo publicado pelo pioneiro pesquisador do fenômeno migratório, o anglo-alemão E.G. Ravenstein, sobre o que denominou de *Leis das Migrações* (1889) menciona-se a Espanha como país de dispersão, particularmente pela emigração andaluza para Argélia. Já está presente na sua obra a dificuldade de trabalhar com os dados sobre a emigração e a ambiguidade conceitual do fenômeno em si, seu caráter multifacetado e interdisciplinar e a dificuldade de sua medição. Arango, Joaquín. “Las ‘Leyes de la migraciones’ de E.G.Ravenstein, cien años después”. *Reis: Revista Española de Investigaciones Sociológicas*. Nº 32. (oct-dec de 1985) pp. 7 a 26. Published by: [Centro de Investigaciones Sociológicas](http://www.jstor.org/stable/40183172) Article Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/40183172>.

³⁸¹ As comunidades autônomas espanholas são entidades territoriais com autonomia legislativa e política, produto da Constituição Espanhola de 1978 que estabeleceu em seu texto essa nova estrutura administrativa para o país, contrastando com a centralização do anterior regime franquista. Os acordos que distribuíram o mapa da Espanha entre 17 comunidades autônomas foram realizados em 1981 e 1992.

Brasil eram exemplo de investigações realizadas nos países de destino, produção, aliás, que estava também em um momento de crescente interesse com a publicação de diversos livros e artigos e a realização de alguns congressos³⁸².

O livro de Sánchez-Albornoz abriu um precedente que seria seguido por obras posteriores, na tradição dos estudos regionais. No artigo dedicado à emigração desde a Andaluzia, o historiador Antonio Bernal defendia, contra abordagens simplistas do fenômeno migratório, que o número maior de emigrantes desta região poderia provir das províncias com maior incidência de pequena propriedade. Bernal confirmava a sua análise apresentando valores migratórios comparados entre a Andaluzia oriental e ocidental e colocava ênfase no fato de que somente o pequeno proprietário empobrecido disporia de um pequeno capital que lhe permitisse ter recursos para adquirir a passagem atlântica. A análise coerente e convincente firmou, baseado em suas conclusões, um ponto de partida para o estudo das migrações na região, levando em consideração o regime de propriedade da terra.

Em 1992, ainda sob a influência da efeméride do descobrimento, foi lançada outra importante coletânea de trabalhos regionais. O projeto, que foi promovido e financiado por instituições estatais, resultou na *Historia General de la Emigración Española a Ibero-américa*, publicada em dois volumes. O primeiro deles foi organizado com base cronológica e se ocupava da emigração espanhola em quatro momentos: a colônia, a emigração em massa, o exílio republicano e o período contemporâneo. O segundo volume abordava as características de cada uma das comunidades autônomas com relação à emigração. Neste volume Elda González Martínez e Rosario Márquez apresentaram um artigo que trata do caso dos andaluzes trazidos para trabalhar nas fazendas paulistas³⁸³.

No ano seguinte, foi lançado *La Emigración Andaluza a América (1850-1936)* de Elias de Mateo Avilés. O livro trabalha com extensa documentação do porto de Málaga e tem o mérito de abordar os meios de recrutamento e propaganda para a emigração andaluza, assim como a importância da emigração subsidiada. Utilizando documentos extraídos de jornais malaguenhos, Avilés trata das agruras dos emigrantes no

³⁸² O artigo sobre o Brasil é de autoria de José de Souza Martins, “La inmigración española en Brasil y la formación de la fuerza de trabajo en la economía cafetalera, 1880-1930”.

³⁸³ Martínez, Elda E. González e Márquez, Rosario. op. cit. 1992, pp. 3 a 24.

embarque, no trajeto atlântico e em diversas situações associadas ao percurso migratório³⁸⁴.

Em 1995, a historiadora Blanca Sánchez Alonso publicou um livro que se tornaria um clássico sobre o assunto: *Las causas de la emigración española 1880-1930*. A autora defendia na obra a necessidade de um enfoque globalizante, caminho adotado em grande parte do trabalho, ficando a abordagem regional e provincial reduzida apenas à parte final. A perspectiva da autora tem uma clara orientação estatística e econométrica³⁸⁵. Aliás, as estatísticas da emigração são um dos principais temas de investigação de Alonso que anteriormente, em 1990, tinha escrito um artigo no qual defendia a elaboração de uma nova série de dados sobre a emigração espanhola, ajustando as informações coletadas nos portos de saída espanhóis com as de recepção em portos americanos³⁸⁶. Estes novos dados, na argumentação da autora, permitiriam maior segurança ao se trabalhar com a movimentação populacional.

O historiador galego Xosé M. Núñez Seixas, em artigo sobre a produção historiográfica espanhola da emigração, considera que uma de suas carências é a falta de diálogo entre as diferentes disciplinas que se ocupam do fenômeno migratório, prerrogativa que não é exclusiva do ambiente intelectual espanhol, mas característica de toda a produção sobre o tema. Na visão do autor, a falta de contato é notável tanto entre as diferentes disciplinas como a economia, a antropologia, a sociologia e a história quanto entre os próprios historiadores, dependendo dos enfoques ou temas de estudo. Fazendo uma crítica severa à produção anterior aos anos 1990, Núñez Seixas considera que até essa época, a historiografia espanhola sobre a emigração era caracterizada por seu atraso e pelo vínculo com uma postura positivista³⁸⁷. Em artigo publicado em 1993, o historiador argentino Fernando Devoto considerou que o atraso da produção espanhola sobre o assunto emigração poderia ser convertido em uma

³⁸⁴ Avilés, Elías de Mateo. *La Emigración Andaluza a América (1850-1936)*. Málaga: Editora Arguval, 1993.

³⁸⁵ Alonso, Blanca Sánchez. *Las causas de la emigración española 1880-1930*. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

³⁸⁶ Alonso, Blanca Sánchez. "Una nueva serie anual de la emigración española. 1882-1930". *Revista de Historia Económica*. Año VIII. Nº 1, 1990.

³⁸⁷ Seixas, Xosé M. Núñez. "A historiografia das migrações ultramarinas espanholas: Uma visão global". *Revista Maracanan*. Rio de Janeiro, número 6, 2010, pp. 11 a 45.

vantagem desde que a defasagem fosse aproveitada no sentido de não repetir erros já superados e de se evitar a insistência em explicações já descartadas pelos estudos de especialistas de outras origens³⁸⁸. Para Núñez a oportunidade não foi bem aproveitada pelos historiadores espanhóis. De toda forma, a partir da década de 1990, reconhece que as obras já citadas constituem um conjunto de trabalhos sólidos que abriram novas perspectivas de análise.

A produção regional sobre a história da emigração apresenta grandes disparidades. Na região da Andaluzia destacamos o trabalho de Francisco Contreras-Pérez, *Tierra de Ausencias. La moderna configuración migratoria de Andalucía (1880-1930)*. O livro, publicado em 2000, aborda diversos aspectos da emigração nesta região, tratando assuntos pouco mencionados até aqui, como a emigração pelo porto de Gibraltar³⁸⁹. Na crítica à historiografia andaluza incluída no seu livro, Contreras-Pérez é de opinião que a produção da região é ainda mais marcadamente defasada que a do resto da Espanha, aderindo a explicações ultrapassadas do fenómeno migratório. Nos anos 1990, com o crescimento da produção regional, enquanto diversos estudos sobre as Ilhas Canárias, as Astúrias, a Galícia ou a Catalunha foram elaborados, na Andaluzia a produção foi bem mais modesta. Um dos motivos da parca produção andaluza poderia ser a ideia geral de que a Andaluzia contribuiu de forma mais limitada com a emigração para América do Sul. Como vimos esta consideração estava presente desde a mencionada *Memoria da Comisión Especial* de 1881.

A noção de uma historiografia *nacional* sobre a emigração parece um conceito mais apropriado ao século XX que ao XXI. Existe hoje em dia um grande número de trabalhos conjuntos entre intelectuais de um e outro lado do percurso migratório que enriquecem a produção das últimas décadas. Congressos, coletâneas de artigos, revistas e projetos de pesquisa reúnem historiadores e pensadores de outras disciplinas relacionadas com o tema das migrações, já sejam de origem americana ou europeia³⁹⁰. Outra característica da última geração de trabalhos na área das migrações é o interesse em conectar os movimentos demográficos do passado com os do

³⁸⁸ Devoto, Fernando. “En torno a la historiografía reciente sobre las emigraciones española e italiana a Latinoamérica”. *Estudios migratorios Latinoamericanos*, N° 25, 1993, pp. 441 a 460.

³⁸⁹ Contreras-Pérez, Francisco. *Tierra de Ausencias. la moderna configuración migratoria de Andalucía (1880-1930)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2000.

³⁹⁰ Seixas, Xosé M. Núñez. op. cit., p. 33.

presente, dada a forte inversão do sentido da corrente migratória nas últimas décadas, que converteu as nações europeias preponderantemente em países de imigração maciça.

A visão integradora da emigração como fenômeno que incorpora regiões do mundo afetadas por ela, já seja pela saída de seus habitantes, já seja pela entrada de novos contingentes populacionais, habilita uma nova perspectiva de análise do fenômeno. Até recentemente a emigração vista como deslocamentos entre diferentes âmbitos nacionais segmentava o fenômeno em um antes e um depois sem pontos de contato. Nos países de origem só interessavam as causas que levaram os emigrantes a partir e nos de destino a assimilação dessas populações e as mudanças provocadas pela sua chegada. Este processo deixava os migrantes em posição de atores involuntários de uma história fora de seu controle. Inserir o emigrante em uma região ou coletividade (e não na entidade abstrata do Estado nacional) foi um movimento que permitiu, de certa forma, devolver-lhe a sua condição de sujeito.

3.2 – *Son hijos que reniegan de su patria que es madrastra*³⁹¹: o significado que a emigração teve para a Espanha

Entre os espanhóis do século XIX predominou a visão da emigração como um acontecimento negativo para a Espanha.

Esta perspectiva espanhola com relação à emigração a diferencia de outros casos, como o da Itália. Neste país, o tema gerou uma importante polêmica entre seus defensores e detratores, da qual participaram grupos sociais com interesses concretos no assunto, como os armadores genoveses ou os grandes proprietários agrários, ou ainda importantes atores políticos da época, como a Igreja e o Partido Socialista. Em certo ponto do debate italiano foi formulada uma ideologia expansionista, baseada em uma visão positiva da emigração, dadas as suas potenciais vantagens econômicas. A possibilidade de remessa de divisas poupadas pelos trabalhadores emigrados e o

³⁹¹ Benito, José Polo. *La emigración en Béjar*. Béjar: Establecimiento Tipográfico de F. Muñoz, 1907, p. 28.

estímulo ao intercâmbio comercial foram avaliados em termos da contribuição ao desenvolvimento da recém-unificada nação³⁹². A opinião espanhola sobre a perspectiva italiana da emigração e as diferenças percebidas com relação à situação da Espanha, foram registradas em documento produzido pelo *Consejo Superior de Emigración* em 1916. Para as autoridades espanholas no assunto a explicação dos motivos pelos quais a emigração seria mais prejudicial para seu país do que para a Itália estava no enorme excesso de população alcançado por esta última. Assim, devia-se levar em consideração que a Itália tinha atingido uma situação denominada de *perfecto tacto de codos* ou em outras palavras:

*(...) de Italia salen los brazos y las inteligencias que le sobran, lo que casi obedece a una ley general de la materia: la de la impenetrabilidad, en virtud de la cual el espacio ocupado por un cuerpo no puede ser ocupado por otro*³⁹³

Devido ao seu papel na colonização do continente americano, a emigração e as leis que a regulamentariam foram uma questão de relevo para a Espanha desde os primeiros tempos da ocupação dos territórios. Até o século XIX os governos espanhóis mantiveram uma política de controle com relação à saída dos espanhóis para outros países, em particular para as suas colônias no Novo Mundo. Habsburgos e Bourbons ditaram leis com o objetivo de inibir ou estimular a ida dos espanhóis para a América de acordo com interesses conjunturais. Durante quase todo o período colonial, para se *pasar a América* era necessário solicitar uma licença às autoridades e mesmo que as limitações ou permissões dependessem de diversos fatores, de forma geral, as proibições só existiram para a emigração de judeus – mesmo conversos -, mouros e ciganos, no intuito de manter a pureza religiosa das colônias³⁹⁴.

Após a independência dos territórios coloniais americanos, ocorrida nas primeiras décadas do século XIX, uma série de disposições legais pretendeu regular a

³⁹² Franzina, Emilio. *A grande emigração. O êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2006, pp. 41 a 45.

³⁹³ Consejo Superior de Emigración. *La Emigración Española Transoceánica. 1911-1915*. Madrid: Hijos de T. Minuesa de los Ríos, 1916.

p. 91.

³⁹⁴ A emigração de estrangeiros também esteve proibida durante a maior parte do período colonial. A estes só era concedida uma autorização parcial ou transitória para dirigir-se à América.

emigração de espanhóis para as ex-colônias. Mas, com a implantação gradativa da ideologia liberal, característica da hegemonia burguesa, passou-se, do ponto de vista legal, ao respeito quase absoluto da capacidade individual para emigrar. A expressão na legislação desta liberdade foi a Real Ordem de 16 de setembro de 1853 que permitiu a livre emigração à América e estabeleceu disposições no sentido de se exercer alguma proteção sobre os emigrantes durante a viagem, tais como a exigência de uma fiança por passageiro transportado, a ser depositada pelas companhias de navegação, e a garantia da liberdade de ocupação dos espanhóis no destino³⁹⁵. Sobre a maior parte destas disposições não houve qualquer fiscalização, portanto ficaram longe de ser cumpridas, como atesta a insistência nos mesmos pontos e regulamentações de leis posteriores. Entre estas, Elias de Mateo Avilés³⁹⁶ menciona uma Real Ordem de 12 de janeiro de 1856 cujo objetivo era estabelecer medidas de proteção especificamente com relação aos espanhóis que tinham emigrado para o Brasil. Em 1873, foi instituída uma nova legislação que facilitava ainda mais os trâmites de embarque e liberava as companhias do depósito por emigrante transportado. Nos anos seguintes diversas regulamentações foram promulgadas, sempre oscilando entre a ideologia liberal, cujo princípio era não tolher a liberdade de movimentos dos cidadãos, e a necessidade de estabelecer um controle sobre os emigrantes embarcados, para evitar a partida de fugitivos da justiça ou das obrigações militares e para conter os abusos de recrutadores e companhias de navegação.

As estatísticas de emigração espanhola, contabilizadas pelo Instituto Geográfico y Estadístico a partir de 1882, indicam que, com altos e baixos, ela se manteve em um mesmo patamar até 1905, quando se iniciou uma tendência ascendente que levou ao seu auge em torno de 1913. Durante os anos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o número de emigrantes experimentou uma pronunciada queda voltando a crescer a partir dos anos 1920, já em um patamar mais baixo³⁹⁷.

³⁹⁵ Cristóforis, Nadia Andrea de. "Políticas y prácticas migratorias: los flujos de gallegos y asturianos a Buenos Aires (1840-1860)". *Revista de Indias*, 2008, Vol. LXVIII Nº 24, pp. 85 a 114.

³⁹⁶ Avilés, Elias de Mateo. op. cit., p. 46.

³⁹⁷ Com o início da Primeira Guerra surgiram fatores que obstaculizaram a emigração exterior da Espanha, mesmo ela tendo mantido a neutralidade no conflito. Alguns países americanos começaram, nesta época, a aplicar restrições para a admissão de imigrantes estabelecendo uma política de cotas e tornando assim mais difícil a emigração transoceânica, que dependia de uma travessia que a guerra tinha tornando mais dificultosa e perigosa em si. Por outro lado, a Grande Guerra mudou o destino de

Nas últimas décadas do século XIX, na medida em que crescia o número de emigrantes espanhóis, escritores, políticos e legisladores desenvolveram uma retórica que atribuía um caráter negativo à emigração, considerando, de forma geral, que ela não poderia trazer nenhum benefício ao país. O elemento comum a todas as abordagens sobre o assunto era a apreciação sempre pessimista do fenômeno, e foi se acentuando com a associação entre o êxodo e a decadência espanhola na época da crise “finisecular” (passagem do século XIX para o XX).

Um trabalho fundamental para entender a opinião sobre a emigração na Espanha de finais do século XIX, é o livro de Cristóbal Botella y Serra, *El problema de la Emigración*, editado em 1888³⁹⁸. A obra teve, em sua época, grande repercussão e influenciou a opinião de outros pensadores. O autor (1867-1921), além de aficionado à economia política, era advogado, poeta e jornalista e estava politicamente vinculado ao partido conservador. Em seu livro, cujo título deixava clara a sua apreciação da emigração enquanto um “problema”, Botella estabelecia comparações entre a Espanha e outros países, ponderando sobre as perturbações sociais e econômicas associadas ao fenômeno. Sua avaliação era que a emigração era uma doença social e econômica de muita gravidade, já que causava danos aos emigrantes e também às nações de onde estes procediam. Fomentá-la, portanto, seria incorrer em erro e crime, idéia que foi recorrente em outras obras escritas no período. Ao autor, muito colado nas apreciações e conclusões da *Memoria da Comisión Especial*, preocupava a perda de capital humano. Também estava presente no trabalho, afinado com a ideologia liberal da época, o conflito entre o cerceamento à emigração e o direito de escolha do individuo quanto à sua movimentação. A emigração devia ser combatida, mas sempre preservando a liberdade de locomoção, direito individual que o Estado devia garantir. A

uma parte dos emigrantes espanhóis para a vizinha França que os demandava por necessidades na retaguarda. O registro oficial de emigrantes espanhóis embarcados com destino ao Brasil, mesmo que subestimado com relação ao total real da emigração da Espanha para este país, retrata as mudanças: 44.745 emigrantes se dirigiram para o Brasil no período 1910-1914, sendo que esse número caiu para 7.264 entre 1915 e 1919. Para o período 1920-1924 o número de emigrantes espanhóis chegou a 10.864. Martínez, Elda E. González. “Presencia española en São Paulo: Notas sobre la emigración andaluza”. *Ciência e Cultura*, Nº 42. Outubro de 1990, p. 781.

³⁹⁸ Botella, Cristóbal. *El problema de la Emigración*. Madrid: Tipografía de los Huérfanos, 1888. http://sirio.ua.es/libros/BGeografia/problema_emigracion/index.htm.

solução apresentada por Botella apelava para sentimentos patrióticos, colocando a Nação acima do indivíduo, já que:

*(...) las naciones tienen derecho a la vida, y que nadie, ni un hombre ni pocos, ni muchos, pueden privarla de la existencia. Los súbditos de una nación (...) tienen derechos y prerrogativas; pero tienen también (...) deberes ineludibles para con su patria (...) Cometerán también un verdadero crimen los hombres que abandonen su patria poniendo en grave peligro la agricultura, la industria, el comercio, la prosperidad, en una palabra, el porvenir de la tierra que les vio nacer.*³⁹⁹

Na sua concepção, seria obrigação dos membros de uma nação cuidar e preservar a saúde de sua pátria. Mesmo apresentando uma visão que traz alguns aspectos inovadores com relação ao problema e as soluções para a emigração, a obra de Botella está impregnada da mentalidade populacionista e da visão negativa que o êxodo tinha para a Espanha:

*A no existir las emigraciones en la proporción que hoy alcanzan, tal vez llegaríamos pronto al nivel de la población normal, con el cual se logra la fecunda correspondencia del trabajo con el territorio, base en la que descansa, así como en las sobrias costumbres y la moral severa, el verdadero engrandecimiento de las naciones (...)*⁴⁰⁰

Na mesma época, outro autor afirmava que a emigração em nada poderia ajudar o país, já que se tratava de um movimento *de pobres, de atrasados, de vencidos, hijos que reniegan de su patria que es madrastra*⁴⁰¹. A opinião oficial sobre o assunto foi endurecendo na medida em que avançava o século XX: a emigração era vista como um mal social e surgiam vozes reclamando castigo para essa prática. Em alguns discursos do debate parlamentar, foi se fortalecendo uma postura excludente e

³⁹⁹ Botella, Cristóbal. op. cit., pp. 143/144.

⁴⁰⁰ Idem. op. cit., p. 174.

⁴⁰¹ Benito, José Polo. op. cit, p. 28. Um artigo importante para entender a visão coeva da emigração espanhola é de Alonso, Blanca Sánchez. “La Visión Contemporánea de la Emigración Española”. *Estudios migratorios Latinoamericanos*. Nº 13, 1989, p. 452.

conservadora que associava emigração com antipatriotismo, sugerindo a idéia de conflito dos interesses individuais com os da pátria.

O discurso sobre a emigração estava inserido dentro da realidade mais ampla da discussão sobre as características da nação espanhola desenvolvida pelas elites intelectuais, políticas e econômicas da época. É interessante perceber que, na construção discursiva espanhola sobre o assunto, mesmo que de variados pontos de vista e com diferentes argumentos, a avaliação foi sempre negativa e pessimista. À medida que o fluxo migratório aumentava aparecia também, tanto nas reflexões dos intelectuais, como na produção de regulamentações por parte do Estado, uma demanda por formas de proteger o compatriota que se encontrava fora da Espanha. A imprensa espanhola teve um papel na advertência dos perigos que a saída dos conterrâneos representava quando clamava pela necessidade das autoridades tomarem atitudes pensando em formas de contê-la ou controlá-la⁴⁰².

A constatação das circunstâncias em que acontecia a emigração dos camponeses pobres espanhóis não se refletia em mudanças efetivas. Mesmo nos casos em que a percepção do fenômeno se tornava mais realista, com o reconhecimento de que *los aventureros, los ambiciosos son los menos; los necesitados, los miserables, son la masa, el número mayor de nuestros emigrantes*⁴⁰³, a declaração era somente retórica, distante de conduzir a efetivas mudanças no sentido de melhorar as condições de vida dos camponeses nas diferentes províncias e com isso evitar a opção pela saída do país.

Em uma colocação que já estava antecipada na *Memoria da Comisión Especial* de 1881, algumas abordagens faziam a diferenciação entre as províncias meridionais, mais carentes, nas quais a emigração era motivada pela miséria e aquelas onde o que prevalecia era o espírito de aventura, percebido nas províncias do norte da península.

⁴⁰² Um artigo publicado no jornal *El defensor de Sevilla* em 1889 ilustra a participação da imprensa nas discussões sobre o tema da emigração: "Si hubiera algún problema capaz de preocupar a nuestros gobiernos, separándolos, siquiera por algún tiempo, de esas continuas escaramuzas políticas que tanto abundan entretanto en el Congreso, de seguro sería la emigración uno de los que reclamaran su atención preferente, por su capital transcendencia, no ya en las comarcas que más directamente sufren sus estragos quedando así despobladas, sino en España toda (...). *El defensor de Sevilla*. Sevilla. 31/5/1889, p. 1.

⁴⁰³ A frase foi retirada do *Informe sobre el Anteproyecto de la Ley de Emigración* (1901). Instituto de Reformas Sociales, 1905. Apud Alonso, Blanca Sánchez. op. cit. 1989, p. 446.

Essa linha divisória entre o emigrante de diferentes regiões foi acentuada em algumas das interpretações elaboradas nas primeiras décadas do século XX⁴⁰⁴, revelando a fronteira entre os emigrantes com posses e os mais pobres. Efetivamente, as características sociais da região da Andaluzia correspondiam aos mais desfavorecidos. Em termos de acesso à educação, por exemplo, pelos dados do censo de 1877, 75% da população andaluza era analfabeta enquanto que este percentual era de 62% no resto da Espanha. A incidência de analfabetos crescia sensivelmente (81%) nas províncias da Andaluzia Oriental (Almería, Granada, Jaén e Málaga) que foram as que forneceram o maior contingente de emigrantes para o Brasil⁴⁰⁵.

Era certo, como acreditavam os intelectuais e políticos da época, que esta população analfabeta seria mais facilmente atingida pela ação dos *ganchos* com seu discurso sedutor. Como antídoto para a conversa enganadora dos agentes recrutadores, para aqueles que conseguiam ler e escrever foram produzidos materiais fornecendo informações úteis e fazendo advertências que poderiam auxiliar o emigrante em seu destino. Estes materiais devem ter circulado pouco entre os iletrados andaluzes.

Em 1910, uma *Cartilla del Emigrante* buscava disponibilizar informações necessárias para o espanhol decidido a deixar o país. O sentido era evidentemente a proteção do emigrante, na medida em que o advertia de uma série de perigos e inconvenientes, que poderiam acontecer desde a sua saída até a instalação no novo destino, assim como conscientizá-lo de seus direitos através do conhecimento das leis espanholas e das dos países de acolhida. A *Cartilla* foi produzida pela *Unión Ibero-Americana*⁴⁰⁶, entidade dedicada a manter vínculos entre as nações da América e as da península ibérica. O livreto trazia uma breve descrição de cada um dos países receptores de imigrantes, informações sobre o preço das passagens e conselhos sobre

⁴⁰⁴ Estes argumentos estiveram presentes nas discussões parlamentares que antecederam a legislação de emigração de 1907 e também na Memória produzida pelo *Consejo Superior de Emigración* em 1916, que recebeu o título de *La Emigración Española Transoceánica*.

⁴⁰⁵ Tocino, Gloria Espigado. "El analfabetismo en España. Un estudio a través del censo de población de 1877". *Trocadero: Revista de Historia Moderna y Contemporánea*. Nº 2, 1990, pp. 173 a 192.

⁴⁰⁶ A *Unión Ibero Americana* foi criada no final do século XIX com o fim de *avivar el amor patrio en los ausentes de España*. A entidade, além de realizar um censo dos espanhóis residentes na América, tratava de estimular a criação de sociedades espanholas nos países de destino dos emigrantes. Alfonso, Jesús María Rísquez e Ordoñez, Melchor. *Cartilla del Emigrante*. Madrid: Imprenta de los hijos de M.G.Hernandez, 1910.

hábitos alimentares e de higiene para manter a boa saúde no clima dos trópicos, chegando a fornecer receitas de medicamentos contra enjoos e outras moléstias, que poderiam acometer o viajante, com a gramatura precisa dos ingredientes da fórmula. A descrição que a *Cartilla* fazia do Brasil era positiva, destacando, entretanto, *la falta de autoridad que proteja al emigrante* sobretudo no interior do país⁴⁰⁷. Uma indicação do público ao qual estava dirigida a publicação, era a descrição das possibilidades oferecidas nos países americanos para os profissionais liberais, tais como advogados, médicos, farmacêuticos ou engenheiros, que estivessem dispostos a tentar sorte no Novo Mundo. O texto tendia a desestimular a emigração desses profissionais dado que *el nivel de la instrucción científica en América es bastante elevado* e não existia a necessidade de reforço por elementos estranhos aos nacionais⁴⁰⁸.

Um outro livreto, *El Estado de San Pablo. Estudio acerca de la verdadera situación del mismo en 1912/1913*, escrito pelo cônsul espanhol na capital do Estado, Sr. Juan N. Solorzano Y Costa⁴⁰⁹, procurava atingir ainda outro tipo de emigrante. O trabalho pretendia mostrar as grandes oportunidades profissionais e de empreendimentos oferecidas pelo Estado. Dirigido a um emigrante interessado em fazer negócios em São Paulo, nele se apresentavam detalhes da história, riquezas naturais, investimentos em transportes e indicadores da produção agrícola, pecuária e industrial. O livro fornecia dados detalhados sobre o movimento de exportação e importação pelo porto de Santos, além de informações sobre educação, atendimento à saúde e oportunidades oferecidas aos imigrantes, que davam conta de uma cidade moderna e vocacionada para o progresso. A obra começava com um aberto elogio ao Estado de São Paulo definido como *el más rico, el más floreciente y el más próspero de todos los de la Unión Brasileña* e concluía fazendo uma chamada às empresas

⁴⁰⁷ Idem. op. cit., p. 79.

⁴⁰⁸ Idem. op. cit., p. 45

⁴⁰⁹ Este cônsul espanhol em São Paulo foi objeto de denúncias por parte da imprensa que circulava na cidade em língua espanhola. Em 1914, *El Diario Español* fez uma denúncia formal ao presidente do Conselho de Ministros em Madri contra Solorzano sob a acusação de que tirava proveito das vicissitudes dos espanhóis que recorriam ao consulado. As denúncias acabaram por provocar a demissão do cônsul. Cánovas, Marília D. Klaumann. "El Diario Español y las asociaciones españolas en São Paulo en las primeras décadas del siglo XX". In Rodríguez, Juan Andrés Blanco (ed.). *El asociacionismo en la emigración española a América*. Salamanca: UNED – Zamora, 2008, p. 399.

industriais, aos capitalistas e comerciantes espanhóis para *un país de porvenir inmenso, de ilimitado campo de expansión comercial, industrial y agrícola*⁴¹⁰.

Mas o público perseguido por estes folhetos e livretos de informações, conselhos úteis e inclusive incentivos para quem estivesse disposto a emigrar, não eram os camponeses pobres e analfabetos da Andaluzia. Em termos de propaganda, os andaluzes estavam sujeitos aos cartazes e panfletos distribuídos nas vilas e povoados pelos recrutadores de emigrantes, aos quais tinham acesso por meio de leituras coletivas, como descrevia um jornal de Málaga em 1889:

*En la Alameda había ayer un grupo de más de treinta trabajadores que prestaban atención a la lectura de un folleto propagandista de la emigración a Buenos Aires (...) Otro grupo menos numeroso compuesto en su mayoría por carreros, prestaban oídos atentos a otro lector (...)*⁴¹¹

3.3 - La Pátria sorda, muda y ciega⁴¹²: a necessidade de emigrar de espanhóis e andaluzes

Na Espanha, o processo de avanço do capitalismo foi marcado pelas turbulências políticas e bélicas que foram o traço distintivo do século XIX peninsular: a invasão francesa e a posterior guerra da Independência espanhola, as guerras civis carlistas e o fim do seu império colonial. Os espanhóis passaram a maior parte do século XIX em lutas relacionadas com problemas sucessórios monárquicos alternadas com períodos de instauração do regime republicano.

O historiador Manuel Tuñón de Lara, no livro *España en el siglo XIX*, descreveu um panorama que permite compor um cenário para a Espanha no alvorecer desse século. Tratava-se de um país com características fortemente associadas ao Antigo Regime, ou seja, uma economia fundamentalmente agrária, dominada pelos

⁴¹⁰ Costa, Juan N. Solorzano y. *El Estado de San Pablo. Estudio acerca de la verdadera situación del mismo em 1912-13*. São Paulo: Talleres tipográficos de El Diario Español, 1913.

⁴¹¹ *La Unión Mercantil*. Málaga, 6 de junho de 1889, p. 2. Link consultado em 26/08/2013. URL: <http://www.archivodiazescovar.com/prensa6.php?fechaprensa=18890606&selprensa=LUM&pag=1>

⁴¹² De um romanceiro popular espanhol, 1889. *Y emigran a otra nación, buscando el pan que les niega la patria, que a su aflicción está sorda, muda y ciega*.

latifúndios. Em termos percentuais, 68% do território espanhol era propriedade da alta nobreza e da Igreja, sendo que ambos grupos somados representavam apenas 5,3% em termos populacionais, proporção que revela o enorme desequilíbrio na distribuição da riqueza e da propriedade fundiária. A população espanhola, segundo o censo de 1803 era de 10.268.000 habitantes, sendo 6.650.000 a população ativa e desta em torno de 85% a que se dedicava ao trabalho agrícola. As permanências feudais eram ainda abundantes, a tal ponto que, em muitos casos, a propriedade da terra trazia consigo o poder sobre os habitantes dos povoados nela localizados. Nas suas propriedades, os nobres tinham o controle da burocracia e da administração da justiça. Em muitas regiões, o regime de herança por *mayorazgo*, que privilegiava como herdeiro apenas um dos filhos, concentrava ainda mais a propriedade agrária⁴¹³.

A sequência de disputas políticas e conflitos bélicos teve influência sobre o processo de modernização da economia espanhola, que aconteceu com atraso com relação ao resto da Europa. A Espanha era, no século XIX, um país basicamente agrário, representando este setor dois terços do total de sua economia, em consonância com a distribuição demográfica mencionada. Durante todo este século o país atravessou um longo e lento processo de mudanças que levou à desarticulação das antigas formas de organização social, afetando as relações de trabalho no campo. A Espanha é um país com marcantes contrastes regionais e as diferenças se fizeram sentir, como vimos, também nas características da emigração. Mesmo assim, fazendo uma generalização, podemos afirmar que foi resultado deste processo a travessia atlântica se apresentar como uma alternativa para a sua população camponesa⁴¹⁴.

A segunda metade do século XIX, etapa de consolidação da economia capitalista na Espanha, foi tumultuada do ponto de vista político⁴¹⁵. Em 1876 foi

⁴¹³ Lara, Manuel Tuñón de. *España en el siglo XIX*. Madrid: Ediciones Akal, 2000, p. 26/27.

⁴¹⁴ As estatísticas espanholas, mesmo que deva ser levado em consideração que as categorias utilizadas para classificação eram amplas e ambíguas, registram que, entre 1882 e 1930, os agricultores formaram o maior grupo profissional entre os emigrantes. Contreras-Pérez, Francisco. op. cit. 2000, p. 110.

⁴¹⁵ O século XIX espanhol foi marcado por uma grande instabilidade política como manifesta a alternância de regimes políticos e governos em curtos espaços de tempo. O “Sexênio democrático” começou com a revolução de 1868 que instaurou o governo provisional após o fim do reinado de Isabel II de Bourbon. Este governo tomou algumas medidas democráticas a favor da liberdade de imprensa e de associação e decretou a liberdade de ventres nas colônias que ainda faziam parte do Império colonial espanhol. Com muita dificuldade foi encontrado um novo rei, na casa italiana de Saboia, para substituir a

promulgada uma nova Constituição, expressão do liberalismo doutrinário. Era o período de restauração monárquica, que foi apresentada como uma tentativa de reconciliação nacional, mas que resultou, efetivamente, em um pacto entre a oligarquia e a burguesia financeira e industrial.

A Espanha passou nesta época, da mesma forma que outros países europeus, como França e Itália, por um processo de construção nacional que assumiu, entre outras, a tarefa de nacionalizar as comunidades pré-existentes. Alguns autores apontam esse momento como sendo o de surgimento dos nacionalismos periféricos tão característicos da Espanha moderna, como o catalão ou o vasco. Estas identificações regionais foram, em parte, resultado do fracasso da penetração do nacionalismo espanhol e consequência das características específicas de sua política liberal: um Estado ineficaz na sua ação unificadora, um centralismo oficial no discurso e um localismo real, grandes desequilíbrios econômicos regionais e fraca homogeneidade social. É este o momento em que “oligarquia e caciquismo” constituíram o sistema político que foi sinônimo do período da Restauração, e que perdurou até 1923⁴¹⁶. Para completar o quadro do fracasso da construção nacional, a Espanha passou, nos últimos anos do século, pelo que ficou conhecido como “desastre do 98”, com a derrota na Guerra Hispano-americana que teve como resultado a perda das colônias de Cuba e Filipinas para os norte-americanos, representando o fim definitivo do Império Colonial espanhol. A “crise finisecular”, denominação que ficou associada à depressão econômica do terço final do século XIX, provocou a contração agrária, tanto da agricultura tradicional como da de exportação, a crise no comércio e a paralização da indústria⁴¹⁷.

rainha deposta. O rei Amadeo I teve um curto reinado de dois anos ao final do qual foi proclamada a Primeira República Espanhola em 11 de fevereiro de 1873. Também a república teve uma curta existência e em final de 1874 foi restaurada a monarquia, na figura do rei Afonso XII, filho da deposta rainha Isabel. Cortázar, Fernando Garcia de e Vesga, José Manuel González. *Breve História de España*. Madrid: Alianza Editorial, 1994, pp. 436 a 439.

⁴¹⁶ Em setembro de 1923 um golpe de estado começou um período de governo ditatorial conduzido por Miguel Primo de Rivera que durou até 1930. O desgaste do regime autoritário levou ao fim do período da Restauração Borbônica com a instauração da Segunda República Espanhola em abril de 1931. Cortázar, Fernando G. e Vesga, José Manuel G. op. cit., pp. 557 a 564.

⁴¹⁷ Lacomba, Juan A. *Historia Contemporánea de Andalucía. De 1800 a la actualidad*. Sevilla: Almuzara, 2006, p. 85.

Também com relação ao processo de industrialização a Espanha apresenta marcadas diferenças regionais e assim, apesar do desenvolvimento industrial ter fracassado na Andaluzia, teve sucesso na Catalunha, nas Astúrias e no País Vasco. Na região da Andaluzia, após o ímpeto modernizador da economia surgido entre 1835 e 1860, aconteceu nas últimas décadas do século XIX, o que o historiador Juan Lacomba chama de “aborto” do impulso na economia⁴¹⁸. Na Espanha em geral, o período da grande onda migratória correspondeu ao período da crise, cuja consequência em termos da configuração agrária foi a progressiva desaparecimento das pequenas propriedades e a redução dos empregados na agricultura. A posse da terra passou por um processo de concentração que foi levando à perda de sua tradicional função de meio de vida e à expulsão dos pequenos proprietários, provocando uma proletarização dos camponeses. Estes movimentos além de estarem na base da emigração atlântica contribuíram também para aumentar a corrente de migração campo-cidade já iniciada décadas antes com o começo da industrialização⁴¹⁹.

A diversidade regional espanhola também se manifestou em termos da preferência por destinos. Em algumas partes da península, como Extremadura ou Galícia, se formaram, desde o começo da grande onda migratória, redes de atração para as ex-colônias espanholas na América, fundamentalmente para a Argentina, Cuba e o Uruguai. Em outras, como Murcia ou a Andaluzia existiu, durante boa parte do século XIX, uma tradição da migração dita *golondrina*⁴²⁰ para o norte da África, que foi depois substituída por uma significativa corrente em direção à América, principalmente para Argentina e Brasil⁴²¹.

A região da Andaluzia⁴²² ocupa a porção meridional do território espanhol, e sua extensa superfície (em torno de 88.000 quilômetros quadrados) está dividida em oito

⁴¹⁸ Idem. op. cit., p. 82.

⁴¹⁹ Idem. op. cit., p. 89.

⁴²⁰ Migração temporária de trabalhadores para participar de atividade agrícola fora do seu local habitual de moradia e trabalho.

⁴²¹ Pelas estatísticas oficiais espanholas, que desconsideram os dados de emigrantes embarcados em portos não espanhóis, do total de emigrantes que deixaram a Espanha entre 1882 e 1930, 48% se dirigiram para a Argentina e 34% para Cuba. O Brasil, mesmo muito distante destas proporções, é o terceiro país de destino de emigrantes espanhóis com 7% do total. *Atlas de las Migraciones*. Valencia: Fundación Mondiplo. 2010, pp. 188/189.

⁴²² A Andaluzia foi reconhecida como comunidade autônoma em 1982. É a segunda região da Espanha em extensão territorial e a primeira em termos populacionais.

províncias que se convencionou separar em duas zonas: a ocidental, composta pelas províncias de Sevilla, Cádiz, Huelva e Córdoba e a oriental, com as províncias de Jaén, Granada, Málaga e Almería. A primeira se debruça sobre o Oceano Atlântico e teve seu auge durante a expansão colonial espanhola para América, sendo Sevilla e mais tarde Cádiz os principais portos de saída para o Novo Mundo. A porção oriental está voltada para o Mediterrâneo, de frente para a costa do Magreb. De todas as províncias da Andaluzia, somente Córdoba e Jaén não tem acesso direto à costa. De forma geral, as duas zonas em que se divide a região tem diferenças físicas, demográficas e econômicas. No século XIX, em termos de propriedade da terra, o latifúndio dominava as províncias ocidentais, principalmente Sevilla, Cádiz e Huelva, sendo que as províncias de Almería, Málaga y Granada apresentavam predomínio de minifúndios⁴²³.

Pesquisas relativamente recentes, conduzidas por pesquisadores espanhóis focados em estudos regionais, revelaram que a pressão demográfica, tão mencionada enquanto fator de expulsão, pode ser considerada uma das causas da emigração apenas em algumas regiões da Espanha⁴²⁴. Este é o caso da Galícia, da Extremadura ou da Cantábria, regiões onde um crescimento populacional acelerado, durante o século XIX, pode ser apontado como um dos motivos do constante desemprego dos agricultores diaristas. Diversamente, para regiões como Aragón ou Castilla - La Mancha a questão populacional não pode ser apontada como causa significativa do movimento migratório, já que os dados não confirmam esta coincidência cronológica. Ou ainda, como foi caso da Andaluzia, as informações por região podem esconder a diversidade do movimento populacional, quando analisado em perspectiva intra-regional, fazendo com que um saldo neutro de entradas e saídas, oculte a diferença entre províncias imigratórias e províncias emigratórias.

Devido ao histórico de afluência de população, existe na produção historiográfica espanhola, uma polêmica acerca do fato da Andaluzia ter sido ou não uma região de emigração. Efetivamente, sua grande importância desde a época colonial, fez dela região de atração de habitantes até a metade do século XIX, sendo o principal centro de convergência a cidade de Sevilla na Andaluzia ocidental. Nos

⁴²³ Ver mapa da região da Andaluzia nos Anexos.

⁴²⁴ Ver páginas 147 a 149 e 153.

primeiros cinquenta anos desse século, massas provenientes de outras regiões da Espanha se dirigiram para a Andaluzia, estimuladas pela quantidade de novas terras integradas ao cultivo como resultado das desamortizações, tanto da igreja quanto senhoriais, e das melhorias introduzidas no trabalho agrícola, aliadas a uma agricultura voltada para a exportação, cujos principais produtos eram vinho, azeite e frutas. Outros fatores de atração foram a proliferação da mineração, o desenvolvimento urbano da Andaluzia ocidental (Sevilla, Córdoba e Cádiz) e a industrialização do sul da região⁴²⁵.

Passada a metade do século, a partir da década de 1870, a crise finisecular provocou mudanças importantes na configuração da propriedade agrária andaluza. Dado que as proporções entre latifúndio e minifúndio eram diversas entre as várias províncias andaluzas, os efeitos da crise se fizeram sentir de maneira diferente conforme a sub-região.

É frequente a afirmação entre os historiadores espanhóis de que os aspectos particulares do campo andaluz, em final do século XIX, foram a resistência dos proprietários agrários a introduzir modernizações tecnológicas e os baixos salários pagos aos trabalhadores. A grande disponibilidade de força de trabalho no mercado rural seria a responsável por estas características. O desequilíbrio entre oferta e demanda de mão de obra encontraria a causa, por sua vez, no acelerado crescimento demográfico acontecido na época em algumas zonas andaluzas. A análise demográfica da região da Andaluzia em seu conjunto pode induzir a erros dada a disparidade de densidade populacional entre as diferentes províncias⁴²⁶. Se o elenco de motivos pelos quais se busca explicar a emigração espanhola é insuficiente para dar conta da diversificação regional, muitas vezes mesmo a análise por região esconde realidades mais complexas nas diferenças intra-regionais.

Desde finais do século XIX, a Andaluzia foi palco de importantes migrações interiores e exteriores: houve êxodo da população das províncias com pequena e média propriedade e em processo de desindustrialização (Málaga, Granada e Almería) e das que sofriam com a crise da mineração (Jaén e Almería). Ao contrário, Sevilla e

⁴²⁵ Bernal, Antonio M. "La emigración de Andalucía" in Sánchez-Albornoz, Nicolás *Espanoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*. Madrid, Alianza Editorial, 1995, p. 144.

⁴²⁶ Somente as províncias andaluzas de Cádiz, Granada, Málaga e Sevilha mostram uma densidade populacional maior que a média nacional entre final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Idem, op. cit., p. 148.

Córdoba, zonas de latifúndio, atraíam população. Em outras palavras, afirmar que houve, neste período, crescimento populacional na Andaluzia pode esconder uma realidade mais complexa, já que o comportamento demográfico de algumas províncias compensou o ocorrido em outras.

Para o historiador Antonio Bernal, um dos primeiros a tratar do caso andaluz, a crise finisecular não pode ser reduzida a um único fenômeno que teria funcionado como detonador da emigração para América já que ela englobou fenômenos diferentes com consequências desiguais. A afirmação de uma relação entre crise agrícola finisecular e emigração, sem mais mediações, parece, do ponto de vista do autor, simplificar demais a análise, por isso considera importante um olhar mais minucioso⁴²⁷.

É possível traçar o percurso da crise e sua influência sobre a pequena propriedade. Não pretendemos esgotar o assunto, por demais complexo, da origem de classe dos emigrantes andaluzes que se dirigiram para as fazendas de café, o que estaria, aliás, além dos objetivos do nosso trabalho. Acreditamos, que as informações apresentadas possam ajudar a compreender a inserção destes indivíduos no Brasil e as suas expectativas com relação a recuperar sua condição de pequenos proprietários.

A filoxera⁴²⁸ entrou por Málaga em 1878 e em vinte anos se estendeu por toda a Andaluzia. As áreas mais prejudicadas foram as que produziam para consumo interno, ou seja, as propriedades menores enquanto que nos grandes latifúndios, cuja produção era destinada à exportação, foram feitas adaptações que permitiram diferentes soluções remediadoras. Houve também crise na produção dos cereais e posteriormente também nas plantações de oliveiras.

Com estes dados e levando-se em consideração a diversidade intra-regional, é possível estabelecer uma relação entre crise agrícola e emigração: a filoxera afetou as videiras a partir de 1878-1880, após uma etapa de grande expansão e auge exportador do vinho espanhol devido a que a praga atacara as uvas francesas, suas concorrentes, em anos anteriores. A crise das videiras afetou principalmente o pequeno proprietário de Almería, Málaga e Granada, províncias onde se verificaram os maiores índices de

⁴²⁷ Idem. op. cit., p. 146.

⁴²⁸ Filoxera é a praga mais devastadora para a viticultura. Ela destruiu grande parte das vinhas europeias a partir de 1850.

emigração na Andaluzia⁴²⁹. Em 1890, a reincidência da praga acabou com 95 a 100% das plantações destas províncias e se estendeu até Córdoba e Cádiz. O governo não tomou medidas para ajudar os agricultores prejudicados e os latifundiários, em maior proporção na parte oeste da Andaluzia, aproveitaram a situação já que, como o momento anterior tinha sido uma crise de superprodução, a praga restituía o ajuste entre oferta e demanda⁴³⁰. A exigência de pagamento de altos tributos, que foi mantida mesmo em época de crise, exerceu também uma forte pressão sobre os pequenos proprietários, sendo que grande número de propriedades foi penhorada por dívidas⁴³¹. A pesada incidência de impostos pressionava uma economia em recessão e uma sociedade empobrecida. O camponês andaluz, destituído desta condição pela perda de sua terra, se ressentia da falta de trabalho ao não ser reabsorvido pelo mercado afetado pela crise. Este momento coincidiu na Andaluzia oriental com altos índices de emigração.

Junto com a crise agrícola, veio a decadência da indústria. Em 1856, a Andaluzia era a segunda região espanhola em termos de industrialização, atrás da Catalunha⁴³². Durante a depressão se produziu o afundamento dos setores mais modernos (siderurgia e algodão) e o crescimento dos tradicionais (alimentos). A isto deve se acrescentar o alto preço do carvão e a concorrência da indústria catalã, basicamente dos têxteis. Foi o momento do definitivo desmonte da indústria andaluza. Só se mantiveram as produções tradicionais e com uma configuração bastante artesanal.

Com relação à mineração, o capital estrangeiro substituiu o nacional, fazendo com que os benefícios obtidos pela exploração de minério não fossem reinvestidos na Andaluzia onde só ficava o correspondente aos salários⁴³³. Em Almería somou-se à

⁴²⁹ Contreras-Pérez, Francisco. op. cit. 2000, pp. 117 a 136.

⁴³⁰ "(...) a falta de solidariedade dos grandes proprietários foi a nota dominante, já que, frente à crise de superprodução e a consequente queda nos preços, observavam como a filoxera restabelecia o ajuste entre oferta e demanda ao acabar, sem possibilidade de recuperação por falta de recursos, com os vinhedos marginais e do minifúndio". Bernal, Antonio. op. cit., p. 152 (tradução nossa).

⁴³¹ Antonio Bernal estima em 800.000 as pequenas propriedades embargadas por dívidas fiscais. Bernal, Antonio. op. cit., p. 157.

⁴³² Lacomba, Juan A. op. cit., p. 84.

⁴³³ Ao mesmo tempo estas exportações pesaram positivamente na balança espanhola e foram fundamentais para a industrialização do norte da península na medida em que possibilitaram a aquisição

crise, o esgotamento das minas de chumbo da Serra do Gador⁴³⁴. Outros aspectos da crise foram as dificuldades enfrentadas pelo comércio e a absorção do banco Andaluz pelo banco da Espanha, que continuou o processo de saída de capitais, mesmo que divisas tenham entrado por este canal. É também deste período o traçado da rede ferroviária, que foi feito não com o propósito de articular a economia regional, mas para transportar a produção para os portos de exportação, o que colaborou para o processo de dominação econômica da região⁴³⁵ por interesses externos a ela.

Assim, as zonas de minifúndio foram mais afetadas pelo fenômeno emigratório. A ideia de emigrar teria ocorrido mais frequentemente entre os pequenos proprietários de terra pauperizados, que se viam obrigados a se desfazer de suas propriedades sem condições para enfrentar a modernização. Para Bernal, a emigração era mais fácil para quem se encontrava perto da costa, mas também para quem tinha alguma coisa para vender. De acordo com seu cálculo, um trabalhador diarista precisaria de um ano e meio de trabalho para poder juntar o preço da passagem, cálculo que reconhece ser meramente teórico, dada a incapacidade absoluta de poupar destes trabalhadores⁴³⁶.

A que atribuir este movimento no qual a Andaluzia abandonou um processo econômico autônomo para se converter em região colonizada pelo capitalismo externo a ela, quer nacional ou internacional? Ao fato de tratar-se de uma economia pouco articulada e por isso vulnerável, ao desequilíbrio na configuração da propriedade agrária, ao excessivo tradicionalismo nos cultivos e a um mercado regional mal integrado e sujeito às flutuações agrícolas. A Andaluzia tornou-se um local de capitalismo arcaico, fruto da dependência e de um processo de periferização econômica⁴³⁷.

de matérias primas. Juan Lacomba afirma que no último terço do século XIX, a Andaluzia contribuiu para a industrialização de outras regiões espanholas. Lacomba, Juan. op. cit., p. 87.

⁴³⁴ O auge da exploração destas minas, situadas na parte central da província de Almería e conhecidas desde a época dos romanos, foi nos anos 1820-1829. A partir de 1840, devido à intensa exploração, os níveis de extração foram progressivamente se esgotando. As minas foram importante fonte de trabalho para os habitantes da região que realizavam a atividade extrativa por meios manuais. *Las minas de la cercana Sierra de Gador*. Recuperación del patrimonio cultural de Adra. 2008. Site consultado em 07/09/2013. http://www.adracultural.es/pdf/plomo/sanandres/minas_sierra_de_gador.pdf

⁴³⁵ Lacomba, Juan A. op. cit., p. 88.

⁴³⁶ Bernal, Antonio M. op. cit., p. 160.

⁴³⁷ Lacomba, Juan. op. cit., p. 123.

A economia andaluza entrou no século XX desindustrializada e essencialmente agrícola, com o comércio em declínio e a mineração explorada por especuladores. Uma grande massa da população foi empurrada a emigrar pelas difíceis condições de vida, relacionadas à perda de suas propriedades e à falta de trabalho. Em torno de 204.000 pessoas, de acordo com as cifras oficiais, emigraram da Andaluzia, devendo ser considerado que o número está minimizado pela insuficiência das fontes e pelo elevado número de emigrantes que saiu por portos não espanhóis, de forma irregular e que, portanto, não foram incluídos nos cálculos.

Ao retomar a consideração da diversidade intra-regional no caso do movimento migratório, observa-se que em torno de 70% da emigração andaluza provinha das províncias orientais, sendo o peso desta região, em termos demográficos sobre o conjunto da população andaluza, de aproximadamente 52%. Era precisamente na região oriental da Andaluzia onde a proporção entre minifúndio e latifúndio, na segunda metade do XIX, desequilibrava a favor do primeiro. Mesmo dentro da região oriental os números da emigração eram desiguais: a província de Almería representou 44% do total enquanto que a de Jaén ficou em torno de 1%. São Paulo foi o destino preferencial dos almeirenses, sendo a média de embarques para este Estado em Almería maior que a média regional andaluza⁴³⁸. De forma geral, as províncias que apresentaram os índices mais altos de emigração foram as costeiras: Almería, Málaga, Granada e Cádiz⁴³⁹. A hipótese de que o beneficiado pela passagem subsidiada não fosse o trabalhador diarista e sim, em maior proporção, o pequeno proprietário depauperado que, com o pequeno pecúlio produzido pela venda de sua terra, poderia arcar com os custos da emigração, mesmo sendo ela realizada através de passagem subsidiada, é confirmada pela análise de Bernal quando afirma que o trabalhador mais pobre, sem posse nenhuma, não poderia dar conta dos custos de transporte até o porto de embarque ou ainda da manutenção do grupo familiar no período de mudança em que permaneceria afastado do trabalho.

⁴³⁸ Contreras-Pérez, Francisco. op. cit. 2000, p. 124.

⁴³⁹ Idem. op. cit., 2000, p. 117. Esta informação apresenta um viés importante de ser destacado. Muitos emigrantes declaravam como último local de residência o porto de embarque onde, aliás, não era raro permanecerem um tempo enquanto aguardavam o momento de ingressar nos navios. O número de emigrantes computados nestas cidades pode sofrer um aumento artificial por conta destas respostas.

O mundo do camponês andaluz foi afetado, a partir das décadas finais do século XIX, pela expulsão dos pequenos proprietários, pelo desemprego, os baixos salários e a difícil subsistência, que foram características do mundo rural, expressão de uma tensa luta de classes. Se o processo econômico andaluz do século XIX conduziu ao atraso, no século XX tratou-se de “um longo itinerário em direção ao subdesenvolvimento”⁴⁴⁰.

A classe dirigente andaluza, formada pela antiga nobreza, dona das grandes propriedades e pela burguesia latifundiária integrada pelos grandes colonos e camponeses do século XVIII, assim como pela burguesia urbana, também atraída pelo investimento fundiário, esteve associada ao característico caciquismo andaluz, cuja persistência esteve por sua vez, entre outras causas, fortemente relacionada ao alto grau de analfabetismo da população⁴⁴¹.

Em outras palavras, todas as circunstâncias mencionadas concorreram fortemente para explicar a emigração andaluza por um fator fundamental: a miséria camponesa. Os dados de emigração da Andaluzia, mesmo que incompletos, indicam que, entre 1901 e 1911, 80% dos emigrados eram camponeses obrigados a sair da sua terra por problemas relacionados ao regime de exploração da propriedade agrícola⁴⁴².

O século XX começou com estiagem na Andaluzia: *El invierno y la primavera de 1903, muy escasos de lluvia, fueron tristísimos para el proletariado andaluz. En Córdoba hubo serios desordenes ocasionados por el paro forzoso de los campesinos*⁴⁴³. A situação crítica se manteve alcançando, em 1905, *limites horrorosos* devido à seca, ao desemprego e à fome. Em 1905, o escritor espanhol José Martínez Ruiz, conhecido pelo apelido de Azorín, um dos representantes da geração de 98⁴⁴⁴,

⁴⁴⁰ Lacomba, Juan. op. cit., p. 118.

⁴⁴¹ Sobre o caciquismo andaluz, ver Lacomba, Juan A. op. cit., pp. 94 a 97. Os dados referentes ao analfabetismo andaluz foram apresentados no nosso trabalho na página 161.

⁴⁴² Bernal, Antonio. op. cit., p. 156.

⁴⁴³ A frase foi escrita em 1923 por Eloy Vaquero Cantillo. Vaquero foi jornalista, poeta e político, e um representante do *andalucismo*, tendência regionalista originada no século XIX, no momento de surgimento dos movimentos autonomistas espanhóis. O seu principal representante foi o escritor e político Blas Infante. Cantillo, Eloy Vaquero. *Del drama de Andalucía: Recuerdo de luchas rurales y ciudadanas*. Córdoba: J. Font, 1923.

⁴⁴⁴ Ficou conhecido como “Geração de 98”, um grupo de escritores, poetas e intelectuais do final do século XIX espanhol, influenciados pela crise *finisecular*, cuja principal característica era a produção de

escreveu *La Andalusia trágica*, reportagem composta de cinco artigos⁴⁴⁵. Entre outras situações observadas durante a viagem à região, o autor relatou sua reunião com os trabalhadores de Lebrija, município da província de Sevilla, expondo a miséria em que eles e suas famílias viviam, o padecimento da fome e das doenças a ela associadas. Em seu texto, Azorín relatava que o campo andaluz tinha duas idéias fixas: *el amo es el enemigo e las leyes se hacen para los ricos*. Era o problema da pobreza que conduzia à fome e à tuberculose: (...) *este es el mal de Andalucía. No se come; la falta de nutrición trae la anemia; la anemia acarrea la tisis*⁴⁴⁶.

Uma descrição nítida da situação crítica da Andalusia pode ser apreendida em ensaios e relatos literários que deixam entrever um ambiente próximo de uma explosão de violência social para cuja distensão poderia contribuir o êxodo dos camponeses. Mesmo carecendo de documentos que comprovem a afirmação, os indícios parecem indicar que o governo espanhol teria feito “vista grossa” das leis que eram desrespeitadas no processo de recrutamento de trabalhadores para o exterior devido justamente a essa função de alívio da pressão social propiciado pela emigração.

Outro político e ensaísta andaluz, Baldomero Argente del Castillo, coevo das grandes emigrações, escreveu em 1913: *Desde el fondo de muchas provincias españolas llegan hasta Madrid voces en demanda de auxilio. ‘No hay trabajo, no hay pan; la gente emigra o se muere de hambre*⁴⁴⁷. Na mesma obra, o autor alerta para a dimensão do êxodo empreendido pelos andaluzes:

um discurso que girava em torno dos “problemas da Espanha”. A geração foi marcada por uma visão pessimista do futuro nacional. Fizeram parte dela escritores como Antônio Machado, Valle-Inclán, Miguel de Unamuno e o próprio Azorín. Existe muita discussão sobre a Geração do 98 dada a dificuldade de encontrar características comuns a uma tão variada gama de escritores. Ortega Y Gasset, José. “Ensayos sobre la generación del 98 y otros escritores españoles contemporáneos”. *Obras completas. V. IX*. Madrid: Santillana Ediciones Generales, 2006.

⁴⁴⁵ Azorín tinha sido contratado pelo jornal *El Imparcial* de Madri, dirigido pelo pai do filósofo Ortega y Gasset, para viajar até a Andalusia e escrever uma crônica sobre a situação local. O tom de denuncia das reportagens, fez Azorín perder seu cargo no jornal. *La Andalusia Trágica* foi publicada na forma de livro somente em 1914, quando foi acrescentada a outra obra do autor. Azorín. *Los Pueblos*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1976.

⁴⁴⁶ Azorín. op. cit., p. 137.

⁴⁴⁷ Castillo, Baldomero Argente del. “La miseria campesina”. In *La Esclavitud proletaria*. Madrid: Renacimiento, 1913. Apud Lagos. Manuel Ruiz. *Ensayistas del Mediodía. (Mentalidades e ideologías autóctonas andaluzas en el período de entreguerras)*. Sevilla: Editoriales Andaluzas Unidas, 1985, p. 191.

Las estadísticas oficiales dan ya sumas superiores a 190.000, en rápida progresión creciente. Y en esas cifras no están comprendidas: la emigración que se realiza por Gibraltar, que es la mitad de la que despuebla las provincias andaluzas (...) ¿Hasta qué cifra alcanzará en España la verdadera emigración?⁴⁴⁸.

Na Andaluzia os cafeicultores paulistas encontraram o imigrante desejado. E quando não era possível trazê-lo pelos portos espanhóis o fizeram pelo porto inglês de Gibraltar, como se verá no capítulo 4, em empreitada que não media esforços, e que desconhecia a legislação do país de origem dos trabalhadores. Foi montada uma extensa rede de recrutamento, que trabalhava, em algumas ocasiões, de acordo com as autoridades locais⁴⁴⁹. Para a população andaluza a perda das propriedades e a pressão dos impostos tornavam impossível a aquisição de uma passagem marítima, cujo preço para América do Sul, em 1890, era de aproximadamente 215 pesetas (sem contar outros gastos necessários para chegar até o porto), enquanto que a diária média de um trabalhador rural era de 1,5 pesetas⁴⁵⁰. De forma geral, para esta população sem a solvência necessária para comprar seus bilhetes, a oferta de passagens subsidiadas foi fundamental, portanto a incidência de emigração com passagem gratuita em Andaluzia foi maior que em outras regiões espanholas⁴⁵¹. O principal e mais constante país a oferecer estas passagens foi o Brasil.

Cada região espanhola apresentava especificidades, mas a desarticulação das formas tradicionais de produção agrícola parece ter sido uma marca constante em todos os casos. Existe consenso em afirmar que a crise econômica esteve na origem da emigração dos espanhóis para a América. Como descrito até aqui, foi o processo de avanço do capitalismo que, ao deslocar populações que faziam uso tradicional da terra para seu sustento, foi empurrando estes camponeses para a proletarização e para a necessidade de deixar o seu país. Desta forma, a crise foi condição necessária para a

⁴⁴⁸ Baldomero Argente del Castillo, op. cit., p. 188/189.

⁴⁴⁹ González, Alejandro Vázquez. “La emigración gallega. Migrantes, transporte y remesas”. In Sánchez-Albornoz, Nicolás. *Espanoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*. Madrid: Alianza Editorial: 1995, p. 89.

⁴⁵⁰ Paredes, Carlos Sixirei. “Galicia y Andalucía: Dos modelos de emigración regional española a América”. In *Encuentro de Latinoamericanistas Españoles (12. 2006. Santander): Viejas y nuevas alianzas entre América Latina y España*, s.l. : Espagne (2006), p. 7. URL: <http://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00103072/>

⁴⁵¹ Contreras-Pérez, Francisco. op. cit. 2000, pp. 115/116.

emigração. O que defendemos neste trabalho é que ela foi condição necessária, mas não suficiente.

Ao nosso ver, foi a ação desenvolvida pelos demandantes de mão de obra no Brasil ao oferecer passagens subsidiadas pelo Estado de São Paulo que permitiu a efetiva realização da ideia de emigrar dos camponeses andaluzes. Em outras palavras, se a crise econômica foi decisiva para tomar a decisão de emigrar, as passagens subvencionadas foram decisivas para a definição do destino destes emigrantes.

3.4 – Encadenamiento de explotaciones y amoralidades⁴⁵²: O trabalho dos ganchos e a rede montada para a captação dos trabalhadores

Art.33 – Quedan prohibidas la recluta de emigrantes y la propaganda para fomentar la emigración.

Los anuncios y publicaciones que los navieros ó armadores y consignatarios publiquen, relativos al transporte de emigrantes, solo podrán referirse a las fechas de entrada y salidas de las naves de los puertos, puntos de escala y condiciones del pasaje.

Las infracciones al párrafo primero de este artículo, así como el hecho de dedicarse a la agencia de emigración, se castigaran con la pena de prisión correccional en su grado mínimo, y además, con la retirada de la autorización si se trata de navieros ó armadores y consignatarios.

Art. 34 – Queda prohibido en todo el territorio español la agencia de emigración. En su virtud, ningún español ni extranjero podrá dedicarse a esta industria⁴⁵³

Os artigos acima fazem parte da legislação sobre emigração aprovada pelas Cortes Espanholas em 21 de dezembro de 1907. A lei expressa a preocupação das

⁴⁵² Consejo Superior de Emigración. *La Emigración Española Transoceánica. 1911-1915*. Madrid: Hijos de T. Minuesa de los Ríos, 1916.

⁴⁵³ *Ley y reglamento provisional para la aplicación de la Ley de emigración de 21 de diciembre de 1907*. Madrid: Imprenta de la gaceta de Madrid, 1908, p. 14.

autoridades espanholas com a atividade de recrutamento de emigrantes que já estava em pauta desde a *Memoria* produzida pela *Comisión Especial* em 1881⁴⁵⁴.

Mesmo havendo leis anteriores que se ocuparam do assunto, a de 1907, foi considerada a primeira lei sobre emigração promulgada na Espanha. Afinada com o espírito liberal da época, as suas primeiras linhas eram para deixar explícita a garantia de liberdade de movimentos de todos os espanhóis. Definia o conceito de emigrante, estabelecia situações restritivas para aqueles que estivessem em falta com as obrigações militares ou sofrendo algum processo na justiça, regulamentava as relações com as empresas encarregadas do transporte marítimo e determinava aspectos da inspeção e fiscalização do processo. No artigo 47, determinava-se que a inspeção seria realizada nos portos espanhóis de embarque, nas regiões onde existisse emigração, nos próprios navios e nos portos de desembarque. Eram quinze os portos espanhóis autorizados para o embarque de emigrantes espanhóis, sendo os mais utilizados os portos galegos, os da Catalunha, da Andaluzia, da Cantábria e das Canárias. Como mostra o trecho selecionado, a lei era taxativa quanto à proibição da atividade de recrutamento de emigrantes.

A fim de colocar em prática as determinações da lei, foi criado o *Consejo Superior de Emigración* órgão encarregado da fiscalização em território espanhol. A *Cartilla do Emigrante* advertia, em 1910, que o *Consejo* existia para que:

*(...) ningún emigrante necesite enrolarse á ciegas en esos movimientos migratorios con que individuos ó empresas, poco escrupulosas, han seducido la imaginación de poblaciones enteras, que pronto han pagado con privaciones y penalidades de todo género, en países remotos, la ligereza de aventurarse lejos de la patria sin el consejo y el apoyo oficial que tienen derecho a recabar*⁴⁵⁵

A atividade de captação e recrutamento de emigrantes foi fundamental para o funcionamento da empresa migratória paulista. O esquema colocado em execução para tirar um camponês de seu local de origem e transportá-lo até terras distantes era

⁴⁵⁴ *Comisión Especial para estudiar los medios de contener en lo posible la emigración por medio del trabajo*, p. 7.

⁴⁵⁵ Alfonzo, Jesús María Rísquez e Ordoñez, Melchor. op. cit., p. 47.

de grande complexidade, ainda mais quando era feito contra a legislação do país do candidato a emigrar⁴⁵⁶. A rede de *enganche* (recrutamento) era hierarquizada e contava com elementos em cada povoado. Os *ganchos* se encarregavam de providenciar a passagem e os documentos, ajudavam no financiamento dos bilhetes e na falsificação do que fosse necessário. As companhias de navegação e seus consignatários lhes pagavam um valor por passageiro embarcado. Em todos os portos existiam três ou quatro grandes agências que tinham filiais no interior do país, principalmente nas cidades mais povoadas. A rede incluía também os proprietários das hospedarias nos portos de embarque. Os *ganchos* foram peças cruciais na atração de emigrantes para o Brasil, para onde os espanhóis não viriam espontaneamente.

A operação contava com o trabalho do agente que ia até os locais mais remotos buscando os camponeses em situação de pobreza aos que instava a sair do país, influenciando na escolha do destino com promessas de uma vida melhor. Este intermediário se ocupava da documentação e do transporte até o porto de saída. No porto, hospedarias e tavernas também lucravam com o emigrante, que muitas vezes tinha que esperar semanas pela chegada do navio que o conduziria ao Novo Mundo. As companhias de navegação também ganhavam por cabeça transportada e até o médico, que fazia a revista obrigatória antes do embarque, ganhava por indivíduo embarcado. As agências de recrutamento dos países sul-americanos eram, na maior parte das vezes, as representantes das companhias de navegação na América e assim uma etapa do negócio ficava vinculada à outra. Havia também ganhos com o transporte local de emigrantes por trem ou barco de cabotagem até os portos oceânicos.

Como vimos em capítulos anteriores, o negócio da emigração movimentava grandes somas de dinheiro. No espírito de expansão do capitalismo na época, o transporte de grandes massas humanas não podia deixar de ser uma oportunidade de negócio lucrativo. A existência da rede de recrutamento não foi uma exclusividade brasileira. Todos os países sul-americanos tiveram agências de emigração, que funcionaram tanto na Andaluzia como em outras regiões espanholas. Não é fácil conseguir dados sobre essas redes, mas alguns registros sobre a sua existência

⁴⁵⁶ González, Alejandro Vázquez. op. cit., pp. 89/90.

podem ser obtidos a partir de anúncios em jornais locais⁴⁵⁷. Do material utilizado em atividades de propaganda não existem praticamente registros. Funcionando sempre no limite da legalidade e claramente fora de seus limites a partir da legislação de 1907, o último elo desta corrente, os *ganchos*, se encarregavam de exercer o estímulo necessário para que os candidatos à emigração se decidissem por esse caminho.

Dados coletados em pesquisas realizadas na Argentina indicam que existiam em 1887, somente trabalhando para esse país em território espanhol, 17 agências de emigrantes⁴⁵⁸. A principal delas era a empresa Acebal, Diaz y Cia cuja sede era em Buenos Aires. No caso de São Paulo, a principal empresa de recrutamento de emigrantes para as fazendas, em atividade na Espanha, era a Antunes dos Santos & Cia. Estas agências tinham representantes ou delegados que atuavam localmente. Em Málaga, por exemplo, um dos encarregados da oferta de passagens gratuitas para São Paulo era o empresário Pedro Gómez Gómez depois sucedido por seu filho Pedro Gómez Cháix⁴⁵⁹. Ambos eram representantes da burguesia local, grandes empresários e os consignatários na Espanha da companhia de navegação *La France Amérique*⁴⁶⁰.

Os anúncios e cartazes das agências recrutadoras de emigrantes, traziam informações sobre as condições da viagem, o que era oferecido em termos de alimentação, transporte e alojamento na chegada ao destino, as ofertas de trabalho e as possibilidades de aquisição de uma terra própria para cultivo. O anúncio de uma

⁴⁵⁷ Alguns anúncios de jornal servem de exemplo de como era realizado o trabalho dos agentes. Na página 4 do número 35 do *Diario Oficial de Avisos de Madrid*, em 1895, um pequeno anúncio informava: *Al Brasil. Pasajes gratuitos. Agencia, Gorguera, 10. Diário de Avisos de Madrid*. Madrid, 4/02/1895, p. 4. Outro anúncio comunicava em Sevilla: *Juan Carrara e Hijos, calle Real, Gibraltar, Agencia de vapores transatlânticos Italianos para. – El Brasil y la Argentina, el paquete postal. – Toscana (...). – No necessita documento alguno de embarque, exceptuando la cédula personal. El noticiero sevillano*, Sevilla, 8/01/1912. Apud. Contreras-Pérez, Francisco. op. cit. 2000, p. 160. Em alguns casos a informação aparecia entre as notícias anunciadas pelo jornal: *En la calle de Beatas, número 30, se ha establecido una oficina que se ocupará principalmente de arreglar la documentación que necesiten los que quieran emigrar a Buenos Aires*. Málaga. *La Unión Mercantil*. 20/03/1889, p. 1.

⁴⁵⁸ Días Melián, Mafalda. *La inmigración española en la década del ochenta*, Buenos Aires, 1980, p. 134. Apud. Alonso, Blanca Sánchez. “La Emigración española a la Argentina, 1880-1930”. In Sánchez-Albornoz, Nicolás. *Espanoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*. Madrid: Alianza Editorial, 1995, p. 214. É pouco o que se sabe do funcionamento das agências e de forma geral é difícil encontrar informações sobre elas. O mesmo vale para o caso das agências locais que atuavam para o Brasil na Espanha.

⁴⁵⁹ Pai e filho são um bom exemplo do envolvimento das elites locais espanholas com o negócio da emigração.

⁴⁶⁰ Avilés, Elias de Mateo. op. cit., p. 97. A representante em São Paulo desta companhia de navegação era precisamente a Antunes dos Santos & Cia.

agência recrutadora de trabalhadores, publicado em um jornal da cidade de Málaga, anunciava aos andaluzes o que lhes esperava no Brasil:

*(...) pasajes gratuitos incluso manutención, desde este puerto, en vapores correo de primera clase transporte desde el puerto, en embarcaciones de primera clase y en ferrocarril hasta el punto de su destino, con trabajo asegurado a su llegada en fincas por cultivar o cultivadas, con terrenos por cultivar a los que deseen establecerse por su cuenta como propietarios o colonos y con libertad absoluta para contratarse en el punto de destino, trabajar por su cuenta y disfrutar de todas las ventajas de los ciudadanos libres del Brasil*⁴⁶¹.

Mas as vantagens oferecidas aos emigrantes nos anúncios contrastavam com as notícias chegadas dos países sul-americanos sobre a situação dos espanhóis na América. Na medida em que o número de emigrantes andaluzes para as fazendas aumentava, crescia também o volume de denúncias realizadas pela imprensa e pelos representantes consulares⁴⁶². A intensa propaganda contrária à emigração para o Brasil realizada pelos jornais e baseada nas denúncias de maus tratos dispensados aos emigrantes nas fazendas, fazia com que o recrutamento de trabalhadores para o Estado de São Paulo tivesse que ser realizado nas aldeias mais pobres e isoladas onde a população era mais miserável e desinformada⁴⁶³. Um jornal de Madri denunciava:

*Las haciendas para la cultura del café son en el Brasil, salvo rarísimas excepciones verdaderas penitenciarias donde los colonos son encerrados y tratados como presidiarios, sometidos a una disciplina insoportable, a un tratamiento brutal inaudito. (...) La más leve falta, la más inocente manifestación de descontento, la más legítima insubordinación del colono, es severamente castigada*⁴⁶⁴

⁴⁶¹ *La Unión Mercantil*. Málaga, 28/06/1889, p. 4.

⁴⁶² Mencionamos no Capítulo 2 o papel das autoridades consulares na recepção e publicidade das denúncias realizadas pelos imigrantes. Ver página 135.

⁴⁶³ Contreras-Pérez, Francisco. op. cit. 2000, p. 160.

⁴⁶⁴ *El País*. Madrid. 25/09/1908, p. 3.

As queixas eram frequentes e circulavam também nos jornais publicados em língua espanhola na cidade de São Paulo:

*(...) para qué consentir, pues, con nuestro silencio, el que laboriosos agricultores españoles, muchos de los cuales venden sus fincas, vengán al Brasil en busca de mejoras que sólo existen en los fementidos labios de los engajadores á tanto por cabeza?*⁴⁶⁵

Como vimos, a lei de 1907 era explícita quanto à proibição das atividades da rede de engajamento de emigrantes procurando proteger os trabalhadores das promessas e da propaganda realizada pelos agentes e *ganchos*. Mas mesmo depois da promulgação da nova lei, a fiscalização continuou deficiente. O historiador andaluz Elias de Mateo Avilés adverte para o fato de que, uma vez detonado o mecanismo que provocava a saída do emigrante do seu local de residência, era de interesse das autoridades (e da sociedade espanhola como um todo) o embarque destes indivíduos para seu destino, na medida em que eram populações deslocadas que não tinham como serem acomodadas em portos e cidades de passo:

*Esta população flutuante e sem recursos, que em alguns momentos alcançava cifras importantes, alarmava, evidentemente, as respectivas burguesias e classes médias locais e as próprias autoridades, dado que o que era um problema de humanidade poderia se converter em um problema de ordem pública.*⁴⁶⁶

Mesmo sendo ilegal a atividade de recrutamento na Espanha, ela era realizada pela agência contratada pelo Estado de São Paulo com a concordância de autoridades do governo paulista. Em 26 de novembro de 1909, Antunes dos Santos escreveu uma carta reservada a Antônio de Pádua Salles, secretário de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado. Na carta prestava contas do trabalho de propaganda que estava sendo praticado na Espanha e em Portugal para arregimentar emigrantes com

⁴⁶⁵ *La Tribuna Española*. São Paulo: Ano III, número 104, de 9/1/1904, p. 1. Apud. Cánovas, Marília D. Klaumann. op. cit. 2005, p. 103.

⁴⁶⁶ Avilés, Elías de Mateo. op. cit., p. 178. (tradução e grifos nossos).

passagem gratuita, atividade que considerava de reconhecida importância já que os originários destes dois países constituíam, naquele momento, o principal contingente de trabalhadores para as fazendas de café:

*Espanha: Com a propaganda feita paulatinamente neste país, com os meios que estão ao nosso alcance, e sob todo sigilo, em vista de ser terminantemente proibida a propaganda de emigração, e sobretudo pelo grande conhecimento que temos do mesmo, vemos, com sucesso animador, o bom efeito dessa propaganda, aumentando a corrente de emigrantes, especialmente das grandes famílias de agricultores do Sul do país, e muito particularmente da província de Almería, conforme provam os embarques nestes últimos meses.*⁴⁶⁷

O destaque é nosso e revela a forma como explicitamente se fazia o recrutamento de emigrantes andaluzes para o Brasil, desconhecendo a legislação espanhola. Na correspondência entre a agência oficialmente contratada e o órgão encarregado da imigração no governo paulista, a atividade ilegal era abertamente reconhecida.

Costuma-se associar o trabalho de agentes e *ganchos* à emigração clandestina. Emigrar clandestinamente para a América era uma tradição que tinha raízes no século XVI⁴⁶⁸. As situações mais comuns, associadas à necessidade de sair da Espanha sem atender aos controles determinados pelas autoridades, eram a falta de documentos exigidos para emigrar e a necessidade de fugir do recrutamento militar. O serviço militar tinha se tornado obrigatório na Espanha desde a metade do século XIX e àquele que fosse chamado era exigido permanecer nas fileiras militares entre sete e oito anos. A Espanha passou por duas guerras externas durante o período da grande emigração para o Brasil: a guerra de Cuba (1895-1898) e a de Marrocos (1907-1927) o que possivelmente constituiu um incentivo a mais para a deserção. Sem esquecer que para os camponeses o período de serviço militar dos filhos implicava em dias de trabalho perdido. Existia uma forma de eludir as obrigações militares pagando uma soma

⁴⁶⁷ Arquivo do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos diversos. 1909. CO7299.

⁴⁶⁸ Existiam em Sevilha, no período colonial, agências que vendiam licenças em branco para *pasar a América* além de ser comum na época a existência de passageiros que se embarcavam clandestinamente nos navios que partiam para este destino. Avilés, Elias de Mateo. op. cit., p. 199.

conhecida como *redención en metálico*, solução que, evidentemente, só era possível para as famílias mais ricas⁴⁶⁹.

A evasão mais utilizada pela emigração clandestina era a saída por portos estrangeiros como Leixões, Bordéus ou Gibraltar. A pesar da importância atribuída à emigração clandestina em época coeva e também posteriormente na historiografia sobre a emigração, Francisco Contreras-Pérez mostra cálculos aproximativos que indicam que o número de prófugos das obrigações militares não representava mais de 20% do contingente migratório por portos estrangeiros. Para este autor:

*Não devia ser generalizada entre os emigrantes a vontade de eludir a lei espanhola como motivo principal para emigrar por Gibraltar, independentemente de que sim ou fosse para recrutadores e companhias de navegação cuja atividade ficava expressamente proibida*⁴⁷⁰

3.5 – Pasajes gratis para los Estados Unidos del Brasil⁴⁷¹: O papel decisivo do oferecimento das passagens subvencionadas

A tradição cultural e a língua comum fazia que os países da região do Rio da Prata ou Cuba fossem as opções de destino preferidas pelos andaluzes quando se tratava de pensar para onde emigrar. Os andaluzes não vinham espontaneamente para o Brasil, para onde tinham que ser atraídos.

Os *ganchos* e as agências de emigração se encarregaram de chegar até eles e vender-lhes a ideia de trabalhar nas fazendas paulistas. Mas, todo o esquema de captação de trabalhadores no sul da Espanha esteve assentado no oferecimento de

⁴⁶⁹ Outra forma de eludir as obrigações militares era pagar um substituto, recurso também exclusivo de quem dispunha de dinheiro para isso. Existiram na Espanha Companhias de Seguro, que em troca do pagamento de uma pequena soma desde o nascimento dos rapazes, asseguravam a quantia necessária para a *redención en metálico*, quando chegasse a época do recrutamento militar. O pagamento foi suprimido por uma lei em 1912, que abriu a possibilidade de, pagando uma soma menor, servir como *soldado de cuota*, para o qual estava garantido um tempo menor de serviço e a permanência em guarnições seguras em território espanhol. Avilés, Elias de Mateo. op. cit., p. 201.

⁴⁷⁰ Contreras-Pérez, Francisco. op. cit. 2000, pp. 154 a 156 (tradução nossa).

⁴⁷¹ *Diario de La Línea*. La Línea de la Concepción. Nº 88, 3/3/1891. Apud Cózar, Francisco Tornay de. "La línea y Gibraltar, puentes de la Emigración Andaluza hacia América". *Almoraima. Revista de Estudios Campogibaltareños*, Nº 2, Algeciras, 1989.

passagens pagas pelos cofres do Estado de São Paulo. Sem a possibilidade de viajar com passagem paga os trabalhadores andaluzes não viriam para as fazendas.

O sistemático subsídio às passagens dos emigrantes não diferencia somente a política migratória de São Paulo daquela praticada pelo resto do Brasil, como foi indicado no capítulo 2. O alto percentual de financiamento de passagens e o longo período durante o qual o financiamento funcionou diferenciam também a política desenvolvida pelo Estado de São Paulo da executada pelos outros países que se utilizaram em grande proporção de mão de obra emigrante.

Os Estados Unidos estimularam a imigração apenas no começo da sua industrialização⁴⁷². No caso da Argentina, país no qual a proporção de imigrantes na população nacional chegou a representar 22% entre 1881 e 1890 e que teve uma clara política de atração de trabalhadores estrangeiros, a imigração através de subsídio perdurou por apenas um ano⁴⁷³. Mesmo tendo investido verba pública em propaganda e até em passagens de imigrantes em alguns casos isolados até 1889, foi somente neste ano quando, após muita discussão, dedicou-se uma importante verba a subvenção de 100.000 passagens que deveriam trazer emigrantes da Europa, tornando o subsídio uma política do Estado argentino. Destas passagens, 52.000 eram destinadas aos emigrantes espanhóis. Mas o subsídio perdurou apenas entre 1889 e 1890 sendo que, depois dessa data, as dificuldades econômicas decorrentes da crise de Baring combinadas com as críticas à qualidade dos imigrantes arrebanhados via financiamento, provocaram o retorno ao padrão anterior de imigração espontânea⁴⁷⁴. Mesmo tendo durado pouco tempo e não atingindo a meta de 52.000 emigrantes, foi

⁴⁷² Alberdi, Juan Bautista. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina* (2ª Ed. 1852). Buenos Aires: Ciudad Argentina, 1998, p. 23.

⁴⁷³ A mesma fonte informa que esta proporção para o Brasil, no mesmo período de tempo, era de 7% da população nacional. Fonte: *Espace Prologue* da exposição permanente da *Cité nationale de l'histoire de l'immigration em Paris. Atlas de las Migraciones*. Valencia: Fundación Mondiplo, 2010, pp. 52/53.

⁴⁷⁴ Também conhecida como *Pánico de 1890*, a crise de Baring foi uma crise financeira de amplitude mundial originada nas relações comerciais e bancárias entre a Inglaterra e a Argentina, que levou esta última a declarar uma moratória. Filomeno, Felipe Amin. "A crise de Baring e a crise do Encilhamento nos quadros da economia-mundo capitalista". *Economia e Sociedade*. Campinas. Vol. 19. Nº 1. 2010. pp. 135 a 171.

grande o número de andaluzes que respondeu às passagens subsidiadas oferecidas pela Argentina⁴⁷⁵.

A política de subsídio às passagens promovida pelo Estado de São Paulo foi sistemática a partir da década de 1880. O impacto do oferecimento das passagens gratuitas na Andaluzia foi significativo. Contreras-Pérez revela que, enquanto a emigração exterior andaluza se tornava descendente entre 1885-1895, a destinada ao Brasil crescia, devido, precisamente, à subvenção das passagens e ao trabalho dos agenciadores⁴⁷⁶.

Ao subsidiar as passagens, o Brasil escolheu o emigrante que lhe interessava. Desta forma a prioridade foi dada aos agricultores e entre estes, àqueles que emigrassem com o grupo familiar. Esta emigração era considerada, pela opinião pública, das mais negativas para a Espanha já que se tratava, com maior probabilidade, de uma emigração definitiva.

Para cumprir as cotas exigidas pelos contratos feitos com o Estado e, após o fim destes devido à mudança da legislação paulista em 1900, para aumentar o ganho por número de “enxadas” embarcadas, as agências de emigração concediam o benefício mesmo a quem não tinha experiência de trabalho no campo e chegavam a forjar situações familiares artificiais para preencher os requisitos do subsídio às passagens. Estes imigrantes tinham dificuldades para encontrar trabalho ao chegar ao Brasil e em algumas ocasiões tinham que ser repatriados.

A descrição que o *Consejo Superior de Emigración* fazia dos emigrantes que saíam com passagem subsidiada mostra o aspecto mais negativo deste tipo de emigração do ponto de vista do país de origem dos trabalhadores:

(...) habiéndose decidido tan sólo a seguir ruta extranjera y aun a emigrar alucinados por la oferta tentadora del billete gratuito, (...) con la desventaja de que en vez de emigrar como hombres libres salían esclavizados a las resultas de un funesto compromiso, que la aceptación del billete satisfecho por tercera persona solía suponer y en posesión de un contrato de transporte de cláusulas enigmáticas

⁴⁷⁵ Alsina, Juan A. *La Inmigración Europea en la República Argentina*. Buenos Aires: Imprenta, 1900. pp. 130/131.

⁴⁷⁶ Contreras-Pérez, Francisco. op. cit. 2000, p. 99.

*donde cada línea encerraba un problema y cada palabra una duda (...) veíanse, al fin, metidos a bordo como fardos más de que como hombres.*⁴⁷⁷

Nos relatórios e documentos produzidos pelas autoridades de emigração da Espanha, o recrutamento de trabalhadores para as fazendas paulistas não era comparado com o dos outros países da América do Sul. Ao contrário, a oferta de passagens subsidiadas para São Paulo era com frequência colocada em pé de igualdade com a mesma oferta feita para atrair trabalhadores para as plantações no Haváí ou para a construção do Canal no Panamá⁴⁷⁸. Para estes dois destinos, assim como para as fazendas de café, os emigrantes não se dirigiam espontaneamente, dada a sua fama de intensa exploração e à associação com condições insalubres de vida e trabalho. Para o Panamá e o Haváí também os trabalhadores eram atraídos pela propaganda e pelas passagens gratuitas⁴⁷⁹.

A integração do processo de emigração com o de imigração permite uma visão diferente daquela que encontrava motivos para o êxodo exclusivamente na crise econômica do local de expulsão e na vontade do próprio emigrante de “subir na vida” no local de destino. A apreensão da articulação entre oferta e demanda de trabalhadores em um sistema mundial de conjunção de interesses, permite perceber o papel determinante da passagem subsidiada para estes trabalhadores cujas próprias economias não lhes teriam permitido a aquisição de um bilhete que chegava a custar o equivalente a praticamente um ano do que recebiam por seu trabalho⁴⁸⁰. Assim, a crise econômica provocada pela expansão do capitalismo esteve na base do desejo de emigrar e a imagem da América com suas grandes extensões de terra disponíveis, esteve presente no desejo de ir para lá. Mas, e isto é a especificidade da população andaluza na sua relação com as fazendas paulistas, para a maior parte dos

⁴⁷⁷ Consejo Superior de Emigración. op. cit., pp. 329/330.

⁴⁷⁸ Além destes dois países também o Chile ofereceu passagens subsidiadas em alguns períodos. Consejo Superior de Emigración. op. cit., pp. 164 a 168.

⁴⁷⁹ O trabalho nas plantações de cana de açúcar no Haváí era considerado *sinistro* para os trabalhadores espanhóis. O *Consejo Superior de Emigración* da Espanha considerava que conduzia os emigrantes *a la perdición segura, abandonados a sus propios insignificantes recursos (...) en un país remotísimo, de lengua extraña*. Já as obras na Zona do canal no Panamá ganharam má fama devido às altas taxas de mortalidade entre os trabalhadores durante o período em que a obra foi dirigida pelos franceses na década de 1880. Consejo Superior de Emigración. op. cit., pp. 182 a 189 e 195 a 211.

⁴⁸⁰ O cálculo para esta afirmação é aproximado e resultado de uma média entre os valores calculados por Antônio Bernal e por Sixirei Paredes. Bernal, Antônio. op. cit., p. 160; Paredes, Sixirei. op. cit., p. 7.

camponeses da Andaluzia a emigração só foi possível pela oferta das passagens subsidiadas oferecidas pelo governo de São Paulo. Elas foram o fator decisivo para viabilizar o desejo de sair da crise com destino a um futuro que parecia oferecer melhores oportunidades.

A situação de miséria das famílias andaluzas foi aproveitada pelas agências contratadas pelos cafeicultores e seus representantes no governo paulista, dado que era o tipo de imigrante que oferecia as condições mais convenientes para o trabalho nas fazendas visto a sua condição de dependência e a sua falta de opção, na época da crise do café, quando o trabalhador italiano se tornou mais escasso. A condição de miséria fazia os andaluzes depender do subsídio das passagens que foi a forma como o Estado de São Paulo organizou o processo de atração de trabalhadores.

3.6 – *La suciedad y la miseria hacen que un día de viaje equivalga a un año de presidio*⁴⁸¹: as condições nos portos e navios.

As condições de transporte dos emigrantes foram alvo de constantes denúncias por parte da imprensa espanhola e andaluza. As autoridades espanholas de emigração não tinham um controle efetivo sobre as companhias de navegação e a fiscalização só se tornou um pouco mais eficiente nas primeiras décadas do século XX. Além da escassa vigilância por parte das autoridades, não existiam normas claras com relação às exigências de salubridade, alimentação, acomodações e lotação que deveriam ser cumpridas pelas companhias de navegação, até a lei de emigração de 1907. Esta lei, que previa a criação de instrumentos de inspeção das condições de transporte e que estabeleceu parâmetros mais específicos para as exigências, mesmo que não tenha conseguido resultados satisfatórios, ao menos complicou e colocou algum tipo de limite à ação das companhias que efetuavam o transporte de emigrantes desde portos espanhóis⁴⁸². A vigilância dos navios que faziam o transporte por portos estrangeiros oferecia, evidentemente, maiores dificuldades.

⁴⁸¹ *La unión Mercantil*. Málaga. 25/7/1889, p. 2. Site permanente consultado em 25/08/2013.

<http://www.archivodiazescovar.com/prensa6.php?fechaprensa=18890725&selprensa=LUM&pag=1>.

⁴⁸² Os portos de maior movimento de embarque de emigrantes em território espanhol eram: Vigo e La Coruña sobre o Oceano Atlântico, ao norte da península ibérica; Barcelona, Valência, Almería e Málaga

Mas as adversidades começavam para os emigrantes antes de embarcar. Às vezes a espera pela chegada do navio era muito demorada, particularmente para aqueles que recebiam a passagem subsidiada e que eram obrigados a se submeter às condições impostas pelas companhias de navegação.

Os emigrantes à espera dos navios se hospedavam nos portos em condições miseráveis, pagando o mínimo para dormir no chão em casebres ou pousadas de baixa categoria ou mesmo se refugiando sob as pontes. Em muitos casos, os próprios agentes eram os donos dos tugúrios onde os alojavam e aproveitavam para tirar deles qualquer proveito que fosse possível⁴⁸³.

Os jornais espanhóis e andaluzes denunciavam as condições em que era realizado o transporte e frequentemente o faziam utilizando o recurso da publicação de cartas recebidas dos próprios emigrantes que, após sua chegada a destino, escreviam a seus parentes e amigos relatando as agruras da viagem. Mesmo admitindo que as cartas sofressem algum tipo de retoque por parte do próprio jornal elas constituem um relato vivo das difíceis condições em que as viagens eram realizadas. Os dados de mortalidade infantil durante as travessias corroboram a impressão de insalubridade transmitida pelo trecho a seguir, publicado por um jornal de Málaga, que faz parte de uma carta enviada por um emigrante andaluz:

*(...) la primera noche que me metí en mi litera estaría como media hora, porque los malos olores y el calor eran insoportables; desde aquel instante me subí a cubierta y allí pasaba todas las noches durmiendo en el suelo, sin más colchón que las tablas (...), las noches de lluvia y viento (...) las pasaba sentado debajo del puente del capitán (...)*⁴⁸⁴

Eram efetivamente as crianças e as pessoas de mais idade as mais afetadas pelas más condições dos barcos. Já advertia a *Cartilla del Emigrante* que *el viaje es tanto más peligroso cuanto más delicada es la salud y cuanto más cerca se está de los*

sobre o Mediterrâneo; Cádiz, sobre o Oceano Atlântico, ao sul da península e Bilbao e Santander, sobre o mar Cantábrico.

⁴⁸³ Consejo Superior de Emigración. op. cit., p. 241.

⁴⁸⁴ *La Unión Mercantil*. Málaga. 29/10/1889, p. 1.

*extremos de la vida*⁴⁸⁵. Outro assunto que originava queixas e denúncias, e que era fonte de problemas de saúde, era a alimentação servida durante as viagens.

O jornalista Sérgio Coelho de Oliveira autor do livro *Os Espanhóis*, realizou entrevistas com emigrantes residentes na cidade de Sorocaba, que mesmo passados muitos anos de sua chegada ao Brasil conservavam a lembrança da alimentação servida a bordo dos navios. Entre os depoimentos se destaca o de José Martínez Garcia, natural da província de Almería, que descreveu a sua estadia no barco *Aquitaine* pertencente à companhia de navegação *La France Amérique*: “Um navio caindo aos pedaços, um cargueiro transformado em navio para o transporte, especialmente, de imigrantes. A comida, então, era o que havia de pior, sardinha cheirando mal, vinho com gosto de vinagre e carne horrorosa”. Em outro depoimento, o imigrante Francisco Dias López, lembra que seu pai reclamava da comida e que teriam chegado a seu destino em Avaré (São Paulo) “mortos de fome”⁴⁸⁶.

Uma viagem desde os portos do sul da Espanha até Santos ou Buenos Aires durava, naquele tempo, em torno de 20 dias. Os barcos tinham capacidade para levar entre 1.200 e 1.500 passageiros, mas era frequente excederem este número e transportarem até 2.000 pessoas, fato que certamente piorava consideravelmente a situação dos transportados. Em 1889, um jornal de Jerez de la Frontera denunciava a imagem de um navio carregado excessivamente de emigrantes no porto de Cádiz:

*Toda la cubierta está llena de criaturas hacinadas. El capitán del puerto remitió hoy una comunicación al gobernador civil manifestando que en su concepto, el buque no reúne condiciones para tanto pasaje, pues habiendo embarcado en Cádiz 445 emigrantes, el total de los que lleva el vapor asciende a 1671. El director de Sanidad Marítima, señor Villaescusa y el secretario del gobierno civil han inspeccionado el vapor (...) Como en España no hay nada legislado sobre capacidad y condiciones de los buques destinados a la conducción de pasajeros, es difícil tomar medidas favorables a la emigración.*⁴⁸⁷

⁴⁸⁵ Alfonzo, Jesús María Rísquez e Ordoñez, Melchor. op. cit., pp. 30/31.

⁴⁸⁶ Oliveira, Sérgio Coelho de. *Os espanhóis*. Sorocaba: TCM, 2002, p. 20. Lamentavelmente Oliveira não informa a data em que estes imigrantes empreenderam a viagem para o Brasil.

⁴⁸⁷ *El Guadalete*. Jerez de la Frontera, 23/05/1889. Apud Contreras-Pérez, Francisco. op. cit. 2000, p. 168.

Os barcos, com lotação excedida e oferecendo condições críticas de higiene e salubridade, eram foco de transmissão de doenças infecciosas. A má alimentação e as condições precárias de acomodação na terceira classe contribuíam para a ocorrência de epidemias a bordo dos navios. Antes de iniciar a viagem, os emigrantes passavam por uma revista médica, que era frequentemente realizada de forma superficial já que o médico também fazia parte da sucessão de intermediários que ganhava por cabeça embarcada. Mesmo que a revista fosse realizada com mais cuidado, as condições da viagem eram em si mesmas origem de distúrbios e afecções.

Além das doenças associadas à má alimentação e à falta de higiene como a gastroenterite, que afetava principalmente as crianças, as condições precárias da viagem oceânica, a superpopulação dos barcos e o contato de pessoas de origens variadas tornavam iminente o risco de disseminação de doenças como o cólera, o sarampo, a escarlatina e a febre tifoide⁴⁸⁸.

Algumas enfermidades foram tipicamente associadas à imigração. Este foi o caso do tracoma. O tracoma é uma doença ocular cujo avanço chega a provocar a perda da visão. No Brasil a entrada do tracoma esteve diretamente associada à introdução dos imigrantes e grande parte dos que trabalhavam nas fazendas de café sofriam desta afecção⁴⁸⁹.

⁴⁸⁸ Rebelo, Fernanda. *A travessia: Imigração, saúde e profilaxia internacional (1890-1926)*. Tese de doutorado. Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz. Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde, 2010. 298 páginas, p. 176.

⁴⁸⁹ Em uma tentativa do governo paulista de exercer algum tipo de controle sobre o problema, em 1904, o decreto número 255, de 17 de dezembro, fixava o número de imigrantes que seriam introduzidos no Estado por subsídio e determinava medidas para evitar a imigração de indivíduos portadores de tracoma. As medidas eram inspiradas nos controles estabelecidos para a imigração nos Estados Unidos e se tratava de detectar os indivíduos contagiados e coloca-los em isolamento. Como não tinha hospedaria em Santos a revista deveria ser realizada pelo médico da Inspetoria de Imigração do porto, que a efetuaria a bordo de cada navio. Pensou-se na ocasião, em construir um Hospital de isolamento. Mesmo tendo sido desenhada e publicada a planta do futuro hospital, o projeto não foi em frente. O médico estava constantemente ausente, portanto esta revista não era realizada sistematicamente e os imigrantes continuavam “em promiscuidade até chegarem a São Paulo onde a falta de um hospital de isolamento anexo à Hospedaria prolongava este mesmo contato até que destino conveniente lhes fosse dado”. A pesar da ameaça das doenças, a mão de obra era vital para o funcionamento da empresa cafeeira e não podia ser obstaculizada. A proibição de entrada de imigrantes portadores de tracoma foi substituída por multa aos donos de navio que desembarcassem imigrantes com a doença. Rebelo, Fernanda. op. cit. ; Schellini, Silvana Artioli e Souza, Roberta Lilian Fernandes de. *Tracoma: ainda uma importante causa de cegueira*. Site http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-72802012000300012&script=sci_arttext consultado em 31/08/2013.

Mesmo levando em consideração o grande salto tecnológico que representou a substituição dos veleiros pelos navios a vapor⁴⁹⁰, as condições de transporte dos emigrantes se aproximavam, em muitos relatos da época, ao transporte de escravos em termos de condições de utilização do espaço, da alimentação e da higiene. Nas matérias dos jornais, de forma geral críticos à emigração, percebe-se a preocupação com o que, nas condições em que era realizado o transporte, poderia acontecer em caso de um acidente em alto mar. *Espanta, horroriza pensar lo que sucedería si en alto mar ocurriese un incendio o un choque y fuera preciso proceder al salvamento con rapidez (...)*⁴⁹¹

A partir da promulgação da legislação de 1907 se estabeleceram alguns controles. As *Inspecciones* e *Juntas Locales* previstas pela lei e a determinação de normas e regras sobre as condições a bordo, sobre as quais o Estado assumia a responsabilidade, se não chegaram a atingir um patamar satisfatório em termos de efeitos sobre o transporte, criaram obstáculos para o funcionamento das companhias de navegação. Em balanço do quinquênio 1911-1915 o próprio *Consejo Superior de Emigración* reconhece que:

*Sin que las condiciones en que hoy viajan los que al emigrar arrancan por puertos españoles sean inmejorables – de lo que quizás distan aún no poco – es evidente que resultan lo bastante buenas para poder reputarse de óptimas con relación a las en que se expatriaban antes de la ley de 21 de Diciembre de 1907*⁴⁹².

Visto de outro ângulo, o aumento da fiscalização e dos entraves para a atuação das agências e companhias de navegação, aumentou a importância relativa do porto de Gibraltar como opção de embarque de emigrantes⁴⁹³.

⁴⁹⁰ Leite, Joaquim da Costa. “O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914”. *Análise Social*. Lisboa. Nº 112/113. 1991.

⁴⁹¹ *La Unión Mercantil*. Málaga. 29/05/1889.

⁴⁹² Consejo Superior de Emigración. op. cit., pp. 355/356.

⁴⁹³ Contreras-Pérez, Francisco. op. cit. 2000, p. 169.

3.7 – (...) hasta nueva orden, queda prohibida la emigración de los españoles al Brasil con billete gratuito⁴⁹⁴: o relatório de D. Ángel Gamboa Navarro

A agência Antunes dos Santos tinha advertido as autoridades brasileiras da possibilidade de a Espanha imitar a decisão italiana, tomada em 1902, de proibir a emigração para o Brasil com passagem subsidiada. A origem do temor da agência tinha origem na notícia de que a Espanha tinha desautorizado, em novembro de 1908, a emigração para as obras do canal de Panamá. O documento enviado em dezembro desse ano para o Diretor de Terras, Colonização e Imigração dizia: “(...) existe presentemente em Hespanha um verdadeiro delírio contra a emigração para qualquer paiz, mas muito especialmente para o Panamá e o Brasil”. O “delírio” era atribuído a uma campanha organizada pela imprensa espanhola contra a emigração, “descrevendo horrores, especialmente quando tratam do trabalho agrícola (...)”⁴⁹⁵.

A agência previa tempos difíceis para o recrutamento de emigrantes já que as autoridades, influenciadas pelas matérias da imprensa, “dificultam por todos os meios a emigração das famílias agricultoras, e exigem a observância meticulosa do novo Regulamento de Emigração (que aliás por si só é quase proibitivo), e as mais pequenas faltas são sempre punidas com o maior rigor”.

Como realizar o trabalho de atração dos trabalhadores para as fazendas neste clima de perseguição? Era tal o clima contrário á emigração para o Brasil que “os próprios emigrantes insuflados por mal intencionados, chegando ao porto de embarque mudam a intenção de virem para este Estado”. A agência avisava as autoridades paulistas:

*se a imprensa espanhola continuar a sua campanha (...) o governo daquele paíz, á exemplo do da Itália, proibirá a imigração gratuita para o Brasil e especialmente para este Estado (...)*⁴⁹⁶

⁴⁹⁴ Real decreto de 26 de agosto de 1910. *Boletín del Consejo Superior de Emigración*. 1910.

⁴⁹⁵ Arquivo do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos Diversos. 1909. CO7299.

⁴⁹⁶ Idem. Ibidem.

Urgia tomar medidas, as matérias dos jornais precisavam ser contestadas, já que nenhuma voz tinha até agora se alçado em defesa de São Paulo. Sendo os espanhóis o principal contingente de trabalhadores, após a proibição da emigração gratuita da Itália, o efeito imediato sobre a lavoura seria desastroso. Vinham anexos à carta de Antunes a exposição do Ministro de Governo espanhol Juan de la Cierva y Peñafiel e o Real Decreto que proibia a emigração ao Panamá. O diretor de Terras, Colonização e Imigração advertiu imediatamente a Secretária de Agricultura, indicando na sua comunicação que considerava provável que as previsões dos agentes se tornassem realidade. No seu entender seria o caso de, reservadamente, avisar o Ministro de Indústria, Viação e Obras Públicas da necessidade de aplicar um corretivo a certa imprensa espanhola, trabalho que poderia ser feito pela Comissão de Propaganda e Expansão Econômica e pelos diplomatas do Brasil na Espanha. Estava-se arriscando à “supressão dessa quase única fonte atual de suprimento de braços à lavoura cafeeira”⁴⁹⁷.

Assim, e já invocando o nome do Presidente do Estado e do Secretário da Agricultura, eram pedidas providências ao Sr. Francisco Ferreira Ramos que atuava em Anvers, na Bélgica, como Comissário Geral do Estado de São Paulo para o norte da Europa. Em resposta à demanda de medidas, o Comissário Geral fez algumas propostas que poderiam ajudar a melhorar a situação⁴⁹⁸. Em primeiro lugar propunha a criação de um semanário em língua espanhola que, “habilmente redigido”, poderia ser enviado aos jornais da península e acabaria por ter um efeito sobre a opinião pública. Outras medidas poderiam ser o acordo com alguns jornais de Madri que enviassem correspondentes ao Brasil para verificar as condições da lavoura ou ainda fazer um trato com algum deputado espanhol influente que seria o defensor da causa de São Paulo junto aos seus patrícios. Mas, na opinião do Comissário talvez fosse o caso de deixar repousar a Espanha e se voltar para a captação de trabalhadores na Tunísia onde a cafeicultura poderia encontrar os braços de que necessitava⁴⁹⁹.

⁴⁹⁷ Arquivo do Estado. Secretaria da Agricultura. Requerimentos diversos. CO7299. 5 de janeiro de 1909.

⁴⁹⁸ Arquivo do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos Diversos. CO7299. 25 de fevereiro de 1909.

⁴⁹⁹ Idem. Ibidem.

O diretor de Terras, Sr. Hernani Pereira, não recebeu bem as propostas de Ferreira Ramos. Reconhecendo a relevância de uma campanha na imprensa, mas sem conceder-lhe muita importância, considerava a hipótese de suspender o recrutamento na Espanha impossível de ser colocado em prática já que “é de fato a Hespanha a única fonte (...) que nos forneceu, ainda que muito insuficientemente, os poucos braços que tem vindo para a lavoura cafeeira”. O diretor reconhecia que o sistema utilizado por São Paulo para o recrutamento de trabalhadores por meio da subvenção da passagem não era a ideal em termos de povoamento, mas que, mesmo assim, a necessidade de prover de braços a lavoura cafeeira era bastante justificativa. Se a Itália já não fornecia trabalhadores subvencionados e a Espanha parasse de fornecer, estes poderiam ser procurados na Tunísia mas “sem agentes lá, a coisa não poderá ser feita de prompto”. Levando tudo em consideração, a solução proposta por Pereira era abrir mão de algumas das exigências feitas pela lei de imigração para tornar menos restritivas as suas disposições com relação ao imigrante financiado por São Paulo⁵⁰⁰.

Após um estudo da legislação foi decidido que poderiam ser considerados indivíduos aptos para a lavoura os que tivessem entre 12 e 50 anos, aumentando em 5 o limite anterior de 45 anos. Além disso, passaria a ser admitida a vinda de casais sem filhos, que não eram aceitos pela legislação precedente⁵⁰¹.

A carta da agência Antunes dos Santos, por outro lado, provocou a reação dos representantes do Brasil em Barcelona. Reconhecendo o maior rigor implantado pela nova legislação espanhola, o delegado do Brasil em carta de 17 de abril de 1909, atribuía a animosidade contra o país a outros fatores que não somente a campanha levada adiante pela imprensa. No entender do representante brasileiro também os abusos cometidos pelos agentes da emigração subvencionada para o Estado de São Paulo, subentendida a presença da Antunes dos Santos entre eles, estavam na origem da insatisfação. Na opinião do representante brasileiro, o que provocava os protestos, era o contingente de imigrantes recusados pelo Brasil por não cumprir as exigências necessárias para o trabalho nas fazendas, pois era embarcado devido à ganancia dos

⁵⁰⁰ Arquivo do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos Diversos. CO7299. 22 de março de 1909.

⁵⁰¹ Arquivo do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos diversos. CO 7299. 16 de abril de 1909.

agentes de recrutamento. As reclamações dos prejudicados tinham eco na imprensa, que acatava e publicava as denúncias. O delegado concordava com a possibilidade de a Espanha vir a proibir a emigração subsidiada para o Brasil, mas a causa principal seriam os abusos cometidos pelos agentes recrutadores já que as matérias isoladas aparecidas em algum jornal não poderiam receber o nome de “campanha” da imprensa contra o Brasil⁵⁰².

A imprensa espanhola era de fato crítica da emigração, mesmo que não somente da emigração para o Brasil. *Son verdaderamente desconsoladoras las noticias que se reciben de los que emigran al Brasil*, escrevia o jornal *La Andalucía*, na cidade de Sevilla em agosto de 1889⁵⁰³. As matérias eram escritas com base em cartas teoricamente recebidas dos emigrantes desde o país de destino. Estas cartas costumavam ser publicadas por vários jornais e com isso tinham uma circulação e repercussão maior, mesmo que a leitura de jornal fosse uma atividade reduzida a uma pequena parcela de andaluzes alfabetizados.

Motivado pelo grande número de denúncias na imprensa espanhola, o *Consejo Superior de Emigración* decidiu que, aproveitando uma viagem já programada de fiscalização a bordo que faria o tenente de navio e inspetor de emigração Sr. Ángel Gamboa Navarro, o encarregaria de produzir um informe especial sobre a situação dos emigrantes espanhóis no Brasil, permanecendo no país, para tal função, o tempo que fosse necessário⁵⁰⁴. Na mesma sessão em que foi decidida a viagem de inspeção ao Brasil resolveu-se enviar o vocal do Conselho, Sr. Benítez y Parodi, que viajava para a Argentina, para realizar a mesma missão no país vizinho⁵⁰⁵. Os gastos da viagem de Gamboa Navarro correriam por conta do próprio Conselho⁵⁰⁶.

⁵⁰² Arquivo do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos diversos. CO7299. 17 de abril de 1909.

⁵⁰³ *La Andalucía*. Sevilla, 17/8/1889. Apud Contreras-Pérez, Francisco. op. cit. 2000, p. 70.

⁵⁰⁴ A preocupação do *Consejo Superior de Emigración* com a situação dos espanhóis no Brasil tinha antecedentes. Em junho de 1910, tinha sido enviado ao Embaixador espanhol no Rio de Janeiro um ofício solicitando informes sobre a situação destes. *Boletín del Consejo Superior de Emigración*. Madrid. 1910.

⁵⁰⁵ Desconhecemos o resultado da inspeção realizada por Benítez y Parodi. A bibliografia não menciona qualquer relatório realizado pelo enviado à Argentina nem qualquer outro resultado da missão. Benítez y Parodi faleceu no ano seguinte à viagem.

⁵⁰⁶ *Boletín del Consejo Superior de Emigración*. Madrid. 1910.

No dia 10 de maio de 1910, o inspetor de emigração Sr. Gamboa Navarro partiu no navio Sofia Hohenberg do porto de Almería com destino a Santos. Após aproximadamente dois meses de estadia no Brasil produziu um relatório em que as condições em que viviam e trabalhavam os emigrantes espanhóis nas fazendas brasileiras eram consideradas lastimáveis⁵⁰⁷. Para executar a pesquisa que deu origem ao relatório, o inspetor fez visitas às fazendas e realizou entrevistas com trabalhadores espanhóis. De acordo com a sua observação, eram as ilusões criadas pela propaganda realizada pelos agentes que incentivava os camponeses a ir para as fazendas de café. Para Gamboa a própria ideia de que um país oferecesse gratuitamente passagens tão caras era sugestiva da sua riqueza e das possibilidades de trabalho que poderia oferecer⁵⁰⁸.

Após advertir que os espanhóis vinham para o Brasil em momento de crise da cafeicultura, Gamboa Navarro passava a descrever detalhes da vida cotidiana dos imigrantes uma vez chegados a São Paulo.

De acordo com seu relato a vigilância era uma constante na vida destes trabalhadores. Já no momento do desembarque eram obrigados a deixar o navio entre duas correntes de homens colocados estrategicamente para evitar qualquer contato com pessoas que estivessem no cais. Uma vez em terra firme eram embarcados no trem que os levaria até a Hospedaria e realizavam este trajeto em vagões trancados à chave e com as janelas apenas abertas para a entrada de ar. A impressão do inspetor era que os imigrantes eram permanentemente custodiados por funcionários⁵⁰⁹.

Esta sensação persistia ao chegar à Hospedaria já que o espaço era fechado por grades, para que os emigrantes não pudessem se dirigir para qualquer outro local. Pela descrição do Inspetor, a Hospedaria era um espaço murado onde as visitas eram proibidas, utilizando-se a desculpa de que todo o isolamento tinha por finalidade a proteção dos trabalhadores. Neste local se realizavam os contratos que eram, em um primeiro momento, verbais, para depois serem oficializados na Agência de Colonização

⁵⁰⁷ O tempo exato de permanência de Gamboa Navarro no Brasil e os locais por ele visitados não estão devidamente esclarecidos.

⁵⁰⁸ Real Biblioteca. *Informe sobre los emigrados españoles en Brasil de Ángel Gamboa Navarro*. Signatura II/3846. Págs. 32/33. Apud Martínez, Elda E. González. *La Inmigración esperada: La política migratoria brasileña desde João VI hasta Getulio Vargas*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2003.

⁵⁰⁹ Idem. *Ibidem*.

e Trabalho. Gamboa opinava que estes contratos eram apenas uma formalidade já que, uma vez nas fazendas, as cadernetas que registravam o acordo eram preenchidas com a observação de que o contrato valia *desde que sean cumplidas las condiciones*. O inspetor destacava o fato de que estas *condiciones* não ficavam explícitas em local algum.

No relatório, o Inspetor contava o que acontecera aos passageiros do Sofia Hohenberg que tinham deixado o navio em más condições de saúde. Tratava-se de duas crianças com sarampo, além de outros viajantes que teriam desembarcado nos braços dos colegas, dado o seu estado precário. As crianças, assegurava Gamboa, vinte e quatro horas depois da chegada não tinham ainda sido examinadas por um médico e nem sequer alimentadas. A urgência de atender uma parturiente⁵¹⁰ tinha feito com que enfermaria da Hospedaria fosse aberta, e a necessidade de usar a força nas suas portas, indicaria o pouco uso do local. Gamboa não registrara, na enfermaria, a presença daqueles que tinha visto desembarcar em más condições de saúde.

O relatório continuava descrevendo as condições de habitação nas fazendas. Gamboa tinha visitado fazendas em que os imigrantes não tinham comodidade alguma. Era comum os trabalhadores terem que dormir no chão até conseguir formar um leito que, na maior parte das vezes, era feito com espigas de milho. Os espanhóis começavam a vida nas fazendas endividados, já que tinham recebido como adiantamento as ferramentas necessárias para o trabalho agrícola. O pagamento, muitas vezes com atraso de muitos meses, era recebido em vales que deviam ser trocados na venda da fazenda, mas nunca era realizado em dinheiro. O que ganhavam dava somente para comprar arroz, feijão e gordura de porco. Se na fazenda existia a permissão para o cultivo de gêneros complementares, tinham a obrigação de vendê-los exclusivamente na própria fazenda e a preço fixado pelo fazendeiro, muitas vezes abaixo do que se pagava na cidade⁵¹¹. Multas eram aplicadas sob qualquer pretexto o que diminuía ainda mais os ganhos dos imigrantes. A forma de resistência dos

⁵¹⁰ De acordo com a descrição do relatório está mulher teria morrido dias depois em consequência do parto realizado por outro imigrante, em condições de falta de higiene.

⁵¹¹ Como vimos nos dois primeiros capítulos, a possibilidade de plantar gêneros complementares era muito valorizada pelos imigrantes desde as primeiras experiências com o trabalho livre. Ainda no século XIX, a situação mais frequentemente relatada nas experiências com este tipo de prática era a divisão do produto da venda dos cultivos no mercado com o proprietário da fazenda. Com o tempo, a demanda por terras para o café foi cada vez mais reduzindo a possibilidade destes cultivos. Ver páginas 71 a 84.

espanhóis, assinalava Gamboa, era fugir deixando tudo para trás e evitando ser vistos pelos capangas que vigiavam as fazendas.

O inspetor tinha observado que as crianças de 5 ou 6 anos trabalhavam nas plantações de café junto com seus pais. As doenças eram comuns nelas e também nos adultos. As pneumonias eram frequentes, assim como a ancilostomíase e o tracoma com o qual 95% estavam infetados. Procurar assistência médica estava acima do que os trabalhadores podiam pagar e mesmo que pudessem pagar, o atendimento era deficiente. As despesas com tratamento e medicação tampouco cabiam no orçamento dos trabalhadores

Nas entrevistas com os espanhóis, o inspetor tinha tido notícias de violações de filhas de colonos, cometidas por fazendeiros ou seus filhos, assim como também registrara a existência de jovens prostituídas nas fazendas que acabavam trabalhando em bordéis nas cidades próximas. Tinha-se também registro de casos de violência extrema e, dada a impossibilidade do imigrante recorrer à justiça, os assassinos ficavam sempre impunes. Como conclusão, o autor do relatório considerava que 98% dos espanhóis que se encontravam no Brasil retornariam a Espanha se tivessem meios para isso⁵¹².

O relatório produzido por Gamboa Navarro teve um forte efeito sobre o *Consejo Superior de Emigración* da Espanha, que na sessão de 25 de agosto de 1910 requereu do Ministro do Governo que fosse submetido à aprovação de S.M. o rei Afonso XIII um decreto que proibisse temporariamente a emigração para o Brasil com passagem gratuita. O argumento exposto pelo Ministro no pedido ao rei era que *la situación de los emigrados españoles en el Brasil es verdaderamente lastimosa*⁵¹³. Na sequência enumerava resumidamente as observações que constavam do relatório elaborado por Gamboa Navarro. O informe do Ministro acrescentava que era uma emigração perigosa para a Espanha dado que, por ser ela composta principalmente por famílias, tratava-se de indivíduos que, muito possivelmente, não retornariam à pátria. Para finalizar apoiava seu pedido no fato de não ser novidade a proibição requerida pois,

⁵¹² *Boletín do Consejo Superior de Emigración de España*. 1910, pp. 408 a 411.

⁵¹³ *Boletín del Consejo Superior de Emigración de España*. Madrid. 1910.

(...) convencidos de los graves peligros que encierra, son varios los países extranjeros que se han determinado a establecerla; tal ha acontecido en Holanda, en Alemania y en Italia, siendo de notar que el ejemplo de esta última nación prohibiendo la emigración gratuita al Brasil, por virtud del decreto Prinetti, es muy digno de tenerse en cuenta por las analogías que presentan las emigraciones italiana y española, no debiendo tampoco pasar inadvertido el hecho de que Portugal, que a causa de la comunidad de origen, parece natural que seguiese siendo, como lo fue anteriormente, fuente de una considerable corriente emigratoria a aquellas tierras, la haya encauzado hace ya muchos años en distinta dirección⁵¹⁴.

No contexto de ampla vigência de uma ideologia liberal, a proibição da emigração subsidiada para o Brasil tomava uma dimensão mais significativa. Para decidir a interdição do movimento migratório, mesmo que circunscrito àquele realizado com passagem gratuita, prolongadas discussões tiveram que ser enfrentadas nas instâncias de decisão espanholas. Mas, no dia seguinte, o rei Afonso XIII proibiu a emigração subsidiada para o Brasil desautorizando as companhias de navegação e os consignatários a realizar qualquer contrato nesse sentido⁵¹⁵.

Tanto o relatório de Gamboa quanto a posterior proibição tiveram muita repercussão na imprensa espanhola. Jornais de diversas linhas políticas, liberais e conservadores, republicanos, moderados e radicais, deram espaço ao assunto do relatório de Gamboa Navarro e ao decreto de proibição. De forma geral, a imprensa apoiava a medida tomada pelas autoridades sobre uma questão cuja gravidade, declarava, já vinha sendo por ela anunciada.

Os jornais *La Vanguardia*⁵¹⁶ e *El Liberal*⁵¹⁷, de Barcelona, divulgaram o conteúdo do relatório e a intenção do *Consejo* de proibir a emigração subsidiada ao Brasil,

⁵¹⁴ Idem. Ibidem.

⁵¹⁵ A proibição foi determinada pelo Real Decreto de 26 de agosto de 1910. O desrespeito à ordem real seria castigado com a aplicação de sanções de acordo com a Lei de Emigração de 1907. Idem, p. 459.

⁵¹⁶ *La Vanguardia* foi fundado em 1881 e trata-se de um jornal que existe até os dias de hoje. Em sua origem esteve vinculado ao Partido Liberal, mas tornou-se independente poucos anos após sua fundação, a pesar de manter proximidade com as suas ideias. Foi, no começo do século XX, o jornal de maior circulação na Catalunha. Saíz, Maria Dolores e Seoane, Maria Cruz. *Cuatro siglos de periodismo en España. De los avisos a los periódicos digitales*. Madrid: Alianza Editorial, 2007, p. 134.

⁵¹⁷ *El Liberal* foi um jornal espanhol que existiu entre 1879 e 1939. De orientação democrática, republicana e popular, foi um dos principais órgãos de imprensa do período da restauração. Sua origem

quinze dias antes da reunião que efetivamente tomaria esta decisão. As matérias publicadas por estes dois jornais, intituladas “La Emigración al Brasil” e “Los horrores de la Emigración” respectivamente, foram remetidos para as autoridades paulistas da Secretaria da Agricultura pelos representantes do Estado no exterior e causaram grande impacto. Ambos jornais eram acusados de terem relações privilegiadas com as autoridades espanholas de emigração⁵¹⁸.

Em 10 de setembro de 1910, menos de um mês após a proibição, o jornal *Brasil en España*, que circulava com o subtítulo de *Periódico defensor de los intereses de ambos países*, no número 32 de seu segundo ano de circulação trazia, além de abundante informação sobre os *diez y ocho establecimientos españoles con nombres brasileños y que no venden otro café que el de Brasil*, um suplemento especial com uma matéria assinada pelo Sr. Symphronio Magalhães, diretor do Serviço de Expansão Econômica do Brasil na Espanha, sob o título *Verdades que conviene meditar*⁵¹⁹. Na matéria o representante do Brasil dirigia uma carta ao Presidente do *Consejo Superior de Emigración* em que se empenhava, por meio de vários argumentos, em desautorizar o relatório de Gamboa Navarro. A alegação do representante brasileiro era que, dado o pouco tempo que o inspetor espanhol teria permanecido no Brasil, um país de enorme extensão e com uma grande quantidade de imigrantes espanhóis (que estimava entre 500 e 700 mil), não haveria condições de se fazer uma avaliação confiável. Magalhães manifestava a sua preocupação não apenas pelos efeitos que o relatório poderia causar nas relações entre Brasil e a Espanha, mas também sobre os outros vários países que enviavam seus emigrantes para o Brasil. A contestação principal era sobre as acusações de serem os imigrantes chegados ao Brasil mantidos sob vigilância quando, contrariamente, as medidas tomadas nesse sentido seriam exclusivamente para garantir a segurança dos estrangeiros. O Comissário respondia também às informações fornecidas por Gamboa sobre a saúde dos espanhóis no Brasil. A defesa feita por Magalhães comparava a mortalidade em São Paulo com a de

é de Madri, mas abriu filiais em outras importantes cidades espanholas. Saíz, Maria Dolores e Seoane, Maria Cruz. op. cit., p. 156.

⁵¹⁸ Arquivo do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos diversos. 11 de agosto de 1910. CO7318.

⁵¹⁹ Arquivo do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos diversos. 10 de setembro de 1910. CO7318.

cidades da Europa como Paris, Roma, Milão, Madri, Lisboa ou São Petersburgo afirmando que era inferior a de qualquer uma delas. Declarava que *el servicio de higiene* [de São Paulo] *es uno de los más completos del mundo* e colocava em dúvida a porcentagem de infectados por tracoma que Gamboa Navarro teria verificado existirem no Brasil. O representante brasileiro invocava o testemunho de diversos estrangeiros ilustres que teriam registrado suas impressões após viagens ao Estado de São Paulo, sempre no sentido positivo⁵²⁰.

Mesmo considerando que tenha havido exageros de ambos os lados, a proibição da emigração subsidiada para o Brasil persistiu e só foi levantada aproximadamente 16 meses depois, no início de 1912. Quase um ano depois de decretada a proibição, em junho de 1911, o jornal *El Día* de Madri, ainda reclamava por esclarecimentos do que estava acontecendo com os emigrantes espanhóis no Brasil pedindo apuração da situação tanto a partir do relatório Gamboa Navarro quanto da resposta do Comissário brasileiro⁵²¹.

Emigrantes espanhóis continuaram sendo atraídos pelas passagens gratuitas oferecidas pelo Estado de São Paulo mesmo após a Real Ordem de 26 de agosto de 1910. Fazendo o confronto entre as informações brasileiras e espanholas sobre saída e entrada de e/imigrantes, percebe-se que foi este (1910-1914) o quinquênio em que se verificou a maior afluência de espanhóis para o Estado de São Paulo⁵²².

⁵²⁰ *Brasil em España. Suplemento al número 32. 10/9/1910.*

⁵²¹ *El Día*. Madrid. 17/06/1911, p. 1.

⁵²² Ver Tabela 5 na página 140.

CAPÍTULO 4 – A ILEGALIDADE - O LONGO BRAÇO DOS CAFEICULTORES PAULISTAS

Como vimos, a Espanha exerceu desde o começo da emigração em massa, pouco controle sobre as condições em que era realizado o êxodo de seus trabalhadores. Até 1907, não existia uma legislação que determinasse regras para garantir a segurança e limitar os abusos e maus tratos cometidos contra os espanhóis que saíam do país para se engajar no trabalho em novos destinos. Nos primeiros anos as leis eram insuficientes e imprecisas. Era exigido apenas um médico sem nacionalidade determinada e a existência de um kit de primeiros socorros nos navios. Não havia menções a condições de habitabilidade e o controle da quantidade de víveres a bordo era deixado a cargo das autoridades locais. Em dezembro de 1907, a Lei de Emigração estabeleceu parâmetros e criou alguns mecanismos para a fiscalização das companhias de navegação que embarcavam os emigrantes pelos portos espanhóis.

Mesmo que a legislação restritiva e a fiscalização fossem escassas, a prática de embarcar passageiros por portos estrangeiros vizinhos ao território espanhol foi comum desde o começo da emigração em massa. Os motivos podiam ser a fuga do recrutamento militar ou da justiça, ou a necessidade de evitar as exigências burocráticas e a taxas cobradas para o embarque por portos nacionais. Assim, Bordéus, no sul da França, tinha recebido espanhóis provenientes em sua maioria das regiões de Navarra, Aragão ou o País Vasco e o porto português de Leixões os originários da Galícia ou das Astúrias. Gibraltar, no extremo sul da Espanha, tinha sido porto de saída, sobretudo, dos habitantes da Andaluzia. A inclusão de Gibraltar na linha Málaga-Cádiz-América tinha também a função de completar o contingente de passageiros, dado que se tratava de um porto de grande movimento.

Com a legislação de 1907, o Estado espanhol se dispunha a colocar em prática o controle, não somente das atividades de recrutamento, como também das condições que as companhias de navegação disponibilizavam para o transporte dos emigrantes. O objetivo era pôr um freio nos abusos que tinham sido, durante longo período,

denunciados pela imprensa e por algumas autoridades locais. Evidentemente que este controle seria possível dentro de seu território nacional, em Vigo, Málaga, Cádiz ou Barcelona, principais portos da Espanha. A alternativa encontrada por aquelas agências e companhias de navegação que queriam fugir ao controle sobre suas atividades foi o embarque por portos não espanhóis.

Gibraltar, foco de interesse de nossa pesquisa, adquiriu neste momento uma importância maior e aumentou gradativamente seu fluxo de embarque de emigrantes. O que tinha sido uma alternativa a mais para eludir os controles transformou-se na possibilidade de manter o tráfico de trabalhadores sem sofrer a pressão das autoridades encarregadas de seu controle.

Os recrutadores que trabalhavam para abastecer de braços as fazendas paulistas, pagos com dinheiro do Estado de São Paulo, voltaram sua energia para Gibraltar. Foi desde Gibraltar, onde se realizava um tráfico ilegal de trabalhadores espanhóis, em sua maior parte provenientes das províncias andaluzas, que uma parte do mercado de trabalho livre paulista foi abastecida, a partir da primeira década do século XX. O movimento de embarque irregular por este porto foi aumentando até atingir o seu auge nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial. A partir da eclosão do conflito, as novas condições de navegabilidade do oceano Atlântico e as mudanças nos movimentos populacionais provocaram uma diminuição do trânsito de migrantes.

Os registros da atividade ilegal realizada por agências de recrutamento contratadas pelos governos sul-americanos são muito escassos. Isto confere maior relevância à documentação apresentada na parte final deste capítulo e a partir da qual podemos relatar certos aspectos da presença dos representantes do Estado de São Paulo no porto inglês, e também em Madri, enquanto encarregados dos interesses dos fazendeiros do café no tráfico de trabalhadores. Assim como a família Prado estava ligada à Antunes dos Santos através de Paulo Prado, sócio da empresa, o representante dos paulistas no escritório de representação que funcionava em Madri e que foi acusado de trabalhar em atividades ilegais de recrutamento de emigrantes, também era vinculado às elites cafeicultoras pelos seus laços com a família Pais de Barros.

4.1 – *Una dolorosa espina en el costado de España*⁵²³: A questão Gibraltar.

Pela sua localização estratégica na porta de saída do mediterrâneo, a sua proximidade com a costa africana e as possibilidades que oferecia como base militar, mas também como entreposto comercial, Gibraltar foi alvo de sucessivas disputas ao longo da sua história. Situada no extremo sul da península ibérica, última região a ser conquistada dos ocupantes do Islã no século XV, passou diversas vezes de mãos mouras a mãos cristãs. Sítios, invasões, traições, acordos e armistícios e até a morte de um rei enquanto cercava a cidade, fizeram parte de sua épica trajetória⁵²⁴. Os vários nomes do penhasco de Gibraltar - Djabal Tarik, Djabal-Al Fath, Calpe - indicavam as diversas mudanças na ocupação dessas terras.

Uma vez conquistada pelos espanhóis (1462) a sua importância real e simbólica foi explicitada no testamento da rainha Isabel, a católica (1451-1504), quem dedicou um parágrafo especial à cidade, encarregando os reis que fossem sucedê-la *que siempre conserven la inalienabilidad de la corona y del patrimonio real, la ciudad de Gibraltar y todo lo que le pertenezca: que nunca la cedan o la enajenen o permitan que sea cedida o enajenada (...)*⁵²⁵.

O último desejo da rainha não foi cumprido e em 1713, no marco do Tratado de Utrecht que resultou no fim da Guerra de sucessão espanhola (1701-1714), Gibraltar foi cedida à Grã Bretanha. Para dar seu apoio ao rei espanhol Felipe V, os ingleses exigiram em troca diversos territórios espanhóis e franceses na Europa e na América, entre eles, Gibraltar⁵²⁶. As dimensões da área cedida foram intensamente discutidas, chegando-se a convir que a Inglaterra teria direitos sobre uma superfície medida por *une étendue de terre de deux portées de cannon*⁵²⁷. Esta e outras cláusulas do tratado foram motivo de argumentos e réplicas ao longo dos últimos séculos.

⁵²³ Newyear, Richard. *Gibraltar or the pretender*. Londres. 1737. Apud Hills, George. *El Peñon de la Discordia. Historia de Gibraltar*. Madrid: Librería Editorial San Martin, 1974. p. 445.

⁵²⁴ O rei Afonso XI morreu, vítima da peste, durante o sítio a Gibraltar ocupada pelo Islã no ano 1350.

⁵²⁵ Hills, George. op. cit., p. 116.

⁵²⁶ Foi resultado desse tratado também a possibilidade da Inglaterra manter relações comerciais com as colônias americanas da Espanha, entre elas o direito a realizar tráfico de escravos com essa região.

⁵²⁷ “Uma extensão de terra de duas vezes o alcance de um canhão” (tradução nossa). A imprecisão da medida é motivo de polêmica até os dias de hoje.

Gibraltar desempenhou um papel importante na história da Andaluzia. Durante a primeira metade do século XIX em momento de turbulências vinculadas à revolução burguesa e à construção do Estado liberal, foi berço de conspirações e local de refugiados. Diversas revoltas e sublevações foram organizadas e conduzidas a partir *del peñón*⁵²⁸. Foi também um local caracteristicamente associado ao banditismo, à ilegalidade e ao contrabando, sendo esta última atividade motivo de muita controvérsia diplomática e de algumas tentativas de controle por parte das autoridades inglesas⁵²⁹. Gibraltar foi refúgio de guerrilheiros que atuavam na resistência contra o invasor francês durante as guerras napoleônicas e também local de fuga para aqueles que sofriam perseguições por diversos motivos na Espanha. A tal ponto chegaram os franceses a se incomodar com a presença dos combatentes na região, que se temia, na época, que Napoleão atacasse a cidade. Isto não aconteceu porque, como Bonaparte reconheceria já no exílio, Gibraltar “(...) *n’ est d’ aucune utilité* [para Grã Bretanha]; (...) *ce n’est qu’un objet d’amour-propre national qui coûte fort cher à l’Angleterre, et blesse singulièrement la nation espagnole* (...)”⁵³⁰. Cánovas del Castillo, importante dirigente espanhol que foi presidente do Conselho de Ministros durante os últimos 25 anos do século XIX, resumiu a seriedade do problema representado pela posse do penhasco: *Por más que Inglaterra y España sean aliadas naturales en la política general del mundo, son y deben ser mortales, irreconciliables, legítimas enemigas, ahora y siempre, mientras posea a Gibraltar la primera* (...)”⁵³¹.

A península de Gibraltar está unida ao território espanhol por uma estreita faixa de terreno arenoso⁵³² conhecida como istmo de Gibraltar. A Grã Bretanha estendeu seus domínios sobre esse território, que não estava compreendido na área outorgada pelo tratado original. Em 1908, os ingleses construíram uma divisória, conhecida como a *verja* (grade em português) que passou a funcionar como fronteira internacional. A partir da instalação da grade, pelos três portões que se fechavam todo dia ao cair da

⁵²⁸ Lacomba, Juan A. op. cit., p. 38.

⁵²⁹ Banditismo e contrabando eram considerados pelos andaluzes *formas de sobrevivir ante la falta de tierra y de trabajo*. Idem. op. cit., p. 46.

⁵³⁰ de Las Cases, Emanuelle. *Mémorial de Sainte Hélène*. Tome Premier. Paris: Ernest Bourdin Editeur, 1842. p. 268.

⁵³¹ Cánovas Del Castillo, Antonio. *Apuntes para la Historia de Marruecos*. Madrid: Imp. de La America, 1860, p. 207.

⁵³² Ver mapa de Gibraltar e região nos Anexos.

tarde passavam diariamente os trabalhadores espanhóis, que se dirigiam a Gibraltar e misturados com eles, os candidatos a um lugar nos navios que saíam deste porto com destino à América.

A proximidade de Gibraltar com a Andaluzia e o fato de que neste porto, que gozava da condição de porto livre e conseqüentemente de uma maior liberalidade na fiscalização, as leis da Espanha não tivessem vigência, foi vital para a realização do tráfico de emigrantes andaluzes para São Paulo. Ao maior controle nos portos espanhóis correspondia uma importância crescente do movimento de migrantes por Gibraltar:

*a presença deste porto (...) resultou estratégica para as agências americanas (especialmente de Brasil) e para as companhias de navegação que operavam com América desde o Mediterrâneo.*⁵³³

4.2 – As estatísticas: as cifras “aterroradoras” de famílias camponesas que saem por Gibraltar

Os números apresentados pelos boletins do *Consejo Superior de Emigración de España*, mostram que Gibraltar era um porto de parada da linha Málaga-Cádiz-América desde finais do século XIX por motivos comerciais de embarque de passageiros. O grande movimento de navios deste porto, somado às facilidades oferecidas pelo fato de ser um porto livre, o tornavam atrativo às companhias de navegação europeias⁵³⁴.

Em abril de 1909 uma carta do Delegado da Comissão Econômica do Brasil na Espanha, dirigida ao Diretor Geral da Secretaria da Agricultura de São Paulo, descrevia como se faziam sentir os efeitos práticos da nova legislação de 1907. De acordo com o Delegado brasileiro, o Chefe de polícia da cidade portuária de Barcelona

⁵³³ Contreras-Pérez, Francisco. op. cit. 2000, p. 168. (tradução nossa).

⁵³⁴ Devido a sua condição de porto franco, a maior parte das mercadorias entrava em Gibraltar sem pagar direitos. Isto atraía um grande número de navios de diversas bandeiras e também uma importante atividade de contrabando. Alguns controles foram sendo estabelecidos, ao longo do tempo, mas o argumento da diminuição do atrativo do porto em caso de restrição de sua liberdade de comércio foi frequentemente utilizado pelos interessados em mantê-la. Stewart, John D. *Gibraltar Piedra Clave*. Madrid: Aguilar, 1968. pp. 160 a 182.

tinha comunicado a seus auxiliares que “não deviam descuidar das obrigações que lhes incumbiam no tocante à emigração” e determinava que “visitassem os vapores a sair do porto e interrogassem os emigrantes embarcados para saberem o destino que levavam, as condições em que seguiam e quem os induzia a abandonar o seu país”⁵³⁵. É de se supor o efeito que este controle teve sobre as agências encarregadas do recrutamento dos emigrantes e também sobre as companhias de navegação, acostumadas a agir com liberdade, sem limites impostos pelas autoridades espanholas.

Se, como afirmamos ao longo do trabalho, existe grande dificuldade em se trabalhar com as estatísticas que registram o movimento de entrada e saída de i/emigrantes, no caso de Gibraltar essa dificuldade é ainda maior, já que não existiu nenhum tipo de registro sistemático do fluxo de embarques. Assim, uma das formas de estimar o grande número de andaluzes que saíram por este porto e o movimento ascendente desta emigração verificado a partir de 1907 é por meio dos registros que constam dos boletins das autoridades espanholas de emigração, que são resultado do confronto das estatísticas de saída de emigrantes coletadas na Espanha com as suas correspondentes americanas de entrada nos países de destino.

O *Consejo Superior de Emigración* registrava que, em 1910, ano em que o governo espanhol inspirado na legislação de outros países, como a Itália, proibiu a emigração com passagem gratuita para o Brasil, *habian sido 14.514 los connacionales que embarcando en nuestros puertos oficialmente habilitados para ello se expatriaron para tal destino*⁵³⁶. As estatísticas oficiais, reconhecidas pela Espanha para o ano seguinte indicam, um número significativamente menor de emigrantes para o Brasil, o que poderia comprovar o efeito desejado ao colocar em prática a proibição⁵³⁷. Porém era o próprio *Consejo* quem reconhecia que:

Nada, sin embargo, más lejos de la realidad. Nuestras estadísticas, reflejo exacto, meticoloso, de la cuantía del movimiento registrado en los puertos españoles, eran,

⁵³⁵ Arquivo do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos Diversos. 1909. CO7299.

⁵³⁶ *Consejo Superior de Emigración*. op. cit., p. 108.

⁵³⁷ As estatísticas oficiais espanholas de saída de emigrantes para o Brasil registraram, em 1911, a saída de 6.831 indivíduos. Idem. *Ibidem*.

no obstante, substancialmente erróneas, y quien guiado por ellas hubiese pretendido sacar consecuencias lógicas, habría llegado a las deducciones más equivocadas, puesto que a nuestra fiscalización se habían substraído sumandos que algún año equivalieron casi al triple del éxodo consignado para el Brasil en el recuento oficial de la emigración española.⁵³⁸

Os registros oficiais espanhóis eram, efetivamente, contestados pelas estatísticas brasileiras de entrada de imigrantes. No ano de 1912, seguindo a tendência dos anos anteriores, enquanto pelos números espanhóis teriam saído dos portos nacionais com destino ao Brasil 9.641 emigrantes, as estatísticas brasileiras indicavam, que nesse ano, pelo porto de Santos, teriam entrado provenientes de portos europeus 22.834 espanhóis⁵³⁹. E isso somente para o porto paulista. Se somados àqueles que se destinavam aos portos do Rio de Janeiro e de Belém, onde também desembarcava importante número de imigrantes, a quantidade de espanhóis entrados no Brasil, e conseqüentemente também a diferença com relação à contagem espanhola, poderia ser ainda maior. Mesmo com relação ao registro de ingresso de espanhóis pelo porto de Santos, existe certa variação, dependendo da fonte consultada, o que também pode aumentar as diferenças apontadas pelas autoridades espanholas⁵⁴⁰.

Outro dado que chama a atenção para as diferenças entre o número de espanhóis contabilizados na saída de seu país e o registro das entradas em São Paulo é a proporção de mulheres na população de emigrantes. As estatísticas espanholas registravam na saída por portos oficiais uma proporção de 24% de mulheres, o que indicaria uma porcentagem importante de homens sozinhos na composição desta emigração. Já os dados brasileiros mostravam que a proporção de mulheres na população de emigrantes espanhóis era muito superior ficando em torno dos 40%

⁵³⁸ Idem. Ibidem. (O destaque é nosso).

⁵³⁹ A especificação de tratar-se de portos europeus devia-se à necessidade de diferenciar aqueles que chegavam de portos americanos, ou seja, da região do Prata ou de outras regiões brasileiras.

⁵⁴⁰ Dados do Departamento Estadual do Trabalho em 1912 registram 25.184 espanhóis embarcados na Europa e desembarcados em Santos. Secretaria da Agricultura, Comercio e Obras Públicas. Estado de São Paulo. *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*. Número 4. 3º Trimestre de 1912. Já o balanço publicado em 1916 registra 28.987. "Dados para a História da Imigração e da Colonização em S.Paulo". *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*. São Paulo, ano V, Nº 19, 1916.

(56% de homens e 44% de mulheres, em 1912). A explicação para essa diferença é que a emigração desde Gibraltar, sendo fundamentalmente aquela que era realizada por meio de passagens subsidiadas era em sua maioria composta por famílias, como veremos adiante, o que aumentava sensivelmente a participação feminina. De qualquer forma, a conclusão do *Consejo* era que relacionado à política de concessão de passagens gratuitas pelo Estado de São Paulo a emigração:

*de españoles al Brasil alcanzó cifras elevadísimas, muy superiores en todo caso a las consignadas en nuestras estadísticas llegando a figurar España en el segundo puesto entre las naciones europeas cuyos ciudadanos beneficiaron con su sudor y enriquecieron con su esfuerzo los aniquilantes campos de las haciendas brasileñas*⁵⁴¹

Em 1913, de acordo com a documentação pesquisada, embora os números da emigração geral na Espanha fossem declinantes, *mantuvo sus cifras aterradoras la [emigração] de familias campesinas que se expatriaron por Gibraltar con propósito de contratarse en los cafetales de San Pablo*⁵⁴².

O incremento das saídas por Gibraltar, observado a partir das diferenças entre os dados de saída por portos espanhóis quando confrontados com os de entrada no porto de Santos, podem ser melhor percebidos na tabela a seguir:

⁵⁴¹ *Consejo Superior de Emigración de España*. op. cit., p. 109.

⁵⁴² *Idem*. op. cit., p. 118.

Tabela 6 – Relação entre o número de imigrantes ingressados no Estado de São Paulo e os emigrantes embarcados nos portos espanhóis com destino ao Brasil 1910 a 1915

ANOS	Imigrantes entrados no Estado de São Paulo	Emigrantes espanhóis saídos por portos nacionais para o Brasil	Diferença
1910	13.336	14.514	+ 1.178
1911	17.862	6.831	-11.031
1912	28.987	9.611	-19.376
1913	33.066	9.075	-23.991
1914	14.903	4.070	-10.833
1915	4.369	1.899	- 2.470

Fonte: Para as informações sobre o Estado de São Paulo: “Dados para a História da Imigração e da Colonização em São Paulo”. Boletim do Departamento Estadual do Trabalho. São Paulo, ano V, n. 19, 1916, pp. 183 a 185. Para os dados da Espanha: *La Emigración Española Transoceánica*. Publicaciones del Consejo Superior de Emigración. Madrid: Hijos de T. Minuesa de los Rios, 1916, p. 95.

Da leitura da tabela depreende-se que em 1910, ao contrário do que passou a ocorrer a partir do ano seguinte, o número de espanhóis contabilizados na saída para o Brasil foi maior que o número de espanhóis ingressados em Santos. Esta diferença era esperada já que espanhóis se dirigiam para outras localidades dentro do Brasil e não exclusivamente para São Paulo. A tabela mostra como a partir de 1911, o número de ingressos no Estado de São Paulo foi superior ao número de espanhóis embarcados nos portos de seu país. Uma parte importante dos espanhóis ingressados pelo porto de Santos não tinha embarcado nos portos da Espanha. Utilizando o mesmo raciocínio aplicado para o ano de 1910, os dados indicam que a diferença poderia ser ainda maior, já que uma parte dos espanhóis que ingressava no Brasil não se destinava ao Estado de São Paulo⁵⁴³.

Os dados da tabela fornecem também outras informações. Ao contrário do que mostravam as estatísticas oficiais espanholas, durante os anos da proibição da

⁵⁴³ Trata-se de estatísticas de entrada de espanhóis (e não de andaluzes), portanto deve ser considerado que uma parte destes imigrantes se dirigiu para outros destinos dentro do Brasil. O Censo de 1920 registra a presença de 219.142 espanhóis em território brasileiro. Destes 78,2% (171.289) estavam no Estado de São Paulo. Os restantes 21,8% residiam em outros estados do Brasil. Fonte: Direção Geral de Estatísticas. *Recenseamento Geral do Brasil 1920*. Rio de Janeiro, 1920.

emigração subsidiada para o Brasil (1910-1912), os ingressos pelo porto de Santos, e também a diferença com relação aos números espanhóis, tem um sentido crescente, indicando o aumento da saída de emigrantes por portos não espanhóis⁵⁴⁴.

Francisco Contreras-Pérez menciona as estatísticas argentinas de entrada de emigrantes discriminadas por porto de procedência, mostrando que, em 1913-14, saíam por Gibraltar 18% dos emigrantes embarcados em portos da Andaluzia⁵⁴⁵. Estas informações não estão disponíveis para o caso brasileiro. Para o *Consejo Superior de Emigración de España* não era a Argentina, mas o Brasil, o principal destino dos emigrantes saídos por Gibraltar que era chamado de *la puerta de la emigración española para el Brasil*⁵⁴⁶. Pelo cálculo de Contreras-Pérez, Gibraltar “pode ter sido (...) o ponto de embarque de 17% da emigração exterior por portos da Andaluzia e, especificamente, de 30% dos andaluzes que saíram para o Brasil, sobretudo entre 1890 a 1920⁵⁴⁷”.

Mesmo não se tratando de informações coletadas de forma sistemática, as menções ao número de imigrantes embarcados em Gibraltar que constam nos números do Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP) do período permitem observar com clareza o aumento das saídas por este porto entre 1910 e 1913. As primeiras referências ao porto inglês são ainda da última década do século XIX, mas é a partir de 1910, que as referências se fazem mais constantes além de haver um importante incremento na contabilidade de imigrantes embarcados.

O levantamento no DOSP não tem relevância do ponto de vista da contribuição para as estatísticas da imigração para o Brasil, dado que as informações sobre o

⁵⁴⁴ Os números apresentados na Tabela 6 indicam que, entre os anos de 1910 e 1912, houve um incremento do número de espanhóis ingressados em São Paulo que não tinham registrado a sua saída por portos espanhóis. Este foi o período em que a Espanha proibiu a emigração com passagem subsidiada para o Brasil.

⁵⁴⁵ Os dados da *Comisaría General de Inmigración Argentina* indicam que, sempre considerando exclusivamente os portos andaluzes, do porto de Cádiz provinham 38% e do de Málaga 45% dos emigrantes para a região do Prata. Contreras-Pérez, Francisco. “Recluta masiva de emigrantes andaluzes y su inserción social en Argentina (siglo XIX). Nuevas notas para su estudio”. *Anuario de Estudios Americanos*. Escuela de estudios Hispano-Americanos (CSIC). Tomo LIII, 2, 1996, p. 185. <http://estudiosamericanos.revistas.csic.es>

⁵⁴⁶ Contreras-Pérez, Francisco. “El negocio de la emigración a América: los ganchos de Gibraltar, siglos XIX y XX”, in Alcántara, M (org.): *América Latina. Realidades y perspectivas*. I Congreso europeo de latinoamericanistas, Salamanca. Universidad de Salamanca, 1997, taller 17, pp. 196 a 227.

⁵⁴⁷ Contreras-Pérez. *Tierra de Ausencias. La moderna configuración migratoria de Andalucía (1880-1930)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2000, p. 154. (Tradução nossa).

movimento migratório foram coletadas por parâmetros diversos ao longo do período. Mesmo assim, contabilizamos nestes documentos, entre março de 1911 e setembro de 1913, o embarque de aproximadamente 16.500 emigrantes com destino a São Paulo pelo porto de Gibraltar⁵⁴⁸. O que chama a atenção não é número em si, que sabemos se tratar de uma aproximação, mas o importante incremento registrado nos anos que coincidem com a proibição da emigração subsidiada para o Brasil.

A ausência de estatísticas oficiais coloca para o pesquisador a necessidade de procurar fontes indiretas para conseguir avaliar a magnitude da emigração por Gibraltar. Reconhecendo os mesmos limites apresentados pelas informações fornecidas pelo DOSP, registros de embarques por este porto existem entre os requerimentos dirigidos à Secretaria da Agricultura. Nestes documentos, que também carecem de regularidade metódica, os responsáveis pela imigração para São Paulo em Gibraltar avisavam às autoridades do porto de Santos sobre os contingentes embarcados. Considerando o período entre janeiro de 1912 e novembro de 1914, contabilizamos em apenas quatro navios da companhia La France Amérique, 25.200 imigrantes enviados para o porto de Santos⁵⁴⁹.

Por último, matérias publicadas na imprensa fornecem também indícios neste sentido. Francisco Contreras-Pérez menciona que entre 1912 e 1913, no auge do movimento emigratório pelo porto inglês, apareceram denúncias na imprensa da cidade espanhola La Línea de la Concepción, vizinha a Gibraltar, denunciando o embarque mensal de 8.000 emigrantes. Na mesma época o cônsul espanhol neste porto fazia o cálculo mais modesto de 4.000 emigrantes mensais⁵⁵⁰.

⁵⁴⁸ <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/>. Foram consultados todos os números do DOSP que faziam referência a Gibraltar no período de 1890 a 1914 e destes, selecionados aqueles que informavam o número de imigrantes embarcados por este porto. Existem também diversas solicitações de reembolso de passagens correspondentes ao trajeto Gibraltar-Santos e outros documentos como requerimentos de funcionários ligados à Diretoria de Terras, Colonização e Imigração da Secretaria da Agricultura de São Paulo.

⁵⁴⁹ Arquivo do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos diversos. CO9856; CO9857; CO9858. Os ofícios consultados, que foram enviados à Inspetoria de Imigração no porto de Santos, referem-se aos anos entre 1912 e 1914. Os dados não foram registrados metodicamente. Alguns declaravam explicitamente o embarque em Gibraltar. Em outros, a identificação do porto de origem precisou ser realizada pela identificação do nome do Inspetor de Imigração de São Paulo no porto inglês, que assinava o requerimento ou ainda pelo nome dos navios da companhia *La France Amérique (Italie, Espagne, Aquitaine e Provence)* que realizava os embarques nesse porto.

⁵⁵⁰ Contreras-Pérez, Francisco. op. cit. 2000, p. 153.

Mesmo sem informar quantidades mais precisas, a impressão das autoridades espanholas de emigração era que *buques y más buques, procedentes de Gibraltar, al abarrote de carne española*⁵⁵¹ continuavam chegando ao porto de Santos.

Para as autoridades de emigração espanholas o porto inglês de Gibraltar era: *una puerta abierta de muy difícil cierre*⁵⁵². Desde Gibraltar uma extensa rede de *ganchos* e agências procurava no interior da Andaluzia os emigrantes para serem embarcados de forma ilegal para diversos destinos. As passagens subsidiadas pelo Estado de São Paulo, que dependiam estreitamente do trabalho desses *ganchos* e agentes, tiveram relação direta com o porto de Gibraltar.

4.3 – Os responsáveis pelo negócio: a rede de agências e concessionárias que atuava em Gibraltar

Assim como acontecia com o recrutamento de emigrantes realizado a partir dos portos espanhóis, o primeiro elo da cadeia era a campanha que desde Gibraltar conduziam os consignatários. A propaganda consistia em anúncios sugestivos, frequentemente recorrendo a falsas afirmações sobre as condições dos navios que asseguravam estar de acordo com a legislação espanhola, ou ainda com a promessa de que para emigrar por Gibraltar não seria necessária a apresentação de documentos. O passo seguinte era a ação dos *ganchos*, dirigida diretamente a um público já sensibilizado por esta comunicação anterior: os camponeses pobres das regiões mais míseras da Espanha, particularmente da Andaluzia. A historiadora Elda González Martínez menciona um documento revelador da preocupação que causava na administração espanhola a propaganda realizada desde Gibraltar pelos captadores de imigrantes para São Paulo:

(...) la propaganda [é] dirigida por la legación en Madrid y por los consulados de carrera. Desde el sacerdote pueblerino en el púlpito hasta las casas de billetes para ultramar, no se ha escatimado el medio. El contrato se ha efectuado con entidades

⁵⁵¹ Consejo Superior de Emigración de España. op. cit., p. 321.

⁵⁵² Boletín de la Dirección General de Emigración. Número 1. 1925. 2ª época, p. 111.

directamente interesadas en esos negocios establecidas en Lisboa, Gibraltar y en el propio San Pablo...y con las compañías de navegación ⁵⁵³

Mesmo que as passagens oferecidas fossem gratuitas, em muitas ocasiões outros pagamentos eram exigidos dos candidatos à emigração por conta da garantia de conseguir lugar a bordo ou da possibilidade de antecipar o embarque. Tratando-se de operação ilegal, toda a manobra de transporte até o porto de Gibraltar estava rodeada de circunstâncias que permitiam tirar proveito dos camponeses. Até no caminho escolhido para chegar ao porto, que era realizado em grupos ou caravanas enganavam-se os emigrantes levando-os por rotas mais difíceis, longas e sujeitas à presença de exploradores e malandros⁵⁵⁴. A expedição só era finalizada quando se conseguia reunir às portas de Gibraltar um grande número de famílias, momento em que se lhes forçava a apressar a marcha mesmo que depois tivessem que aguardar, durante semanas a chegada do navio que finalmente os conduziria para o Brasil⁵⁵⁵.

O *Consejo Superior de Emigración* denunciava a atividade dos *ganchos* que trabalhavam para as agências paulistas em Gibraltar, revelando a fascinação das palavras *tentadoras (...)* *que de las riquezas del Brasil hacían los emissários desparramados en toda España por las agencias de Gibraltar*⁵⁵⁶. Para o *Consejo* uma vez

(...) montado este negocio de la emigración gratuita en forma que solo después de haber dado la recluta los frutos apetecidos, cuando se tenía plena certeza de ser abundante la redada, en cantidad que asegurase un viaje de abarrote, se pedían a la agencia central de Lisboa o a las casas armadoras de Londres los buques que hubieran de conducir a las víctimas de este inicuo comercio (...) ⁵⁵⁷

⁵⁵³ Archivo Histórico del Ministerio de Asuntos Exteriores (AMAE). Legajo 721, r. 49. Apud. Martínez, Elda E. González e Orovio, Consuelo Naranjo. "Aproximaciones cuantitativas y aspectos cualitativos de la emigración andaluza a Brasil y Cuba (1880-1940)". In *Andalucía y América en el siglo XX*. Actas de las VI Jornadas de Andalucía y América (Universidad de Santa Maria de la Rábida). 1986. Vol. 2.1987, pp. 245 a 267.

⁵⁵⁴ Ver mapa da região nos Anexos.

⁵⁵⁵ *Consejo Superior de Emigración de España*. op. cit., pp. 321 a 324.

⁵⁵⁶ *Consejo Superior de Emigración de España*. op. cit., p. 119.

⁵⁵⁷ *Consejo Superior de Emigración de España*. op. cit., p. 317.

Em 21 de agosto de 1912, uma carta endereçada ao Presidente da Junta de Emigração em Santos sondava, junto a esta “autoridade”, a possibilidade de um agente que já trabalhava no recrutamento de emigrantes na província de Múrcia, no Sul da Espanha, ser oficialmente contratado como corretor trabalhando diretamente para a “Junta de Emigração” e qual seria o salário que poderia receber na eventualidade de ser contratado. O interessado declarava trabalhar na atividade há cinco anos e já ter embarcado uma grande quantidade de famílias. No momento de escrever a carta estava ele, segundo declarava, em contato com aproximadamente mil famílias *de verdadeiro ofício labrador* que não podiam emigrar somente por carecerem de dinheiro para chegar até Gibraltar. Alfonso Legas pedia que as autoridades da Junta de Emigração no porto de Santos enviassem o dinheiro para que estes possíveis emigrantes chegassem até o porto inglês, sendo necessário um total de 25 pesetas para cada maior de idade. Não sabemos se Legas foi contratado ou não, mas sim sabemos, por anotação manuscrita na carta, que o assunto foi repassado pelas autoridades paulistas de imigração para ser resolvido pela agência Antunes dos Santos⁵⁵⁸.

A principal agência que trabalhava em Gibraltar para atrair emigrantes para as fazendas paulistas era a Antunes dos Santos & Cia. As informações sobre a rede de agências e *ganchos* que agia em Gibraltar e se espalhava por outros locais da Espanha são difíceis de obter. Segundo Elda González Martínez:

*Uma casa contratista de imigrantes, com sede em Lisboa e sucursal em Gibraltar, a empresa Antunes dos Santos e Cia, foi a encarregada de recrutar imigrantes para São Paulo. Seus agentes percorriam os povoados e aldeias andaluzas procurando candidatos a sair, que uma vez comprometidos eram encaminhados para o porto inglês.*⁵⁵⁹

De acordo com a historiadora, o esquema de recrutamento do Estado de São Paulo foi aperfeiçoado com a criação de agências ou comissariados,

⁵⁵⁸ Arquivo do Estado. Secretaria da Agricultura. Inspeção de Imigração do porto de Santos. 1912. Expediente de Inspeção. Santos. CO9856

⁵⁵⁹ González, Elda E. González e Márquez, Rosario. op. cit. 1992, p. 14.

independentemente dos consulados, em várias cidades da Europa como Gênova e Málaga⁵⁶⁰. Martínez registra, além da já mencionada agência, outra empresa trabalhando no recrutamento para o Estado de São Paulo em Gibraltar, oferecendo as passagens gratuitas: a Francisco Cepeda, com sede em Barcelona⁵⁶¹. Os consignatários das agências de emigração que agiam em Gibraltar e representavam as companhias de navegação, podiam também acumular cargos consulares, como foi o caso de Lucas Imossi, cônsul honorário da Argentina e do Peru em finais do século XIX, que também realizou campanhas de propaganda para incentivar a emigração para o Brasil⁵⁶². Veremos adiante que, vinculada a Gibraltar, havia ainda uma outra agência ativa em Madri, funcionando como Escritório de Representação Comercial do Estado de São Paulo.

Os camponeses andaluzes já tinham, em época anterior, sido recrutados para o trabalho agrícola na Argélia até que esta corrente emigratória foi interrompida pelos trágicos sucessos já relatados em capítulo anterior⁵⁶³. O trabalho realizado pela agência Antunes dos Santos & Cia para arrebanhar emigrantes para as fazendas de São Paulo funcionou como substituto para esta população já habituada com a ação de recrutadores.

Notícias publicadas no Diário Oficial revelavam a presença da empresa Antunes dos Santos no porto inglês. Em abril de 1910, o Diário Oficial do Estado de São Paulo dava conta de uma reclamação registrada pela agência Antunes contra o cônsul brasileiro em Gibraltar devido à recusa deste funcionário a outorgar, de forma gratuita, os documentos necessários aos emigrantes subvencionados que se dirigiam para São Paulo⁵⁶⁴. Já em dezembro de 1912, a Antunes era alvo de denúncia realizada pelo médico encarregado da Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo, por causa das más condições em que eram transportados os emigrantes a bordo dos navios administrados por essa agência e pedia especial atenção para os embarques realizados no porto de

⁵⁶⁰ Fizemos menção à criação destas agências no capítulo 2. Ver página 99.

⁵⁶¹ Martínez, Elda E. González. "O Brasil como país de destino para os migrantes espanhóis". In Fausto, Boris (org.) *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 243; Paulo César Gonçalves registra a participação da Francisco Cepeda nos contratos de atração de imigrantes para São Paulo desde 1892. Gonçalves, Paulo C. op. cit. 2008, p. 199.

⁵⁶² Contreras-Pérez, Francisco. op. cit. 2000, p. 159.

⁵⁶³ Ver página 146, nota 366.

⁵⁶⁴ *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 5/4/1910.

Gibraltar⁵⁶⁵. Outras notícias simplesmente comunicavam o embarque de emigrantes espanhóis em Gibraltar, realizados a cargo dessa agência.

Além da atividade de recrutamento, a Antunes dos Santos recebia os candidatos à emigração no porto de Gibraltar e os embarcava para o Brasil, nas companhias de navegação contratadas para esse fim. A principal companhia utilizada pela agência paulista para o transporte de emigrantes era *La France Amérique*, de bandeira francesa, da qual era representante no porto de Santos. Outras companhias de navegação que atuavam em Gibraltar para fazer o transporte de emigrantes para América eram a Norddeutscher Lloyd, de Bremen, e a italiana Ligure Brasileira⁵⁶⁶.

A companhia *La France Amérique* foi objeto de numerosas denúncias devido às más condições em que era realizado o carregamento dos emigrantes. Esta companhia de navegação tinha sido criada pela *Société Générale de Transports Maritimes à Vapeur (SGTMV)* após ser colocada em observação na Espanha sob a alegação de estar inadequada à legislação emigratória. A SGTMV constituiu a nova empresa para poder seguir operando no transporte de emigrantes e transferiu o embarque para o porto de Gibraltar. A SGTMV se ocupava do traslado de passageiros da Espanha para América do Sul desde a década de 1860⁵⁶⁷. Um informe preparado pelas autoridades espanholas em Gibraltar, a partir de pesquisas realizadas pelo consulado espanhol neste porto e em Marselha, indicava que encarregados da fiscalização teriam percebido que a SGTMV estava evadindo a legislação sobre emigração de 1907. De acordo com Contreras-Pérez:

*A sociedade matriz criava assim uma nova empresa para se desligar de todo compromisso com o governo espanhol em seu tráfico de emigrantes espanhóis com Brasil, e ao mesmo tempo, protegia seus interesses com relação ao transporte para outros destinos e outros setores do tráfico marítimo na Espanha*⁵⁶⁸

⁵⁶⁵ *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 1/12/1912.

⁵⁶⁶ Contreras-Pérez, Francisco. op. cit. 2000, p. 169.

⁵⁶⁷ A companhia francesa foi fundada em 1865 em Marselha e iniciou sua rota para o Brasil em 1867. Adquiriu o navio *Provence* em 1884 e o *Aquitaine*, o *Espagne*, e o *Italie* entre 1890 e 1901. Em 1907 criou a companhia *La France Amérique*. Fundação Histarmar. Historia y Arqueologia Marítima. Argentina. <http://www.histarmar.com.ar/index.htm>.

⁵⁶⁸ Contreras-Pérez, Francisco. op. cit. 2000, p. 170 (tradução nossa).

A nova empresa foi aberta com o nome de *La France Amérique*, mas os navios que antes trabalhavam para a *SGTMV* não mudaram de nome e eram os mesmos que continuavam fazendo a travessia atlântica, agora a partir do porto de Gibraltar. O navio *Provence* foi transferido para a recém formada empresa assim como o *Espagne* e o *Les Alpes*. Faziam parte da sua frota também o *Aquitaine* e o *Italie*, entre outros ⁵⁶⁹. O Brasil, principal destino dos navios da companhia, era conhecido pela excessiva permissividade com relação às condições de transporte dos imigrantes e foi, por causa disto, alvo de repetidas críticas da imprensa espanhola⁵⁷⁰.

As más condições de transporte dos imigrantes por parte da agência Antunes dos Santos e da companhia *La France Amérique* preocupavam também as autoridades brasileiras. A possibilidade de acontecerem epidemias causava inquietação pelo prejuízo que significava o fechamento da Hospedaria para isolamento sanitário e a conseqüente interrupção do fluxo de abastecimento de trabalhadores.

Em 20 de novembro de 1912 o secretário de Agricultura de São Paulo fez uma advertência à agência Antunes dos Santos devido às más condições em que tinha sido realizado o transporte dos imigrantes desembarcados do vapor *Espagne* da companhia de navegação *La France Amérique*. O texto deixava entrever a preocupação com o prejuízo que a falta de cuidado da Antunes provocava no abastecimento das fazendas:

(...) a propósito das más condições de transporte dos imigrantes vindos pelo vapor Espagne, do que resultou terem aqui chegado muitos com sarampão, escarlatina e febre typhoide (...) ainda uma vez deixam muito a desejar as condições de saúde dos imigrantes transportados por esta firma, e isto porque não lhes são concedidos o tratamento e as acomodações indispensáveis nem são adotadas as medidas preventivas aconselhadas para evitar a manifestação de doenças contagiosas (...) o que exigiu, mais uma vez, que a Hospedaria desta capital (...) ficasse interdicta, forçando o Estado a fazer despesas extraordinárias além da paralysação do serviço por muitos dias (...) verificou-se a vinda de muitas crianças atacadas de

⁵⁶⁹ Croce, Alain. *La Société Générale des Transports Maritimes à Vapeur*. Versailles: Éditions Babouji, 2006.

⁵⁷⁰ Martínez, Elda E. González. *Brasil: café e inmigración española en São Paulo (1880-1930)*. Madrid. Centro Español de Estudios de América Latina, 1990, pp. 100 a 115.

*gastroenterite, moléstia essa determinada pela alimentação de má qualidade e inadequada que lhes foi fornecida durante a travessia a bordo. (...)*⁵⁷¹

A carta manifestava preocupação com as más condições em que os imigrantes eram transportados e ordenava que fossem tomadas providências pela agência, no sentido de se adotarem medidas preventivas em relação à saúde dos imigrantes. Para tanto deveriam incorporar melhorias na higiene e na alimentação e acatar de forma absoluta a lotação máxima indicada para os navios, sob pena de terem interrompida a autorização para realizar o transporte de imigrantes trazidos por conta do Estado. A advertência era reforçada pelo fato do navio *Italie* (também da companhia *La France Amérique*) ter chegado dias depois igualmente com os passageiros em péssimas condições de saúde, dado que as medidas que poderiam evitar a propagação de doenças não tinham sido tomadas. Os passageiros teriam contraído varíola e as crianças gastroenterite em consequência da má alimentação⁵⁷²:

*En 1912 en el vapor francés 'Italie' a la llegada al puerto de Santos (Brasil) se descubrió que varias decenas de españoles habían muerto en el trayecto y otros doscientos desembarcaron enfermos. En dicho flete viajaron 1566 emigrantes españoles desde Gibraltar totalmente hacinados y sin condiciones sanitarias. Estos hechos volvieron a repetirse al año siguiente en expediciones 'gratuitas' a Río de Janeiro y Santos.*⁵⁷³

Somando-se à lista de irregularidades, ainda em 1912, um documento do vice-consulado espanhol em Santos acusava o desembarque ilegal de imigrantes espanhóis, embarcados no porto inglês, sem documentos, chegados pelo navio *Aquitaine*⁵⁷⁴.

Um ano depois ainda não tinham acontecido mudanças significativas já que em dezembro de 1913, um ofício, enviado pelo Inspetor paulista de Imigração no porto de Gibraltar, comunicava a seu par no porto de Santos que, mais uma vez, o navio

⁵⁷¹ Arquivo do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos diversos. 1912. CO9856.

⁵⁷² Arquivo do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos diversos. 1912. CO9856

⁵⁷³ Baus, Carlos Llorca. *Los barcos de la emigración, 1880-1950*. Alicante: C.Llorca, 1992.

⁵⁷⁴ Arquivo do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos diversos. 1912. CO9856.

Espagne da companhia de navegação *La France Amérique* tinha saído daquele porto com lotação excedida, transportando imigrantes introduzidos pela agência Antunes dos Santos. O inspetor solicitava que a verificação fosse feita à chegada do navio cuidando para atentar para as condições em que os passageiros tinham sido transportados⁵⁷⁵. Finalmente, um documento de maio de 1913, registrava o pedido do comissário paulista em Gibraltar de excluir o navio *Aquitaine* do transporte de imigrantes por não oferecer as condições mínimas para realiza-lo⁵⁷⁶.

As frequentes denúncias contra *La France Amérique* originadas tanto na Espanha quanto no Brasil confirmavam o descuido da empresa no transporte dos imigrantes. Os passageiros embarcados nos navios desta companhia em Gibraltar tinham sido recrutados pela Antunes dos Santos. As menções a Lisboa que aparecem em algumas denúncias, se originam no fato de José Antunes dos Santos, ser originalmente um comerciante de Lisboa autorizado a realizar o transporte de emigrantes de Portugal para o Brasil e estar, desde finais do século XIX, associado à família portuguesa D'Orey, formando a empresa D'Orey Antunes & Cia. Atuando no Brasil desde a década de 1880, com a denominação de José Antunes dos Santos, a partir de 1903, a empresa se transformou em Antunes dos Santos e Cia e incorporou à sociedade, além de descendentes da família D'Orey, Paulo Prado, filho de uma das mais poderosas famílias de cafeicultores do Estado de São Paulo⁵⁷⁷.

4.4 – Os que emigram por Gibraltar: famílias camponesas tratadas como escravos.

O esquema do embarque por Gibraltar tinha por base, fundamentalmente, as passagens subsidiadas. Eram elas que tornavam possível a emigração dos camponeses pobres do interior da Andaluzia, pois não teriam podido empreender a viagem de outra maneira. Os escritórios montados pelos paulistas se ocupavam de

⁵⁷⁵ Arquivo do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos diversos. 1913. CO9857

⁵⁷⁶ Arquivo do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos diversos. 1913. CO9857.

⁵⁷⁷ Câmara, Maria João da. *Orey, uma família, uma empresa. 1886-2006*. Lisboa: Medialivros – Atividades Editoriais AS. 2006.

controlar o trabalho das companhias recrutadoras e de seus agentes para garantir que fossem atendidos os requisitos reclamados pelos cafeicultores do Estado de São Paulo em termos da demanda dos trabalhadores desejados: que fossem camponeses com prática no trabalho agrícola e transferidos em grupo familiar. A possibilidade de obter uma passagem subsidiada dependia de comprovar estas condições⁵⁷⁸.

Além da possibilidade de embarque daqueles que saíam com a passagem gratuita, outro argumento utilizado para convencer os emigrantes a se dirigir para este porto era a falta de controle que os eximiria da inspeção burocrática e das taxas exigidas para visas e permissões de viagem. Na prática não era sempre assim.

Como vimos o trajeto dos emigrantes das suas vilas até o porto de Gibraltar era realizado em condições penosas⁵⁷⁹. Finalizado esse percurso, uma vez arribados às portas de Gibraltar, as penúrias continuavam.

(...) os antigos imigrantes caminhavam dias e semanas para chegar a Gibraltar para o embarque. Aliás, andar bastante sempre foi hábito dos espanhóis, a cada safra ou colheita. (...) Andar não era problema, problema era a pobreza, a necessidade de 'ganar dinero' e dar uma vida melhor aos filhos⁵⁸⁰

Um documento, produzido pelo *Consejo Superior de Emigración* em 1916, fornece diversas informações sobre os procedimentos das agências e companhias de navegação que atuavam em Gibraltar⁵⁸¹. De acordo com as informações do *Consejo Superior*, o acesso dos candidatos à emigração ao porto inglês se realizava por diversas vias: em barcos de cabotagem pelo mar Mediterrâneo, por trem e, dependendo da distância, até em longas caminhadas. No primeiro caso, os emigrantes saíam de portos espanhóis, como Málaga ou Almería, em embarcações precárias e mais adequadas ao transporte de mercadorias que de passageiros. Chegavam à

⁵⁷⁸ A preferência dos cafeicultores por este tipo de imigrante foi abordada no Capítulo 2. Ver páginas 81/82.

⁵⁷⁹ Ver página 214.

⁵⁸⁰ Depoimento de Dona Maria Trinidad Fernandes Fernandes, imigrante espanhola moradora de Sorocaba. Oliveira, Sérgio Coelho de. *Os Espanhóis*. Sorocaba: TCM. 2002, p. 18.

⁵⁸¹ Consejo Superior de Emigración. *La Emigración Española Transoceánica. 1911-1915*. Madrid: Hijos de T. Minuesa de los Ríos, 1916.

localidade de Puente Mayorga, na baía de Algeciras, desde onde partiam a pé até La Línea de la Concepción, última localidade espanhola antes da fronteira com Gibraltar. Os que eram conduzidos por via terrestre chegavam de trem a San Roque, que possuía uma estação ferroviária cujo prédio, construído em 1905, funcionava como um local de albergue para os emigrantes⁵⁸². Desde San Roque se encaminhavam também para La Línea de la Concepción. O trajeto, um percurso de 7 a 8 quilómetros, era realizado a pé, sendo uma caminhada que costumava durar em torno de 3 horas e que era efetuada, com frequência, durante a noite. O período diurno era aproveitado para fazer os arranjos necessários para facilitar a travessia da fronteira inglesa. Aqueles que conseguiam demonstrar ter residência em alguma das vilas vizinhas a Gibraltar, tinham maior facilidade para superar os controles. Para isso, e isto era motivo para extrair mais dinheiro dos candidatos a emigrar, existia disponibilidade de precárias e insalubres habitações compartilhadas por várias famílias, nas quais não era incomum terem que ficar durante um certo tempo, aguardando o momento propício para realizar a passagem para o porto.

Uma vez em Gibraltar, o tempo de espera antes do embarque, que podia ser prolongado, não era feito dentro da cidade inglesa, mas em um local conhecido como o “curral”, que ficava na parte externa das muralhas, com vista *para España y para el mar*⁵⁸³. Neste lugar era verificada a aptidão dos candidatos à emigração e a adequação às exigências do país de recepção. A condição camponesa dos candidatos a receber a passagem devia ser provada pela demonstração de prática na utilização de ferramentas agrícolas e aquele chefe de família que não conseguisse passar pelo teste corria o risco de ver seu grupo eliminado da lista de embarque. Era também no “curral” onde as famílias eram informadas de que o barco chegaria com atraso, o que implicava em ter que permanecer vários dias, e até semanas, aguardando sem local apropriado para se proteger nem garantias de alimentação. Não era incomum os emigrantes que aguardavam ter que recorrer á caridade pública⁵⁸⁴.

⁵⁸² Os registros do *Consejo Superior de Emigración* sugerem que em San Roque, local por onde passavam os emigrantes iludidos pelo recrutamento e as passagens subsidiadas havia um local de recepção para eles, o que não ocorria nos portos espanhóis, por onde saíam os emigrantes regulares. *Consejo Superior de Emigración de España*. op. cit., p. 322.

⁵⁸³ *Consejo Superior de Emigración*. op. cit., p. 324.

⁵⁸⁴ *Idem*. op. cit., p. 322.

Em carta ao Ministro de Estado de Fomento da Espanha, o Cônsul espanhol em Gibraltar contava que tinha sido procurado por um grupo de emigrantes que aguardavam para embarcar no navio *Provence* da companhia *La France Amérique*. Estas pessoas pediam ajuda ao cônsul para providenciar um local onde ficar e alimentação durante os dias que faltavam até o seu embarque:

En su mayoría son emigrantes que gratuitamente embarcan para el Brasil y al no tener que abonar nada por el billete, los obligan a que cumplan las condiciones impuestas por la Compañía, quien les exige estar en esta colonia en los primeros días del mes, no zarpando el vapor hasta el 20 o 23 siendo la estancia de estos desgraciados bien triste por carecer de medios, lo que a veces los obliga a implorar la caridad⁵⁸⁵

As circunstâncias de espera no porto inglês, acima relatadas, assim como as condições em que era realizado o percurso marítimo, que abordamos no capítulo anterior, sugerem algumas continuidades com relação a aspectos relacionados ao tráfico de escravos. O assunto é delicado já que corremos o risco de ser acusados de estar cometendo um anacronismo. Mas o tempo de espera no “curral”, a falta de qualquer assistência, a superlotação dos navios, a péssima alimentação e as deficientes condições de higiene nos permitem estabelecer algum paralelo.

O requisito da condição camponesa assim como a existência do grupo familiar eram exigências para a obtenção da passagem subsidiada para São Paulo. Que os candidatos à emigração fossem obrigados a provar que sabiam pegar na enxada não quer dizer, como já foi dito em capítulos anteriores, que as contradições do próprio sistema de abastecimento de mão de obra no qual cabiam interesses contrapostos, não levasse, em ocasiões, os encarregados do tráfico de emigrantes a falsear situações⁵⁸⁶. O *Consejo Superior de Emigración* denunciava ser frequente que *em*

⁵⁸⁵ *Despachos del cónsul de España en Gibraltar*. 1909. Archivo General de la Administración (AGA). Asuntos Exteriores (AE). Caja 1700.

⁵⁸⁶ Ver páginas 126 a 128.

*Gibraltar se falseavam familias, ‘se amontonaba gente’ (...) al solo efecto de simular vínculos justificativos de la concesión del pasaje gratuito*⁵⁸⁷.

Nesta linha de denúncia, em outubro de 1913, o cônsul espanhol em São Paulo enviou uma carta ao embaixador espanhol no Rio de Janeiro comunicando a situação do espanhol Pedro Marín González. A documentação apresentada por González no desembarque em Santos declarava ter viajado acompanhado de mulher e filhos, mas o consulado tinha verificado que a verdadeira família do imigrante nunca tinha deixado a Espanha. A denúncia desferiu uma sucessão de cartas diplomáticas trocadas entre autoridades consulares no Brasil, na Espanha e na Grã Bretanha, já que revelava os métodos utilizados pelas agências para recrutar os trabalhadores espanhóis⁵⁸⁸:

*(...) la mayoría de las familias que vienen no lo son más que durante la travesía: han sido arregladas por los agentes de emigración, y una vez en esta capital, se disgregan, y la que venía como útil familia de agricultores, resulta luego no ser más que un grupo de individuos aislados (...).*⁵⁸⁹

De acordo com o Conselho Superior a emigração para o Brasil não trazia nenhum benefício à Espanha⁵⁹⁰. Ela se compunha, na sua quase totalidade, de núcleos familiares que acabavam cortando todo vínculo com a pátria e ela se fazia quase sempre por portos estrangeiros, de forma clandestina, fora da lei e do ambiente de proteção que as autoridades poderiam dar ao emigrante. Além disso, era levada a cabo por companhias de navegação não autorizadas e, portanto, sem fiscalização e em más condições:

Gentes infelices arrastradas por la falacia de reclutadores inhumanos a un puerto extranjero donde, faltos de calor, de la ayuda, del consejo que pudieran prestarles los organismos oficiales embarcaban en buques cuya divisa era casi siempre llegar al abarrote de carne humana aunque para ello hubieran de omitir el mínimo de

⁵⁸⁷ Consejo Superior de Emigración. op. cit., p. 317.

⁵⁸⁸ Documentação AGA. Resolução 181 de 1913 e seguintes.

⁵⁸⁹ Costa, Juan N. Solorzano y. op. cit., p. 95.

⁵⁹⁰ Consejo Superior de Emigración. op. cit., p. 109.

*condiciones de capacidad, higiene, seguridad y trato que puedan exigirse a las naves*⁵⁹¹

Ressaltava-se o fato de que, se por um lado, não se requeria nenhum documento que garantisse o cumprimento das leis espanholas e não se levava em consideração a conveniência da Espanha com relação àqueles emigrantes, por outro se investia no atendimento às exigências do país de destino, chegando-se ao ponto de falsear informações para atingir o montante de famílias exigidas.

*La cita de unas cuantas expediciones de las que sin interrupción se hicieron por Gibraltar en 1913 para conducir emigrantes clandestinos a Santos, bastará para que pueda formarse una idea de las aterradoras proporciones que el éxodo de familias campesinas de las provincias andaluzas y de las de Murcia, Cáceres y Salamanca, alcanzó en dicho año. Véase: vapor Provence en Julio, con 796 emigrantes; Espagne, en Septiembre, (...) con 1207 individuos; Provence en octubre (...) con 1193 emigrantes en total; Italie (...) en Noviembre, transportando grupos familiares que sumaban 1586 individuos, Aquitaine, en el mismo mes (...) con 1346 (...). Y así, análogamente durante todo el año; desalojando a cada viaje un pueblo. (...) sólo se han aportado los sumando correspondientes a aquellos buques que, por los horrores ocurridos a bordo durante la navegación o por las protestas formuladas al llegar al país de destino, dejaron rastro de los emigrantes conducidos*⁵⁹²

Admitiam assim, as autoridades de emigração a falta de controle espanhol sobre o êxodo que acontecia por Gibraltar. E não era a condição de clandestinidade ou de fuga de obrigações com o Estado espanhol a sua principal preocupação:

Esta horripilante emigración, salvo una parte – aunque numerosa mínima de ella – integrada por prófugos, desertores, procesados y rebeldes a los llamamientos de la justicia (...) tuvo características singulares e inconfundibles: ser gratuita, exclusiva para agricultores que se expatriaran en núcleo familiar, tener al Brasil como país

⁵⁹¹ Consejo Superior de Emigración. op. cit., p. 118.

⁵⁹² Consejo Superior de Emigración de España. op. cit., p. 119. (O destaque é nosso).

*predominante de destino y estar deslindadas con claridad las zonas que preferentemente la nutrieron*⁵⁹³

4.5 – Os que ganham com Gibraltar: os ingleses, o capital cafeeiro e as companhias de navegação

Algumas cartas trocadas entre o cônsul espanhol em Gibraltar e o *Ministério de la Gobernación* em Madri, são testemunho da preocupação que o grande volume de emigrantes que saía pelo porto de Gibraltar provocava nas autoridades. Em outubro de 1909, o cônsul declarava a sua inquietação com o embarque de espanhóis nos navios de *La France Amérique* e da companhia *Ligure Brasileira* com destino a São Paulo. O representante da Espanha em Gibraltar se declarava impotente para exercer qualquer tipo de controle sobre os candidatos a emigrar que chegavam por via marítima ou por terra desde locais onde não se exercia nenhuma fiscalização por parte das autoridades espanholas.

Nos dois anos seguintes, outras cartas mostravam a preocupação crescente conforme aumentava também o êxodo de espanhóis pelo porto inglês. Em outubro de 1911, escrevia o cônsul com relação aos súditos espanhóis que se embarcavam em navios de *La France Amérique*:

*(...) que son los que más número de emigrantes conducen, según informes directos, no reúnen las condiciones necesarias de salubridad, requisito exigido para embarque de los mismos, y es tan crecido el número de emigrantes españoles que embarcan en este puerto, que según mis datos aproximados, se puede calcular en unos quince mil los salidos desde primero de año; pues en esta colonia no existe estadística oficial de emigración*⁵⁹⁴

Uma possibilidade visualizada pelo cônsul para estancar o fluxo crescente de emigrantes seria estabelecer um controle nas localidades espanholas vizinhas a

⁵⁹³ Idem. op. cit., p. 316.

⁵⁹⁴ *Despachos del cónsul de España en Gibraltar*. 1909-1911. Archivo General de la Administración (AGA). Asuntos Exteriores (AE). Caja 1700.

Gibraltar: Algeciras e La Línea de la Concepción. Como vimos, foi no ano de 1911 que o volume de emigração de andaluzes pelo porto de Gibraltar tomou um grande impulso. Desta forma, em novembro do mesmo ano, outra carta enviada pelo representante espanhol transmitia a crescente preocupação com o:

*(...) extraordinario número de emigrantes que han salido de esta plaza desde primero de año y como esta emigración va aumentando considerablemente en esta ciudad, pues en el mes anterior salieron (...) en el vapor Italie de la compañía France Amérique, 1400 individuos (...) e aún quedan por embarcar 800 los cuales evidentemente están esperando cualquier oportunidad para abandonar el suelo patrio (...)*⁵⁹⁵

A crescente preocupação do representante espanhol em Gibraltar levou o governo central em Madri a ordenar a intervenção de seu embaixador em Londres junto às autoridades inglesas, pedindo para aumentar o controle exercido pelos seus funcionários no porto. O embaixador devia dirigir uma solicitação oficial ao Ministério de Negócios Estrangeiros e, extraoficialmente, estabelecer uma comunicação com o Secretário de Assuntos para as Colônias com a sugestão de fazer com o governo inglês um acordo bilateral, como o já existente com Portugal, desde 1891, sobre emigração clandestina. Na sua demanda ao Embaixador, o Ministro espanhol sugeria sensibilizar o governo inglês mencionando a comoção causada na opinião pública pelas proporções que assumia o êxodo por Gibraltar e apelar para os sentimentos de boa amizade dos britânicos com a Espanha.

Na carta enviada pelo Ministério espanhol a seu representante em Londres se indicava que era de seu interesse a colaboração inglesa para reprimir esta emigração tentando:

(...) evitar las medidas de rigor que en otro caso habría que emplear en la revisión de los documentos de los obreros españoles que van a trabajar a Gibraltar para

⁵⁹⁵ *Despachos del cónsul de España en Gibraltar. 1909-1911. Archivo General de la Administración (AGA). Asuntos Exteriores (AE). Caja 1700.*

*impedir que entre ellos pasen a aquel puerto personas que tienen el propósito de emigrar eludiendo por este medio la vigilancia de nuestras autoridades (...)*⁵⁹⁶

A carta deixava claro que a legislação espanhola determinava que o embarque de emigrantes espanhóis fosse realizado exclusivamente por portos nacionais chegando ao ponto de proibir os capitães de navios encarregados de fazer este transporte, ou seja aqueles *reconocidos como provistos de las condiciones de higiene, navegabilidad y seguridad necesarias*, que embarcassem espanhóis em portos estrangeiros sem autorização do *Consejo Superior de Emigración*, autorização que só seria outorgada àqueles emigrantes que tivessem mais de seis meses de residência no exterior. Dado que o embarque de emigrantes em Gibraltar não se dava em navios autorizados, mas ao contrário, por aquelas companhias que não tinham autorização das autoridades espanholas, o cônsul espanhol no porto inglês se via impossibilitado de fazer valer a legislação.

Do ponto de vista espanhol, evitar o embarque daqueles que não estavam autorizados a fazê-lo era necessário para (...) *asegurarse de que los emigrantes no serán, en la travesía objeto de las especulaciones tan frecuentes en este negocio de transporte de gentes no cultas y sin recursos*⁵⁹⁷.

As autoridades espanholas não tinham muitas esperanças do sucesso da intervenção de seu embaixador junto aos ingleses, já que se podia esperar que a reação do gabinete de Londres seria argumentar:

(...) que sus leyes sobre tráfico marítimo y embarque de pasajeros son suficiente garantía y que en todo caso no cabe autorizar a un cónsul extranjero visitas de

⁵⁹⁶ Carta do Ministro de Estado para o Embaixador da Espanha em Londres. 28 de fevereiro de 1912. Archivo General de la Administración (AGA) Caja 1700. Mesmo que não tivesse possibilidade de ser levada à prática, a ameaça de exercer um controle sobre os trabalhadores espanhóis que se dirigiam diariamente para Gibraltar poderia ter algum efeito sobre os ingleses. Para Gibraltar espanhóis eram importantes, sobretudo a partir do final do século XIX, quando a população de trabalhadores começou a crescer de forma gradual. A partir de 1895, um grande contingente foi trabalhar nas obras de construção do novo porto. Muitas mulheres e crianças espanholas eram empregadas, em condições muito duras, na indústria do tabaco e a maior parte dos trabalhadores domésticos era também originária da Espanha. Em finais do século XIX trabalhavam em Gibraltar aproximadamente 7.000 espanhóis, para uma população de nativos que apenas superava os 17.000 indivíduos. Palasí, José Uxó et alii. *Estudios sobre Gibraltar*. Madrid: Instituto de Cuestiones Internacionales y Política Exterior (INCIPE), 1996, pp. 31/32.

⁵⁹⁷ Archivo General de la Administración (AGA). Idem.

*inspección , imponer determinados requisitos a buques que no pertenecen a su nacionalidad aunque embarquen compatriotas suyos*⁵⁹⁸

Efetivamente, as negociações com os ingleses não deram nenhum resultado. O funcionário encarregado da resposta do *Foreign Office* declarou que, assessorado pelo Secretário de Colônias, teria concluído que um acordo entre a Inglaterra e a Espanha, nos moldes do acordo existente entre Portugal e este país, não seria possível já que *tenderia a limitar indebidamente las condiciones generales de embarque en dicho puerto*. O governo inglês negava que houvesse qualquer evidência da alegada exploração de emigrantes e garantia que a capacidade máxima de transporte dos navios era verificada e respeitada. As autoridades inglesas asseguravam que o controle de documentos dos emigrantes era realizado com rigor, confirmando que todos os viajantes eram trabalhadores agrícolas e que não tinham qualquer problema com a justiça. Dado que homens solteiros não tinham direito a passagem gratuita e que os casados embarcavam sempre acompanhados de seus cônjuges, haveria certeza de não passarem dissimuladamente fugitivos das obrigações militares. Garantida estava também a revista médica, que era realizada no porto e também ao ingressar no navio onde todos, adultos e crianças eram vacinados. As alegações feitas pelo governo espanhol contra as agências que trabalhavam em Gibraltar eram, portanto, infundadas e o governo inglês tinha confiança de que todo o processo era realizado com responsabilidade⁵⁹⁹.

A tentativa de conseguir a colaboração dos ingleses no controle à emigração irregular por Gibraltar não surtiu efeito dado que os interesses britânicos em manter o negocio da emigração por Gibraltar eram poderosos. Nas palavras do governador

⁵⁹⁸ Archivo General de la Administración (AGA). Idem.

⁵⁹⁹ O pedido encaminhado pelo embaixador espanhol fazia menção ao acontecido, em 1911, no navio *Willesden*, de bandeira norte-americana, que transportava emigrantes espanhóis para o Havai. Na resposta do *Foreign Office* se considerava “normal” a mortalidade de 27 crianças, causada por uma epidemia de sarampo, dado o número total de emigrantes embarcados no navio. Transcrição para o espanhol da carta de Sir Edward Grey, representando o *Foreign Office*, ao Embaixador espanhol em Londres. Novembro de 1912. Archivo general de la Administración (AGA). Asuntos Exteriores. Caja 1700.

militar da comarca espanhola vizinha ao porto britânico *para Gibraltar constituye la emigración un negocio importante*⁶⁰⁰.

Manter Gibraltar na qualidade de porto franco interessava não somente aos comerciantes deste porto, mas também a mais poderosos interesses ligados às grandes casas comerciais e as companhias de navegação inglesas.

*(...) el embarque de emigrantes por este puerto es de vida ó muerte para el comercio de Gibraltar, así es, que han estudiado los comerciantes la manera de eludir la Ley de Emigración española (...) y a este fin se han puesto de acuerdo con las compañías de navegación que no tienen sacada patente en España para embarcar emigrantes, ni suelen tocar en puerto alguno español (...)*⁶⁰¹

No auge da saída de emigrantes por Gibraltar outros interesses se juntaram aos britânicos, tais como os dos países latino-americanos, especialmente o Brasil, e os das companhias de navegação de outros países de Europa. A qualidade de porto franco, tornava possível em Gibraltar a realização do tráfico em massa de emigrantes⁶⁰². Em resumo, a Espanha não conseguiu nenhuma colaboração inglesa devido a que:

O comércio de Gibraltar logo começou a se beneficiar do potencial emigratório andaluz, graças a sua organização em oficinas de emigração e à progressiva extensão da sua rede de 'ganchos' para o leste e para o interior da Andaluzia. Em momento em que o comércio de contrabando se encontrava em recessão, a estrutura comercial de Gibraltar mostrou flexibilidade para se adaptar a novos mercados e estratégias de negócio (flexibilidade materializada nas casas consignatárias transformadas em agências de emigração). Neste negócio, as companhias de navegação europeias que operavam no tráfico de emigrantes (sobretudo para Brasil) contribuiriam igualmente para desviar este tráfico para

⁶⁰⁰ Carta do governador em Campo de Gibraltar para o Ministro em Madrid. AGA. Caja 1700.

⁶⁰¹ Carta do Cônsul de Espanha em Gibraltar dirigida ao Ministro de Estado em Madri. 14 de maio de 1909. Archivo General de la Administración (AGA). Asuntos Exteriores. Caja 1700.

⁶⁰² Contreras-Pérez, Francisco. "El Río Revuelto de la Emigración: El papel de las navieras y los estados en Gibraltar a principios de siglo". *Almoraima. Revista de estudios campogibraltares*. Nº 18. Algeciras, 1997.

*Gibraltar, eludindo as crescentes exigências da lei espanhola sobre os responsáveis pelo transporte*⁶⁰³

Do ponto de vista dos interesses da cafeicultura paulista e das agências de recrutamento de imigrantes, as vantagens envolvidas no tráfico de trabalhadores desde Gibraltar já foram explicitadas anteriormente neste mesmo capítulo. Em 1910, quando a Espanha proibiu a emigração subsidiada para o Brasil, a atividade de embarque de emigrantes por Gibraltar estava já ativa e a partir desse momento acelerou-se em um movimento ascendente ultrapassando inclusive a data de suspensão da interdição. Os documentos do *Consejo Superior de Emigración* faziam a denúncia de que a importante e contínua demanda de mão de obra para o cultivo de café:

*(...) reclamaba de continuo braceros agrícolas; de ahí las cuantiosas sumas que el Gobierno de la República y el del Estado [São Paulo] emplearon en atraer la emigración; de ahí las fuertes subvenciones concedidas a Compañías de navegación (...) y de ahí el sostenimiento de Agencias en los puertos de Europa, especialmente en Gibraltar, encargadas de reclutar emigrantes, a los que se pagaba el viaje (...).*⁶⁰⁴

O cônsul espanhol em Gibraltar já tinha assinalado o caminho: se a Espanha queria exercer algum tipo de controle deveria fazê-lo nas cidades de Campo de Gibraltar⁶⁰⁵, em Algeciras e em La Línea de la Concepción. Se dependesse dos ingleses, tudo continuaria como estava. Por um novo decreto do legislativo espanhol, em 1914, estas cidades da Andaluzia passaram a ter um status de porto de embarque de emigrantes e Gibraltar passou a ser considerado país de emigração⁶⁰⁶. Assim o governo passava a considerar como emigrantes a todos os que se dispunham a se transladar a Gibraltar com passagem retribuída ou gratuita. Além destas medidas, a

⁶⁰³ Contreras-Pérez, Francisco. “El río revuelto de la Emigración: El papel de las agencias gibraltareñas a principios de siglo”. Revista Almoraima. *Revista de Estudios campogibraltareños*. Algeciras, Nº 16, p. 77, 1996. (Tradução nossa).

⁶⁰⁴ *Consejo Superior de Emigración*. op. cit., p. 112.

⁶⁰⁵ Recebe o nome de Campo de Gibraltar uma comunidade espanhola, localizada na província de Cádiz. Estão localizados em Campo de Gibraltar os já mencionados municípios de San Roque, La Línea de la Concepción y Algeciras.

⁶⁰⁶ *Consejo Superior de Emigración*. op. cit., p. 325.

Espanha optou por alocar um Inspetor de Emigração em Campo de Gibraltar que fixou residência em Algeciras e passou a se ocupar de investigar as causas do aumento da emigração pelo porto estrangeiro. Fazia parte do novo sistema a colaboração entre a Inspeção em Campo de Gibraltar e o Cônsul espanhol no porto. Este último ficou encarregado de comunicar com antecedência a chegada de navios que viessem recolher emigrantes para que pudesse ser redobrada a vigilância nesses dias assim como manter informada a Inspeção de tudo o que podia ser relevante com relação ao movimento de navios e emigrantes⁶⁰⁷.

As medidas adotadas não tiveram o efeito desejado e o problema da falta de poder do Cônsul espanhol para exercer qualquer controle sobre os emigrantes que embarcavam em Gibraltar permaneceu. Mesmo assim, em 1917, o Inspetor reconhecia alguns avanços enquanto advertia para o papel que a Guerra teria desempenhado na diminuição do tráfico e chamava a atenção para as disposições que urgia tomar antes do fim do conflito para que o tráfico de emigrantes não voltasse ao patamar anterior a 1914:

*Al establecerse la Inspección en este Campo, se consiguió reprimir en parte este éxodo; la gente maleante que venía sin documentación se ahuyento y además se cortaron muchos abusos que cometían los ganchos, posaderos y fondistas a ciencia cierta y paciencia de las autoridades y sus agentes; mas hay que temer que, no atajado el mal en sus raíces, esta mejora sea solo relativa. (...) Significando además la necesidad urgente de resolver algo en este asunto antes que termine el conflicto mundial, pues terminado, será otra vez este puerto un desbordamiento de emigrantes españoles al país de referencia [Brasil].*⁶⁰⁸

⁶⁰⁷ Contreras-Pérez, Francisco. op. cit. 1997, p. 76.

⁶⁰⁸ *Boletín del Consejo Superior de Emigración*, número 91, Madrid, CSE, 1917, p. 935. Apud Contreras-Pérez, Francisco. op. cit. 1997, p. 76.

4.6 – Os representantes dos interesses paulistas: o Comissário do Governo do Estado de São Paulo em Madri e o Fiscal de Emigração em Gibraltar

Al Ministro del Brasil. Madrid, 15 de Octubre de 1913.

Excelentísimo señor. La opinión pública española se halla hondamente impresionada por las proporciones que toma la salida de España por Gibraltar para el Brasil y especialmente para el Estado de San Pablo, de emigrantes ‘subsidiados’. El Consejo Superior de Emigración ha estudiado y el Ministerio de Fomento competente en la materia va a tomar medidas relacionadas con este asunto: pero salta a la vista que la principal causa de aquel éxodo son los trabajos que para atraer a los emigrantes hacen los agentes del Estado de San Pablo.

Contra semejantes trabajos, (...) el Estado de San Pablo y el gabinete de Rio, inspirándose en sus sentimientos de cordialidad, enteramente correspondidos por España, podrían aclarar la mayoría de las dificultades que surgen, dando a sus agentes órdenes de no facilitar billetes ‘subsidiados’ por Gibraltar (...) ⁶⁰⁹

Esta carta foi enviada pelo Ministro de Estado espanhol ao Embaixador do Brasil em Madri. Na resposta deste, enviada 10 dias depois, o governo brasileiro fazia questão de assinalar a distância que mantinha do governo de São Paulo e suas atividades de recrutamento. :

Em resposta, tenho a honra de participar a vossa excelência que eu ignorava que o governo de São Paulo tivesse aqui ou em qualquer outra parte do mundo agentes especialmente encarregados de angariar emigrantes para o seu Estado; mas como sei que ele mantém em Madri assim como em outras cidades europeias, uma agencia comercial para o fim de desenvolver o seu intercambio e parecendo-me que é essa a causa dos reparos manifestados por V.E., apenas recebi a referida nota, telegrafei ao meu governo pedindo-lhe que intervisse junto ao de São Paulo para fazer retirar imediatamente da Espanha a agência em questão (...). Devo também dizer que ignorava que o governo de São Paulo facilitava por Gibraltar passagens subsidiadas a emigrantes em navios que não tocam em portos

⁶⁰⁹ Carta de Antonio López Munhoz, Ministro de Estado espanhol para o Ministro Plenipotenciário do Brasil. 19 de outubro de 1913. Archivo General de la Administración (AGA). Asuntos Exteriores (AE). Caja 1700

*espanhóis, mas correspondendo aos desejos de V.E. vou recomendar com empenho ao meu governo que de acordo com a afirmação de V.E. faça ver ao de São Paulo a inconveniência que há em acoroçar ou provocar mesmo estes embarques que iludem a lei espanhola (...)*⁶¹⁰.

As autoridades paulistas, afirmava o Embaixador, tinham logo acedido a retirar da Espanha o escritório de representação em Madri acusado de envolvimento com a atividade ilegal de fomento à emigração.

O referido escritório comercial do Estado de São Paulo era dirigido pelo Sr. Edmundo Wright, que após o incidente foi chamado de volta ao Brasil. O pai de Edmundo Wright, como foi mencionado no capítulo 2, tinha sido sócio de Martinho da Silva Prado, sendo ambos proprietários de uma casa comissária em Santos desde 1873⁶¹¹.

Todo o episódio provocou a reação de Wright que, poucos dias depois, escrevia ao Ministério espanhol reclamando que fossem confirmadas as acusações e apresentadas provas da participação do Comissariado paulista em Madri em atividades de recrutamento de emigrantes. De acordo com ele tudo não teria passado de uma vingança pessoal do embaixador brasileiro:

*(...) Aunque el Ministro del Brasil sabía perfectamente bien que la Comisaria no se ocupa en nada de emigración, engañó a su gobierno, informándolo que el gobierno español había pedido la supresión de la Comisaria (...)*⁶¹²

É pela própria correspondência de Edmundo Wright com a Secretaria da Agricultura de São Paulo que ficamos sabendo de suas atividades com relação à promoção da emigração para as fazendas de São Paulo. No final de 1912, o envio, por

⁶¹⁰ Carta do Embaixador do Brasil em Madri, Fontoura Xavier, para o Ministro de Estado da Espanha Dom Antonio López Muñoz. 25 de outubro de 1913. Archivo General de la Administración (AGA). Asuntos Exteriores (AE). Caja 1700

⁶¹¹ Edmundo Wright figurava, em 1907, entre os diretores da Banca Comerciale Ítalo-Brasileira, da Fábrica Brasileira de Alpargatas e Calçados e da Companhia Refinadora Paulista. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 24/02/1907; *A notícia*. Curitiba. 16/10/1906, p. 2. Wright estava ligado por laços familiares à família Pais de Barros, representante do capital cafeeiro. A casa comissária de R. Wright em sociedade com Martinho Prado foi mencionada na página 123.

⁶¹² Carta de Edmundo Wright ao Ministro da Espanha, Marques de Leme. 29 de novembro de 1913. Archivo General de la Administración (AGA). Asuntos Exteriores (AE). Caja 1700.

parte do Inspetor de Imigração em Santos, de documentos e publicações sobre o assunto aos diversos escritórios que se ocupavam com a emigração para o Brasil na Europa, provocou a reação de Wright. Após receber os materiais dirigidos a ele, na sua carta de resposta, Edmundo Wright comunicava estar em Madri desde o começo do mês para instalar a Comissária a seu cargo e esclarecia que:

*(...) Da secção de Publicações acabo de receber um conhecimento para duas caixas de impressos (...) o remetente é o Inspetor de Imigração. Embora aqui eu tenha que me ocupar com questões de imigração não convém nem de longe pareça que tenha qualquer ligação com o assunto. Peço, portanto ter a bondade de dar ordens terminantes na Secretaria de que sois digno diretor geral (...) que sempre que tiverem que despachar qualquer coisa para cá, o façam de outro modo, de preferencia em nome de uma casa comercial (...)*⁶¹³

O incidente com a Espanha foi encerrado pelas próprias autoridades daquele país. Após alguma troca de correspondência entre as autoridades espanholas e brasileiras pedindo esclarecimentos sobre o caso, uma carta do Ministro espanhol colocava o ponto final no assunto ao declarar que:

*(...) agradeciendo sinceramente el interés demostrado por V.E. y por el gobierno que tan dignamente representa en tratar de evitar los referidos hechos [os trabalhos dos agentes do Estado de São Paulo em prol do recrutamento de emigrantes], entende que Sua Majestade no puede intervenir en los acuerdos (...) asi como debe abstenerse también de expresar si determinadas personas o entidades brasileñas le son o no gratas (...)*⁶¹⁴

O episodio todo aparece repleto de contradições e ambiguidades. O investimento no recrutamento de emigrantes na Europa era considerado pelas autoridades espanholas como uma política do Estado de São Paulo e sendo assim, as

⁶¹³ Secretaria da Agricultura. Requerimentos Diversos. Arquivo do Estado de São Paulo. CO9856. (O destaque é nosso).

⁶¹⁴ Carta do Marques de Leme, Ministro da Espanha para o Embaixador do Brasil em Madri. 16 de fevereiro de 1914. Archivo General de la Administración (AGA). Asuntos Exteriores (AE). Caja 1700.

autoridades e representantes do governo paulista deviam estar envolvidos na atividade. No mesmo ano de 1913, o embaixador espanhol no Brasil escreveu ao Ministro de Estado espanhol relatando as queixas da Alemanha, a Áustria-Hungria e os países balcânicos, relacionadas às atividades de recrutamento de emigrantes conduzidas pelos representantes brasileiros e que eram condenadas pelas autoridades destas nações. Entre as denúncias fazia referências à atividade:

*(...) desplegada por el Ministro de Agricultura Federal Señor Toledo habilmente secundado por la Oficina de propaganda de emigración en Europa con numerosos agentes distribuídos en distintos países [que] trabajan sin descanso en la busca de brazos y familias de diferentes nacionalidades para traerlos a esta República.*⁶¹⁵

O Ministro de Agricultura a quem a carta se referia era Pedro de Toledo, também paulista e que seria, anos depois, Governador do Estado e herói da Revolução de 1932⁶¹⁶.

O governo paulista mantinha um funcionário da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo em Gibraltar. Da rede de ilegalidades, farsas e ocultação, que incluía desde os interessados no abastecimento constante de trabalhadores até os *ganchos* que chegavam aos confins da Espanha, passando pelas autoridades paulistas no Brasil e na Europa, fazia parte o Inspetor de Embarque no porto inglês, Edmundo César Huffenbaecher⁶¹⁷. O vínculo deste funcionário do governo paulista, representante oficial no porto inglês, com os numerosos embarques de emigrantes clandestinos realizados pela agência Antunes dos Santos, é comprovado em numerosos documentos registrados na Secretaria da Agricultura, em que Huffenbaecher comunicava detalhadamente a data, o número de imigrantes

⁶¹⁵ Carta do *Ministro Plenipotenciário* da Espanha no Brasil ao Ministro de Estado em Madri. 20 de outubro de 1913. Archivo General de la Administración (AGA). Caja 1700.

⁶¹⁶ O paulista Pedro Manuel de Toledo nasceu em 1860 em uma das famílias mais influentes do Império. Era sobrinho do Visconde de Ouro Preto. Foi Ministro da Agricultura do governo Hermes da Fonseca. Durante a Primeira Guerra Mundial foi embaixador na Itália e depois na Espanha. No decorrer da Revolução de 1932, em São Paulo, foi nomeado Governador do Estado pelas forças rebeldes. Com a rendição dos paulistas foi preso para depois seguir para o exílio em Portugal. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: FGV. 2001.

⁶¹⁷ O sobrenome Huffenbaecher aparece escrito de diversas formas nos documentos consultados. Optamos pela grafia usada com maior frequência.

subsidiados e o nome dos navios que chegariam ao porto de Santos. O Inspetor tinha também a função de verificar as condições em que era realizado o transporte dos trabalhadores, portanto seus comunicados incluíram, em alguns casos, denúncias envolvendo os barcos de *La France Amérique* e seus representantes, a agência Antunes dos Santos & Cia.

Em um dos ofícios enviados, Edmundo Huffenbaecher, manifestava a sua preocupação com as reclamações originadas nos embarques por este porto, e fazia um pedido ao responsável pela agência Antunes dos Santos & Cia no sentido de que fosse:

*(...) regularizada a chegada de navios que demandam aquele porto, com razoável espaço de tempo entre um e outro, para que não haja acúmulo de serviço de embarque, devendo ser evitados os pequenos embarques que produzem no espírito público o mesmo efeito que os grandes embarques produzem (...)*⁶¹⁸

Wright e Huffenbaecher trabalhavam para o Estado de São Paulo com o objetivo de conseguir braços para a lavoura. Eram pagos pelos cofres do Estado para praticar uma atividade que era realizada contra a legislação espanhola. No caso relatado, as elites econômicas e seus representantes no governo paulista agiram em prol do mesmo objetivo: manter abastecido o mercado de mão de obra livre em São Paulo por meio do tráfico de imigrantes andaluzes realizado ilegalmente pelo porto inglês de Gibraltar.

⁶¹⁸ Secretaria da Agricultura. Requerimentos Diversos. 1914-1915. CO9858. (O destaque é nosso).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando pensamos nos imigrantes que vieram para São Paulo nos voltamos em primeiro plano para os italianos, dada a sua superioridade numérica sobre o conjunto das nacionalidades que se dirigiram para este Estado. Entretanto, o maior contingente de emigrantes italianos se encaminhou para os Estados Unidos. Na Espanha, quando se evoca a ideia de emigrante, a primeira imagem que vem à mente é a do galego, já que foram desta origem regional os que majoritariamente constituíram o contingente espanhol no período das grandes migrações. O destino majoritário dos galegos foi a República Argentina. Na medida em que aumentamos a lente para olhar para os imigrantes no Estado de São Paulo, indivíduos de outras nacionalidades tomam destaque assim como, ao olhar com a mesma lente para a Espanha, percebemos que outras regiões da península também fizeram seu aporte à corrente migratória.

Mas se olharmos simultaneamente para o Estado de São Paulo e para a Espanha, procurando apreender os movimentos de população no período da grande onda migratória, é possível perceber a particular importância do Estado de São Paulo enquanto destino da emigração andaluza. Não houve outro local na América em que os andaluzes fossem a maioria entre os espanhóis emigrados, como aconteceu no Estado de São Paulo.

Este aspecto da emigração andaluza nos estimulou a fazer a indagação de quais circunstâncias estiveram na origem desta singularidade. A resposta a esta pergunta foi obtida pelo cruzamento de documentação produzida em ambos lados do Atlântico. Nossa pesquisa também teve por objetivo integrar o trajeto dos trabalhadores em um movimento de oferta e demanda de ambas regiões.

Durante a pesquisa tivemos acesso a documentação que remete à emigração irregular da Espanha e de outros países para outros destinos além do Brasil. Por Gibraltar saíam emigrantes subsidiados, contrariando a legislação em vigor, para o Havaí, o Panamá e o Chile entre outros destinos na América⁶¹⁹. Estudar a imigração ilegal apresenta dificuldades já que se trata, por sua natureza, de um fenômeno

⁶¹⁹ Nos referimos à emigração para o Havaí e o Panamá na página 186, nota 480.

invisível. Mesmo assim, movimentos irregulares de grandes grupos humanos deixaram registros como é o caso dos chineses levados clandestinamente para os Estados Unidos, mais precisamente para a Califórnia⁶²⁰, ou o caso mais próximo dos açorianos trazidos para o trabalho no Brasil no século XIX⁶²¹. Quando a promoção à imigração ilegal se tornou uma política de Estado, como foi o caso de São Paulo no período estudado, a possibilidade de existirem vestígios que permitam a sua investigação é maior. A comparação destes movimentos ilegais de trabalhadores nos parece um tema interessante para ser desenvolvido em outras pesquisas.

Para finalizar nosso trabalho vamos retomar as principais questões apresentadas ao longo da pesquisa para fazer uma reflexão sobre as implicações das nossas observações.

A grande demanda de trabalhadores esteve inserida no projeto dos cafeicultores paulistas de atrair “braços para a lavoura”. As possibilidades de obter vantagens a seu favor na negociação de salários e condições de trabalho com os imigrantes dependia de ter um abastecimento constante que permitisse criar uma reserva de trabalhadores. O fluxo de “enxadas” para as plantações era uma necessidade primordial para os fazendeiros e a exigência de manter este fluxo ativo implicou na transgressão das leis promulgadas pelo país de origem dos emigrantes para protegê-los.

A demanda de braços esteve profundamente vinculada à expansão da cafeicultura. Todo o complexo da economia do café tinha se estruturado sobre uma base de ilegalidades e favorecimentos: a principal fonte de trabalho tinham sido os escravos mantidos ilegalmente em cativeiro após a lei de 1831; as terras tinham sido obtidas e autenticadas por meio de tramoias ilegais ou pelo uso da força, e a forte presença do Estado tinha protegido e assistido os empreendimentos dos proprietários, em uma permanente confusão entre interesses individuais e coletivos, privados e públicos. Tratamos este conjunto de características associadas ao momento de formação e crescimento da economia do café no primeiro capítulo do nosso trabalho buscando mostrar as antigas raízes do comportamento das elites e trazer à tona a

⁶²⁰ Lee, Erika. *At America's Gates. Chinese Immigration during the Exclusion Era, 1882-1943*. Raleigh, North Carolina: University of North Carolina Press. 2003.

⁶²¹ Silva, Suzana Serpa. “A Emigração Açoriana para o Brasil, por meados do Século XIX, e a questão da “Escravidão Branca”. *História: Questões & Debates*. Curitiba, No 56, pp. 37 a 61. Janeiro/ junho de 2012. Editora UFPR.

ambiguidade do processo de modernização do Brasil, com as contradições e paradoxos que lhe são característicos.

Uma peça fundamental para entender o trânsito dos andaluzes para São Paulo foi o financiamento público à imigração, traço característico da política imigratória paulista. A partir das últimas décadas do século XIX, sobretudo a partir da autonomia conquistada após a Proclamação da República, o Estado de São Paulo passou a desenvolver a sua própria política de imigração que resultou na aquisição de trabalhadores importados para abastecer o mercado de força de trabalho livre em formação.

Em torno da virada do século XIX para o XX, os imigrantes italianos que tinham sido o principal contingente a prover este mercado começaram a deixar as fazendas procurando melhores condições de vida e trabalho nas cidades ou retornando ao seu país. A substituição dos que saíam não estava sendo efetuada devido, entre outros fatores, à proibição, por parte da Itália, em 1902, da emigração subsidiada para o Brasil. A carência de braços para a lavoura voltava a ameaçar os cafeicultores, como tinha acontecido quando foi decretado o fim efetivo do tráfico de escravos, em 1850. A ameaça se dava em época em que o mercado de café se encontrava em crise devido à baixa dos preços internacionais associada ao excesso de produção no Brasil. A crise tinha piorado as condições de trabalho nas fazendas e restringido as já poucas possibilidades de acúmulo de algum pecúlio por parte dos trabalhadores.

Foi nesta época que os fazendeiros encontraram o trabalhador desejado na Andaluzia, no sul da Espanha. Precisava-se de um imigrante que se adequasse as piores condições oferecidas pela cafeicultura em crise e os andaluzes pobres foram a solução para atender esta demanda. A sua condição de pobreza os tornava completamente dependentes do oferecimento das passagens subsidiadas que o governo paulista oferecia. O emigrante que fazia a viagem com passagem subsidiada precisava ser atraído, já que não partia dele a decisão espontânea de emigrar. A agência Antunes dos Santos & Cia, contratada pelas responsáveis pela imigração para o Estado de São Paulo para atender à demanda de enxadas para a lavoura, realizava este trabalho na Espanha.

Uma parte dos cafeicultores de São Paulo passou a se destacar do conjunto dos fazendeiros pela diversificação de seus capitais. Foi esta diversificação que permitiu a participação de membros da elite cafeicultora em outros empreendimentos como as empresas ferroviárias, os bancos e as casas exportadoras formando um complexo econômico cuja base era a produção de café. Neste espírito de participação em novos ramos de negócio, nossa pesquisa descobriu o vínculo de uma das grandes famílias associadas ao capital cafeeiro à principal agência recrutadora de imigrantes na Espanha. Ao contrário do afirmado pela historiografia da imigração que não vinculava os membros do capital cafeeiro diretamente com a atividade de recrutamento, documentos localizados durante a nossa pesquisa comprovaram este vínculo no caso da família Silva Prado. Estas questões foram desenvolvidas no segundo capítulo.

O trabalhador que São Paulo demandava estava disponível na região da Andaluzia, na Espanha. A crise econômica que afetou a Espanha, e mais particularmente a região sul da península, na segunda metade do século XIX, provocou a perda das propriedades de grande quantidade de camponeses que, empobrecidos, viram na emigração a possibilidade de retomar a sua condição proprietária. A única chance de emigrar destas populações estava nas passagens subsidiadas, já que com o resultado de suas terras mal vendidas apenas dava para o transporte até o porto marítimo e o sustento da família durante o período de inatividade. Mesmo que a crise estivesse na base da necessidade de emigrar destas famílias de camponeses, foram as passagens gratuitas oferecidas pelo Estado de São Paulo que efetivamente permitiram o êxodo.

Mas, como dissemos, para atrair o emigrante que seria trazido para as fazendas paulistas com a passagem subsidiada era necessária a atividade de recrutamento e a propaganda da imigração. Se não fosse a propaganda, o recrutamento e o subsídio, os emigrantes não viriam para São Paulo. Mesmo que de forma pouco eficiente em termos de fiscalização, as autoridades espanholas, pressionadas por parte da opinião pública, elaboraram, em 1907, uma legislação que proibia a atividade de recrutamento de emigrantes e a propaganda da emigração, no intuito de proteger os seus patrícios. Alguns anos mais tarde, em 1910, a própria emigração com passagem subsidiada para o Brasil foi proibida na Espanha repetindo o que a Itália tinha feito em 1902, motivada

pelo grande número de denúncias sobre a difícil situação dos trabalhadores nas fazendas.

Mesmo proibidas, ambas atividades, o recrutamento e a oferta de passagens subsidiadas pelo Estado de São Paulo, continuaram a ser efetuadas por meio de uma teia de dissimulação, dribles à lei e enganos colocada em prática pelas autoridades paulistas vinculadas à imigração juntamente com seus agentes contratados. O abastecimento de trabalhadores livres para o Brasil continuou a ser realizado a partir do porto inglês de Gibraltar desafiando a legislação espanhola. No terceiro capítulo do nosso trabalho tratamos desta articulação da demanda com a oferta na Espanha e dos motivos que levaram às proibições legais.

No quarto capítulo abordamos diretamente o tráfico de imigrantes realizado desde o porto de Gibraltar. Dada a ilegalidade em que era realizada toda a operação de traslado dos emigrantes desde as suas aldeias, a estadia no porto enquanto era aguardado o navio e a travessia atlântica, não havia qualquer possibilidade de fiscalização para garantir a integridade dos trabalhadores e suas famílias. Em alguns aspectos, este tráfico de trabalhadores se assemelhou ao tráfico de escravos, que tinha sido a forma de abastecimento do trabalho no Brasil desde a época colonial. A principal agência encarregada da captação e traslado de imigrantes de Gibraltar para São Paulo foi a Antunes dos Santos & Cia.

Esta agência era a representante em São Paulo da companhia de navegação *La France Amérique*, alvo de continuas denúncias e queixas tanto na Espanha quanto no Brasil, devido ao péssimo tratamento oferecido aos passageiros nos seus navios durante o trajeto para América. Como vimos, a família Silva Prado era vinculada a esta empresa.

Outros representantes das elites cafeeiras estavam envolvidos no negócio de atração e transporte de imigrantes desde o porto inglês. O episódio do fechamento do escritório dos paulistas em Madri e o pedido de interrupção das atividades de seu responsável, Sr. Edmundo Wright, são evidências deste envolvimento. Toda a atividade ilegal dos paulistas era negada publicamente, mas admitida, discutida e avaliada em documentos que circulavam nas instâncias de governo e que apresentamos neste capítulo. A presença de um funcionário destacado no porto de

Gibraltar como Inspetor de Embarque era mais uma comprovação do envolvimento das autoridades paulistas na emigração realizada de forma irregular.

O vínculo estabelecido pelas elites paulistas ligadas à economia do café e seus representantes com a atividade ilegal de recruta de imigrantes para o trabalho nas fazendas, reforça o caráter ambíguo de seu papel na formação do Brasil.

Durante todo o período estudado, período no qual se constituiu o mercado de trabalho livre em São Paulo, velhas práticas de dominação conviveram com a necessidade de se adaptar às novas condições impostas pelo trabalho assalariado. O caráter misto das relações estabelecidas com o trabalhador, assim como a manutenção de antigas práticas autoritárias e arbitrárias, são exemplos da dificuldade das elites cafeicultoras para se adaptar à nova situação colocada pelo fim da escravidão. A ambiguidade da vanguarda econômica paulista com relação ao seu papel de modernizadores exercido simultaneamente à manutenção de práticas vinculadas ao passado colonial foi amplamente abordada durante o trabalho. A ilegalidade e, mais do que ela, o desdém pela lei, que tinha caracterizado a ação das elites desde a época colonial, esteve presente na forma como estes imigrantes foram trazidos para o Brasil.

Nosso trabalho termina aqui. Mas antes de encerrar gostaríamos de fazer uma última reflexão associada ao discurso construído em torno do papel das elites paulistas.

Uma frase do historiador francês Henry Rousso chamou a nossa atenção desde o começo do nosso trabalho: “se queremos compreender a configuração de um discurso sobre o passado, temos que levar em consideração o fato de que esse discurso se construiu desde o começo do acontecimento, que suas raízes estão ali⁶²²”. O mito do empreendedorismo das elites, que reforça uma imagem positiva do seu papel no progresso do Estado e da nação, foi construído também com base na atividade de atração da mão de obra livre para o Estado. As elites paulistas alimentaram o mito de estar trabalhando pelo progresso do conjunto e ocuparam não somente em São Paulo, como também no Brasil o lugar de força impulsionadora do

⁶²² Citado em Jelin, Elisabeth. *Los trabajos de la Memoria*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores. 2002, p. 44.

avanço do país. Desta forma consolidaram uma base de legitimidade enquanto condutores dos rumos da nação que foi usada como justificativa do controle do poder político desde Primeira República.

As grandes fortunas do café tiveram origem no comércio de mulas, nas casas comerciais estabelecidas no Rio de Janeiro ou no tráfico de escravos. A fraude era um método comumente usado e largamente difundido. Empenhado em recolher impressões sobre o Brasil no começo do século XIX, o viajante John Luccock registrou as suas observações sobre fraudes cometidas na exportação de produtos:

*Tais exemplos de baixeza, arrogância e fraude não teriam merecido registro nestas páginas, se pudessem ser considerados casos isolados ou mesmo fatos raros. Tais coisas se dão nas comunidades mais virtuosas; no Brasil porém são infelizmente ilustrativas do caráter geral*⁶²³

Meio século depois, outro estrangeiro no Brasil, von Tschudi registrava o que tinha ouvido em uma de suas viagens pelo país: “É triste confessar que grande parte dos nossos homens abastados adquiriram suas fortunas por meios desonestos, no norte por assassinatos, no sul por furtos e estelionatos”⁶²⁴.

Aproximadamente mais cinquenta anos se passaram até o caso que investigamos em nossa pesquisa. A fraude, a arrogância e o desprezo pela lei foram também a marca da prática dos que lideravam o processo de introdução de trabalhadores livres em São Paulo.

⁶²³ Luccock, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. Tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*. São Paulo: Livraria Martins. 1942, p. 185.

⁶²⁴ Tschudi, J.J. von. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Biblioteca Histórica Brasileira. São Paulo: Livraria Martins, 1953, p. 81. Apud. Franco, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Kairós Livraria Editora. 1983, p. 159.

FONTES

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS CONSULTADOS

No Brasil:

Arquivo Público do Estado de São Paulo – São Paulo

Arquivo Nacional - Rio de Janeiro

Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP - Campinas

Biblioteca Florestan Fernandes – FFLCH – USP – São Paulo

Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro

Biblioteca Otávio Ianni do IFCH – UNICAMP - Campinas

Centro de Documentação e Informação Científica – CEDIC – PUC-SP – São Paulo

Centro de Memória da UNICAMP - Campinas

Na Espanha:

Archivo General de la Administración (AGA) - Alcalá de Henares

Archivo General de Andalucía – Sevilla

Biblioteca Nacional de España – Madrid

Biblioteca Nacional de España (sede) – Alcalá de Henares

Hemeroteca Municipal de Madrid – Madrid

Hemeroteca de Granada – Museo Casa de los Tiros – Granada

PRINCIPAIS ARQUIVOS E BIBLIOTECAS CONSULTADOS NA INTERNET

Brasiliana USP – <http://www.brasiliana.usp.br>

Senado Federal - <http://www.senado.gov.br/senado/secretarias/arquivo/>

Hemeroteca Digital Brasileira - <http://hemerotecadigital.bn.br/>

Biblioteca Nacional Digital Brasil - <http://bndigital.bn.br/bibliotecasdigitais.htm>

Center for Research Libraries - <http://www.crl.edu/brazil>

Open Library - <https://openlibrary.org/>

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados - <http://bd.camara.gov.br/bd/>

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - Biblioteca Virtual -

<http://www.bv.fapesp.br/pt/instituicao/1836/assembleia-legislativa-do-estado-de-sao-paulo-alesp/>

Diário Oficial da União - <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/>

Diário Oficial do Estado de São Paulo - <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOSP/>

Hemeroteca digital de la Biblioteca Nacional de España -
<http://www.bne.es/es/Catalogos/HemerotecaDigital/>

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Secretaria da Agricultura - CO7219

- Ofício do Consulado da Espanha em São Paulo dirigido ao secretário da Agricultura do Estado com denúncia sobre documentos de imigrantes espanhóis retidos por autoridades. São Paulo (21 de julho de 1906).
- Ofício do Consulado da Espanha em São Paulo dirigido ao secretário da Agricultura do Estado com denúncia sobre documentos de imigrantes espanhóis retidos por autoridades. São Paulo (12 de março de 1907).
- Pedido de repatriamento da viúva Maria Soledad Gimenez Molina. São Paulo (24 de janeiro de 1906).
- Pedido de repatriamento da viúva Adela Carreño Robles e um filho. São Paulo. (17 de abril de 1906).
- Pedido de repatriamento da viúva Josefa Luque Girol com quatro filhos. São Paulo. (21 de fevereiro de 1906).
- Pedido de repatriamento da viúva Maria Rodriguez Teruel e cinco filhos. São Paulo. (9 de maio de 1906).
- Pedido de repatriamento de Francisco Mario Quevedo e família. São Paulo. (18 de maio de 1906).
- Pedido de repatriamento de Domingos Gomez Carrasco com mulher e um filho. São Paulo. (3 de setembro de 1906).
- Pedido de repatriamento da viúva Maria González Lara e três filhos. São Paulo. (6 de novembro de 1906).
- Solicitação de repatriamento de outros onze imigrantes espanhóis por motivos de falecimento ou lesão grave do chefe da família. São Paulo (1906).

Secretaria da Agricultura - CO9854

- Documento da *Société Générale de Transports Maritimes a Vapeur* comunicando desembarque em Santos de imigrantes embarcados em Gibraltar. Marselha (28 de janeiro de 1908).
- Ofício enviado pelo Diretor de Terras, Colonização e Imigração da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo ao Inspetor de Imigração no porto de Santos indicando as empresas encarregadas do transporte de imigrantes para o Estado. São Paulo (12 de maio de 1908).
- Ofício enviado pela agência Antunes dos Santos & Cia ao Inspetor de Imigração no porto de Santos comunicando assumir a representação da empresa Lloyd Brasileiro na praça. Santos (15 de janeiro de 1909).

Secretaria da Agricultura - CO7299

- Carta da agência Antunes dos Santos dirigida ao Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado. São Paulo (30 de dezembro de 1908). Inclui circular do governo espanhol proibindo a emigração para o Panamá.
- Carta do Diretor Geral da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo ao Secretario da Agricultura comunicando preocupação com campanha contrária à emigração para o Estado realizada na Espanha. São Paulo (5 de janeiro de 1909).
- Carta do Secretario de Agricultura do Estado de São Paulo ao Ministro de Indústria, Viação e Obras Públicas solicitando intervenção da Comissão de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil no Estrangeiro no caso da propaganda contrária à emigração gratuita para o Brasil, realizada pela imprensa espanhola. São Paulo (23 de janeiro de 1909).
- Carta do Comissário Geral do Estado de São Paulo na Europa para o Diretor Geral da Secretaria da Agricultura do Estado, sugerindo disposições a serem tomadas no sentido de melhorar as condições de recrutamento de imigrantes na Espanha. Anvers (25 de fevereiro de 1909).
- Carta do Diretor Geral da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo ao Secretario de Agricultura, comentando sugestões feitas pelo Comissário Geral. São Paulo (22 de março de 1909).

- Ofício do Diretor Geral da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo com solicitação de levantamento da legislação sobre Imigração em vigência. São Paulo (1º de abril de 1909).
- Documento da Diretoria Geral da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo com resultado do levantamento de dados sobre a legislação de Imigração em vigência. São Paulo (16 de abril de 1909).
- Carta do Delegado da Representação Comercial do Brasil em Barcelona ao Diretor Geral da Secretaria da Agricultura do Estado. Barcelona (17 de abril de 1909). Inclui relatório anual realizado por dita representação para o ano de 1908 e outros documentos que atestam a preocupação do Delegado com as denúncias sobre a condição dos imigrantes nas fazendas brasileiras na imprensa espanhola.
- Ofício da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo comunicando alteração nas exigências com relação às famílias imigrantes. São Paulo (8 de maio de 1909).
- Carta da agência Antunes dos Santos dirigida ao Secretário de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado, relatando dificuldades de recrutamento de imigrantes na Espanha e Portugal. São Paulo (26 de novembro de 1909).
- Carta enviada por cidadão brasileiro morador do Rio de Janeiro ao Secretário de Agricultura do Estado, solicitando cessão de terras do governo. Rio de Janeiro (17 de dezembro de 1909).
- Diversos requerimentos encaminhados pelo Consulado da Espanha em São Paulo ao Secretário da Agricultura do Estado solicitando reingresso na Hospedaria de Imigrantes de espanhóis apresentando problemas de saúde. São Paulo (Julho a dezembro de 1909).
- Carta do Diretor da Hospedaria dos Imigrantes ao Diretor Geral da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, aprovando prorrogação das modificações incluídas na legislação sobre imigração. São Paulo (25 de abril de 1910).
- Ofício da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo prorrogando por mais um ano as modificações incluídas na legislação sobre Imigração. São Paulo (13 de julho de 1910).

Secretaria da Agricultura - CO7318

- Carta do Cônsul do Brasil em Barcelona para o Secretario da Agricultura do Estado de Paulo. Barcelona (11 de agosto de 1910). Inclui recortes de artigos publicados em jornais espanhóis.
- Carta do Comissário Geral do Estado de São Paulo na Europa para a Secretaria da Agricultura do Estado. Bruxelas (25 de agosto de 1910). Inclui cópia de carta do Cônsul do Brasil em Barcelona e transcrição de duas matérias publicadas em jornais espanhóis.
- Periódico *Brasil em España* (10 de setembro de 1910).
- Impresso *A Emigração para o Brazil. Afirmaciones destruídas. Lógica contra futilidades. Apello à imprensa da Hespanha* (1910).
- Impresso *Uma questão de atualidade. Carta aberta ao Exmo Snr. João Alvarado, Presidente do Conselho Superior de Emigração* (1910).
- Relação dos Imigrantes expatriados por conta do governo do Estado de São Paulo de 1º de janeiro de 1908 a 19 de setembro de 1910. Hospedaria dos Imigrantes. São Paulo (22 de setembro de 1910).
- Carta do Comissário Geral do Estado de São Paulo na Europa para o Diretor Geral da Secretaria de Agricultura do Estado sobre o informe Gamboa Navarro. Bruxelas (22 de setembro de 1910). Contêm carta do Cônsul do Brasil em Barcelona e diversos materiais sobre a propaganda contrária à emigração para São Paulo, com destaque para a matéria publicada na *Gazeta de Madrid* em 31 de agosto de 1910 e o Decreto Real sobre a proibição da emigração subsidiada para o Brasil.
- Carta do Comissário Geral do Estado de São Paulo na Europa para o Diretor Geral da Secretaria da Agricultura do Estado contendo informações sobre a reação da Missão Federal em Barcelona à propaganda contrária à imigração para este Estado. Bruxelas (20 de outubro de 1910).

Secretaria da Agricultura - CO7376

- Ofício enviado pelo Subdiretor de Contabilidade e Movimento Imigratório da Diretoria Geral do Serviço de Povoamento do governo central ao Inspetor de Imigração no porto

de Santos solicitando dados discriminados dos passageiros de 1ª e 2ª classe. Rio de Janeiro (20 de outubro de 1909).

- Ofício encaminhado pela Comissão de Agricultura de Descalvado ao Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado denunciando crise na lavoura da região por falta de braços. Descalvado. (14 de janeiro de 1911).

- Requerimento enviado pelo imigrante Dimitri Gontscharenko ao Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo reclamando da dificuldade de continuar a viver em núcleo colonial. São Paulo (6 de março de 1911).

- Ofício do Diretório político do Partido Republicano em Bauru para a Diretoria de Terras, Colonização e Imigração do Estado de São Paulo sobre atribuição indevida de terras devolutas no município. Bauru (24 de maio de 1911).

- Requerimento do fazendeiro Antonio Soares Moreira Netto ao Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo sobre famílias de espanhóis que pretendiam abandonar a fazenda. Itatiba (6 de dezembro de 1911).

- Solicitação de imigrante espanhol requerendo reembolso de quantia dispendida nas passagens do grupo familiar do porto de Almería ao de Santos (20 de dezembro de 1911). Inclui passagem familiar e as certidões exigidas para dar andamento ao processo.

Secretaria da Agricultura. Inspetoria de Imigração do porto de Santos - CO9856

- Ofício do vice-consulado espanhol em Santos dirigido ao Inspetor de Imigração neste porto, informando chegada de imigrantes sem documentação, embarcados em Gibraltar. Santos. (22 de maio de 1912).

- Carta oferecendo serviços de *gancho* espanhol dirigida às autoridades de imigração no Brasil. Cartagena (21 de agosto de 1912).

- Ofício do Diretor Geral da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo dirigido ao Inspetor de Imigração no porto de Santos reclamando das condições dos imigrantes transportados nos navios *Espagne* e *Italie* da companhia *La France Amérique* sob responsabilidade da agência Antunes dos Santos, ameaçando com interrupção da licença para transporte de imigrantes. São Paulo (28 de novembro de 1912).

- Ofício de Edmundo Wright responsável pelo Comissariado do Governo do Estado de São Paulo em Madri dirigida ao Diretor geral da Secretaria da Agricultura do Estado pedindo para não identificar na correspondência que lhe for enviada qualquer atividade associada à imigração. Madri (12 de dezembro de 1912).
- Carta do Vice-consulado da Espanha em Santos ao Inspetor de Imigração nessa cidade solicitando reingresso na Hospedaria dos Imigrantes de família espanhola com problema aguardando repatriamento. Santos (9 de janeiro de 1912).
- Ofício da agência Fiorita & Cia ao Inspetor de Imigração em Santos pedindo confirmação de chegada ao porto de passageiros embarcados em Gibraltar. São Paulo (2 de julho de 1912).
- Diversos avisos de chegada de navios carregando imigrantes embarcados pela agência Antunes dos Santos & Cia constando nome do navio e/ou porto de embarque. São Paulo (dezembro de 1911 a dezembro de 1912).
- Carta da agência Antunes dos Santos & Cia dirigida ao Inspetor de Imigração no porto de Santos acusando recebimento de circular que proibia o ingresso de imigrantes indianos por este porto. Santos (28 de julho de 1912).
- Ofício da Diretoria Geral da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo para o Inspetor de Imigração no porto de Santos solicitando maiores esclarecimentos sobre lotação indicada para navios da companhia *La France Amérique* e solicitando vistoria detalhada destes navios. São Paulo (6 de dezembro de 1912).

Secretaria da Agricultura - CO9857

- Carta do Diretor Geral da Secretaria da Agricultura, Comercio e Obras Públicas dirigida ao Inspetor de Imigração no porto de Santos transmitindo proposta do Fiscal de embarque de emigrantes em Gibraltar de excluir o navio *Aquitaine* do transporte por não oferecer as condições necessárias. São Paulo (12 de maio de 1913).
- Carta do Diretor Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Públicas de São Paulo ao Inspetor de Imigração no porto de Santos. recomendando não dar publicidade a assuntos relacionados à imigração subsidiada. São Paulo (2 de junho de 1913).

- Carta do Diretor Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Públicas de São Paulo ao Inspetor de Imigração no porto de Santos reforçando a necessidade de fiscalização médica no porto de Santos. São Paulo (29 de setembro de 1913).
- Carta da agência Antunes dos Santos & Cia ao Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Públicas de São Paulo solicitando tomar providências junto à São Paulo Railways devido ao atraso no desembarque de imigrantes no porto de Santos. São Paulo (4 de outubro de 1913).
- Carta do Diretor Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comercio e Obras Públicas de São Paulo ao Inspetor de Imigração no porto de Santos determinando rotina de inspeção nos navios chegados ao porto. São Paulo (13 de novembro de 1913).
- Carta do Diretor Geral da Secretaria da Agricultura, Comercio e Obras Públicas para o Inspetor de Imigração no porto de Santos pedindo para realizar controle na chegada ao porto do navio *Espagne*, que teria saído de Gibraltar com a lotação excedida de imigrantes sob responsabilidade da agência Antunes dos Santos & Cia. São Paulo (16 de dezembro de 1913).
- Diversos avisos de chegada de navios carregando imigrantes embarcados pela agência Antunes dos Santos & Cia constando porto de embarque Gibraltar. São Paulo (janeiro a julho e setembro de 1913).
- Carta do Vice-consulado da Espanha em Santos ao Inspetor de Imigração neste porto solicitando reingresso na Hospedaria dos Imigrantes de família espanhola em situação de indigência aguardando navio para ser repatriada. Santos (19 de agosto de 1912).
- Carta da *Compagnie de Transports Maritimes de Marseille* para agência Antunes dos Santos & Cia reclamando de demora para desembarcar os passageiros, chegados pelo navio *Provence*, no porto de Santos. Marseille (2 de setembro de 1913).

Secretaria da Agricultura - CO7496

- Diversas solicitações de imigrantes espanhóis requerendo o reembolso de quantia dispendida nas passagens de famílias de portos da Espanha para o de Santos. Constam certidões, documentos exigidos e passagens. (1914).

Secretaria da Agricultura - CO9858

- Carta da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração para o Inspetor de Imigração no porto de Santos solicitando, a pedidos do Inspetor de Imigração em Gibraltar, a regularização e maior fiscalização dos embarques realizados pela agência Antunes dos Santos & Cia. São Paulo (17 de janeiro de 1914).
- Comunicado de formação de nova sociedade sob o mesmo nome da agência Antunes dos Santos & Cia. São Paulo (5 de janeiro de 1915).
- Diversos avisos de chegada de navios carregando imigrantes embarcados pela agência Antunes dos Santos & Cia constando porto de embarque Gibraltar ou identificação do nome do navio. São Paulo (janeiro a julho de 1914).
- Comunicado da dissolução da empresa Antunes dos Santos & Cia, que funcionava em São Paulo, Santos e Rio de Janeiro e constituição de nova empresa que atuará sob o nome de D'Orey & Cia. Rio de Janeiro (29 de dezembro de 1914).

Archivo General de la Administración (AGA) Alcalá de Henares

Caja 1700 – Asuntos Exteriores

- Carta do Cônsul da Espanha em Gibraltar ao Ministro de Estado espanhol sobre embarque de emigrantes por este porto evadindo a legislação. Gibraltar. (14 de maio de 1909).
- Carta do Cônsul da Espanha em Gibraltar para o Ministro de Estado em Madri, dando conta da emigração desde este porto. Gibraltar (17 de outubro de 1909).
- Despacho do Cônsul espanhol em Gibraltar dirigido ao Ministro de Governo em Madri, dando conta das agencias que se dedicam a fomentar a emigração. Gibraltar (2 de julho de 1910).
- Carta do Cônsul da Espanha em Gibraltar para o Ministro de Estado em Madri, informando a respeito da emigração desde este porto. Gibraltar (17 de outubro de 1911).
- Carta do Cônsul da Espanha em Gibraltar para o Ministro de Estado em Madri, informando sobre a emigração espanhola desde este porto. Gibraltar (6 de novembro de 1911).

- Carta do Ministro de Estado espanhol dirigida ao Embaixador em Londres, sobre encaminhamento de gestões junto ao Foreign Office no sentido de pedir colaboração para conter a emigração por Gibraltar. Madri (28 de fevereiro de 1912).
- Carta do Governador Militar em Campo de Gibraltar ao Ministro de Estado, sobre as possibilidades de fiscalização da emigração por Gibraltar desde esta comarca. Algeciras (22 de abril de 1912).
- Transcrição para o espanhol do Ofício do Ministro britânico para as Colônias ao Embaixador espanhol em Londres respondendo às gestões no sentido de obter colaboração britânica na contenção da emigração por Gibraltar. (10 de junho de 1912).
- Carta do Foreign Office ao Embaixador espanhol em Londres negando possibilidade de acordo entre a Inglaterra e a Espanha no sentido de coibir a emigração ilegal. Londres (9 de novembro de 1912)
- Carta do Cônsul da Espanha em São Paulo dirigida ao Ministro Plenipotenciário da Espanha em Petrópolis denunciando falsas famílias constituídas exclusivamente para embarque de emigrantes em Gibraltar. São Paulo (15 de outubro de 1913).
- Carta do Ministro de Estado para o Ministro Plenipotenciário da Espanha no Brasil pedindo providências para conter o fluxo de emigrantes que saem pelo porto de Gibraltar com destino a São Paulo. Madri (19 de outubro de 1913).
- Carta do Ministro Plenipotenciário da Espanha no Brasil para o Ministro de Governo em Madri sobre as falsas famílias constituídas em Gibraltar para embarque de emigrantes. Petrópolis. (20 de outubro de 1913).
- Carta do Embaixador do Brasil em Madri para o Ministro de Estado da Espanha, comentando reação a medidas tomadas pelo governo brasileiro com relação à emigração por Gibraltar com destino a São Paulo. Madri (25 de outubro de 1913).
- Carta do Responsável pela *Comisaría del Gobierno del Estado de S.Paulo* em Madri dirigida ao Ministro de Estado da Espanha solicitando esclarecimentos sobre o pedido de fechamento desta. Madri (23 de novembro de 1913).
- Carta do Ministro de Estado espanhol ao Embaixador da Espanha em Londres, sobre a forma como se efetua a emigração por Gibraltar para o Brasil. Madri (24 de novembro de 1913).

- Carta do Embaixador espanhol no Brasil ao Ministro de Estado da Espanha sobre o caso do fechamento da *Comisaría del Gobierno del Estado de S.Paulo* em Madri. Petrópolis.(16 de dezembro de 1913).
- Carta do Embaixador espanhol em Londres ao Ministro de Estado espanhol solicitando maiores informações sobre o caso das falsas famílias formadas em Gibraltar. Londres (22 de dezembro de 1913).
- Carta do Embaixador do Brasil na Espanha ao Ministro de Estado espanhol sobre o caso do fechamento da *Comisaría del Gobierno del Estado de S.Paulo*. Madri (12 de fevereiro de 1914).
- Carta do Ministro de Estado da Espanha para o Embaixador do Brasil em Madri sobre o caso do fechamento da *Comisaría del Gobierno del Estado de S.Paulo*. Madri (16 de fevereiro de 1914).

FONTES IMPRESSAS

Relatórios e Mensagens Oficiais

Anais do Senado Federal. Anais do Império. Livro 3. 1855.

Diretoria da Sociedade Promotora de Imigração em São Paulo. Relatório apresentado por Martinho Prado Jr. em 18 de novembro de 1887.

Relatório apresentado ao cidadão Dr. Presidente do Estado pelo Dr. Theodoro Dias de Carvalho Júnior. 1895. Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo São Paulo: Typ. a vap.- Espíndola, Siqueira & Comp., 1896.

Mensagem do Presidente do Estado de São Paulo, Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles, ao Congresso Legislativo, 1897.

Relatório da Agricultura. 1898. Arquivo do Estado de São Paulo. Apresentado pelo Dr. Alfredo Guedes. Secretário da Agricultura. São Paulo: Typographia do Diário Oficial. 1899.

Relatório da Agricultura. 1899. Arquivo do Estado de São Paulo. Apresentado pelo Dr. Alfredo Guedes. Secretário da Agricultura. São Paulo: Typographia do Diário Oficial. 1900

Relatório da Agricultura. 1900. Apresentado pelo Dr. Antonio Candido Rodrigues. Secretário da Agricultura. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1901.

Relatório da Agricultura. 1901. Apresentado pelo Dr. Antonio Candido Rodrigues. Secretário da Agricultura. São Paulo Typographia do Diário oficial, 1902.

Relatório da Agricultura. 1906. Apresentado pelo Dr. Carlos Botelho. Secretário da Agricultura. São Paulo Typographia Brazil de Rothschild & Co. 1907.

Memorias Diplomáticas y Consulares e Informaciones. Número 308. 1911. *Ministério de Estado. Consulado de España en San Pablo. Correspondiente al año de 1910*.

Relatório apresentado ao Dr. M.J. de Albuquerque Lins Presidente do Estado pelo Dr. Antonio de Padua Salles Secretario de Agricultura. Anos de 1910-1911. São Paulo: Typographia Brasil de Rothschild & Cia, 1912.

Relatório do Ministro da Agricultura. Diretoria Geral do Serviço de Povoamento. 1910.

Boletines del Consejo Superior de Emigración. Madrid. 1910, 1911, 1925.

Boletins do Departamento Estadual do Trabalho. Anos 1912 a 1915.

Reseña geográfica y estadística de España. Ministerio de Instrucción Pública y Bellas Artes. Tomo II. Madrid. 1912.

“Dados para a História da Imigração e da Colonização em S.Paulo”. Boletim do departamento Estadual do Trabalho. São Paulo, ano V, número 19, 1916.

Instalación y asistencia de los emigrantes a bordo. Publicaciones del Consejo Superior de Emigración. Madrid: Hijos de T. Minuesa de los Ríos. 1918.

Boletín de la Dirección General de Emigración. Número 1. 1925. 2ª época.

Legislação

Lei Estadual n. 551 de 7/5/1856. Site permanente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Decreto Federal n. 528 de 28/06/1890. Site da Câmara dos deputados. Legislação Informatizada.

Lei Estadual n. 673 de 9/9/1899. Site permanente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Regulamento Estadual n. 823 de 20/9/1900. Site permanente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Lei Estadual n. 710 de 28/8/1900. Site permanente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Decreto Federal n. 6.455 de 19/04/1907. Site da Câmara dos deputados. Legislação Informatizada.

Ley y reglamento provisional para la aplicación de la Ley de emigración de 21/12/1907. Madrid: Imprenta de la Gaceta de Madrid, 1908.

Real decreto de 26 de agosto de 1910. Boletín del Consejo Superior de Emigración. 1910.

Jornais e Revistas

ABC Madrid. Madrid. 30/11/1913.

A notícia. Curitiba. 16/10/1906.

Boletín de la Sociedad Española de Socorros Mutuos, São Paulo. 13/03/1898.

Correio Paulistano, São Paulo, 30/08/1913.

Diário de Avisos de Madrid. Madrid, 04/02/1895.

Diario Español, São Paulo, 24/11/1911.

Diario Español, São Paulo, 28/04/1914.

Diário Oficial da União. Rio de Janeiro. 05/03/1913.

Diário Oficial da União, Rio de Janeiro. 14/02/1917.

Diário Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo. 24/02/1907.

Diário Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo. 05/04/1910.

Diário Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo. 23/09/1911.

Diário Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo. 01/12/1912.

El álbum Iberoamericano. Madrid. 7/2/1908.

El defensor de Sevilla. Sevilla. 31/05/1889.

El defensor de Sevilla. Sevilla. 01/06/1889.

El Día. Madrid. 05/09/1910.

El Día. Madrid. 17/06/1911.

El Liberal. Barcelona. 10/08/1910.

El Pais. Madrid. 25/09/1908.

La Correspondencia de España. Madrid. 08/11/1896.

La Emigración Española. Madrid. 30/11/1916.
La Tribuna Española. São Paulo. 09/01/1904.
La Tribuna Española. São Paulo. 26/09/1910.
La Tribuna Española. São Paulo. 01/10/1910.
La Unión Mercantil. Málaga. 20/03/1889.
La Unión Mercantil. Málaga. 29/05/1889.
La Unión Mercantil. Málaga, 06/06/1889.
La Unión Mercantil. Málaga, 28/06/1889.
La Unión Mercantil. Málaga. 25/07/1889.
La Unión Mercantil. Málaga. 29/10/1889.
La Vanguardia. Barcelona. 10/8/1910.
O Auxiliador da Indústria Nacional. janeiro/1851.

Almanaques, Boletins, Livros e Revistas

ALFONZO, Jesús María Rísquez; ORDOÑEZ, Melchor. *Cartilla del Emigrante*. Madrid: Imprenta de los hijos de M. G. Hernandez, 1910.

Almanach Ilustrado do Lavrador Brasileiro. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores. 1907.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Eduardo Von Laemmert. 1904 a 1914.

Almanak Henault. Anuario Brasileiro Commercial Ilustrado. Guia do Commercio e da Indústria Brasileira. Rio de Janeiro: A. Henault & Cia, 1909, 1912 e 1913.

Almanaque Brasileiro Garnier. Rio de Janeiro: Garnier. 1903.

ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. *Memória sobre o estabelecimento d'uma companhia de colonização nesta província*. Bahia: Typ.do Diário de G.J.Bizerra, e comp, 1835.

ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. *Memória sobre meios de promover a colonização*. Berlim: Typographia de Unger irmãos, 1846.

- ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. *Missão especial do Visconde de Abrantes de outubro de 1844 a outubro de 1846*. Rio de Janeiro: Emp. Typ. Dois de Dezembro de P. Brito, 1853.
- ALSINA, Juan A. *La Inmigración europea en la República Argentina*. Buenos Aires: Imprenta México 1422, 1900.
- Arengas de Bartolomé Mitre*. Buenos Aires: Biblioteca de la Nación, 1902.
- AZORÍN. *Los Pueblos*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1976.
- BERTARELLI, Ernesto. *Il Brasile Meridionale. Ricordi e Impressioni*. Roma: Tipografia Editrice Nazionale, 1914.
- BOTELHO, Carlos. "Emprego de carpideiras na lavoura de café". *Revista Agrícola*, N° 43, 1899, pp. 47-48.
- BOTELLA, Cristóbal. *El problema de la Emigración*. Madrid: Tipografía de los Huérfanos, 1888.
- CANEJA, Juan Diaz. *La Emigración en Castilla*. Madrid: Asociación Internacional para la Protección Legal de los Trabajadores, 1912.
- CÁNOVAS DEL CASTILLO, Antonio. *Apuntes para la Historia de Marruecos*. Madrid: Imp. La Americana, 1860.
- CANTILLO, Eloy Vaquero. *Del drama de Andalucía: Recuerdo de luchas rurales y ciudadanas*. Córdoba: J. Font, 1923.
- CARVALHO, Delgado de. *Le Brésil Meridional.(Étude Économique)*. Paris: Societé Anonyme de Publications Périodiques, 1910.
- CASTILLO, Baldomero Argente del. "La miseria campesina". In IDEM. *La Esclavitud proletaria*. Madrid: Renacimiento, 1913.
- Comisión Especial para Estudiar los Medios de Contener en lo posible la Emigración por medio del Desarrollo del Trabajo. Memoria presentada por la Comisión al Excmo. Sr. Ministro de Fomento. Actas, Dictámenes, Interrogatorios y Documentos*. Madrid, 1882
- CONSEJO SUPERIOR DE EMIGRACIÓN. *La Emigración Española Transoceánica. 1911-1915*. Madrid: Hijos de T. Minuesa de los Ríos, 1916.

- COSTA, Juan N. Solorzano y. *El estado de San Pablo. Estudio acerca de la verdadera situación del mismo en 1912-13*. São Paulo: Talleres tipográficos de El Diálogo Español, 1913.
- DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- DE LAS CASES, Emanuelle. *Mémorial de Sainte Hélène*. Tome Premier. Paris: Ernest Bourdin Editeur, 1842.
- EGAS, Eugênio. *Galeria dos Presidentes de São Paulo. Período Monarchico. 1822-1889*. São Paulo: Seção de Obras d' O Estado de S.Paulo, 1926.
- Exposiciones dirigidas al gobierno de S.M. por el ayuntamiento y pueblo de la Línea de la Concepción*. Solicitando la reforma del Real Decreto de 23 de Octubre de 1894. Línea de la Concepción: Imprenta Liberal. 1984.
- GODOY, Joaquim Floriano de. *A Província de São Paulo* (edição fac-similar). 1875. São Paulo: Fundap: Imprensa Oficial, 2007.
- GODOY, José Floriano de. *O Elemento Servil e as Câmaras Municipais da Província de São Paulo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.
- GUASTINI, Mário. *Café e outros assuntos*. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 1946.
- In Memoriam Martinho Prado Júnior, 1843-1943*. São Paulo: Elvino Pocaí, 1944.
- LALIÈRE, Amour. *Le Café dans l'État de Saint Paul (Brésil)*. Paris: Augustin Challamel, 1909.
- LLOYD, Reginald et alii. *Impressões do Brazil no Século XX: Sua historia, seo povo, commercio, industrias e recursos*. Londres: Lloyds Greater Britain Publishing Company Ltd., 1913.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. Tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*. São Paulo: Livraria Martins, 1942.
- MENEZES E SOUZA, João Cardoso. *Theses sobre Colonização do Brazil. Projecto de soluções às questões sociaes, que se prendem a este difícil problema*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

- NETTO, Antonio Jordão e BOSCO, Santa Helena. *O Imigrante Espanhol em São Paulo*. São Paulo: Departamento de Imigração e colonização. Setor de Estudos e Pesquisas Sociológicas. 1963.
- POLO, Benito José. *La emigración en Béjar*. Béjar: Establecimiento Tipográfico de F. Muñoz, 1907.
- 1º Centenário do Conselheiro Antônio da Silva Prado*. São Paulo: Empresa gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1946.
- ROSSI, Adolfo. “Condizioni dei coloni italiani nello Stato di San Paolo”, *Bolletino dell’Emigrazione*, Nº 7, 1902, pp 34-35 (BN, Roma) in HALL, Michael M. *The Origins of mass immigration in Brazil, 1871-1917*. 1969. Tese de Doutorado. New York: Columbia University, 1969.
- ROSSI, Adolfo. “Condizioni dei coloni italiani nello Stato di San Paolo”. *Bolletino dell’Emigrazione*, Nº 7, 1902, pp. 78-85 (BN, Roma) in PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil. Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. 1889-1930*. Documentos. Vol. II. São Paulo: Brasiliense, 1981
- PRADO, João Fernando de Almeida (Yan). “Paulo Prado e a época de sua formação”. *Sociologia e História*. São Paulo: Instituto de Sociologia e Política. 1956.
- TAUNAY, Afonso de E. *Pequena História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.
- TUBINO, Francisco M. *Gibraltar ante la Historia, la diplomacia y la política*. Sevilla: Imprenta de La Andalucía. 1863.
- VISCONDE DE INDAIATUBA. *Memorandum*. In MATOS, Odilon Nogueira de. “O visconde de Indaiatuba e o trabalho livre em São Paulo”. In PAULA, Eurípedes Simões de (org.). *Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Trabalho Livre e Trabalho escravo*. Vol. I. São Paulo, 1973.
- WERNECK, Luis Peixoto de Lacerda. “Breves Considerações sobre a Posição Atual da Lavoura do Café”. *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1855*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1855

WERNECK, Luis Peixoto de Lacerda. *Ideias sobre colonização precedida de uma sucinta exposição dos princípios geraes que regem a população*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1855.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- ADRA CULTURAL. Recuperación del Patrimonio Cultural de Adra. *Las minas de la cercana Sierra de Gador*. Adra, 2008. Site consultado: http://www.adracultural.es/pdf/plomo/sanandres/minas_sierra_de_gador.pdf
- AGUIAR, Cláudio. *Os espanhóis no Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.
- ALBERDI, Juan Bautista. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 1998.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. "Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872". *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, Nº 21, 1988, pp. 30-56.
- ALENCASTRO, Luis Felipe; RENAUX, Maria Luiza. "Caras e modos dos migrantes e imigrantes". In ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 291-335.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALONSO, Blanca Sánchez. "La Visión Contemporánea de la Emigración Española". *Estudios Migratorios Latino-americanos*. Buenos Aires, Año 4. Nº 13. 1989, pp. 439-466.
- ALONSO, Blanca Sánchez. "Una nueva serie anual de la emigración española. 1882-1930". *Revista de Historia Económica*. Madrid. Año VIII. Nº 1, 1990, pp. 133-170.
- ALONSO, Blanca Sánchez. *Las causas de la emigración española 1880-1930*. Madrid: Alianza Editorial, 1995.
- ALONSO, Blanca Sánchez. "La Emigración española a la Argentina, 1880-1930". In SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás. *Espanoles hacia América. La Emigración en Masa. 1880-1930*. Madrid: Alianza Editorial, 1995, pp. 205-234.

- ALONSO, Blanca Sánchez. “Algunas reflexiones sobre las políticas de Inmigración en América Latina en la época de las migraciones de masas”. *Estudios Migratórios Latino-americanos*. Buenos Aires. Año 18. Nº 53. 2004, pp. 155-175.
- ALVIM, Zuleika M.F. *Brava Gente!. Os italianos em São Paulo, 1870-1920*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ALVIM, Zuleika M.F. “Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo”. In SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 215-287.
- ARANGO, Joaquín. “Las ‘Leyes de la migraciones’ de E.G.Ravenstein, cien años después”. *Reis: Revista Española de Investigaciones Sociológicas*. Madrid, Nº 32. Octubre-diciembre de 1985, pp. 7- 26
- Atlas de las Migraciones*. Valencia: Fundación Mondiplo. 2010.
- AVILÉS, Elías de Mateo. *La emigración andaluza a América*. Málaga: Editorial Arguval, 1993.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BARROS, Maria Paes de. *No Tempo de Dantes*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo, SCOTT, Ana Silvia Volpi, BACELLAR, Carlos de Almeida Prado, TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Roteiro de Fontes sobre a Imigração em São Paulo, 1850-1950*. São Paulo: UNESP, 2008.
- BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo, SCOTT, Ana Silvia Volpi, BACELLAR, Carlos de Almeida Prado, TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Atlas da Imigração internacional em São Paulo 1850-1950*. São Paulo: UNESP, 2008.
- BASSETTO, Sylvia. *Política de mão-de-obra na economia cafeeira do Oeste Paulista (período de transição)*. Tese de doutoramento. São Paulo: FFLCH-USP, 1982.
- BAUS, Carlos Llorca. *Los barcos de la emigración, 1880-1950*. Alicante: C.Llorca, 1992.
- BEIGUELMAN, Paula. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro. Aspectos Políticos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- BERNAL, Antonio Miguel. *La propiedad de la tierra y las luchas agrarias andaluzas*. Barcelona: Ariel, 1974.

- BERNAL, Antonio Miguel. "La Emigración de Andalucía". In SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás. *Espanoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*. Madrid: Alianza Editorial, 1995, pp. 143-165.
- BERNÁRDEZ, Ricardo M. "La matanza de Almeirenses, Murcianos y Alicantinos en Khalfalah (Saida, Argelia), en 1881". *MVRGETANA*. Múrcia. Nº 124, Ano LXII, 2011, pp. 119-132.
- BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. *Tietê, Tejo, Sena. A obra de Paulo Prado*. Campinas: Papirus, 2000.
- BIANCO, Maria Eliana Basile. *A Sociedade promotora de Imigração (1886-1895)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1982.
- BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmalek. "A dominação colonial e o sabir cultural". *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, Vol. 26, 2006, pp. 41-139.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII. O jogo das Trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII. O Tempo do Mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CALERO, Antonio M. *Movimientos sociales en Andalucía (1820-1936)*. Madrid: Siglo XXI, 1976.
- CALIL, Carlos Augusto. "Paulo Prado, entre tradição e modernismo". In BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *Um enigma chamado Brasil. 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CÂMARA, Maria João da. *Orey, uma família, uma empresa. 1886-2006*. Lisboa: Medialivros – Atividades Editoriais AS, 2006.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.
- CÁNOVAS, Marília D. Klaumann. "A grande imigração europeia para o Brasil e o imigrante espanhol no cenário da cafeicultura paulista: Aspectos de uma (in)visibilidade". *SAECULUM, Revista de História*. João Pessoa, Nº 11, 2004.
- CÁNOVAS, Marília D. Klaumann. *Hambre de Tierra. Imigrantes espanhóis na cafeicultura paulista, 1880-1930*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

- CÁNOVAS, Marília D. Klaumann. "El Diario Español y las asociaciones españolas en São Paulo en las primeras décadas del siglo XX". In RODRÍGUEZ, Juan Andrés Blanco (ed.). *El asociacionismo en la emigración española a América*. Salamanca: UNED – Zamora, 2008.
- CÁNOVAS, Marília D. Klaumann. *Imigrantes Espanhóis na Paulicéia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, CROCI, Federico e FRANZINA, Emilio (orgs.). *Histórias do Trabalho e Histórias da Imigração*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CENNI, Franco. *Italianos no Brasil. "Andiamo in 'Mérica"*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- CHALHOUB, Sidney. *A Força da Escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CHAUNU, Pierre. "Demographie espagnole". *Annales. Économies, Sociétés, Civilisation*, Vol. 6, Nº 2, 1951, pp. 275-277.
- CONDE, Roberto Cortés. "Migración, cambio agrícola y políticas de protección. El caso argentino". In SÁNCHEZ-ALBORNÓZ, Nicolás (org.). *Espanoles hacia América. 1880-1930*. Madrid: Alianza Editorial, 1995, pp. 235-248.
- CONTRERAS-PÉREZ, Francisco. "Un mecanismo financiador de la emigración contemporánea de andaluces a Iberoamérica". *Revista de Historia Contemporánea*. Sevilla. Nº 6, 1995, pp. 61-94.
- CONTRERAS-PÉREZ, Francisco. "El Río Revuelto de la Emigración: El papel de las agencias gilbaltareñas a principios de siglo". *Almoraima. Revista de estudios campogilbaltareños*. Algeciras, Nº 16, 1996, pp. 63-73.

- CONTRERAS- PÉREZ, Francisco. "Recluta masiva de emigrantes andaluces y su inserción social en Argentina (siglo XIX). Nuevas notas para su estudio". *Anuario de Estudios Americanos*. Sevilla. Vol. 53. Nº 2, 1996, pp. 173-197.
- CONTRERAS-PÉREZ, Francisco. "El negocio de la emigración a América: los *ganchos* de Gibraltar, siglos XIX y XX", in Alcántara, M (org.): *América Latina. Realidades y perspectivas*. I Congreso europeo de latinoamericanistas, Salamanca. Universidad de Salamanca, 1997, taller 17.
- CONTRERAS-PÉREZ, Francisco. "El Río Revuelto de la Emigración: El papel de las navieras y los estados en Gibraltar a principios de siglo". *Almoraima. Revista de estudios campogibraltares*. Algeciras, Nº 18, 1997, pp. 71-78.
- CONTRERAS-PÉREZ, Francisco. *Tierra de Ausencias. La moderna configuración migratoria de Andalucía (1880-1930)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2000.
- CONTRERAS-PÉREZ, Francisco. "La difusión de la idea de migrar. Andalucía y América en el tránsito del siglo XIX al XX". *Anuario de Estudios Americanos*. Sevilla, Vol. 57. Nº 2, 2000, pp. 523-542.
- CORTÁZAR, Fernando Garcia de; VESGA, José Manuel González. *Breve Historia de España*. Madrid: Alianza Editorial, 1994.
- COSTA. Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: UNESP, 1998.
- COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição*. São Paulo: UNESP, 2008.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo: UNESP, 2010.
- CRISTÓFORIS, Nadia Andrea de. "Políticas y prácticas migratorias: los flujos de gallegos y asturianos a Buenos Aires (1840-1860)". *Revista de Indias*, Madrid, Vol. LXVIII, Nº 244. 2008, pp. 85-114.
- CROCE, Alain. *La Société Générale des Transports Maritimes à Vapeur*. Versailles: Éditions Babouji, 2006.
- D'AVILA, Luiz Felipe. *Dona Veridiana. A Trajetória de uma Dinastia Paulista*. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.
- DEAN, Warren. *Rio Claro. Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

- DEVOTO, Fernando. “En torno a la historiografía reciente sobre las emigraciones española e italiana a Latino-américa”. *Estudios migratorios Latino-americanos*, Buenos Aires, Nº 25, 1993, pp. 441-460.
- DEZEM, Rogério. “Um exemplo de política imigratória: o processo de formação dos principais núcleos coloniais japoneses no Estado de São Paulo no primeiro período imigratório (1908 - 1941)”. *XV Encontro Regional de História: Perspectivas* - ANPUH. São Paulo, 2000.
- DIAS, Eduardo. *Um imigrante e a revolução. Memórias de um militante operário. 1934-1951*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea”. *Revista Projeto História*. São Paulo. Nº 17, 1998, pp. 223-258.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Sociabilidades sem História: Votantes Pobres no Império, 1824-1881” in FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 57-72.
- DIREÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICAS. *Recenseamento Geral do Brasil 1920*. Rio de Janeiro, 1920.
- DOIN, José Evaldo de Mello; PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. “Sob o mato do capitalismo bucaneiro: Raízes e facetas da experiência moderna no Brasil”. *História Revista*. Goiânia. V. 12. Nº 2. Julho/ dezembro de 2007, pp. 209-240.
- DOMÍNGUEZ, Isabelo Macías. *La Llamada del Nuevo Mundo. La emigración española a América (1701-1750)*. Sevilla: Universidad de Sevilla. Secretariado de Publicaciones. 1999.
- ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Editora Escala, 2009.
- FAUSTO, Boris. “Expansão do café e política cafeeira”. In Idem (org.) *História Geral da Civilização Brasileira. III O Brasil Republicano. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. Vol. 1. São Paulo: Difel, 1975, pp. 193-248.
- FAUSTO, Boris. “Introdução”. In Idem (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, pp. 9-12.

- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes (o legado da raça branca)*. Vol. I. São Paulo: Editora Globo, 2008.
- FERNÁNDEZ, Alejandro. “El asociacionismo español en Argentina: una perspectiva de largo plazo”. In RODRIGUEZ, Juan Andrés Blanco (org.). *El asociacionismo en la emigración española a América*. Salamanca: Gráficas Varona, 2008. pp. 469-501.
- FILOMENO, Felipe Amin. “A crise de Baring e a crise do Encilhamento nos quadros da economia-mundo capitalista”. *Economia e Sociedade*. Campinas. Vol. 19. Nº 1. 2010, pp. 135-171.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Kairós Livraria Editora, 1983.
- FRANZINA, Emilio. *A grande emigração. O êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.
- FREYRE, Gilberto. *Pessoas, coisas e animais*. Rio de Janeiro: Editora Globo. 1981.
- FUNDACIÓN CENTRO DE ESTUDIOS ANDALUCES. *El Estado de la Investigación sobre la Emigración Andaluza (Seminario)*. Ponencias. Junta de Andaluzia. 2009.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- FUSI, Juan Pablo. *España: la evolución de la Identidad Nacional*. Madrid: Temas de Hoy, 2000.
- GEBARA, Ademir. *O Mercado de Trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- GENOVESE, Eugene D. *A Terra Prometida. O mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.
- GONÇALVES, Paulo Cesar. *Migração e mão-de-obra. Retirantes cearenses na economia cafeeira do centro sul (1877-1901)*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- GONÇALVES, Paulo Cesar. *Mercadores de Braços. Riqueza e Acumulação na Organização da Emigração Europeia para o Novo Mundo*. Tese de doutoramento. São Paulo: FFLCH-USP, 2008.

- GONÇALVES, Paulo César. “A cidade de São Paulo: um entreposto de braços para a lavoura cafeeira”. *Revista Cordis. Revista Eletrônica de História Social da Cidade*. Nº 2. 2009 <http://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/9521>
- GONZÁLEZ, Alejandro Vázquez. “De la Vela al Vapor. La modernización de los buques en la emigración gallega a América. 1835-1939”. *Estudios Migratorios Latino-americanos*. Buenos Aires, Nº 28, 1994, pp. 569-596.
- GONZÁLEZ, Alejandro Vázquez. “La emigración gallega. Migrantes, transporte y remesas” in SÁNCHEZ-ALBORNÓZ, Nicolás. *Españoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*. Madrid: Alianza Editorial: 1995, pp. 80-104.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.
- GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade. As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro, Biblioteca virtual de Ciências Humanas, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais [on line]. 2008.
- HALL, Michael M. *Origins of Mass Immigration in Brazil*. Tese de Doutorado. New York, Columbia University, 1969.
- HALL, Michael M. “Reformadores de classe média no Império Brasileiro: A Sociedade Central de Imigração”. *Revista de História*. São Paulo, Nº 105, janeiro-março 1976, pp. 147-172.
- HILLS, George. *El peñon de la discordia. Historia de Gibraltar*. Madrid: Editorial San Martin, 1974.
- HOBSBAWN, Eric J. *A Era do capital. 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.
- HOBSBAWN, Eric J. *A Era dos Impérios. 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2009.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Prefácio”. In DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980, pp. 15-45.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o Café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- JELIN, Elisabeth. *Los trabajos de la Memoria*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores. 2002.

- KLEIN, Herbert S. "The Social and Economic Integration of Spanish Immigrants in Brazil". *Journal of Social History*. Nº 25. Pittsburgh, PA. 1992, pp. 505-529.
- KLEIN, Herbert S. *A Imigração Espanhola no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré/FAPESP, 1994.
- KLEIN, Hebert. "Migração Internacional na História das Américas". In FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, pp. 13-32.
- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem. A origem do Trabalho Livre no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- LACOMBA, Juan A. *Historia Contemporánea de Andalucía. De 1800 a la actualidad*. Sevilla: Almuzara, 2006.
- LAGOS, Manuel Ruiz. *Ensayistas del Mediodía (mentalidades e ideologías autóctonas andaluzas en el período de entreguerras)*. Sevilla: Biblioteca de la Cultura Andaluza, 1985.
- LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao Trabalho livre*. Campinas: Papirus, 1988.
- LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Ferrovias e Mercado de Trabalho no Brasil do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- LARA, Manuel Tuñon de. *España en el siglo XIX*. Madrid: Ediciones Akal, 2000.
- LEBRUN, Gérard. "O Brasil de Florestan Fernandes". In D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber militante. Ensaio sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Paz e Terra, 1987, pp. 263-274.
- LEE, Erika. *At America's Gates. Chinese Immigration during the Exclusion Era, 1882-1943*. Raleigh, North Carolina: University of North Carolina Press, 2003.
- LEITE, Joaquim da Costa. "O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914". *Análise Social*. Lisboa. Nº 112/113, 1991, pp. 741-752.
- LEITE, Joaquim da Costa. "Os negócios da emigração (1870-1914)". *Análise Social*. Lisboa, Nº 136/137, 1996, pp. 381-396.
- LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação*. São Paulo: Símbolo. 1979.
- LEVI, Darrell E. *A Família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1974.
- LEVI, Primo. *Os Afogados e os Sobreviventes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

- LOVE, Joseph. "Autonomia e Interdependência: São Paulo e a Federação Brasileira, 1889-1937". In FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. III O Brasil Republicano. Estrutura de Poder e Economia. (1889-1930)*. Vol. 1. São Paulo: Difel, 1975.
- LOVE, Joseph. *São Paulo na Federação Brasileira, 189-1937. A Locomotiva*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MACIEL, Laura Antunes; ANTONACCI, Maria Antonieta. "Espanhóis em São Paulo: Modos de vida e experiências de associação". *Revista Projeto História*. São Paulo. Nº 12. 1995, pp. 173-192.
- MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Editora Siciliano, 1995.
- MARCOVITCH, Jacques. *Pioneiros e Empreendedores. A saga do desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores de Corpo, Missionários da Mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- MARTÍNEZ, Elda E. González. *Brasil: café e inmigración: los españoles en São Paulo (1880-1930)*. Madrid. Centro Español de Estudios de América Latina, 1990.
- MARTÍNEZ, Elda E. González. "Presencia española en San Pablo: Notas sobre la emigración andaluza". *Ciência e Cultura*, São Paulo, Vol. 42, Nº 10/12, 1990, pp. 780-785.
- MARTÍNEZ, Elda E. González. "Los españoles en un país más allá del océano, Brasil. Notas acerca de las etapas de la emigración". *Revista de Indias*. Madrid, Vol. LII. Nº 195/196. 1992, pp. 515-527.
- MARTÍNEZ, Elda E. González. "O Brasil como destino dos migrantes espanhóis". In FAUSTO, Boris (org.), *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, pp. 239-272.
- MARTÍNEZ, Elda E. González. *La Inmigración esperada: La política migratoria brasileña desde João VI hasta Getulio Vargas*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2003.
- MARTÍNEZ, Elda E. González; MÁRQUEZ, Rosario. "Andalucía y América: las alternativas de una comunidad migrante". In VIVES, Pedro A. et alii (org.),

- Historia General de la Emigración Española a Iberoamérica*. Vol. 2. Madrid: Historia 16, 1992, pp. 3-24.
- MARTÍNEZ, Elda E. González; OROVIO, Consuelo Naranjo. “Aproximaciones cuantitativas y aspectos cualitativos de la emigración andaluza a Brasil y Cuba (1880-1940)”. *Andalucía y América en el siglo XX*. Actas de las VI Jornadas de Andalucía y América (Universidad de Santa María de la Rábida). Palos de la Frontera, 1986. Vol. 2, 1987.
- MARTINS, José de Souza. “La inmigración española en Brasil y la formación de la fuerza de trabajo en la economía cafetalera, 1880-1930”. In SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás. *Espanoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*. Madrid: Alianza Editorial, 1995, pp. 249-269.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativoiro da Terra*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da Riqueza. São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- Memoria Gráfica de la Emigración española*. Catálogo de la Exposición. Buenos Aires, de 21/11/2012 a 15/12/2012. Edição do catálogo: Dirección General de la Ciudadanía Española en el Exterior. Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración. Ministerio de Trabajo e Inmigración. 2012.
- MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de Sangue. Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2011.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec/ Editora Polis, 1977.
- MONSMA, Karl. “Conflicto simbólico y violencia física. Peleas entre inmigrantes y negros en las haciendas de café del oeste de São Paulo, 1888-1914”. In GONZÁLEZ, Elda E.; REGUERA, Andrea. *Descubriendo la Nación en América. Identidad, imaginarios, estereotipos sociales y asociacionismo de los españoles en Argentina, Brasil, Chile y Uruguay, siglos XIX-XX*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2010.

- MONTEIRO, John. "A dimensão histórica do latifúndio". In D'INCAO, Maria Ângela (org.). *História e Ideal. Ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: Editora Unesp/ Editora Brasiliense, 1989, pp. 153-162.
- MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além. O tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista*. São Paulo: Alameda, 2012.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.
- MOURA, Soraya. *Memorial do Imigrante. A imigração no Estado de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.
- MURILLO, Maria Dolores Pérez (org.). *Oralidad e historias de vida de la emigración andaluza hacia América Latina (Brasil y Argentina) en el siglo XX*. Cádiz: Servicio de publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2000.
- NADAL, Jordi. *La Población Española (siglos XVI al XX)*. Barcelona: Ariel, 1976.
- NASCIMENTO, José Leonardo. "Trabalho e prestígio social: os Espanhóis em São Paulo". In SILVA, Sérgio S.; SZMRECSÁNYI, Tamás. *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002.
- NOVAIS, Fernando A., *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1717-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- O'DONELL, Guillermo. "Situações. Microcenos da privatização do público em São Paulo". *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, Nº 22, 1988, pp. 45-52.
- OLIVEIRA, Sérgio Coelho de. *Os Espanhóis*. Sorocaba: TCM, 2002.
- ORTEGA Y GASSET, José. "Ensayos sobre la generación del 98 y otros escritores españoles contemporáneos". In IDEM. *Obras completas*. V. IX. Madrid: Santillana Ediciones Generales, 2006.
- PALASÍ, José Uxó et alii. *Estudios sobre Gibraltar*. Madrid: Instituto de Cuestiones Internacionales y Política Exterior (INCIPE), 1996.
- PAREDES, Carlos Sixirei. "Galicia y Andalucía: Dos modelos de emigración regional española a América". *Encuentro de Latinoamericanistas Españoles: Viejas y nuevas alianzas entre América Latina y España*, Santander, 2006.

- PEREIRA, Miriam Halpern. *A Política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru: EDUSC; Portugal: Instituto Camões, 2002.
- PERES, Elena Pájaro. *A inexistência da Terra Firme. A Imigração galega em São Paulo. 1946-1964*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ FAPESP/ Imprensa Oficial, 2003.
- PERINELLI NETO, Humberto. “Era a Paulista uma ferrovia ‘Cata-café’? Apontamentos sobre o comércio de gado e as ferrovias em São Paulo (1869/1909)”. *Histórica. Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*. Nº 32, 2008.
- PERISSINOTTO, Renato Monseff. *Estado e Capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: FAPESP/ AnnaBlume. 1999.
- PESSOA, Reynaldo Carneiro (org.). *A Ideia Republicana no Brasil através dos Documentos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.
- PETRI, Kátia Cristina. “*Mandem vir seus parentes*”: *a Sociedade Promotora de Imigração em São Paulo (1886-1896)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC-SP. 2010.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo. Difusão Europeia do Livro: 1962.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. “Um comerciante do ciclo do açúcar paulista: Antonio da Silva Prado (1817-1829). I”. *Revista de História*. São Paulo. Nº 73. 1968, pp. 115-138.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. “Um comerciante do ciclo do açúcar paulista: Antonio da Silva Prado (1817-1829). II”. *Revista de História*. São Paulo. Nº 76. 1968, pp. 315-343.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O Barão de Iguape*. São Paulo. Editora Nacional, 1976.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. “Imigração”. In FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 2006, pp. 104-146.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Autoritarismo e Transição”. *Revista USP*, Nº 9. São Paulo, 1991, pp. 45-56.

- PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil. Condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. 1889-1930.* Documentos. Vol. II. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PIVA, Carolina Brandão. *Paulo Prado: Cafeicultura, Modernismo e Política.* Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 2009.
- PORTA, Elaine Veiga. *Imigrantes espanhóis em Santos. 1880-1920.* Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP. 2008.
- POSADAS, Carlos Arenas. *Sevilla y el Estado.* Sevilla: Universidad de Sevilla, 1995.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1976.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História e Desenvolvimento. A contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro.* São Paulo: Brasiliense, 1999.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos.* São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- REBELO, Fernanda. *A travessia: Imigração, saúde e profilaxia internacional (1890-1926).* Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz. Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde, 2010.
- RECHE, Modesto Rubén Martínez. “En torno a ‘La Andalucía Trágica’”. In *Azorín en el primer milenio de la lengua castellana. Actas del Congreso Internacional.* 1998, pp. 303 a 308.
- REDIKER, Marcus. *O Navio Negreiro. Uma História Humana.* São Paulo: Companhia das Letras. 2011.
- REIS, Elisa Maria Pereira. “Elites agrárias, state building e autoritarismo”. *Dados. Revista de Ciências Sociais.* Vol. 25, Nº 3, 1982, pp. 331-348.
- ROBLEDO, Ricardo. “Todo era América: Despoblación rural y políticas de inmigración (1850-1930)”. *Mundo Agrário.* La Plata. Centro de Estudios Histórico Rurales. Universidad Nacional de La Plata. Vol. 10. Nº 20, 2010.
- ROCHA, Ilana Peliciari. *Imigração internacional em São Paulo: Retorno e Reemigração. 1890-1920.* Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2007.

- RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio*. Campinas: Editora da UNICAMP/ CECULT, 2000.
- RODRIGUES, Kassia. “Manuais de fazendeiros e saúde escrava em Vassouras, 1830-1870”. In *Simpósio Nacional de História*, 25, 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009.
- ROUX, Bernard. “Hitos para la historia de la economía andaluza: jalones de un largo itinerario hacia el subdesarrollo”. *Información Comercial Española, ICE: Revista de Economía*, Nº 619, 1985, pp. 13-30.
- SABA, Roberto. “A Lei dos Sexagenários no Debate Parlamentar (1884-1885)”. In *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP*. São Paulo, 2008.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. *As ferrovias de São Paulo 1870-1940*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. *A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SAÍZ, Maria Dolores; SEOANE, Maria Cruz. *Cuatro siglos de periodismo en España. De los avisos a los periódicos digitales*. Madrid: Alianza Editorial, 2007.
- SALLUM JR., Brasília. *Capitalismo e Cafeicultura. Oeste-Paulista: 1888-1930*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.
- SÁNCHEZ, Francisco Lara. *La emigración andaluza*. Madrid: Ediciones de la Torre, 1977.
- SANCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás. “Medio siglo de emigración masiva de España hacia América”. In IDEM (org.). *Espanoles hacia América. La emigración en masa, 1880-1930*. Madrid: Alianza Editorial, 1995, pp. 13-32.
- SANTOS, Iverson Poletto dos. *A Sociedade Promotora de Imigração e o financiamento público do serviço de imigração (1886-1895)*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, 2007.
- SANTOS, Iverson Poletto dos. “A Sociedade Promotora da Imigração: formação e influência, 1886-1895”. *Histórica. Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*. São Paulo, Nº 25, 2007.

- SANTOS, Iverson Poletto dos. "O Público e o Privado nas Sociedades de Imigração: O caso da Sociedade Promotora de Imigração (1886 a 1895)". *Sociedade em Debate*. Pelotas. Nº 14, 2008, pp. 1-15.
- SANTOS, Iverson Poletto dos. "A imagem do imigrante na imprensa: uma comparação entre o discurso oficial e o não-oficial (1883-1895)". *Cadernos de História*. PUC-Minas. Belo Horizonte, Vol. 13. Nº. 18. 2012, pp. 131-156.
- SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- SAYAD, Abdelmalek. *La doble ausencia. De las ilusiones del emigrado a los padecimientos del inmigrado*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2010.
- SHELLINI, Silvana Artioli; SOUZA, Roberta Lilian Fernandes de. "Tracoma: ainda uma importante causa de cegueira". *Revista Brasileira de Oftalmologia*. Rio de Janeiro, Vol. 71, Nº 3, 2012, pp. 199-204.
- SCHULTZ, John. *A crise financeira da Abolição. 1875-1901*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo: 1996.
- SCHWARTZ, Stuart; LOCKHART, James. *A América Latina na Época Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SCHWARZ, Roberto. *Sequências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SEIXAS, Xosé M. Núñez. "A historiografia das migrações ultramarinas espanholas: Uma visão global". *Revista Maracanan*. Rio de Janeiro, Nº 6, 2010, pp. 11-45.
- SEYFERTH, Giralda. "A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica". In MAUCH, Claudia (org.). *Os Alemães no Sul do Brasil*. Canoas: Editora ULBRA, 1994, pp. 12-27.
- SILBERSTEIN, Carina Frid de. "A imigração espanhola na Argentina (1880-1930)". In FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, pp. 93-126.
- SILVA, Ligia Osorio. *Terras devolutas e latifúndio*; Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Documentos para a História da imigração portuguesa no Brasil. 1850-1938*. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica, 1992.

- SILVA, Suzana Serpa. "A Emigração Açoriana para o Brasil, por meados do Século XIX e a questão da 'Escravidão Branca'". *História: Questões & Debates*. Curitiba, Nº 56, 2012, pp. 37-61.
- SLENES, Robert W. "Senhores e Subalternos no Oeste Paulista". In ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. V. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 233-290.
- SMITH JR. Francisco Pereira. *Imigração espanhola na Amazônia: as colônias agrícolas e o desenvolvimento socioeconômico do nordeste paraense (1890-1920)*. Tese de doutoramento. Belém: UFPA, 2012.
- SOUZA, Ismara Izepe de. *Espanhóis. História e Engajamento*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.
- STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.
- STEIN, Stanley J. *Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- STEWART, John D. *Gibraltar, piedra clave*. Madrid: Aguilar, 1968.
- STOLCKE, Verena e HALL, Michael. "A introdução do trabalho livre nas fazendas de São Paulo". *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Nº 6, 1983, pp. 80-120.
- TESSARI, Cláudia A. *Braços para a colheita. Sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915)*. São Paulo: Alameda, 2012.
- THOMPSON, E.P. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- TOCINO, Gloria Espigado. "El analfabetismo en España. Un estudio a través del censo de población de 1877". *Trocadero: Revista de Historia Moderna y Contemporánea*. Cádiz, Nº 2, 1990, pp. 173-192.
- TORIBIO, José Manuel Cuenca. "Causas Históricas del Subdesarrollo económico andaluz". *Boletín de la Real Academia de Córdoba de Ciencias, Bellas Artes y Nobles Artes*. Córdoba, Nº 100, 1979, pp. 7-86.
- TORNAY DE CÒZAR, Francisco. "La Línea y Gibraltar, puentes de la emigración andaluza hacia América" in *Almoraima. Revista de Estudios Campogibaltareños*. Algeciras, Nº 2, 1989, pp. 63-69.

- TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel/ Istituto Italiano di Cultura di San Paolo/ Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1998.
- UDAETA, Rosa Guadalupe Soares. “As Hospedarias de Imigrantes em São Paulo. O caso da Macan d ‘oro”. *Anais do XX Encontro Regional de História*. ANPUH/ SP – UNESP-Franca. 6 a 10 de setembro de 2010.
- VANGELISTA, Chiara. *Os Braços da Lavoura*. São Paulo: Hucitec. 1991.
- VIVES, Pedro A. et alii. *Historia General de la Emigración Española a Iberoamérica*. Vol. 1 e 2. Madrid: Historia 16, 1992.
- ZIMMERMANN, Maria Emilia Marques. *O PRP e os fazendeiros de café. Um estudo sobre a estratégia e as propostas do Partido Republicano de São Paulo. 1870-1889*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1984.

ANEXOS

Anexo 1 – Mapa do penhasco de Gibraltar e região



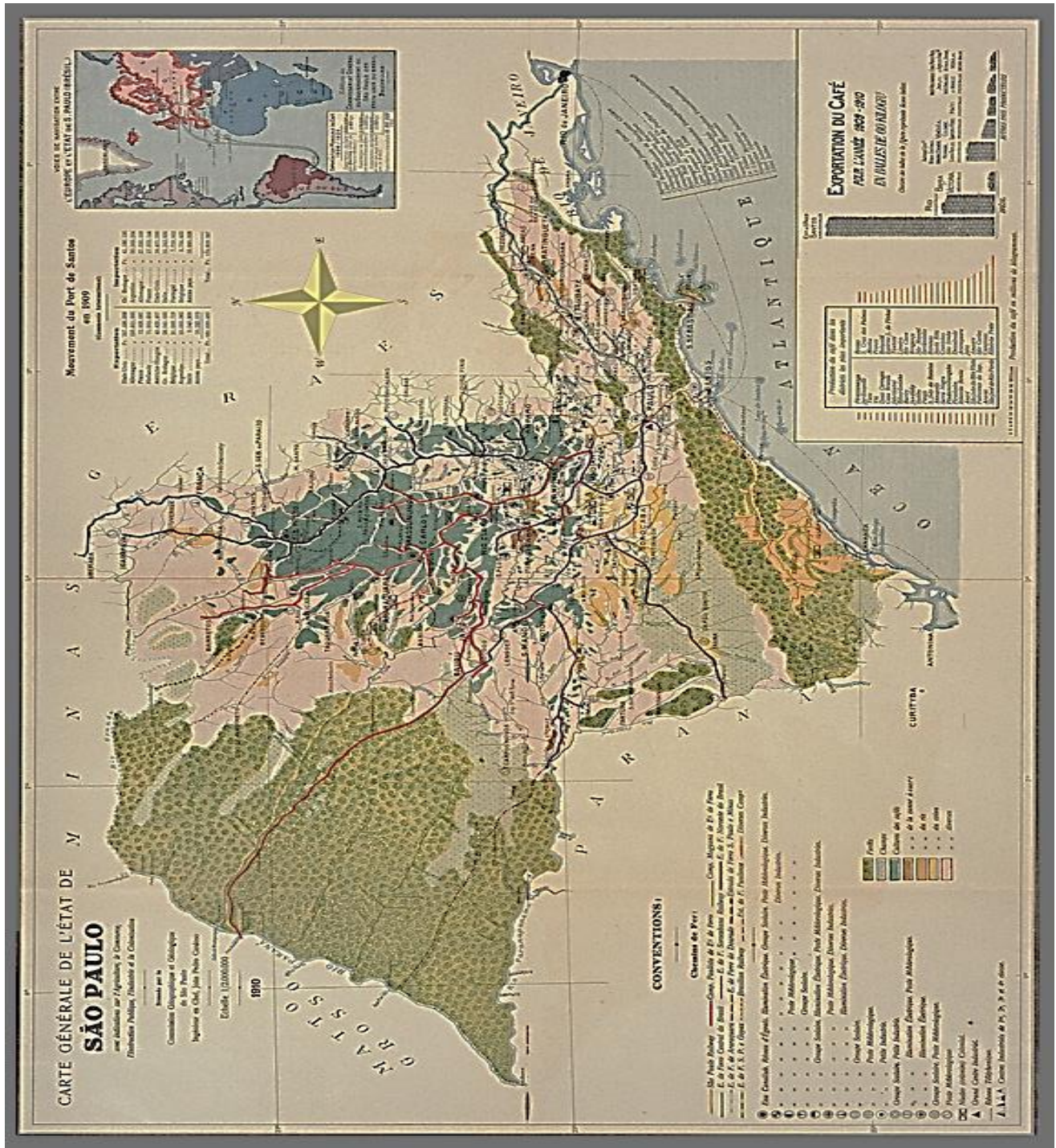
Fonte: By Eric Gaba (Sting) [GFDL (<http://www.gnu.org/copyleft/fdl.html>) or CC-BY-SA-3.0 (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/>)].

Anexo 3 – Mapa da região da Andaluzia. Espanha.



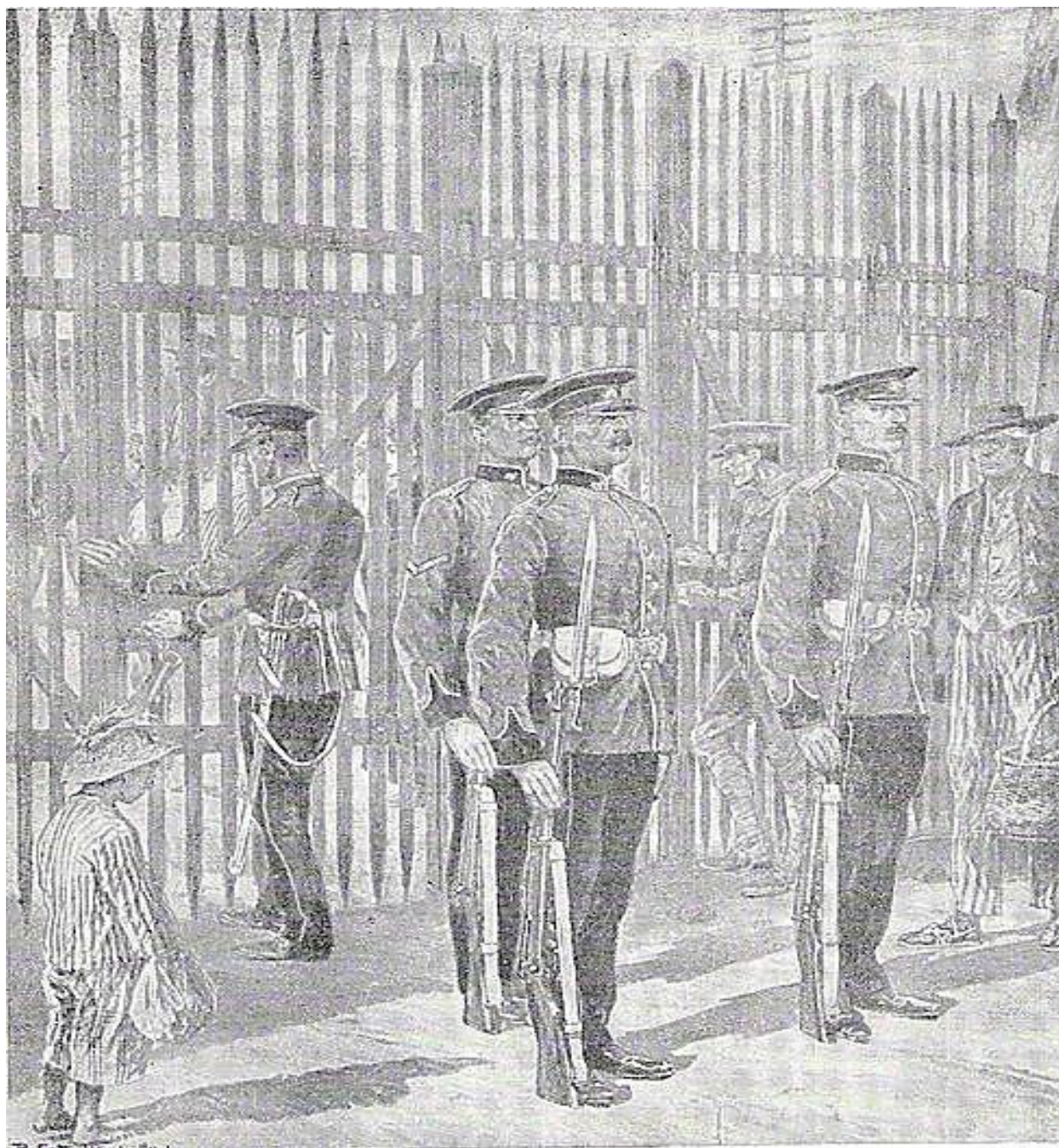
Fonte: http://2.bp.blogspot.com/-p_YS2pJJCw/Tc-vkrzEWxI/AAAAAAAAAsA/bE5tRvx5lco/s1600/00+00+00+ANDALUZIA.1C.jpg

Anexo 4 – O café no Estado de São Paulo. 1910.



Fonte: Mapa do Estado de São Paulo. 1910 – Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo - Em verde: Florestas; em verde azulado: Plantações de Café.

Anexo 5 – Ilustração do fechamento dos portões de ingresso a Gibraltar (*La verja*). 1912.



Fonte: *Closing_the_Entrance_to_'Gib',_by_Richard_Caton_Woodville_(1912)*. Ministerio de Asuntos Exteriores de España (1966). Documentos sobre Gibraltar presentados a las Cortes Españolas por el Ministro de Asuntos Exteriores (Libro Rojo). Madrid: Imprenta del Ministerio de Asuntos Exteriores

Anexo 6 – Anúncio da Agência Antunes dos Santos & Cia nos rubros Agências de Vapores e Importação, Exportação e Comissões. Almanak Laemmert. 1903.

Antunes dos Santos & C., commissões e consignações e agentes geraes da Societé Generale des Transports Maritimes á Vapeur de Marseille, r. Primeiro de Março, 31; em S. Paulo, r. S. Bento, 29 e em Santos, r. 15 de Novembro 65. (Vide *Notabilidades*); socios:

- *Orey Antunes & C., de Lisboa.
- *Plinio Prado.
- *Paulo Prado.
- *José Antunes dos Santos.

Fonte: Almanak Laemmert. Ano 1903. Págs 509 e 1544.

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394&pagfis=89545&pesq=&esrc=s>

Anexo 7 – Ofício comunicando constituição de empresa Antunes dos Santos & Cia, com nova distribuição societária. 1914.



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos diversos. CO9858.

Anexo 8 –Carta de Edmundo Wright à Secretaria da Agricultura. Madrid. 12 de dezembro de 1912.

COPIA

Madrid, 12 de Dezembro de 1912

Ilmo Snr Eugenio Lefèvre
Dno Director Geral da Secretaria da Agricultura

São Paulo

Tenho a honra de comunicar-vos que estou em Madrid desde o dia 5 do corrente para instalar o Commissariado a meu cargo. Da Secção de Publicações acabo de receber um conhecimento para duas caixas com impressos. Note que o conhecimento traz a declaração de ser o remetente o INSPECTOR DE IMMIGRAÇÃO. Embora eu aqui tenha de me occupar com questões de immigração não convem nem de leve pareça que tenha qualquer ligação com esse assumpto. Peço portanto ter a bondade de dar ordens terminantes na Secretaria de que sois digno Director Geral, e especialmente na Secção de Publicações e na Secção de Commercio e Industria que sempre que tiverem que me despachar qualquer coisa para cá o façam de outro modo, de preferencia em nome de uma casa commercial.

Da Secção de Commercio e Industria me falta vir uma colleção de amostras que pedi antes de partir dahi.

Apresentando a V. S. cordaes saudações, assigno-me com estima e consideração.

Assignado - EDMUNDO WRIGHT

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura. Requerimentos diversos. CO9856.